FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 105 ★ Nº 35.054 SEGUNDA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2025 R$ 7,90

Galípolo amplia contatos com mundo político e circula fora do BC

Desde que assumiu a presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo participou de jantares com personalidades dos meios político e cultural. Também já foi aconselhado pelo ministro Sidônio Palmeira (Secom) em alguns episódios, um deles sobre o Pix. Seu antecessor, Roberto Campos Neto, foi alvo de críticas pela proximidade com aliados de Jair Bolsonaro (PL). Política A9

Dilma é eleita para novo mandato no banco dos Brics A17

ilustrada
SINÔNIMO DE DICIONÁRIO, AURÉLIO FAZ 50 ANOS B8

ciência
Cortes de Trump atingem pesquisadores brasileiros B13

folhainvest
Aumento da Selic amplia vantagem da renda fixa A12

cotidiano
SP restaura a 'Alcatraz brasileira' para turismo A37

Prefeitos de cidades pequenas no Brasil têm salários de até R$ 25 mil

Por lei, chefes de Executivos municipais só não podem receber mais do que ministros do STF (R$ 46.366,19); municípios não comentam

Prefeitos de municípios brasileiros com até 7.000 habitantes recebem salários de até R$ 25 mil, fixados pelas Câmaras Municipais. Os valores pressionam a receita de cidades que dependem de verbas federais e estaduais. Por lei, a remuneração dos prefeitos só não pode superar a dos ministros do STF (R$ 46.366,19).

Um dos exemplos é o da cidade de São José do Seridó (RN). Com 4.716 habitantes, paga R$ 25 mil mensais ao prefeito Jackson Dantas (MDB). Do outro lado do país, a remuneração de Valter Batista dos Santos (PL), de Porto Rico (PR), com população estimada em 3.316 pessoas, é um pouco menor: R$ 24,5 mil.

Como comparação, em Bauru (SP), com 391.740 habitantes, o salário de Suéllen Rosim (PSD) é de R$ 24.849,33, e Ricardo Nunes (MDB) recebe R$ 38.039,38 em São Paulo. Segundo o advogado Omar Augusto Leite Melo, os casos são "uma anomalia da federação brasileira". As cidades não comentaram. Cotidiano A33



Tiziana FABI/AFP

Papa Francisco tem alta e faz primeira aparição pública após 37 dias de internação em Roma

O pontífice de 88 anos deixa o hospital em direção ao Vaticano, onde concluirá tratamento pulmonar; minutos antes, ele apareceu em varanda e acenou ao público Mundo A30

Eduardo Bolsonaro nos EUA embaralha direita para 2026

A decisão de Eduardo Bolsonaro de sair do Brasil, que não foi antecipada à maioria da bancada do PL, deve ter impactos negativos para o partido e o grupo político do deputado licenciado, antes potencial candidato ao Senado ou à Presidência nas eleições. O autoexílio cria um vácuo que pode ser preenchido por lideranças que ascenderam na onda bolsonarista, mas não se alinham a seus interesses. Política A6

EDITORIAIS A2

Orçamento é engessado por governo e Congresso Acerca de defeitos da peça tardiamente aprovada para este ano.

O debate perdido na segurança pública A respeito de má repercussão de declarações do ministro Lewandowski.



entrevista da 2ª

CHRISTOPHER VAN TULLEKEN médico e autor de 'Gente Ultraprocessada'

Não há ultraprocessado saudável, existem os menos maléficos, mas só

Infectologista britânico diz que ultraprocessados "são baratos na hora de comprar e caros na hora de comer". "É o custo da saúde pública, da poluição com os plásticos, da emissão de carbono." A42

Trabalho doméstico pode ter compensação em divórcio

Reforma do Código Civil prevê remuneração por trabalho doméstico em caso de divórcio ou morte do cônjuge. A11

Futura rota comercial entra na mira de polícias latinas

Brasil e países vizinhos buscam evitar que futura Bioceânica, que ligará Atlântico e Pacífico, vire atalho para o tráfico. A34

Marcelo Leite

Enxame de satélites de Elon Musk cria muvuca no espaço

A Starlink está pondo tantos satélites em órbita, em crescimento exponencial, que astrônomos aflitos analisam como isso vai afetar a observação dos grandes telescópios em atividade na Terra. Outros efeitos deletérios do enxame incluem o excesso de lixo espacial, de radiação eletromagnética e de poluição química, temas que demandam regulação internacional. Ciência B14

Eufrázio

opinião

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Orçamento é engessado por governo e Congresso

Peça para 2025 apresenta projeções duvidosas, excesso de despesas obrigatórias e aumento injustificável de emendas parlamentares de execução impositiva; modelo não será sustentável por muito mais tempo

Aprovado com atraso de quase três meses na semana passada, o Orçamento federal para 2025 prevê superávit de R$ 15 bilhões, excluídas as despesas com juros, mas traz projeções irrealistas e agrava o problema da ampliação desmedida da influencia do Legislativo por meio de emendas parlamentares —o que compromete a capacidade do Executivo de gerir os recursos públicos com eficiência.

O montante destinado a elas atingiu R$ 50,4 bilhões, um pouco menos que no ano passado. É alarmante, porém, o salto das emendas de execução impositiva, que passaram de R$ 26,3 bilhões (49% do total) em 2024 para R$ 39 bilhões (77%) em 2025.

O quadro é piorado com o acordo patrocinado pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, segundo o qual valores referentes a emendas atrasadas serão pagos com o direcionamento pelos congressistas de recursos dos ministérios.

Desde 2020, os gastos fixados por deputados e senadores somam exorbitantes R$ 150 bilhões, uma transferência de poder ao Congresso que privilegia interesses paroquiais em detrimento de prioridades nacionais, amplia o risco de mau direcionamento de recursos e favorece a corrupção.

Desse total, R$ 36,5 bilhões foram direcionados para as chamadas emendas de relator, sem designação dos autores e extintas após acordo entre os três Poderes. A falta de transparência em boa parte dos desembolsos aprovados, entretanto, persiste.

As projeções oficiais de receita e despesa para o ano também não trazem alento quanto às dificuldades para a execução da peça orçamentária, considerada muito otimista por especialistas. A arrecadação permanece dependente de mais de R$ 160 bilhões oriundos de fontes incertas ou condicionadas a aval legislativo.

Um exemplo é a projeção de R$ 28,5 bilhões em ganhos por resolução de controvérsias tributárias de empresas no âmbito do Carf, um conselho administrativo —ante apenas R$ 308 milhões realizados no ano passado. A coleta de impostos também deve desacelerar com o menor ritmo de crescimento da atividade econômica, para cerca de 2% após 3,4% em 2024.

Um exemplo é a projeção de R$ 28,5 bilhões em ganhos por resolução de controvérsias tributárias de empresas no âmbito do Carf, um conselho administrativo —ante apenas R$ 308 milhões realizados no ano passado

Há dúvidas ainda sobre despesas, caso do programa educacional Pé-de-Meia, que tem custo estimado de R$ 12 bilhões, mas conta com provisão de apenas R$ 1 bilhão. Na soma geral, estima-se que o governo precisará contingenciar até R$ 30 bilhões dos gastos para atingir a meta indicada (que não considera R$ 44 bilhões em pagamentos de precatórios).

Evidencia-se mais uma vez o engessamento do Orçamento. Cerca de 80% dos recursos são absorvidos por salários, aposentadorias e benefícios sociais. Sem reformas para conter a expansão de dispêndios obrigatórios, prosseguirá o esmagamento do que resta para manutenção da máquina pública e investimentos, o que é insustentável. Não será possível adiar o enfrentamento do problema por muito tempo.

O debate perdido na segurança pública

Controvérsia em torno de declarações do ministro da Justiça é ilustrativa de como o governo Lula, a esquerda e mesmo forças moderadas estão acuados no tema, enquanto a direita advoga políticas de linha dura

O ministro Ricardo Lewandowski, da Justiça, meteu-se em campo minado ao fazer uma observação ligeira sobre uma percepção comum de impunidade no país. "É um jargão que foi adotado pela população, [o de] que a polícia prende e o Judiciário solta. Eu vou dizer o seguinte: a polícia prende mal e o Judiciário é obrigado a soltar", disse o ex-magistrado durante um evento público.

A declaração provocou reação ruidosa das corporações, aí incluída a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, abrigados na pasta comandada por Lewandowski. Políticos de oposição aproveitaram a oportunidade para fustigar o governo.

Diante da controvérsia, o ministro buscou a pacificação. Na sexta-feira (21), afirmou que a frase de dois dias antes havia sido tirada de contexto —a falta de integração das informações da polícia e as audiências de custódia. E fez elogios à polícia brasileira, que seria "altamente eficiente, preparada" e mereceria mais remuneração e equipamentos.

O episódio poderia ser corriqueiro se não envolvesse um dos temas mais espinhosos para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Trata-se de exemplo revelador de como a esquerda e mesmo as forças moderadas se encontram acuadas no debate em torno da segurança pública.

Nessa seara, a direita tem sabido explorar com eficiência as mais que justas preocupações da população com a criminalidade e a violência —que no Brasil e na América Latina estão muito acima da média global— para a defesa de políticas de linha dura que não raro descambam para populismo penal, corporativismo e incentivo à letalidade policial.

É nesse cenário que a administração petista tenta mais uma vez levar adiante o que deveria ser sua principal iniciativa no setor: uma proposta de emenda constitucional da qual se fala há quase um ano e nunca foi formalmente apresentada ao Congresso.

Faltou a Lula um programa consistente na área, e falta aos políticos arejados disposição para encampar teses mais ousadas como descriminalizar as drogas, medida defendida por esta Folha

Uma primeira tentativa de debate do texto com os governadores, no final de outubro do ano passado, deu ideia das dificuldades pela frente. Oposicionistas, alguns deles potenciais candidatos à disputa presidencial de 2026, rejeitam a ideia de maior coordenação federal na segurança pública —e podem aproveitar a oportunidade para empunhar bandeiras conservadoras.

Faltou ao governo Lula, desde a campanha eleitoral, um programa consistente na área, e falta aos políticos arejados disposição para encampar teses mais ousadas, como a descriminalização progressiva das drogas, defendida por esta **Folha**.

FOLHA DE S.PAULO ★★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
860.629 - Fechamento 1º Semestre de 2024
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

João Montanaro



Eufrázio

COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

Insensatez do STF faz mal à democracia

Lygia Maria

Débora Rodrigues dos Santos, que pichou a Estátua da Justiça com batom durante a invasão da Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023, foi condenada a 14 anos de prisão e multa de cerca de R$ 50 mil pelos votos dos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino —no julgamento, ainda faltam os votos de Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Trata-se de mais uma pena que carece de dosimetria e individualização dos atos no caso da turba de vândalos desmiolados —as primeiras condenações já variavam entre 14 e 17 anos.

Isso se dá porque os crimes arrolados incluem abolição violenta do Estado democrático de Direito, que, com emprego de violência ou grave ameaça, impede ou restringe o exercício dos poderes, e golpe de Estado, que se caracteriza por tentar depor por meio violento o governo legítimo.

Nas decisões, contudo, não está demonstrado como a depredação, sem armas ou apoio de força militar, derrubaria o governo ou impediria a atuação do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Para piorar, Débora ficou dois anos em prisão preventiva, sendo 400 dias sem receber denúncia, e não há evidências de que poderia obstruir o processo ou representaria perigo à ordem pública.

O julgamento dos réus do 8 de janeiro é mais um exemplo de falta de contenção do STF, que se soma a avanços na seara do Congresso Nacional e ao descalabro do interminável inquérito das fake news, com suas infrações à liberdade de expressão.

Jair Bolsonaro, de forma covarde, irresponsável e autoritária, incitou sua massa de fiéis contra as eleições. Tal conduta vexatória para um chefe de Estado acirra a polarização, que há anos mina o debate público e atravanca o desenvolvimento do país.

Mas o Supremo também contribui para esse cenário nefasto. Sua falta de comedimento deturpa garantias fundamentais e denota motivação política. Aliada ao desmonte do combate à corrupção, com decisões recentes referentes à Lava Jato, cria desconfiança na sociedade sobre a atuação da corte constitucional. Assim, gesta o ovo da serpente que envenena a democracia.

BRASÍLIA

Miopia econômica

Ana Cristina Rosa

O avanço da onda antidiversidade e anti-inclusão (coisa que vem sendo especialmente estimulada pelos EUA) começou a surtir efeitos negativos de grande impacto no Brasil. A edição 2025 do maior festival de cultura, economia criativa e empreendedorismo negro da América Latina, a Feira Preta, foi cancelada em São Paulo por falta de patrocínio.

O renome internacional e o sucesso da iniciativa, que em 2024 movimentou cerca de R$ 14 milhões, não foram suficientes para garantir a mostra deste ano no parque Ibirapuera. Menos da metade (40%) dos recursos financeiros necessários para a realização do evento (previsto originalmente para os dias 3 e 4 de maio) foi captada.

"Muita gente perde com isso", resumiu Adriana Barbosa, fundadora da Feira Preta. Ela tem toda razão e sabe bem do que está falando. Mulher preta, Adriana começou a empreender por necessidade. E é justamente a necessidade o que move 46% das pessoas negras que empreendem neste país (dado do Sebrae).

A bem da verdade, pretos e pardos se veem obrigados a "empreender" para sobreviver há séculos. Desde os tempos de colônia, os negros precisam "dar seus pulos", ou seja, precisam se virar como podem no comércio ambulante ou em pequenos negócios (como quitandeiras, lavadeiras, alfaiates, engraxates, costureiras, sapateiros...).

O que espanta atualmente é a incompreensão —ou será que é desinteresse deliberado mesmo?— sobre o impacto do empreendedorismo negro na economia e na vida dos brasileiros. Mais de 15,6 milhões de pessoas pretas e pardas são donas de negócios no país. Isso representa 52,4% do total de empreendedores.

Reduzir investimentos, dificultar acesso ao crédito, inviabilizar oportunidades de expor e vender produtos e serviços da cadeia do "afronegócio" são sinais de miopia econômica que favorece a manutenção das desigualdades étnico raciais. Mas não chega a surpreender numa sociedade racista e excludente que insiste em negar oportunidades à maioria do povo —que é negra no Brasil (56%/IBGE).

RIO DE JANEIRO

Devagar, quase parando

Ruy Castro

Foi há uns 20 anos. Paulo Goes, fotógrafo carioca, fundador da Banda de Ipanema, criador da expressão "Devagar, quase parando" e com invencível histórico de levantamento de copo nos botequins de Ipanema, conseguiu, não sem árdua luta, parar de beber. Com isso, viu-se de repente com mais horas vagas por dia do que estava habituado. Para piorar, com a multidão de amadores munidos de celular fotografando a si mesmos, a extinção dos profissionais da fotografia, como ele, parecia iminente.

Para aproveitar o tempo e faturar algum, Paulo qualificou-se para vender de porta em porta a Encyclopaedia Britannica impressa. Com tantos amigos intelectuais e que falavam inglês, não podia dar errado. Mas deu. Não só todos já tinham a coleção como, podendo acessá-la agora pela internet, queriam se livrar dela para ganhar espaço —um deles, eu. E era muito espaço a ganhar: 24 volumes em grande formato e papel bíblia e, como brindes, o Webster Dictionary em três sólidos volumes e um Atlas gigante. Tomavam um metro e meio de estante. Para onde mandar tudo isso? Para um sebo, não?

Sim e não. Todos os sebos a quem ofereci minha Britannica (de graça, claro) a recusaram. Alegavam já ter pelo menos dez delas ocupando quilômetros de suas prateleiras, ao lado de outras coleções impressas que as pessoas estavam lhes despejando: os quatro volumes do "Lello Universal", os 13 das obras adultas de Monteiro Lobato, os 18 do "Tesouro da Juventude", os 19 da Enciclopédia Barsa, os 32 da "História Universal", de Cesare Cantu, e os 44 fascículos de "Gênios da Pintura" da Editora Abril. Não podiam aceitar mais nenhum.

Ao entrar hoje em qualquer sebo, você verá, nas prateleiras mais altas, quase exigindo uma escada Magirus para serem alcançadas, diversas dessas coleções, encalhadas desde então. Todas agora cabem, juntas, num reles celular.

Que eu saiba, o querido Paulo nunca conseguiu vender uma Britannica. Para ele, o mundo estava mesmo devagar, quase parando. E, em 2012, parou de vez.

A teoria do Executivo unitário

Os EUA defrontam-se com o dilema de conter um presidente fraco constitucionalmente e forte para o abuso

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Quando Nixon ascendeu ao poder, em 1968, seu chefe de gabinete distribuiu cópias de "Presidential Power" (1960) de Richard Neustadt —um clássico da ciência política— para todos os assessores do presidente. Após o escândalo do Watergate (1974), um desses assessores advertiu Neustadt : "você é corresponsável".

A principal mensagem do livro é que os poderes constitucionais do Executivo americano eram muito limitados comparativamente falando. O foco eram as relações Executivo-Legislativo. Nixon distorceu a lição e abusou dos poderes presidenciais. Mais do que isso: utilizou a Presidência institucional em esquemas criminosos que levaram ao seu impeachment.

O problema de fundo era de desenho institucional. Mas havia outra questão em jogo: a lição que fica é que quando um presidente criminoso chega ao poder ameaça todo o sistema político.

Skowronek em clássico sobre o Estado americano afirma que o caso americano no final do século 19 era um "Estado de partidos e tribunais", em forte contraste com o Estado construído pelas monarquias europeias.

Esse estado de coisas levou Woodrow Wilson, ex-presidente dos Estados Unidos (1913-1921) a caracterizar o sistema político americano como "congressional government" e não presidencialismo. O próprio congresso neste período criou por delegação agências reguladoras independentes.

O poder de demissão é parte essencial da chamada Teoria do Executivo Unitário que tem sido utilizada para legitimar intelectualmente ações unilaterais de Trump

Durante o escândalo do Watergate, o "Massacre de Sábado à Noite" (demissão de três procuradores-gerais em um único dia devido a pressões de Nixon) mostra que o Ministério Público Federal americano —que é parte do Departamento de Justiça, órgão do Executivo— é vulnerável à interferência de um presidente. A Presidência não é fraca para o crime.

No contexto pós-Nixon, foi criada a figura (exótica para analistas internacionais) do procurador independente especial, que não pode ser demitido, além de inspector generals (equivalente a CGU) com grande independência, os quais recentemente foram demitidos em massa por Trump.

Trata-se de questão recorrente na história americana: o poder de demissão (removal power) de membros da burocracia federal pelo presidente. A perseguição a procuradores especiais que investigaram Trump mostra a linha continuidade com a era Nixon.

O poder de demissão é parte essencial da chamada Teoria do Executivo Unitário que tem sido utilizada para legitimar intelectualmente ações unilaterais de Trump. A teoria sustenta que o Executivo tem total discrição sobre seus entes e órgãos, o que incluiria agências reguladoras e bancos centrais. A "tiranofobia" (Posner e Vermeule) nos Estados Unidos, segundo a teoria, é obstáculo para mudanças institucionais fundamentais.

Os Estados Unidos defrontam-se com o dilema de conter um presidente fraco constitucionalmente, mas forte para o abuso. Mas o fator decisivo, frequentemente esquecido, é o controle do Congresso: isto explica por que Nixon foi impedido (era minoritário nas duas casas) e Trump tenha sobrevivido a dois impeachments.

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A 'Vitória' de Fernanda, das Fernandas

Mãe e filha são vozes que destravam a timidez, são mãos que se estendem a outras mãos para atuar; são a inspiração de um país que merece ser vitorioso

Gabriel Chalita

Doutor em direito e em comunicação e semiótica, é professor da PUC-SP, do Mackenzie e do Ibmec; ex-secretário da Educação do município e do estado de São Paulo e membro da Academia Brasileira de Cultura e da Academia Paulista de Letras

"Vitória" é o filme em que Fernanda Montenegro dá vida a uma mulher que resolveu filmar de sua janela os horrores das tantas violências. As armas, o tráfico, a corrupção, o descuido com as infâncias, a morte covardemente antecipada, os barulhos que barulham a vida.

No apartamento em Copacabana, de frente para a entrada de uma favela, recolhe cacos de uma xícara como se recolhesse os cacos da humanidade inteira.

Quando Joana da Paz, que no filme é Nina, soube que sua história viraria filme, ela sonhou que a atriz fosse Fernanda Montenegro. A imagem de Dora, escrevedora de cartas em "Central do Brasil", ainda estava nela. Ainda está em nós. Faz algum tempo, faz tempo nenhum, a atemporalidade da arte.

O filme "Vitória", dirigido por Andrucha Waddington, cuja ideia inicial foi de Breno Silveira, que faleceu no início das filmagens, é fascinante. A história é contada com uma delicadeza e uma força imensa. E que vigor tem essa mulher aos 95 anos?! Fernanda anda, corre, dança, olha, fala, grita, silencia com a emoção certa. E que emoção levar uma multidão ao parque Ibirapuera, em São Paulo, para ouvir sua extraordinária leitura dramática de um texto denso da densa filósofa Simone de Beauvoir!

Sou fascinado por Simone, mas quem levou a multidão foi Fernanda, que entrou, justificadamente, para o Guiness Book. E que emoção ver sua filha, Fernanda Torres, fazendo o mundo falar sobre o Brasil ao viver Eunice Paiva, a mulher que enfrentou a dor vivendo.

Fernanda é uma outra vitória de Fernanda. Um dia, Clarice Lispector escreveu que havia nascido para três coisas, ser mãe, ser escritora e amar as pessoas. Fernanda nasceu para dar muitas vidas, inclusive para dar vida à Fernanda. E, sobre amar, ninguém faz o que as duas Fernandas fazem sem amor. Fernanda Torres é gigante também no texto, nos livros que escreve. É a mulher de comédias marcantes —como a mãe, aliás. Mas foi na tragédia de uma vida, entre tantas vidas roubadas na ditadura, que surgiu, no filme de Walter Salles, o primeiro Oscar para o país.

O Brasil ficou grande na autoestima coletiva com Fernanda Torres dando entrevistas, em línguas diversas, em diversos países. Com classe, com conteúdo, com a responsabilidade de dizer ao mundo que existimos. Somos fortes culturalmente. Sua voz deu voz a mulheres e homens incríveis, artistas brasileiros, que fazem arte, cotidianamente, com todas as pedras que ferem de dor vidas tão difíceis. A construção da identidade de um país se faz com suas manifestações culturais. Mesmo assim, há incompreensões, há ditos mentirosos, há tentativas de destruições.

As Fernandas são vitoriosas porque são construtoras. São vozes que destravam a timidez, são mãos que se estendem a outras mãos para atuar. São a inspiração de um país que merece ser vitorioso. No filme, que nos rendeu o Oscar, Fernanda é precisa, é preciosa. Seu olhar diante do cachorro morto na rua ou para a mesa ao lado na sorveteria com os filhos. O olhar de Fernanda, a mãe, no final da trama, é um filme inteiro de emoção. Nem uma palavra e todas as palavras do mundo. Que força, meu Deus!

A "Vitória" de Fernanda é mais uma vitória em uma vida cheia de vitórias. A vitória das Fernandas é nos abrir o coração e a mente e dizer, com suas vidas, que uma vida vivida à luz de uma vocação, de um chamado, vale a pena

Em "Vitória", ela é a mulher brasileira que usa roupas surradas, que, apesar de tudo, confia na bondade. Ela desacredita que o menino possa ser bandido. Ela acredita que o que foi lindo possa voltar a ser. Quem sujou a água que abastece o mundo de amor, se na fonte ela é tão limpa?

Fico imaginando as gravações, as horas de filmagens, a convivência com atores mais jovens, todos tão talentosos. Fico imaginando o compartilhar de uma vida inteira, o esforço físico para estar inteira. O filme é inteiro!

A "Vitória" de Fernanda é mais uma vitória em uma vida cheia de vitórias. A vitória das Fernandas é nos abrir o coração e a mente e dizer, com suas vidas, que uma vida vivida à luz de uma vocação, de um chamado, vale a pena.

A vitória das Fernandas é ter encontrado o próprio lugar no mundo e feito desse lugar um mundo inteiro de possibilidades. Não nos esqueçamos de que, mais de uma vez, Fernanda Montenegro foi convidada para ser ministra da Cultura. Delicadamente, ela recusou e explicou que nasceu para o palco, para a arte.

Nasceu Fernanda de Fernanda. Nasceram as duas para nos lembrar que a humanidade é linda. Que o amor ao que fazemos e com quem fazemos nos devolve à nossa essência. Somos de uma natureza boa. Às vezes, nos perdemos. Então, surge uma, duas Fernandas para nos ajudar a nos reencontramos.

Alimentos devem ser garantidos pelo Estado

Cortar impostos é medida inócua para reduzir preços; solução impõe novo sistema de produção, estocagem e distribuição visando os mais pobres

João Pedro Stedile

Economista, é integrante da Coordenação Nacional do MST

Estamos todos preocupados com o aumento dos preços do café, da carne, do óleo de soja e dos ovos. Mas nem todos os alimentos subiram de preço. Alguns até baixaram. O problema não é a falta de produção, que continuou normal ou até cresceu. No entanto, esses produtos têm uma característica: são produzidos por muitos agricultores, mas o comércio é controlado por poucas empresas que definem os preços.

O governo, atordoado pelas consequências eleitorais e pela diminuição do consumo, tomou algumas medidas. Medidas de curto prazo, como liberar importações e diminuir impostos, não resolvem. A literatura econômica ensina que isenção de impostos nunca fez baixar os preços. Apenas aumentou a taxa de lucro de quem controla o comércio.

Nesse quadro, a medida que poderia ser mais efetiva seria a compra pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) desses produtos para formar estoques e o governo entregar, de forma subsidiada, para uma rede de abastecimento que chegasse aos mais pobres.

As verdadeiras medidas só funcionarão a médio e longo prazo se estivermos dispostos a construir uma nova estrutura de produção e distribuição de alimentos. Para isso, sociedade e governo têm que usar o Estado para transformar o alimento em um direito —e não apenas em mercadoria que gera lucro para meia dúzia de empresários.

O Rio Grande do Sul enfrenta secas e enchentes sistemáticas. Até as pedras sabem que um dos causadores é o monocultivo da soja. Quem se importa se a soja dá tanto lucro? A seca deste ano já causou R$ 14 bilhões de prejuízos só na soja. Não seria melhor e mais barato investir na pluricultura?

Precisamos estimular a produção por meio da agricultura familiar e da organização de agroindústrias cooperativas, em todos os municípios brasileiros. Cada região dos estados deveria ter uma rede de produção que garantisse a soberania alimentar e não dependesse do abastecimento controlado por algumas empresas e pelo transporte rodoviário. É um absurdo que caminhões saiam de Chapecó (SC) com carne de frango e suína para abastecer Belém. É um absurdo que caminhões levem tomates e verduras da Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) para Rondônia.

É um absurdo que caminhões saiam de Chapecó (SC) com carne de frango e suína para abastecer Belém. É um absurdo que caminhões levem tomates e verduras da Ceagesp para Rondônia

Ao redor das grandes cidades, precisamos de cinturões verdes de produção de alimentos por famílias camponesas em dois hectares. Assim, os alimentos chegariam de forma rápida e barata aos centros urbanos. Três empresas controlam o mercado de ovos de gaiola e determinam o preço. No entanto, poderíamos ter agricultores familiares produzindo ovos orgânicos em cada município com 300 galinhas caipiras a baixo custo.

Essas medidas, contudo, somente têm viabilidade se forem combinadas com o fortalecimento da agricultura familiar e com garantia de acesso à terra aos camponeses pobres, que é a reforma agrária. O modelo do agronegócio se baseia no monocultivo de commodities agrícolas, na concentração de riqueza, no desmatamento e no uso de agrotóxicos, que destroem a biodiversidade e altera as condições climáticas.

A sociedade brasileira precisa debater e decidir. Continuará dependente do modelo agroexportador ou vai optar por outro que priorize a produção de alimentos e garanta acesso a todos os brasileiros com preços justos e promoção da distribuição de renda?

Eufrázio

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Ataque à democracia

"Trama golpista no STF tem ritmo 14 vezes mais rápido que mensalão" (Política, 22/3). Tentaram dar um golpe de Estado! Não é brincadeira, não! Se tivesse se consumado a Justiça seria outra e o jornalismo também não seria o mesmo! É impressionante essa tentativa de minimização e abrandamento deste triste fato de nossa história!
Marcello Nascimento de Jesus (São Paulo, SP)

⁂

A extrema esquerda busca calar quem contraria suas crenças. O Brasil todo sabe que a sentença já está feita por juízes pinçados a dedo! Prendam logo Bolsonaro, aí sim o Brasil vai acenar ao mundo que nosso STF está contaminado politicamente, e o governo, comprometido com os corruptos!
Marcelo Cardoso (Osasco, SP)

⁂

Atentar contra a democracia é um crime grave e sem precedentes neste país. E esse está repleto de provas, como vídeos, documentos, entrevistas. Tudo planejado para um golpe de Estado. Acredito que a punição dos responsáveis está em um processo lento demais.
Marli Moras Garcia (Vitória, ES)

⁂

Os crimes apurados pela Lava Jato foram gravíssimos. Cinco anos de investigação, tudo jogado fora. Em países sérios, quando um julgamento é invalidado, outro é realizado. Mas revisar a Lava Jato anda tão devagar, que tudo será prescrito e ficaremos com bilhões em prejuízos, além do descrédito pela leniência com a corrupção.
Matheus Teodoro Silva Filho (Curitiba, PR)

Jornalismo

"Jornalistas da Folha sofrem ataques e ameaças nas redes por cobertura do 8/1" (Política, 22/3). Ataques a jornalistas da Folha são inaceitáveis. Esse modus operandi da direita não afetará a dosimetria aplicada àqueles golpistas, mas antevê outros ataques à impressa no julgamento dos traidores da pátria, os conspiradores contra democracia. Que a lei se encarregue deles nesses crimes, e ampare os profissionais contra essa patologia da direita: bolsonaro-facista. O trabalho do jornalismo íntegro e honesto é valor de uma democracia.
Antonio Carlos Pereira Britto (Brasília, DF)



Vândalos golpistas invandem a praça dos Três Poderes e depredam os prédios Gabriela Biló - 8.jan.23/Folhapress

Guerra Israel-Hamas

"Ex-refém do Hamas relata 52 dias de inferno em entrevista exclusiva à Folha" (Mônica Bergamo, 23/3). Em qualquer guerra, seja ela travada no campo de batalha ou na arena da alma humana, não há verdadeiros vencedores. O que se ergue ao final são ruínas: das cidades, das ideias, dos amores perdidos. É oportuno, portanto, ouvirmos a voz de Karina testemunhando o caos vivido. Que sejamos capazes de aprender antes que o silêncio dos escombros nos alcance.
Eduardo Gasparoto (São Bernardo do Campo, SP)

⁂

Muito sensata, muito inteligente nas respostas, e tem razão ao dizer que vai ter paz quando as pessoas escolherem, de fato, a paz e que todos perdem numa guerra. Muito triste para o povo dos dois lados.
Adriana Flores (Campinas, SP)

Relações internacionais

"Lula leva políticos e empresas ao Japão e arrisca voltar sem avanços" (Mundo, 22/3). A visita tem um simbolismo histórico de altíssima importância nas relações internacionais. É raríssimo o imperador japonês receber chefes de Estado, isso ressalta a importância de Lula como um líder mundial. A última vez que isso ocorreu foi em 2019, com o Trump, fato relatado pela reportagem.
Luiz Lima (Recife, PE)

⁂

Desculpe, mas pela relação dos convidados, parece mais um "trem da alegria" custeado pelo contribuinte. A conferir...
João Braga (Marília, SP)

Violência

"Uma vida por um celular: série de latrocínios em SP gera incredulidade e espera por justiça em familiares" (Cotidiano, 22/3). Infelizmente a nossa sociedade tem muitos movimentos para defender os marginais. Estamos colhendo o que foi e está sendo plantado, e o cidadão de bem está à mercê dessas circunstâncias.
Marcos Longaresi Carvalhães (Sertãozinho, SP)

⁂

O estado de São Paulo enfrenta uma gestão desastrosa: a educação e a saúde estão sendo negligenciadas, enquanto a violência cresce de forma alarmante. Faltam contratações na área da segurança, e os profissionais não recebem salários justos. Sem investimentos em educação e policiamento, o resultado é previsível: mais abandono e insegurança. Este é o governo do sucateamento e das privatizações. Basta olhar para o estado das escolas e hospitais entregues ao descaso.
Larissa Bertani (São Bernardo do Campo, SP)

Guerra dos sexos

"O feminismo errou" (Mariliz Pereira Jorge, 21/3). Mariliz, você errou o título e parte do conteúdo da matéria. O feminismo vem debatendo sobre gênero e masculinidades pelo menos desde os anos 90 no Brasil. Produziu eventos, cursos, teses e até propostas de políticas públicas. Não coloque o avanço da misoginia na nossa conta, das feministas, porque não é correto, não é justo e não contribui ao debate. As novas gerações de homens feministas são fruto de educações diferentes nas famílias.
Denise Dora (Porto Alegre, RS)

ATMOSFERA



Fonte: www.climatempo.com.br

COMUNIDADE TODAS

O QUÊ No mês de março, as leitoras da Comunidade Todas no WhatsApp se encontram para discutir a leitura de "Solitária" (2022), livro escrito por Eliana Alves Cruz. A autora também participará do evento.

QUANDO O grupo de discussão virtual se reúne na próxima segunda-feira (31), às 18h.

INSCRIÇÕES Para participar, é preciso preencher formulário em forms.gle/g8hgrKhueArkKuPH8/.

EXPOSIÇÃO GRATUITA

O QUÊ Mostra "Carolinas" celebra o legado da escritora Carolina Maria de Jesus reunindo 11 artistas negras contemporâneas. Conta com obras de diversas linguagens artísticas como pinturas, esculturas e bordados.

ONDE E QUANDO Na Caixa Cultural, localizada na praça da Sé, nº 111, na região central de São Paulo. A exposição fica aberta para visitação até 18 de maio, sempre de terça a sexta, das 8h às 19h.

DADOS DO BC

O BC (Banco Central) publica nesta segunda (24) o boletim Focus, com projeções de economistas para a taxa Selic, o dólar e a inflação oficial do país.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 24.MAR.1925


Folha da Noite

Guilherme de Almeida defende poesia sem moldes importados

O poeta Guilherme de Almeida declarou que a nova tendência do seu trabalho poderá ser vista claramente em seu novo livro, que recebeu o título de "Meu": "Faço uma tentativa de poesia brasileira (brasileira não quer dizer regionalista, e regionalista quer dizer caipira)", afirmou. Para ele, é errado um artista, imbuído de leituras, teorias e ideias estrangeiras, querer nacionalizá-las ou aclimatá-las no país. "Quem fizer arte no Brasil, arte pura, sem influências estrangeiras, sem moldes importados, inconscientemente irá aos poucos se universalizando (porque terá originalidade)", disse Almeida, citando Villa-Lobos como bom exemplo.

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA R$ 29,90 (plano mensal)
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM R$ 49,90 (plano mensal)

EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA seg. a sáb.	dom.	ASSINATURA MENSAL* Todos os dias
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 204,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 209,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 314,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 361,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Queda de braço

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), criticou neste domingo (23) a campanha publicitária lançada pela Uber nos principais veículos de comunicação, inclusive na **Folha**, em defesa da retomada do transporte de moto por aplicativo, suspenso por decreto na capital. Nos anúncios, publicados em jornais impressos, sites e na TV, a Uber elenca argumentos a favor do serviço, entre eles a possibilidade de evitar os engarrafamentos na capital e o preço, menor que o do transporte por carro.

1 ESTRELA Questionado pelo Painel, o prefeito afirmou que a "insensibilidade da empresa com as vidas perdidas em acidentes de moto é alarmante" e citou 483 mortes na capital por essa causa em 2024. "Ao promover uma campanha rasa como essa, o foco se perde, e a verdadeira discussão e mais importante —que deveria ser sobre a preservação de vidas e a prevenção de acidentes— é desconsiderada", disse.

PLANILHADO O ministro Juscelino Filho (Comunicações) afirma que o Brasil vai conseguir atingir a meta de ter todas as 138 mil escolas públicas de ensino básico do país com internet de banda larga e wi-fi aberto até 2026, em cálculo que leva em conta o andamento do programa Escolas Conectadas, lançado em setembro de 2023. A avaliação foi feita após o ministro receber dados que mostram que 72,8 mil unidades escolares já têm o serviço, o que representa mais de 52% do total.

PLANEJAMENTO O secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, avisou o ministro Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) que vai disputar a Câmara dos Deputados em 2026 pelo Distrito Federal. Marivaldo, filiado ao PT, quer ocupar a vaga que hoje é da deputada Erika Kokay, que deve concorrer ao Senado nas próximas eleições.

MADE IN BRAZIL Parlamentares ligados ao agronegócio se articulam para lançar um programa de promoção à carne e outras proteínas brasileiras no exterior, em um esforço para melhorar a imagem do país principalmente junto ao mercado europeu. O texto, que deve ser protocolado ainda neste semestre, prioriza a exportação da proteína brasileira na negociação de acordos comerciais internacionais.

UNIFORMIZAR Novo presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o deputado federal Duarte Jr. (PSB-MA) afirma que quer definir já nesta terça-feira (25) posicionamentos padronizados sobre o tema no colegiado. "Existem vários projetos que tentam criar novas deficiências sem nenhum respaldo científico, técnico. Não é razoável", argumenta o parlamentar.

META Duarte Jr. também quer aprovar o Código Brasileiro de Inclusão, que compara ao Código de Defesa do Consumidor. A intenção é unificar as leis que abordam direitos de pessoas com deficiência.

Com Danielle Brant e Carlos Petrocilo

Cláudio





Eduardo Bolsonaro discursa na conferência conservadora Cpac, nos Estados Unidos Saul Loeb - 20.fev.25/AFP

Eduardo nos EUA enfraquece PL e embaralha direita para 2026, avaliam aliados e rivais

Decisão do filho de Bolsonaro de ficar fora do Brasil e se licenciar da Câmara dos Deputados gera temor em seu partido e abre vácuo

Bruno Ribeiro e Juliana Arreguy

SÃO PAULO Aliados e adversários do clã Bolsonaro avaliam, em conversas reservadas, que a saída do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) do Brasil, anunciada na última semana, terá impactos negativos para seu partido e seu grupo político nas eleições de 2026.

Ambos os lados afirmam que, fora da projeção individual, o autoexílio do parlamentar, em sua ofensiva contra o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, cria um vácuo que dá espaço para candidaturas de direita que ascenderam com o bolsonarismo, mas que não são necessariamente alinhadas com os interesses do PL.

Contudo, essas avaliações dependem, segundo deputados e dirigentes ouvidos, de fatores como o tempo que Eduardo permanecerá fora do país, o papel eleitoral que poderia desempenhar e o tipo de ajuda internacional que pode conseguir, especialmente do governo Donald Trump, para a oposição ao governo Lula (PT).

O deputado pode ficar licenciado da Câmara, sem remuneração, por quatro meses. Sem asilo concedido pelo governo dos EUA, ele pode permanecer apenas seis meses no país.

Eduardo foi o segundo deputado mais votado do PL nas eleições passadas, com 741 mil votos. Parlamentares da legenda afirmam que a maior parte da bancada soube pela imprensa sobre a sua decisão de se licenciar do mandato e permanecer nos EUA, anunciada na terça-feira (18).

Houve resistência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que tentou convencer seu filho a não permanecer nos Estados Unidos.

Aliados de Eduardo projetavam, até agora, que ele disputaria o Senado pelo PL de São Paulo, o governo paulista ou até mesmo a Presidência, no lugar do pai. Inelegível até 2030, Jair Bolsonaro pode ser preso se for condenado pelo STF pela acusação de ter tentado liderar um golpe de Estado no final de 2022.

Agora, a ausência do deputado pode ampliar as chances em São Paulo de nomes de direita que fogem do guarda-chuva do PL, como o do deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP), que mira uma vaga no Senado, e do influenciador Pablo Marçal, que negocia se filiar ao União Brasil de olho na disputa ao governo.

Parlamentares do PL, que tem 92 cadeiras na Câmara, expressam receio com o desempenho da sigla no ano que vem. Além do "risco Eduardo", a legenda não deve ter Carla Zambelli (que deverá se manter inelegível e enfrenta julgamento no STF pelo qual pode perder seu mandato), Capitão Derrite (secretário da Segurança em São Paulo que deve ir para o PP) e o próprio Salles, que trocou o PL pelo Novo no ano passado.

Esses quatro puxadores de votos tiveram, juntos, mais 2,5 milhões de votos em 2022 e foram responsáveis pela eleição de mais quatro nomes para a legenda. A presença de Eduardo em uma eleição majoritária era considerada vital para evitar um encolhimento da bancada, na avaliação de um parlamentar da sigla.

Ao justificar a saída, Eduardo afirmou temer que seu passaporte fosse cassado por Moraes.

Embora aliados tenham feito declarações públicas de solidariedade ao deputado, a avaliação de bastidores é que o momento para tomar tal decisão foi ruim.

A manifestação de Bolsonaro por anistia, realizada no domingo (16) no Rio, teve público abaixo do esperado. O projeto de anistia não ganhou apoio do centrão. E a decisão do deputado foi anunciada uma semana antes do julgamento que pode tornar Bolsonaro réu pela trama golpista.

Por outro lado, entre aliados mais fiéis à família, há a expectativa de que Eduardo possa ter sucesso em acenos ou um apoio direto do governo Trump ao discurso de que o bolsonarismo passa por uma perseguição política.

Já entre adversários, a avaliação é a de que a atitude de Eduardo é uma demonstração de desespero do clã. Eles entendem que a narrativa de perseguição é nula pelo fato de o passaporte de Eduardo não ter sido apreendido. Para eles, a tendência é que o deputado licenciado perca espaço no campo da direita, com o futuro político dependendo do sucesso de sua incursão nos EUA.

Um membro da direção nacional do PT chamou a decisão de Eduardo de golpe de marketing, alegando que o deputado tentará atribuir para si mesmo qualquer ganho junto ao governo Trump e tentar se cacifar politicamente para a disputa eleitoral de 2026.

Parlamentares de esquerda já têm explorado o episódio. "Vai morar em Miami para não ir à sessão na Câmara? Vai ficar fazendo uma live por dia para dizer que não tem liberdade no Brasil? É um tiro no pé", diz o deputado Jilmar Tatto (PT-SP), secretário nacional de Comunicação do partido.



O ex-presidente Jair Bolsonaro, em visita ao Congresso Nacional Pedro Ladeira · 18.mar.25/Folhapress

O que dizem a defesa de Bolsonaro e a PGR no caso da trama golpista

Advogados do ex-presidente focam aspectos formais de ação avaliada no Supremo, questionam acesso às provas e miram pedidos de anulação; procurador-geral rebate

Renata Galf

SÃO PAULO A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) começa a julgar nesta terça-feira (25) denúncia da PGR (Procuradoria-geral da República) contra Jair Bolsonaro (PL) e outras sete pessoas que seriam o núcleo principal de uma trama golpista.

A análise define se eles viram réus, dando sequência ao processo que pode levar à condenação.

Em 129 páginas, a defesa do ex-presidente foca questões processuais, como anulações de provas e da delação de Mauro Cid.

As últimas 30 são reservadas ao mérito, ou seja, elementos pelos quais Bolsonaro é efetivamente acusado. A defesa diz que não teve acesso à íntegra da prova e que neste momento "é impossível adentrar na questão do mérito".

Feitas as defesas, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, respondeu aos questionamentos.

Veja os principais pontos alegados pela defesa de Bolsonaro e as respostas dadas pela PGR.

*

Primeira Turma x plenário

Defesa: diz que caso deveria ser julgado no plenário. Aponta a envergadura do caso, o envolvimento de um ex-presidente e ex-ministros do governo, além da Constituição e do regimento do STF.

PGR: aponta alteração feita pelo STF estabelecendo que as turmas que seriam as responsáveis pelo julgamento de ações penais de competência da corte. "A percepção subjetiva dos denunciados sobre a relevância da imputação não é motivo suficiente para a superação da norma regimental".

Novo relator

Defesa: pede aplicação das regras do juiz das garantias no caso e que o processo seja distribuído a um novo relator, em razão da forma atuante e proativa do ministro Alexandre de Moraes ao longo da tramitação.

PGR: diz que nas ações em que o STF reconheceu a constitucionalidade do juiz das garantias excluiu procedimentos que seriam incompatíveis com a nova sistemática, entre eles processos de competência do STF e do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

'Document dump'

Defesa: afirma que a acusação teria usado tática chamada de "document dump", fornecendo muitos documentos para dificultar a análise do acusado. E ainda que a denúncia seria desorganizada, sem trazer indicações claras dos documentos citados.

PGR: diz que indicou a fonte de todos os elementos informativos e classificou a queixa de "document dump" como vazia, alegando pertinência temática e probatória dos elementos. Além disso, afirma que o volume se deve à complexidade da acusação.

Acesso à íntegra das provas

Defesa: reitera pedido de acesso total às provas, dizendo que questionamentos recebem a resposta de que a defesa já tem acesso. Alega, porém, que os autos trariam apenas parcela dos elementos probatórios, sem indicar por exemplo o conteúdo de todos os celulares apreendidos.

PGR: diz que pediu que fosse dado acesso aos autos pertinentes, o que teria sido atendido pelo relator, sendo alguns já públicos. Não abordou diretamente, porém, o argumento da defesa.

Delação de Mauro Cid

Defesa: pede a anulação, argumentando que Cid violou termos do acordo ao mentir e omitir informações e que não era possível "o julgador conceder uma última chance ao colaborador". Dizem que Moraes fez questionamentos a Cid para obtenção de provas. Por fim, afirmam que o fato de a PGR ter solicitado a prisão após ter identificado contradições já teria retirado o caráter de voluntariedade do delator.

PGR: diz que cláusulas acordadas "foram homologadas judicialmente e ratificadas, após os esclarecimentos adicionais", e que ele esteve sempre acompanhado de advogados. Além disso, reitera que a PGR se manifestou pela manutenção do acordo, o que foi acolhido judicialmente e que não há fato novo que justifique a alteração desse entendimento.

Nulidade de provas em outras investigações

Defesa: pede anulação de decisões e de provas oriundas de investigações que deram origem ao processo da trama golpista. Dizem que houve "fishing expedition" (pesca probatória), com produção de diversos relatórios a partir de conteúdo obtido em nuvem de Mauro Cid, com mudança constante do objeto das investigações. Afirma ainda que em parte do procedimento não houve acompanhamento da PGR.

PGR: diz que caso é fruto das mesmas apurações que levaram a ações penais sobre o 8 de janeiro e que, em todas elas, o STF considerou legais as investigações. Aponta decisão da Primeira Turma do ano passado negando recurso contra ordem de Moraes para elaboração de relatório sobre dados de Cid. Diz ainda que "o encontro fortuito de provas não pode ser confundido com abuso das autoridades policiais nem com fishing expedition".

Atos de Bolsonaro e 8/1

Defesa: afirma que denúncia traz narrativas contraditórias entre si. Diz que eventos de 8 de janeiro "não se relacionam aos atos anteriores imputados" a Bolsonaro, não haver prova ligando o ex-presidente aos atos e que tampouco ele os direcionou, ordenou ou planejou. Também que discursos e lives, assim como o conteúdo de reuniões com comandantes militares e assessores, não seriam "atos de execução". Ou seja, defende que eles não poderiam ser enquadrados como crime.

PGR: diz que já se posicionou e que na fase anterior ao recebimento da denúncia não cabe manifestação sobre as teses das defesas relacionadas ao mérito.



Julgamento da denúncia da PGR no Supremo

O que vai ser julgado
A Primeira Turma do STF (Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Luiz Fux e Cármen Lúcia) decidirá, a partir do dia 25, se aceita a denúncia da PGR contra Jair Bolsonaro e outros 7 dentre 34 acusados por trama golpista.

Quais crimes
Tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito e de golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra patrimônio da União, deterioração de patrimônio tombado e participação em uma organização criminosa.

Próximas etapas
Se a denúncia for aceita, os acusados se tornam réus e passam a responder a processos penais no STF que podem resultar em condenação e prisão.



Tarcísio de Freitas em evento com presidentes dos TREs Marcelo S. Camargo - 22.mar.25/Divulgação/Gov.SP

Bolsonaristas se irritam com Tarcísio por elogio a urna e Justiça Eleitoral

Aliados de Bolsonaro dizem que, após ganhar pontos em ato no Rio, governador mostra falta de compromisso com grupo

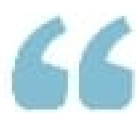
Bruno Ribeiro

SÃO PAULO Os elogios feitos por Tarcísio de Freitas (Republicanos) às urnas eletrônicas e à Justiça Eleitoral brasileira, em um evento no Tribunal de Justiça de São Paulo na noite de quinta-feira (20), enfureceram aliados bolsonaristas do governador.

No fim de semana anterior, Tarcísio havia participado, no Rio, do protesto pró-anistia dos presos pelo 8 de janeiro, convocado por Jair Bolsonaro (PL). No ato, criticou a inelegibilidade do ex-presidente, determinada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Aliados de Bolsonaro disseram que o governador sinalizou atuar de acordo com seus interesses, sem compromisso com o grupo político. Segundo relatos à Folha, a impressão deixada foi que, depois de endurecer o discurso para um lado, busca compensar com gestos na direção oposta.

Tarcísio discursou no Palácio da Justiça, sede do TJ-SP, na abertura do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.



A gente tem que fazer o agradecimento à Justiça Eleitoral por todo esse empenho como garantidora da democracia brasileira

Tarcísio de Freitas
governador de São Paulo

"O Brasil veio se tornando referência em termos de velocidade, de apuração, de tecnologia. Muitos países têm que olhar para o Brasil e ver o que está sendo feito aqui. O Brasil se tornou, de fato, uma grande referência", disse, falando das urnas. "A gente tem que fazer o agradecimento à Justiça Eleitoral por todo esse trabalho, por todo esse empenho como garantidora da democracia brasileira", complementou.

Para um integrante da base bolsonarista na Assembleia Legislativa, o governador tocou em um tema sensível ao bolsonarismo. Ao falar de urnas eletrônicas, disse, era esperado que mencionasse o "voto auditável" e a impressão dos votos registrados, bandeiras do ex-presidente.

Outro membro do grupo criticou a presença de Tarcísio no evento, argumentando que, se o governador questiona a decisão da Justiça Eleitoral que tornou Bolsonaro inelegível, não deveria participar de um ato em deferência ao mesmo órgão.

O ex-presidente perdeu seu direito de disputar eleições até 2030 após ser condenado pelo TSE por abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação, depois de difundir mentiras sobre o processo eleitoral em reunião com embaixadores e utilizar eleitoralmente o evento de comemoração do Bicentenário da Independência.

Tarcísio nega publicamente que tentará disputar a Presidência no ano que vem, afirmando que Bolsonaro será o candidato, mesmo com o impedimento judicial. Ele diz que tentará a reeleição ao governo paulista — embora já tenha reconhecido a aliados que, se o ex-presidente pedir, abraçaria a disputa ao Planalto. Nos bastidores, seu nome é cogitado entre dirigentes de partidos da direita ao centrão.

Ao comparecer ao evento no Rio, apesar do esvaziamento, Tarcísio havia ganhado pontos entre os bolsonaristas com um discurso repleto de frases de efeito, críticas à carestia — que atribuiu à irresponsabilidade fiscal do governo Lula (PT) — e referências a escândalos em gestão petista.

Segundo deputados, ao dedicar parte do discurso a elogiar Bolsonaro, o governador havia reforçado seu alinhamento em um momento delicado: a iminente aceitação, pelo STF, da denúncia contra o ex-presidente por tentativa de golpe de Estado.

A Primeira Turma da corte julgará na terça-feira (25) se Bolsonaro vira réu — passo que dá continuidade ao processo até uma possível condenação futura, que poderia levá-lo à prisão.

Parlamentares bolsonaristas dizem que as declarações de Tarcísio sobre a Justiça Eleitoral trouxeram decepção, mas que evitarão críticas públicas ao governador.

No lugar disso, prometem cobrar novos posicionamentos públicos de Tarcísio sobre casos como o da bolsonarista Débora Rodrigues dos Santos, uma das acusadas de invadir o STF e participar da tentativa de golpe, incluindo a pichação de estátua da Justiça com batom.

Mãe de duas crianças, seu julgamento está em curso — Alexandre de Moraes votou para que sua pena seja de 14 anos, entendimento acompanhado pelo ministro Flávio Dino.

As redes sociais de Tarcísio não divulgaram o discurso feito aos juízes eleitorais na sede do TJ-SP. Na sexta (21), Tarcísio publicou dois vídeos para celebrar o aniversário de Jair Bolsonaro, que completou 70 anos.

O primeiro foi um apanhado de imagens dos dois juntos em eventos e discursos eleitorais. O segundo foi um registro do telefonema que o governador fez ao aliado para lhe desejar parabéns.

Ofensiva de Bolsonaro inclui anistia, pressão internacional e TSE

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem reforçado algumas frentes de pressão diante do avanço do processo sobre a trama golpista — a Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidirá a partir de terça-feira (25) se aceita a denúncia para torná-lo réu.

Atualmente, Bolsonaro está inelegível até 2030 em razão de duas condenações no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) envolvendo abuso de poder por atos em 2022, quando era presidente. Somado a isso, pode aumentar a inelegibilidade se for condenado por ter liderado uma tentativa de golpe de Estado, além de ser alvo de outras investigações na Justiça.

No caso da trama golpista, o ex-mandatário é acusado de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito e golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra patrimônio da União, deterioração de patrimônio tombado e participação em uma organização criminosa. Se for condenado pelos crimes, pode pegar mais de 40 anos de prisão.

Quanto aos ataques aos três Poderes em Brasília, Bolsonaro prometeu, em entrevista à Revista Oeste na terça (18), continuar com atos a favor da anistia aos envolvidos no 8 de janeiro.

O ex-presidente nega que esteja advogando em benefício próprio, mas projetos já apresentados no Congresso sobre o tema tinham brechas que poderiam beneficiá-lo em sua inelegibilidade.

O ex-presidente também tem intensificado a ofensiva por pressão internacional e tem feito uma série de manifestações públicas pedindo a interferência dos EUA em assuntos do Brasil.

"Não temos como buscar paz, tranquilidade e democracia internamente. É impossível. Precisamos de ajuda de fora."

No mesmo dia, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou que pode pedir asilo aos EUA por se considerar um perseguido político.



Pressões do ex-presidente

Interna
Bolsonaro prometeu manter atos pela anistia aos envolvidos no 8/1. Projetos no Congresso sobre esse tema e a revisão da Lei da Ficha Limpa poderiam favorecê-lo. Além disso, espera reverter inelegibilidade com mudanças na composição do TSE em 2026 (com saída de Moraes e entrada de Kassio e Mendonça)

Pressão externa
Aliados do ex-presidente intensificaram nos EUA . Seu filho, Eduardo Bolsonaro, diz que pode pedir asilo no país.

Neste ano, o deputado fez uma viagem aos EUA para conseguir algum tipo de sanção ao ministro.

A chance de pedir asilo já foi admitida pelo próprio ex-presidente, que agora nega a possibilidade. Para a oposição, a iniciativa de Eduardo nos EUA poderia ser uma preliminar para facilitar o pedido de asilo do pai.

O ex-presidente também já falou em revogar a Lei da Ficha Limpa. Quando discursa, Bolsonaro usa como uma das principais bandeiras o combate à corrupção, atrelando-a ao seu maior opositor, o PT, e ignorando ocorrências em seu governo.

Apesar disso, ele afirmou em fevereiro que a lei da Ficha Limpa — marco no combate à corrupção — serve para "perseguir a direita". O político também sugeriu diminuir o tempo de inelegibilidade determinado pela norma.

Bolsonaro ainda diz contar com mudanças na composição do Tribunal Superior Eleitoral em 2026 para reverter sua inelegibilidade, embora essa opção seja considerada inviável por especialistas.

Ele conta com cenário mais positivo para si no tribunal em razão da ausência de Moraes, visto pelo político como seu maior antagonista, e a presença de Kassio Nunes Marques e André Mendonça, magistrados escolhidos por ele. Nas eleições de 2026, Kassio será o presidente da corte, e Mendonça, o vice.

Sobre o tema, Eduardo Bolsonaro já afirmou que o pai pode tentar apresentar ações rescisórias no TSE para tentar reverter a inelegibilidade na própria corte.

Os especialistas em direito eleitoral Fernando Neisser e Alberto Rollo, porém, afirmam já não ser mais possível qualquer ação no TSE, independentemente da composição do tribunal.

Apesar disso, a defesa do ex-presidente aguarda recursos das decisões da corte eleitoral junto ao STF, instância na qual qualquer outro recurso teria que correr, segundo os especialistas.

Galípolo circula em jantares fora do BC e amplia contato com mundo político

Presidente do Banco Central já foi aconselhado por Sidônio, ministro da Secom de Lula, e participou de encontros com autoridades e personagens do meio cultural



O atual presidente do BC, Gabriel Galípolo, em almoço da Febraban Zanone Fraissat - 29.nov.24/Folhapress

Catia Seabra

Gabriel Galípolo, 42
Assumiu a presidência do BC em 2025, indicado por Lula (PT), com mandato até 2028. Antes, atuou como secretário-executivo do Ministério da Fazenda e diretor de política monetária da autoridade. Foi CEO do Banco Fator. É graduado em economia e mestre em economia política pela PUC-SP

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, foi personagem de dois jantares nas últimas semanas com políticos e personalidades do meio cultural. Num desses encontros, ele abriu as portas de sua casa em Brasília para receber autoridades e outros convidados.

A estreia de Galípolo como chefe do BC em janeiro foi acompanhada de projeção fora da instituição. Ele circula em grupos variados, além de ampliar sua interlocução com o mundo político.

Galípolo foi o convidado de honra de um jantar em 7 de março em um apartamento de Higienópolis, em São Paulo. Entre os participantes, estavam advogados, artistas plásticos e médicos.

O jantar foi oferecido pelo advogado Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, com atuação nas áreas de direito societário, fusões e direito esportivo. O encontro não foi registrado na agenda do BC.

Ao fazer a apresentação, o jornalista Juca Kfouri, que é colunista da **Folha**, exaltou as qualidades do presidente do BC, mas sugeriu que não esperassem de Galípolo dicas de investimentos.

Também em tom de brincadeira, segundo relatos, Kfouri disse que os convidados talvez estivessem diante de um futuro presidente da República. Profissional especializado na cobertura esportiva e corintiano, ele brincou que Galípolo poderia ter esse futuro, apesar de ser palmeirense. O presidente do BC riu.

Como em outros eventos reservados de que participa, Galípolo foi questionado sobre os motivos de decisões recentes da instituição, principalmente sobre juros.

De acordo com relatos, o presidente do BC comentou a composição da diretoria da instituição e respondeu a dúvidas sobre juros e inflação. Explicou que o presidente do banco não tem ascendência sobre os demais diretores e que as decisões devem ser negociadas.

A conversa ocorreu fora do período de silêncio —intervalo em que a diretoria do BC não pode fazer declarações sobre assuntos do Comitê de Política Monetária. O período que está em vigor começou no dia 13 e vai até o dia 25.

Dias depois daquele evento, Galípolo foi o anfitrião de um jantar na segunda (10) que teve a presença dos presidentes do STF, Luís Roberto Barroso, da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Também estavam lá o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), e o vice-presidente do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO), que já foi líder do governo Jair Bolsonaro.

O jantar foi oferecido para a empresária Paula Lavigne e a cantora Marisa Monte. O encontro foi descrito como informal, com a presença dos cônjuges de convidados. Parte das conversas passou por discussões sobre projetos em tramitação no Congresso.

Desde que assumiu a presidência do banco, Galípolo foi aconselhado em alguns episódios pelo ministro Sidônio Palmeira (Secom). Num desses casos, quando o BC anunciou regras para chaves Pix, os dois trocaram impressões sobre o comunicado feito pelo banco, com o objetivo de evitar uma nova crise de desinformação sobre o meio de pagamento.

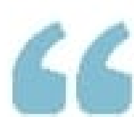
Nos últimos anos, a proximidade com o mundo político tornou o antecessor de Galípolo no BC alvo de críticas. No caso de Roberto Campos Neto, suas interações eram frequentes com aliados de Bolsonaro. Chegou a vestir a camisa da seleção, usada por bolsonaristas, para votar em 2022.

Galípolo já exibiu uma relação direta com Lula (PT). Em novembro, participou de reuniões com o petista sobre o pacote fiscal elaborado por Fernando Haddad (Fazenda). Em dezembro, foi à confraternização de fim de ano do primeiro escalão do governo. Nas duas ocasiões, ainda era diretor de Política Monetária do BC.

Apesar do papel desempenhado por Galípolo, políticos enxergam poucos sinais de pretensões imediatas do presidente do BC nessa área. Há entusiastas da ideia de que ele possa desempenhar outros papéis em governos ou até disputar eleições, mas eles entendem que esse cenário dependeria de uma construção que, hoje, não estaria posta.

Lula desaloja jornalistas, e plano de estrutura não sai do papel

Marianna Holanda e Renato Machado



Nosso compromisso e esforço é para garantir melhores condições de trabalho para jornalistas que cobrem a Presidência

Laércio Portela
secretário de Imprensa da Secom

BRASÍLIA O governo Lula (PT) desalojou os profissionais de imprensa da estrutura que ocupavam na residência oficial do Palácio da Alvorada para fazer a cobertura da rotina do mandatário nos dias em que ele não vai ao Palácio do Planalto.

A promessa era que uma nova sala, maior e com melhores condições, fosse construída. Passados mais de seis meses, a obra não teve início e não há projeto nem licitação aberta.

Lula voltou a usar o Alvorada no dia 20 de fevereiro, após um hiato de cerca de um mês vivendo e realizando algumas reuniões na outra residência oficial, a da Granja do Torto. A justificativa é que o Alvorada passou por serviços de "manutenção contínua".

A sala que era utilizada pela imprensa existiu por décadas e ficava ao lado da guarita principal do Alvorada. O ambiente é pequeno e, muitas vezes, não abrigava todos os profissionais que atuavam na cobertura. Contava com uma mesa, algumas cadeiras, um sofá de dois lugares e uma poltrona.

Ao lado da sala, também ficava uma grande tenda, que cobria bancos de madeira para os visitantes, equipamentos de raio-x, além de outros itens usados pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional), responsável pela segurança da residência.

Sem aviso prévio, a tenda foi desmontada e os bancos retirados, no início do segundo semestre de 2024. Os equipamentos do GSI foram transferidos para a sala que era usada pelos jornalistas.

A promessa de integrantes do governo era de que haveria uma obra no local, com melhorias na antiga sala de imprensa e a construção de uma nova estrutura.

O governo Lula, no entanto, não deu informações sobre o andamento do processo. Em resposta a um pedido de informações via LAI (Lei de Acesso à Informação) feito pela **Folha**, a Casa Civil reconheceu que não há projetos sobre isso.

Questionada sobre a previsão de finalização da obra e reabertura do espaço a jornalistas, a Secom disse, por meio do secretário de imprensa, Laércio Portela, que dará resposta brevemente.

"Estamos vendo tudo que já existiu sobre o tema, se há projeto mesmo e o que é possível fazer. Vou dialogar com a Casa Civil e o GSI para entender em quais termos isso está tramitando no governo. Nosso compromisso e esforço é para garantir melhores condições de trabalho para jornalistas que cobrem a Presidência."

A falta de estrutura no Alvorada já foi tema de reuniões de profissionais da imprensa com a Secom. O Sindicato dos Jornalistas do DF enviou ofício ao ministério.

A Família do estimado

PROFESSOR CLAUDIO SALVADOR LEMBO

Convida para a missa de sétimo dia, que será celebrada no dia 25 de março, às 17h, na Paróquia Santa Teresinha em Higienópolis.
Desde já, agradecemos todo o carinho e as orações.

Eufrázio

O Supremo e as regras eleitorais

Postura mostra um padrão: decisões oscilam conforme o contexto político

Lara Mesquita

Professora na Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP) e pesquisadora do Cepesp. Doutora em ciência política pelo IESP-UERJ

Mais de dois anos após as eleições de 2022, o STF segue reinterpretando regras eleitorais e influenciando a composição da Câmara. Em novembro daquele ano, Podemos e PSB acionaram o tribunal contra o entendimento e aplicação da Justiça Eleitoral sobre os critérios de distribuição de cadeiras, tema só definido recentemente.

Até 2017, apenas partidos que atingissem o quociente eleitoral (QE) podiam receber cadeiras. No entanto, as coligações permitiam que partidos se unissem para atingir esse requisito, favorecendo a fragmentação partidária. Para reduzir esse problema e melhorar a governabilidade, o Congresso proibiu as coligações proporcionais a partir de 2020.

Como compensação, flexibilizou-se a exigência do QE, permitindo que qualquer partido participasse da distribuição de cadeiras. Em 2021, criou-se a federação partidária, instrumento semelhante às coligações, mas de abrangência nacional e duração mínima de quatro anos. Como contrapartida, restringiu-se a distribuição de cadeiras a partidos ou federações que atingissem pelo menos 80% do QE.

Em fevereiro de 2024 o STF derrubou essa restrição, permitindo que qualquer partido dispute vagas, mas optou por não alterar a composição da Câmara resultante da eleição de 2022.

A ação também questionava a exigência de votação mínima para candidatos. Desde 2015 candidatos precisam obter 10% do QE para ocupar uma cadeira. Em 2021 a exigência foi ampliada: 10% do QE nas cadeiras distribuídas pelo quociente partidário e 20% para a fase das sobras (ou maiores médias).

Dinâmica revela duas dificuldades do STF: compreender corretamente o funcionamento e o propósito da cláusula de barreira e do sistema proporcional

Essa dinâmica revela duas dificuldades do STF: compreender corretamente o funcionamento e o propósito da cláusula de barreira e do sistema proporcional.

Em 2006, o tribunal invalidou cláusula de barreira que exigia desempenho mínimo dos partidos para que pudessem ter funcionamento legislativo e receber recursos públicos. A decisão desconsiderou que esse instrumento é comum e necessário em democracias que optam por adotar a representação proporcional. Alemanha, Israel e Nova Zelândia, por exemplo, adotam alguma cláusula desse tipo.

O ministro relator desta decisão, Marco Aurélio de Mello, disse que a medida era "esdrúxula" e "injusta", afirmando que "coloca na vala comum partidos que não podem ser tidos como partidos de aluguel, como PPS, PC do B, PV e PSOL". À época, a preocupação central foi com partidos afetados, e não com os impactos no sistema político ou com a constitucionalidade da regra.

Em 2020, questionou-se no STF a constitucionalidade da exigência de desempenho mínimo para candidatos e o tribunal optou pela manutenção da regra. O relator justificou que "o eleitor vota no candidato" e que a exclusão da regra beneficiaria candidatos com menos votos. Desconsideraram que no sistema proporcional de lista aberta o eleitor vota na lista do partido, e apenas indica quem gostaria que ocupasse o topo da lista caso coubesse a ele a ordenação da mesma. Exigir desempenho mínimo dos candidatos, mas não dos partidos, distorce o sistema.

A postura do STF mostra um padrão: suas decisões oscilam conforme o contexto político, ainda que isso signifique alterar regras e composição das bancadas após anos de mandato transcorrido.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
SEG. Camila Rocha / Lara Mesquita TER. Joel Pinheiro da Fonseca
QUA. Elio Gaspari QUI. Conrado H. Mendes
SEX. Marcos Augusto Gonçalves SÁB. Demétrio Magnoli

Presidência do PSB é aposta de João Campos para se opor a Raquel Lyra, fortalecida no PSD

Prefeito do Recife assume comando do partido em maio e pode usar acordos nacionais em troca de fortalecimento para disputa em PE



Raquel Lyra e João Campos, em reunião no Palácio do Campo das Princesas Hesiodo Goes - 22.fev.24/Governo de Pernambuco

José Matheus Santos

RECIFE O prefeito do Recife, João Campos (PSB), pretende usar a presidência nacional do PSB para se contrapor à governadora Raquel Lyra (PSD) na articulação de acordos para as eleições de 2026 para o Governo de Pernambuco.

João Campos assumirá o comando do PSB em maio, sucedendo o atual presidente da legenda, Carlos Siqueira.

Após a filiação da governadora ao PSD, a avaliação é que Raquel Lyra terá mais musculatura política para firmar alianças e ter competitividade maior na disputa estadual do próximo ano.

Aliados foram avisados da estratégia de usar a influência nacional em prol do projeto do PSB em Pernambuco ao longo das tratativas para a alçada do prefeito à presidência do partido.

Além disso, João Campos vai intensificar agendas no interior de Pernambuco, a fim de popularizar a sua imagem, sob a justificativa de que será presidente do PSB no país, já que não quer assumir abertamente a possível candidatura a governador.

O início da nova estratégia será a partir de 30 de março em Afogados da Ingazeira, no sertão do Pajeú, reduto eleitoral do PSB desde os tempos dos ex-governadores Miguel Arraes e Eduardo Campos, pai de João.

A ascensão do prefeito à presidência manterá a influência da ala pernambucana do partido, que já controla o PSB. O irmão do prefeito, o deputado Pedro Campos (PE), é o líder da agremiação em 2025 na Câmara dos Deputados.

Três partidos são tratados como prioridade para o eventual projeto estadual de João Campos em 2026: PT, MDB e União Brasil. O prefeito indicou, em várias conversas com integrantes dos três partidos, que não há decisão sobre uma candidatura a governador em 2026, mas lideranças das três legendas avaliam que é preciso uma decisão até janeiro para não atrapalhar o planejamento.

Caso decida ser candidato a governador, João Campos precisaria renunciar ao cargo de prefeito até o começo de abril de 2026.

O PT é tido como vital numa eventual coligação de João Campos. Por isso, uma das prioridades do prefeito na presidência do PSB será consolidar a aliança política entre os dois partidos em torno do projeto de reeleição do presidente Lula.

A avaliação de aliados de João Campos é que, com a aliança PT-PSB nacionalmente, dificilmente Lula subiria no palanque ao lado de Raquel Lyra em Pernambuco.

Apesar de Raquel Lyra não ter se posicionado sobre as eleições de 2026, aliados não descartam a possibilidade de ela apoiar a reeleição de Lula. Mas, no cenário atual, segundo o entorno da governadora, não faria sentido esse apoio diante da crise de popularidade do presidente.

No estado, o PT tem como prioridade a reeleição do senador Humberto Costa. O partido ainda não tomou lado entre João Campos e Raquel Lyra, mas tem uma proximidade maior com o PSB e participa da gestão da Prefeitura do Recife com dois secretários. Os deputados estaduais petistas, entretanto, costumam votar alinhados ao governo de Raquel Lyra na Assembleia Legislativa.

João Campos quer atuar para manter Geraldo Alckmin como vice-presidente na chapa de Lula. A vaga é cobiçada por outros partidos, como o MDB.

A sigla emedebista está mais próxima de João Campos, após um período de aliança também com Raquel Lyra. Porém o partido não saiu da mira da governadora para o próximo ano.

Por sua vez, João Campos poderá, na presidência do PSB, envolver outros estados nas negociações em troca de aliança com o MDB em Pernambuco, seja com apoios a candidatos emedebistas a governos estaduais ou alianças para o Senado.

Ao se filiar ao PSD, Raquel Lyra recebeu a promessa de carga máxima de estrutura para disputar a reeleição — o presidente do partido, Gilberto Kassab, teria prometido o teto do fundo eleitoral.

Outro foco do PSD é a montagem de chapas competitivas para deputado federal em Pernambuco. O governo se prepara para usar essa estrutura a fim de atrair parlamentares do centrão que são aliados de João Campos.

Uma possível baixa para João Campos poderá ser a federação que está em articulação entre PP e União Brasil. Isso porque os dois partidos estão em lados opostos em Pernambuco e, caso haja a federação, terão que funcionar praticamente como um partido único por quatro anos.

Em Pernambuco, a federação ficaria sob comando do deputado federal Eduardo da Fonte (PP-PE), que pode disputar o Senado na coligação de Raquel Lyra.

O União Brasil é presidido em Pernambuco pelo ex-prefeito de Petrolina Miguel Coelho, que quer disputar o Senado numa eventual chapa de João Campos.

Um partido que é tido como certo em apoio a João Campos em 2026 é o Republicanos, liderado em Pernambuco pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que quer disputar o Senado, assim como Miguel Coelho e Humberto Costa.



Catarina Pignato/Folhapress

Reforma do Código Civil prevê compensação financeira por cuidar dos filhos e da casa

Mudança valerá só para o regime de separação de bens; juiz fixará valor em caso de divórcio ou morte do cônjuge ou companheiro

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O projeto de reforma do Código Civil prevê que o trabalho na residência da família e os cuidados com filhos darão direito a uma compensação a ser fixada pelo juiz em caso de divórcio ou morte do cônjuge ou companheiro.

O dispositivo valeria apenas às uniões no regime de separação total de bens e busca remunerar o chamado trabalho invisível, em que a pessoa que assumiu a tarefa doméstica, muitas vezes abandonando um emprego fora de casa, corre o risco de sair do relacionamento sem direito a nada.

O código atual, sancionado em 2002, não prevê essa compensação. Alguns juízes estabelecem indenizações nesses casos, mas não há uma jurisprudência definida sobre a questão. Há também pactos antenupciais que preveem essa remuneração, algo que ainda é raro no país.

A proposta nasceu a partir de uma comissão de juristas e foi apresentada formalmente como projeto de lei no Congresso (PL 4/2025) em janeiro deste ano pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O capítulo sobre o regime de separação traz duas propostas de mudança na lei (artigo 1.688). Primeiro, diz que haverá a divisão de bens adquiridos por ambos os cônjuges ou conviventes com a contribuição econômica direta de ambos, respeitada a sua proporcionalidade. Mesmo que ele esteja registrado no nome de apenas um deles.

Diz ainda que "o trabalho realizado na residência da família e os cuidados com a prole, quando houver, darão direito a obter uma compensação que o juiz fixará, na falta de acordo, ao tempo da extinção da entidade familiar".

"[O projeto] tem uma preocupação com a invisibilidade do trabalho feminino. Embora a Constituição garanta igualdade, a gente não ganha a mesma coisa que um homem. O processo legislativo tenta dar uma equilibrada nisso. Se vai conseguir, não sabemos", afirma Renata Mangueira de Souza Gasparini, especialista em contencioso cível, família e sucessões do escritório Gasparini, Barbosa e Freire Advogados.

Ela afirma que a lei não traz parâmetros objetivos sobre essa indenização, o que seria muito difícil de fazer em uma legislação tão ampla, e que o juiz terá de analisar, no caso concreto, questões como patrimônio, tempo de união e outros pontos específicos sobre a vida e os filhos do casal.

Silvia Felipe Marzagão, especialista em direito de família e sucessões e sócia do escritório Silvia Felipe e Eleonora Mattos Advogadas, afirma que é positivo ter uma regra que preveja indenizar aquele que trabalhou no cuidado com a família e não vai ter nenhum tipo de patrimônio no fim da relação, mas defende que haja alguns parâmetros para isso.

"A intenção legislativa parece boa, mas a forma como está escrito talvez tenha que ser um pouco mais amadurecida, para ficar claro quais os critérios para que essa indenização seja concedida."

Ela diz que a compensação não se aplica ao regime de comunhão parcial, que já garante a esse companheiro ou companheira metade dos bens constituídos durante a relação.

As duas advogadas afirmam que essa alteração no código também busca compensar outra mudança proposta.

Atualmente, esse cônjuge tem direito a disputar com os filhos o patrimônio adquirido antes do relacionamento —a separação total só afasta esse companheiro da herança formada pelos bens constituídos durante o casamento. Essa regra se aplica somente para herança, não para divórcio. Isso não pode ser alterado nem por testamento.

A proposta de reforma afasta o cônjuge da disputa por essa herança, que muitas vezes vem de outro relacionamento. Com isso, haverá um retorno à regra vigente antes da sanção do código atual.

"O código de 2002 colocou o cônjuge em uma situação vantajosa em relação aos filhos. Criou aquilo que a gente chama de 'super cônjuge'. A reforma revê isso, mas ela também não pode criar um 'mini-cônjuge'. Então ela tenta equilibrar essa relação", afirma Renata Gasparini.

Mudanças no regime de separação de bens em discussão

- Admite-se a divisão de bens adquiridos por ambos os cônjuges ou conviventes com a contribuição econômica direta de ambos, respeitada a sua proporcionalidade
- O trabalho realizado na residência da família e os cuidados com os filhos, quando houver, darão direito a obter uma compensação que o juiz fixará, na falta de acordo, ao tempo da extinção da entidade familiar

Fonte: PL 4/2025 - Senado Federal

DE GRÃO EM GRÃO

Sua carteira realmente é de elite ou só parece?

Descubra os 5 pilares que diferenciam uma carteira robusta de um portfólio frágil

Michael Viriato
Assessor de investimentos e sócio fundador da Casa do Investidor

Se você pudesse construir um prédio para proteger e multiplicar seu patrimônio, como ele seria? Uma estrutura sólida e planejada para durar décadas ou um edifício feito às pressas, sujeito a rachaduras e desmoronamentos ao primeiro sinal de tempestade? No mundo dos investimentos, muitos constroem seus portfólios sem planejamento, focando apenas retornos imediatos. Mas os investidores bem-sucedidos seguem um modelo estratégico que garante equilíbrio e crescimento sustentável. Esse modelo pode ser resumido na carteira de elite, estruturada com base em cinco princípios essenciais: eficiência, liquidez, impacto do risco, tempo e eficácia.

A eficiência é o primeiro pilar de uma carteira vencedora. Muitos investidores olham apenas para rentabilidade, mas ignoram alternativas mais vantajosas. Um portfólio eficiente otimiza custos e a relação entre risco e retorno, garantindo que cada real esteja bem empregado.

A liquidez é frequentemente esquecida por quem busca apenas rentabilidade, mas uma carteira equilibrada precisa oferecer acesso ao dinheiro quando necessário. Quem investe tudo em ativos de longo prazo pode perder boas oportunidades ou enfrentar dificuldades em momentos de necessidade. Ter parte da carteira acessível evita esse problema sem comprometer o crescimento do patrimônio.

O impacto do risco é um fator decisivo na construção de um portfólio. Muitos acham que diversificar é apenas ter diferentes ativos, mas, na prática, acabam concentrados no mesmo tipo de risco. Uma carteira bem estruturada reduz vulnerabilidades e permite enfrentar cenários adversos sem grandes perdas. Um bom controle do impacto do risco é fundamental para um portfólio robusto e sustentável.

O tempo é um dos ativos mais valiosos no mundo dos investimentos. Grandes patrimônios não se constroem com apostas de curto prazo, mas sim com visão estratégica e paciência. Quem altera a carteira ao menor sinal de oscilação do mercado tende a comprometer o potencial de crescimento. Manter o foco no horizonte correto permite que o efeito dos juros compostos trabalhe a favor do investidor. Adicionalmente, alinhar o horizonte de investimento às necessidades financeiras evita vendas não planejadas com prejuízos.

A eficácia é o teste final de qualquer estratégia. Não adianta diversificar e ter bons ativos se a carteira não atende aos objetivos do investidor. Quem precisa de liquidez para um projeto em dois anos não pode estar 100% alocado em investimentos de longo prazo. Da mesma forma, quem busca crescimento não pode concentrar tudo em opções extremamente conservadoras. Cada ativo deve ter um propósito em termos de retorno, risco e liquidez claro dentro do portfólio.

O maior erro dos investidores é buscar atalhos e ignorar fundamentos básicos. Investir bem não exige acesso a informações privilegiadas, mas sim disciplina para aplicar princípios sólidos. Se sua carteira fosse um edifício, ela resistiria ao tempo e às crises ou entraria em colapso diante do primeiro abalo? Construir uma carteira de elite não significa apenas buscar rentabilidade, mas garantir um portfólio estruturado, seguro e alinhado com seus objetivos financeiros.

Os 5 princípios essenciais de uma carteira de elite

- Eficiência
- Liquidez
- Impacto do risco
- Tempo
- Eficácia

Os gigantes da educação respiram

Setor navegou mares turbulentos, mas há boas surpresas nos últimos meses

Marcos de Vasconcellos
Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

O Ibovespa, que terminou o ano passado maltrapilho e maltratado, reagiu bem à chuva de tarifas que assombram a economia dos Estados Unidos e já registra praticamente 10% de alta neste ano.

É um alívio na carteira de ações, depois de tanta tempestade. Mas, com a taxa de juros básica acima de 14% ao ano, colocar suas fichas em títulos do Tesouro, rendendo mais de 1% ao mês, praticamente livre de risco, continua tentador demais.

Ainda assim, quem peneira oportunidades na Bolsa pode ter se deparado com boas surpresas nos últimos meses. Quase insignificantes na composição do Ibovespa, representando menos de 0,5% do índice, as gigantes da educação ficam, muitas vezes, fora do radar dos investidores.

Neste ano, a valorização de suas ações foi chocante. A Cogna (COGN3) viu seus papéis decolarem impressionantes 74% desde o Réveillon, enquanto os da Yduqs (YDUQ3) subiram quase 40% e os da Ânima (ANIM3) escalaram 35%.

O gráfico é de cair o queixo, quando analisamos 2025 isoladamente. Se olharmos para os últimos 12 meses, entretanto, é puro sofrimento. Perdas de mais de 50%. O filme de terror para o setor da Educação na Bolsa está em cartaz desde a pandemia de Covid-19, ou seja, lá se vão cinco anos.

A junção entre os chamados lockdowns (quando nos trancamos em casa para fugir do vírus) e o avanço tecnológico permitiu a oferta massiva dos cursos a distância, pelo preço de um pãozinho. Todo o modelo de negócio teve que se reestruturar. E as ações foram a reboque. Os papéis da Cogna, por exemplo, hoje, são negociados a um valor 84% menor do que em 2020. Ânima e Yduqs registram, no mesmo prazo, quedas de mais de 70%.

A virada para 2025, entretanto, parece ter trazido um sopro de esperança para as gigantes [da educação]. A recuperação de suas ações ainda é ínfima perto das quedas, mas extremamente significativa

A virada para 2025, entretanto, parece ter trazido um sopro de esperança para as gigantes. A recuperação de suas ações ainda é ínfima perto das quedas, mas extremamente significativa, já que duas delas tocaram o preço mais baixo da sua história no último dezembro. Não dá para garantir que foi o fundo do poço, mas há bons sinais de que tenha sido uma inversão de tendência.

Analistas de corretoras parecem animados com o momento. Os times do BTG Pactual e da XP recomendam a compra de duas das três ações do setor. Ao que parece, as contas do último trimestre mostram um dever de casa bem feito.

Na Yduqs, por exemplo, apesar de a receita com ensino presencial ter sido R$ 2,1 bilhões e a do digital ter sido de R$ 1,7 bilhão, seus resultados com o segmento digital foi muito melhor (R$ 1,3 bilhão vs R$ 996 milhões). Ou seja, do limão, finalmente, saiu limonada. Ao menos na quantidade de cursos vendidos.

O reposicionamento tecnológico do setor impulsionou também a mudança de cenário brasileiro. O Censo da Educação Superior mostra crescimento recorde de matrículas. De 2021 para 2022, o último ano do governo Bolsonaro, o salto de ingressantes foi de mais de 20%, chegando a 4,75 milhões de novos alunos, com a Educação a Distância (EaD) superando a presencial.

Em 2023, a chegada de novos estudantes às salas de aula manteve-se em alta. O governo do PT tradicionalmente concentra esforços e gastos (e publicidade) na ampliação do acesso ao ensino superior. Em janeiro, por exemplo, lançou um programa para pagar bolsas de R$ 1.050 a estudantes de licenciatura.

Bons sinais para um setor que navegou por mares tão turbulentos nos últimos anos.

Aumento da Selic amplia vantagem da renda fixa, com destaque para Tesouro Direto

Títulos pós-fixados costumam ter rentabilidade melhor em cenário de alta de juros; BC prevê elevações menos intensas em maio

Júlia Moura

SÃO PAULO Com o aumento da Selic em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, anunciado pelo BC (Banco Central) na última quarta-feira (19), a renda fixa pós-fixada ficou mais atrativa. Ativos que têm sua rentabilidade ligada à Selic ou ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), seu equivalente, passaram a render mais com o aumento na taxa básica de juros e ficaram ainda mais atrativos aos investidores.

A expectativa de economistas é que a Selic siga em alta este ano e chegue a 15% ao fim de 2025.

"Os pós-fixados costumam ter uma performance melhor neste cenário [de alta de juros]", diz Rafael Winalda, especialista em renda fixa do Inter.

Esta modalidade, em que o ganho exato é conhecido na contratação, é indicada para todos os investidores. No caso dos conservadores, ela deve integrar toda a carteira de investimentos, desde que distribuída em diversos produtos com diferentes vencimentos, como CDBs (Certificados de Depósito Bancário), LCIs, LCAs e LCDs (Letras de Crédito Imobiliário, do Agronegócio e de Desenvolvimento, respectivamente) e títulos do Tesouro Selic, o mais recomendado por analistas.

Na sexta (21), o Tesouro Selic com vencimento em 2031 e liquidez diária era negociado com uma rentabilidade de Selic acrescida de 0,1116% ao ano. Com a nova taxa básica do Banco Central, isso equivale a 14,36% ao ano. Considerando a inflação prevista para os próximos 12 meses, de 5,23%, é um ganho real de 9,13%.

Tal ganho é superior aos produtos de renda fixa isentos do Imposto de Renda. Segundo cálculos de Rafael Haddad, planejador financeiro do C6 Bank, uma debênture incentivada que rende 96% do CDI ao ano, teria rentabilidade líquida real de 8,70%.

"Houve um aumento das expectativas de juros no curto prazo, e isso beneficiou as rentabilidades projetadas para esses produtos. Os produtos pós-fixados seguem como os mais atrativos em todos os prazos analisados, o que é um reflexo dessa expectativa de que os juros vão ser mais altos pela frente", diz Haddad.

Apesar do ganho menor neste momento, no longo prazo, com a perspectiva de que a Selic caia para 10% até 2028, contratar produtos de renda fixa visando prazos maiores pode beneficiar a carteira no futuro.

Porém, de acordo com Winalda, do Inter, a rentabilidade desses títulos privados de renda fixa ainda não está atrativa o suficiente, com empresas de boa avaliação de risco pagando menos de 1,5 ponto percentual acima do Tesouro IPCA+.

"O spread [diferença para a rentabilidade do título público equivalente] das debêntures tem evoluído, mas ainda está abaixo da média histórica, de cerca de 2%. No entanto, se o ativo for de altíssima qualidade, ele não deve ser totalmente descartado", diz.

Outras modalidades de renda fixa também são boas oportunidades, dizem especialistas. Um dos mais indicados é o Tesouro IPCA+ (conhecido como NTN-B), com juro na faixa de 7,5% ao ano combinado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a inflação oficial do país, no mesmo período.

"O investidor que é muito avesso a risco deve comprar só Tesouro Selic, mas para quem tolera um pouco de volatilidade na renda fixa, é recomendável ter de 5% a 10% dos investimentos em NTNB e/ou prefixado, de vencimentos intermediários", diz Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Investimentos, Vida e Previdência.

Esses produtos de juros predeterminados têm uma variação diária no seu preço, seguindo os movimentos do mercado financeiro e a precificação dos juros futuros. Essa movimentação é computada no saldo da carteira de investimentos, o que pode assustar investidores. Porém, se carregado até o vencimento, o título entrega a rentabilidade contratada.

No último pregão, o Tesouro prefixado com vencimento em 2028 era negociado com uma taxa de 14,48% ao ano, e para 2032, a 14,81%.

"As classes prefixadas já estão persistentemente com ganhos acima de 1% líquido ao mês. Temos aqui níveis bastante atrativos para o investidor", afirma Jonas Chen, gestor da B.Side Investimentos.

Veja a rentabilidade da renda fixa com a nova Selic

Rentabilidade após 1 ano

Valor Investido: R$ 1.000	Valor líquido, em R$	Rentabilidade líquida real, em %
Poupança	1.077,70	2,41
Tesouro Selic 2028, a Selic + 0,0556%	1.122,72	6,69
CDB com liquidez diária, a 102% do CDI	1.126,06	7,01
CDB/RDB/LC, a 105% do CDI	1.129,76	7,36
LCI/LCA/Debênture incentivada, a 96% CDI	1.143,81	8,70
CDB/RDB/LC, a IPCA + 8,55%	1.117,37	6,18
CDB/RDB/LC, a 15,45%	1.127,46	7,14

Fonte: C6 Bank

+ Impacto da nova taxa no crédito ao consumidor se concentra no longo prazo

A nova Selic encarece em poucos reais ao mês as parcelas de financiamentos e empréstimos. Segundo a Anefac (associação dos executivos de finanças), a variação anual nas principais linhas de crédito para pessoas físicas será inferior a 2%.

O diretor-executivo da Anefac, Miguel José Ribeiro de Oliveira, diz que o impacto é discreto por haver uma diferença muito grande entre a Selic e os juros cobrados dos consumidores que, na média da pessoa física, vão atingir, 123,58% ao ano, uma variação de mais de 800% entre as duas pontas. As instituições já têm margens altas para compensar riscos e custos.

A taxa para financiar um carro de R$ 40 mil no banco, em 60 meses, passa para 2,10% ao mês, deixando o veículo R$ 1.347,01 mais caro.

Embora o impacto de cada alta seja limitado, a persistência dessa trajetória tem efeito cumulativo.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo, Michael Viriato TER. Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon QUA. Bernardo Guimarães / Lorena Hakak, Vinicius Torres Freire, Jerson Kelman QUI. Cida Bento / Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire SAB. Marcos Mendes / Rodrigo Zeidan, Laura Müller Machado

Quem não é obrigado a enviar a declaração, mas teve IR retido, pode ter restituição

Contribuinte que não entra em nenhuma regra que exige o envio, mas teve retenção de imposto em 2024, pode ter dinheiro de volta

IR 2025

Cristiane Gercina e Júlia Galvão

SÃO PAULO Contribuintes que não estejam obrigados a declarar o Imposto de Renda 2025 podem receber restituição ao entregar a declaração, caso tenha ocorrido retenção de IR na fonte no ano de 2024.

O cidadão pode receber de volta tudo o que pagou de imposto, via restituição.

Caso entregue a declaração do IR fora do prazo —que vai até 30 de maio— não estará sujeito à multa mínima de R$ 165,74.

As restituições serão pagas em cinco lotes. O primeiro será depositado no dia 30 de maio, e costuma ter só contribuintes com prioridade garantida por lei.

O auditor fiscal Kleber Cabral, vice-presidente da Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), diz que há algumas situações nas quais declarar pode ser vantajoso, mesmo sem ser obrigado.

"Às vezes a pessoa teve retenção na fonte ou do próprio salário ou de alguma ação judicial, só que, no ano todo, ela não está obrigada a declarar. Se deixar de fazer a declaração vai perder essa possibilidade de ter esse imposto retido restituído", diz.

Está obrigado a declarar o contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 33.888 no ano passado.

Há outras regras que obrigam a entrega, como ter tido rendimento isento e não tributável acima de R$ 200 mil ou ter bens que, somados, valem mais do que R$ 800 mil.

Quem teve ganho de capital com venda de imóvel não isento do IR também é obrigado.

A advogada Debora Bacellar, sócia da área de direito tributário, planejamento patrimonial e sucessório do BMA Advogados, cita outras situações que podem ter levado o contribuinte a ter um desconto do IR na fonte em algum mês, mas, a soma anual dos rendimentos não o obriga a declarar. Veja os exemplos.

*

1 Quem trabalhou como temporário alguns meses

Um contribuinte que teve um contrato formal temporário por alguns meses de 2024 e que pagou Imposto de Renda porque seu salário estava acima dos dois salários mínimos, que garante isenção do IR, pode ter imposto a receber.

Neste caso, é preciso declarar o IR para ter o valor de volta. Mas o cidadão deverá informar todas as suas fontes de renda, seus gastos e valores em contas bancárias, desde que sejam a partir de R$ 140.

2 Trabalhador que foi demitido em 2024

Quem trabalhou por quatro meses em 2024, com salário de R$ 6.000, por exemplo, foi demitido e ficou desempregado em todos os outros meses, não está obrigado a declarar. Na soma, os rendimentos tributáveis chegaram a R$ 24 mil, abaixo dos R$ 33.888 que obrigam a declarar.

No entanto, ele pagou Imposto de Renda. Só esteve isento do IR em 2024 quem ganhou até dois salários mínimos (R$ 2.824 por mês, já que o salário mínimo era de R$ 1.412).

Se declarar, terá 100% do imposto de volta.

3 Quem era MEI e, depois, foi contratado como CLT

Um contribuinte que tinha atividade como MEI (Microempreendedor Individual) e, no ano passado, utilizou sua microempresa por seis meses. Depois, nos outros seis meses do ano, foi contratado formalmente ganhando R$ 3.000.

Ele pagou Imposto de Renda por seis meses, mais IR sobre o 13º salário, que é um rendimento tributado exclusivamente na fonte, mas não atingiu a renda mínima que o obriga a declarar.

No ano, teve rendimento tributável de R$ 18 mil, abaixo dos R$ 33.888. Caso envie a declaração do IR, terá o imposto de volta.

4 Quem ganhou uma ação judicial e teve imposto retido

Quem ganhou rendimentos acumulados por meio de ação judicial, seja trabalhista (por salário ou hora extra) ou previdenciária, pode ter tido imposto retido na fonte, dependendo do valor. Ao fazer a declaração do IR e informar quanto recebeu, a quantidade de meses a que esses atrasados se referem e quanto pagou ao advogado, que deve ser descontado do valor total, ele pode ter de volta o IR que pagou.

5 Contribuinte que ganhou algum prêmio ou bonificação da empresa no ano

O contribuinte que trabalhava ganhando até dois salários mínimos em 2024 não pagou IR todos os meses. Mas, se ganhou um prêmio da empresa em dinheiro ou uma bonificação salarial, por exemplo, no valor de R$ 5.000, teve desconto do IR na fonte.

A mesma regra vale para alguém que fez hora extra e ganhou salário maior, que foi tributado, em alguns meses do ano.

SAIBA MAIS SOBRE O IR 2025
folha.com/impostoderenda



Veja o calendário de pagamento da restituição

- 1º lote 30 de maio
- 2º lote 30 de junho
- 3º lote 31 de julho
- 4º lote 29 de agosto
- 5º lote 30 de setembro

FILA DE PRIORIDADES

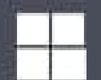
- Contribuintes que tenham a partir de 80 anos
- Contribuintes com idade igual ou superior a 60 anos, pessoas com deficiência e doentes graves
- Aqueles cuja maior fonte de renda seja o magistério
- Quem utilizar a declaração pré-preenchida e também optar por receber a restituição por Pix, simultaneamente
- Quem fizer a declaração pré-preenchida ou optar por receber a restituição por Pix
- Demais contribuintes

VAIO

VAIO® FE16.
O MELHOR DA VIDA
SEMPRE PASSA
NUM TELÃO.

A EXCELÊNCIA JAPONESA EM CADA DETALHE.


TELA IPS DE 16" POLEGADAS. EXPERIÊNCIA ULTRARREALISTA COM RESOLUÇÃO WUXGA 16:10 (1920X1200).


WINDOWS 11 HOME.


TECLADO RESISTENTE E CONFORTÁVEL.


Confira as ofertas no QR Code ou acesse: br.vaio.com

AMD

Windows 11

Facilite o dia a dia.



Processadores AMD Ryzen™ Série 5000 com placa de vídeo Radeon™



POSITIVO TECNOLOGIA
A inovação que você vive.

Supermercados têm 357 mil vagas abertas e vivem crise de emprego

Área costumava ser porta de entrada para o mercado de trabalho, mas busca por jornada mais flexível alterou quadro, diz associação, que quer mudanças na CLT

Cristiane Gercina

SÃO PAULO O setor de supermercados vive uma crise de emprego inversa a tudo o que se viu no Brasil por anos seguidos. Com 357 mil vagas abertas no país, as redes não encontram trabalhadores e têm feito parcerias para contratar egressos do Exército.

A falta de mão de obra está atrelada a uma mudança no perfil dos jovens —a área é considerada porta de entrada para o mercado de trabalho—, que buscam mais flexibilidade na jornada e salários maiores, segundo associação do setor.

"Antes, o trabalhador procurava o supermercado. Agora, o supermercado está procurando, usando redes, oferecendo bolsas de empregos, e com iniciativas com Exército, Marinha e Força Aérea no sentido de que os egressos do sistema militar encontrem nos mercados oportunidade de emprego de forma mais rápida", afirma Marcio Milan, vice-presidente da Abras (Associação Brasileira dos Supermercados).

"O que a gente vem identificando nos últimos meses é que o jovem está mudando de perfil e espera, muitas vezes, trabalhos mais flexíveis", afirma Milan.

Ele reconhece que o valor do salário é "básico", mas aponta como vantagens os benefícios da contratação pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

"Ao iniciar no mercado de trabalho, ele [trabalhador] tem, mesmo na função básica com salário de entrada, vale-alimentação, vale-refeição, auxílio-transporte, férias, 13º, Fundo de Garantia. Mas, muitas vezes, essa comparação [de valor] é feita só com o salário de entrada."

O vice-presidente diz que, além das campanhas feitas pelas empresas e da parceria com as Forças Armadas, há conversas com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Congresso para tentar mudar o cenário.

As demandas da associação ao Planalto e aos deputados e senadores envolvem mais mudanças na CLT —que passou por reforma em 2017, no governo de Michel Temer (MDB)— e debates aprofundados sobre o fim da escala 6x1, pois o setor teme a implantação da escala 4x3 proposta pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e o movimento VAT (Vida Além do Trabalho).

A alteração na CLT estaria ligada à possibilidade de contratar os trabalhadores por hora, sem onerar as empresas com os impostos sobre a folha de salários, o que seria uma forma de atrair quem procura flexibilidade. Seria o caso tanto dos mais jovens quanto de quem tem a partir de 60 anos.

Milan diz que o setor vê com preocupação os avanços pelo fim da escala 6x1, mas acredita que o debate é necessário. O problema, segundo ele, é que já há falta de mão de obra e os supermercados teriam mais dificuldades ainda de encontrar gente para contratar.

O setor supermercadista é um dos que mais emprega no país, com 3 milhões de vagas diretas e indiretas e mais de 400 mil lojas abertas, segundo ele.

O desemprego no Brasil atingiu mínimas históricas, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A taxa subiu a 6,5% no trimestre até janeiro, nível mais baixo da série iniciada em 2012 para o trimestre e igual ao trimestre terminado em janeiro de 2014.

Fábio Pina, assessor econômico da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de SP) afirma que há aspectos positivos e negativos na baixa do desemprego.

"O lado positivo é a taxa de desemprego baixa, não há um exército de pessoas desesperadas para preencher qualquer vaga que apareça. O primeiro aspecto negativo é que ainda há uma quantidade grande de pessoas nem nem [não trabalham nem estudam]. Então, o que estão produzindo para a sociedade? Como pretendem seguir sua vida?"

Pina diz que a falta de mão de obra deve acelerar a informatização do setor. "Por exemplo, o operador de caixa está virando máquina automática."

A automatização vem sendo defendida por entidades que representam os trabalhadores. Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e da UGT (União Geral dos Trabalhadores), diz acompanhar de perto a falta de mão de obra no comércio e em serviços.

O sindicato e a UGT são responsáveis por organizar um mutirão anual de emprego na região central da capital paulista. Embora trabalhadores ainda durmam na fila, a lotação que se via no vale do Anhangabaú não existe mais.

Desde 2023, o número dos que buscam emprego da forma tradicional é cada vez mais escasso.

A vantagem de ir ao feirão é sair empregado, já que grandes companhias, como supermercados e redes de varejo, levam toda a equipe de recursos humanos para dar esse suporte e "fisgar" os talentos, segundo sindicalistas.

Jovens, mulheres e pessoas com deficiência têm sido priorizadas no mutirão, porque são um público mais afetado pelas oscilações no mercado de trabalho e pelos preconceitos, diz Patah.

Neste ano, o feirão deverá ser realizado no segundo semestre. Uma das estratégias tem sido fazer mutirões em outras regiões do país, para tentar atender mais trabalhadores e empresários.

Patah é defensor do fim da escala 6x1, com aumento da automatização dos supermercados e outras redes de varejo. "Comerciário trabalha demais, de domingo a domingo. Um trânsito infernal em São Paulo [capital], demora uma hora e meia para ir e para voltar. Quando tem a folga, é para trabalhar também. No século 21, com tanta tecnologia e mudanças importantes, precisamos rever essa jornada", diz.

Cleonice Caetano de Souza, vice-presidente nacional da UGT, diz que o projeto maior da entidade é "colaborar com as empresas para que elas preencham as vagas", mas que há dificuldades devido à falta de mão de obra.

"Temos conversado, inclusive, com as empresas para dar ofertas melhores. Porque 6x1 é bem complicado. Por mais que a empresa diga que trabalha 44 horas semanais, dificilmente a folga sai sábado ou domingo, é sempre dia de semana. As pessoas se distanciam da família, têm dificuldade para estudar."

Com Gabriela Cecchin e Júlia Galvão



Trabalhador organiza produtos em supermercado em Brasília Lucio Tavora - 10.jan.25/ Xinhua

Redes passam por desafios para encontrar trabalhadores e fazem parcerias para contratar egressos do Exército

Número de vagas disponíveis por região



Veja os dez principais cargos nos supermercados*

Setor enfrenta crise com falta de trabalhadores e busca parcerias para contratar

Salário por cargo, em R$

Cargo	dez.23	dez.24	Variação salarial, em %	Participação no total de empregos no setor, em %
Operador de caixa	1.575,49	1.683,46	**6,85**	17,57
Repositor de mercadorias	1.557,66	1.660,64	**6,61**	15,03
Atendente de lojas e mercados	1.574,77	1.683,31	**6,89**	10,29
Vendedor de comércio varejista	1.621,08	1.842,96	**13,69**	6,87
Açougueiro	1.772,53	1.899,53	**7,17**	6,82
Auxiliar de serviços de alimentação	1.601,94	1.709,48	**6,71**	2,68
Embalador	1.324,74	1.435,27	**8,34**	2,66
Atendente de lanchonete	1.579,11	1.651,03	**4,55**	2,38
Padeiro	1.848,70	1.988,21	**7,55**	2,35
Faxineiro	1.553,68	1.620,97	**4,33**	2,28

*Dos dez cargos, há escassez de mão de obra em oito: operador de caixa, padeiro, açougueiro, embalador, repositor de mercadorias, atendente de loja, vendedor e auxiliar de serviços de alimentação

Fontes: Abras e CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo)

Redes esperam vendas na Páscoa até 12% maiores

Mesmo com a alta acumulada de 18% no preço do cacau em 2024 —o maior aumento entre as commodities agrícolas— o setor de supermercados espera vender entre 8% e 12% a mais na Páscoa deste ano em comparação com 2024, segundo a Abras (Associação Brasileira de Supermercados).

A data é considerada o segundo Natal das redes supermercadistas, com comercialização maior de ovos de chocolate, bacalhau e azeite, e deve compensar as perdas do setor em fevereiro, quando houve recuo de 4,5% no consumo.

"A projeção se apoia no emprego e renda e nas estratégias do varejo como ambientação das lojas, parcerias com a indústria, as marcas próprias e as vendas por canais digitais", afirma Marcio Milan, vice-presidente da Abras.

Segundo ele, a alta do dólar é um fator que ainda trará impactos, especialmente em massas e azeites, mesmo com a queda consecutiva da moeda nos últimos dias. Ainda há estoques e os preços só devem se normalizar após a venda desses itens.

Jovem rico tem triplo de chance de ir à faculdade

Democratização do ensino superior perde força, segundo estudo voltado para quem já concluiu o nível médio

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A probabilidade de um jovem de classe média-alta cruzar a barreira do ensino médio e ingressar em uma universidade é mais que o triplo da registrada por um filho de uma família pobre no Brasil. A conclusão é de um estudo da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

O levantamento comparou dados dos jovens das famílias 20% mais ricas do país, que envolvem as classes média e alta, com estatísticas das 20% mais pobres.

O estudo considera brasileiros da mesma faixa etária (18 a 24 anos) que estavam na condição de filhos em seus domicílios e que já haviam concluído o ensino médio. O que muda entre eles é a faixa de renda domiciliar per capita, considerada uma "origem social" pelo estudo.

A partir da divisão dessa população por rendimento, o levantamento segue um modelo estatístico que calcula as possibilidades de cada grupo ingressar na graduação.

Em 2022, período mais recente analisado, a probabilidade de entrada no ensino superior dos jovens das famílias 20% mais ricas era 3,4 vezes maior do que a dos 20% mais pobres.

"É um número muito grande, é mais do que o triplo", diz André Salata, coordenador do laboratório de estudos PUCRS Data Social.

"O que explica [a diferença] é justamente a origem. Os jovens das famílias de cima [da distribuição de renda] têm muito mais recursos econômicos e culturais do que os jovens que vêm de baixo. Isso tem uma influência muito grande", afirma.

Em média, o rendimento per capita das famílias 20% mais pobres estava próximo a R$ 267 por mês em 2022. A renda era de quase R$ 3.762 por pessoa entre os 20% mais ricos, também em média.

O segundo grupo, contudo, não reunia apenas famílias com supersalários. Para se ter uma ideia, as 20% mais ricas tinham rendimento que variava de R$ 1.851 a R$ 37.470.

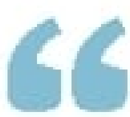
De acordo com Salata, diferentes motivos explicam as barreiras no acesso às universidades para os jovens pobres que concluem o ensino médio.

Todos os fatores, diz, têm alguma relação com a origem social, incluindo restrição de renda, necessidade de trabalhar e nível de escolaridade dos pais.

"Se você vem de um meio social em que não é familiar lidar com pessoas que têm ensino superior, muitas vezes você nem pretende fazer o ensino superior", afirma.



Estudantes na Unifesp, em Osasco; classe social interfere no desejo pelo ensino superior Rafaela Araújo-02.ago.24/Folhapress



Houve uma redução da desigualdade de ingresso no ensino superior a partir do começo do século até 2015. Depois, o processo se interrompeu

André Salata
coordenador do PUCRS Data Social

O pesquisador chama a atenção para o comportamento dos dados ao longo da série histórica.

Conforme o estudo, após uma tendência de democratização no acesso ao ensino superior a partir do início dos anos 2000, esse processo passou por uma espécie de estagnação ou até piora.

Por exemplo: a probabilidade de os jovens 20% mais ricos ingressarem na universidade era equivalente a 4,2 vezes a dos 20% mais pobres em 2004. Essa vantagem chegou a baixar para 2,5 vezes em 2012. A disparidade subiu a 3,4 em 2022.

Um cenário similar foi visto quando outras variáveis de origem social foram testadas.

Uma delas é a escolaridade dos pais. Nesse recorte, a probabilidade de acesso ao ensino superior era 3,9 vezes maior em 2003 para os jovens cujos responsáveis tinham ensino superior, na comparação com os jovens cujos pais possuíam apenas os anos iniciais do ensino fundamental. Essa disparidade chegou a cair para 2,4 vezes em 2014, antes de alcançar 2,9 em 2022.

A outra variável considera o perfil da ocupação dos pais. Em 2002, a probabilidade de ingressar na faculdade era 5,8 vezes maior para filhos de profissionais com nível superior, na comparação com filhos de trabalhadores manuais menos qualificados. Essa relação chegou a baixar a 2,4 e a 2,3 com o passar dos anos, mas fechou 2022 em 2,6.

"O que a gente observa é que houve uma redução da desigualdade de ingresso no ensino superior a partir do começo do século até aproximadamente 2015. Depois, o processo se interrompeu", diz Salata.

Na visão dele, a redução das desigualdades a partir do início dos anos 2000 esteve associada à forte expansão do ensino superior, o fortalecimento de políticas voltadas à democratização nas universidades e à redução de desigualdades econômicas.

"A gente não está tendo uma queda significativa da desigualdade como teve anteriormente, e o ritmo de expansão do ensino superior está mais lento."

POSITIVO

Windows 11
A Positivo recomenda o Windows 11 Pro para empresas

Linha Positivo Master com NPU
O Poder do AI PC para sua produtividade



Desempenho otimizado e AI para o que você precisar, onde você estiver.





Também disponível na versão com processador Intel® Core™ Ultra 5

Positivo Master N8450
- Processadores Intel® Core™ Ultra 7 vPro
- Windows 11 Pro
- Tela de 14" LED FHD IPS

Saiba mais:



© 2025 Positivo Tecnologia S.A. Todos os direitos reservados. Os computadores Positivo têm garantia balcão de um ano para peças e mão de obra, sendo nove meses de garantia contratual e 90 dias de garantia legal. Para acessar a internet, o cliente deve possuir uma linha telefônica fixa ativa e arcar com os custos de pulsos e/ou interurbanos ou contratar o serviço de banda larga de sua preferência, adquirindo os periféricos necessários para o uso do serviço. Microsoft® e Windows® são marcas registradas da Microsoft® Corporation nos EUA e em outros países. Intel, o logotipo Intel e Intel Core são marcas comerciais da Intel Corporation ou de suas subsidiárias. Imagens meramente ilustrativas. Março/2025

POSITIVO TECNOLOGIA
A inovação que você vive.

Eufrázio

QUE IMPOSTO É ESSE

Qual o tamanho do incentivo tributário para terceirização?

Estudo mostra por que é necessário rever regimes diferenciados e tributar dividendos

Eduardo Cucolo
Repórter de Mercado, foi secretário de Redação em Brasília

O sistema tributário brasileiro possui incentivos para que um mesmo serviço seja prestado por meio de uma pessoa jurídica com o objetivo de reduzir o custo com impostos e contribuições.

Um trabalho divulgado pelo professor da FGV Direito-SP Leonel Cesarino Pessôa dá alguns exemplos desse incentivo. O estudo chega no momento em que o governo federal apresenta um projeto que pode reduzir essa diferença, ainda que de maneira muito modesta e com regras um tanto complexas.

Um profissional liberal com empresa do lucro presumido que preste serviços a um único empregador no valor anual de R$ 525 mil (cerca de R$ 44 mil/mês) terá a mesma carga de um funcionário celetista com salário de R$ 175 mil por ano (cerca de R$ 14,5 mil/mês, se o valor for dividido em 12 meses). O custo seria ainda maior se fossem incluídos férias, FGTS e 13º salário.

Ele também faz uma comparação com as regras no Reino Unido, mostrando que a diferença na carga para prestação de serviço no valor de R$ 700 mil seria de 30% naquela jurisdição, ante 200% no Brasil —comparação entre custo CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e profissional com empresa do lucro presumido.

As vantagens para um profissional liberal com empresa do Simples Nacional não estão muito distantes disso.

"Essa diferença estimula a transformação da renda do trabalho em renda do capital, de forma que os serviços sejam todos prestados por pessoa jurídica", afirma Pessôa.

Outra diferença importante é a preocupação da sociedade com essas distorções, ou seja, como cada país enfrenta a situação.

Conclusão é que é necessária legislação mais rigorosa ao selecionar quem pode optar pelo regime diferenciado

No Reino Unido, há mecanismos que permitem desconstituir a pessoa jurídica quando se entende que o propósito é fraudar a Justiça do Trabalho, algo que foi ficando cada vez mais rígido.

No Brasil, não há ações para conter esse movimento. Pelo contrário. O pesquisador afirma que a pejotização se tornou um problema cada vez mais grave.

Muitas empresas têm tido sucesso ao recorrer diretamente ao STF (Supremo Tribunal Federal) para anular autuações do fisco e rever decisões da Justiça do Trabalho, com o argumento de violação da jurisprudência da Corte sobre o tema da terceirização.

Pessôa diz que, em muitos desses casos, essas empresas foram constituídas com o intuito de fraudar a legislação trabalhista, estando presentes os requisitos de subordinação, pessoalidade e continuidade.

O trabalho também aponta o que seria um erro de interpretação em relação à reforma trabalhista de 2017 e diz que a possibilidade de terceirização da atividade-fim não deve ser confundida com o uso de pessoa jurídica para burlar as regras da CLT.

A conclusão é que é necessária uma legislação que seja mais rigorosa ao selecionar quem pode optar pelo regime diferenciado de tributação, já que a fiscalização das empresas já estabelecidas se mostra mais difícil e custosa. Ou seja, o desenho desses regimes precisa ser revisto.

O trabalho conversa diretamente com a proposta do governo de reduzir a tributação de quem ganha até R$ 7.000 e aumentar o Imposto de Renda para 141 mil pessoas que recebem dividendos por meio de empresas —muitas vezes constituídas com o objetivo de burlar os custos de uma contratação com carteira—, proposta que enfrenta resistências do Congresso.

O trabalho sobre pejotização é parte de um conjunto de estudos sobre a tributação brasileira disponíveis no site do instituto Samambaia.org.

Novo nível sanitário ajuda abertura de mercados para a carne brasileira

Setor espera selo de país livre de febre aftosa sem vacinação; Brasil está fora de 30% do mercado mundial que mais remunera proteína

Mauro Zafalon

SÃO PAULO A abertura do mercado japonês para a carne bovina brasileira é a noiva da vez, nas palavras de um funcionário do Ministério da Agricultura. O setor de carnes coloca todas as fichas nessa visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Japão para que esse processo, que se arrasta há 30 anos, seja finalizado.

Vai ocorrer, não necessariamente durante a visita, mas o processo está muito bem encaminhado. As barreiras sanitárias caíram, o Brasil subiu de nível na qualidade das carnes e o mercado internacional é favorável ao país.

Essa avaliação é de Pedro de Camargo Neto que, após sete anos de idas e vindas para o Japão, conseguiu abrir o mercado do país para a carne suína brasileira. A mudança do quadro sanitário do Brasil que está para ser aprovada na Organização Mundial de Saúde Animal, com relação à febre aftosa, derruba uma barreira sanitária que, até então, dificultava as negociações, diz.

O Brasil entrou com pedido na organização para se tornar um país livre de febre aftosa sem vacinação. O resultado deverá sair em maio e ser favorável, já que o comitê técnico e científico da organização não colocou restrições.

O novo quadro sanitário vai alterar as negociações do setor de carne bovina não só com o Japão, mas com todos os demais países, principalmente com a União Europeia, que impõe quarentenas.

Para o presidente da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), Roberto Perosa, todas as questões técnicas e sanitárias com o Japão já foram resolvidas. Falta uma posição política do governo japonês.

A abertura do mercado japonês é importante para o Brasil porque os japoneses são o terceiro maior importador de carne bovina do mundo, comprando 720 mil toneladas por ano. Pelo menos 80% dessa carne é fornecida pela Austrália e pelos Estados Unidos.

Analistas indicam que não é só o Brasil que tem interesse no mercado japonês, mas que o Japão também está de olho no mercado brasileiro. O Brasil é o único país com quantidade, qualidade e preços competitivos.

Austrália e Estados Unidos têm carne diferenciada, mas o Brasil, dentro da hierarquia das carnes, tem o produto para uso industrial, culinário e gourmet. É o único país que pode, no curto prazo, colocar de 80 mil a 100 mil toneladas nas indústrias processadoras externas.

O mercado internacional de carnes passa por uma série de mudanças, a começar pelos Estados Unidos, líder mundial no setor até poucos anos. O rebanho americano está no menor nível desde os anos 1950, sua capacidade de fornecimento externo diminuiu e os preços aumentaram.

Apesar de todos os atributos do Brasil, que tem produção recorde e seu produto está espalhado por quase todo o mundo, o país está fora de pelo menos 30% do mercado internacional que melhor remunera as carnes.

O Japão seria uma nova abertura de mercado para o Brasil na Ásia e facilitaria negociações com Vietnã e Coreia do Sul. Turquia e Taiwan também estão nessa lista de bons mercados. Com relação aos taiwaneses, o Brasil não põe tanto foco porque não quer mexer com os chineses, principal mercado comprador.

Essas negociações, porém, são demoradas, e cabe ao importador determinar regras e garantias. Os importadores exigem trocas, como vendas de produtos específicos para o país exportador. Muitas dessas exigências são difíceis de serem cumpridas. A Turquia está disposta a abrir uma cota para o Brasil, mas quer uma avaliação individual de cada animal, uma situação inexequível, segundo um exportador.

Alguns países, antes de abrir o mercado, avaliam as condições sanitárias de todo o território do exportador, e a liberação depende dessa avaliação global. Outros importadores avaliam apenas regiões, enquanto muitos fazem a habilitação por frigoríficos.

Cada país segue uma forma de habilitação. Pode ser por meio de uma pré-lista, em que o Ministério da Agricultura informa ao importador que o frigorífico está habilitado pela autoridade local para exportar. Há também um processo de indicação, em que o ministério informa que o estabelecimento cumpre os requisitos sanitários. Já alguns países avaliam o mercado brasileiro enviando missões para verificar os estabelecimentos aptos. Há casos em que não há listas, mas o exportador deve seguir os requisitos sanitários do importador.

O Japão já avaliava aprovar as importações dos estados livres de febre aftosa. Agora, com a possibilidade da classificação do Brasil como livre da doença sem vacinação, a aprovação teria de ser para todo o país. O Japão já importa carne suína e de aves do Brasil.

Há no setor quem entenda que, eliminadas as amarras sanitárias do país, como a febre aftosa, o Brasil deveria recorrer à OMC (Organização Mundial do Comércio) contra os países que ainda mantêm as portas fechadas.



Operários trabalham em fábrica que produz carne seca na Grande São Paulo Paulo Whitaker - 19.dez.17/Reuters

Eufrázio

Dilma é eleita para novo mandato no Banco do Brics

Ex-presidente foi indicada pela Rússia para liderar a instituição

Nelson de Sá



Dilma discursa em evento de premiação em Pequim Adek Berry -29.set.24/AFP

PEQUIM A presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), Dilma Rousseff, disse neste domingo (23) em Pequim ter sido eleita para um novo mandato à frente da instituição, conhecida como banco do Brics e sediada em Xangai. Ela havia sido indicada pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin, após uma articulação do presidente Lula.

Dilma disse estar recuperada, após ficar uma semana internada no final de fevereiro, com neurite vestibular, inflamação nos labirintos que causa tonturas intensas. "É um vírus parecido com o da gripe, mas ele te joga no chão", disse. "Você não tem o que fazer. Tem que esperar ele morrer."

Questionada se havia lido a reportagem da Folha sobre sua atual gestão no NDB, com metas atrasadas e relatos de assédio moral, respondeu: "Não vi. Não quero [comentar]". Em seguida, falou: "Agora, vocês têm que parar de fazer ficha falsa, tá? Conhece a ficha falsa? Lembra dela? Levou um ano". É referência à reprodução de uma ficha datilografada em 2009.

Vinte dias depois, o jornal publicou: "A Folha cometeu dois erros na edição do dia 5 de abril, ao publicar a reprodução de uma ficha criminal relatando a participação da hoje ministra Dilma Rousseff no planejamento ou na execução de ações armadas contra a ditadura militar. O primeiro erro foi afirmar na Primeira Página que a origem era o 'arquivo [do] Dops'. Na verdade, o jornal recebeu a imagem por email. O segundo erro foi tratar como autêntica uma ficha cuja autenticidade, pelas informações hoje disponíveis, não pode ser assegurada —bem como não pode ser descartada".

Dilma fez as declarações ao chegar ao Fórum de Desenvolvimento da China, encontro anual de autoridades e empresários, em Pequim. Num intervalo do evento, ela defendeu sua gestão no NDB e criticou uma gestão anterior, sem identificar.

"Uma das coisas mais graves que aconteceram no banco foi quando não tomaram empréstimos por 16 meses" num momento de juros baixos, segundo ela. "Quando você não tem liquidez, você não investe. Ou seja, também não tinha empréstimo."

Mas não quis dar nomes. "Eu não fico discutindo por que fizeram, por que não fizeram. O que eu sei é que fizeram assim e que a gente superou agora. Nós fomos 40 vezes ao mercado. E nós fizemos empréstimo."

A ex-presidente da República foi uma das palestrantes na abertura do Fórum, sentando-se na primeira fila, com o primeiro-ministro Li Qiang e o CEO da Apple, Tim Cook, entre outros.

O CEO brasileiro da empresa americana de semicondutores Qualcomm, Cristiano Amon, disse que o evento "é extremamente importante para escutar da China a direção econômica, para as empresas do mundo que têm negócios aqui entenderem para onde eles estão indo, daqui para a frente".

Em seu pronunciamento, Li falou que a China vai "se esforçar para ser uma força de estabilização", questionando indiretamente os Estados Unidos de Donald Trump por tentar estabelecer uma "lei da selva" nas relações internacionais. Defendeu a abertura comercial dos países para responder a crescentes "incerteza e insegurança" no cenário global. Destacou as empresas de tecnologia DeepSeek e Unitree voltadas para IA e robótica, além da "economia verde" de carros elétricos.

UASG – HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 37/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico
Nº Processo: 144.00002012/2025-57
Objeto: IMPLANTES PARA CAIXA DE PEQUENOS FRAGMENTOS E IMPLANTES PARA CAIXA DE GRANDES FRAGMENTOS EM CONSIGNAÇÃO COM COMODATO DE INSTRUMENTAL
Total de Itens Licitados: 20 (vinte)
Valor total da licitação: sigiloso
Disponibilidade do edital: 24/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Reinaldo Machado, nº 255 - Bairro Fragata - Marília/SP; e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 24/03/2025 às 08:00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/04/2025 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

EDITAL DE NOTA

Considerando a existência de **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA** firmada por **DEVEDORES** tendo por objeto os LOTES abaixo relacionados, todos integrantes do **LOTEAMENTO RESERVA DA LAGOA** abaixo indicados, situados na cidade de **SERRANA/SP**, serve o presente para **NOTIFICAR formalmente, as pessoas abaixo indicadas**, para que, **NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, contados da publicação da presente, compareçam pessoalmente no endereço Avenida Benjamin Constant, nº 862 – Centro, da cidade de Jaboticabal-SP, ou entrem em contato por meio do telefone (16) 3205-3252, com o objetivo de apurar e regularizar sua situação contratual, sendo que, após o prazo mencionado, em não havendo a regularização por força das cláusulas contratuais e ainda ao contido no artigo 475 do Código Civil[1], OS CONTRATOS SERÃO CONSIDERADOS RESCINDIDOS DE PLENO DIREITO, ocasião em que a PROMITENTE VENDEDORA tomará as demais medidas que julgar necessárias. FAVOR DESCONSIDERAR O PRESENTE, CASO A SITUAÇÃO JÁ ESTEJA REGULARIZADA ATÉ SUA PUBLICAÇÃO.

CLIENTE	QUADRA	LOTE	DATA CONTRATO
THAÍS DE SOUZA LOPES	010	020	08/06/2024
RAFAEL HENRIQUE BARBOSA	010	020	08/06/2024

[1] *Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.*

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 005/2025

Nº do Processo: 018.00003751/2025-91
Interessado: Secretaria de Gestão e Governo Digital
Assunto: Alienação Onerosa de imóveis situados no interior de São Paulo
Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Gestão e Governo Digital, inscrita no CNPJ sob o nº 39.467.292/0001-02, sediada Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, São Paulo/SP, doravante referida como "Unidade Contratante", realizará licitação na modalidade **LEILÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento por **MAIOR LANCE POR ITEM**, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I deste Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontra, sob a responsabilidade do **Leiloeiro FRANCISCO DONIZETTI TRIPOLONI**, inscrito no CPF/MF sob o nº 774.280.188-87, leiloeiro oficial matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 626, conforme contrato de prestação de serviços que constitui o documento SEI nº [illegible]. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 3 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com [illegible] na forma de itens que compõem este instrumento.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 14/04/2025 às 09h (horário de Brasília)
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA (sítio eletrônico): **www.lanceleiloes.com.br**
O leilão eletrônico será realizado [illegible] no sítio eletrônico **www.lanceleiloes.com.br a partir das 09h00 (nove) horas do dia 14 de abril de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 14 de abril de 2025.**
O Edital poderá ser consultado pelos interessados nos sítios eletrônicos **https://pncp.gov.br/** (Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP), **www.lanceleiloes.com.br**, **doe.sp.gov.br**, e Leilões (**sggd.sp.gov.br**) (**sggd/transparência/editais/leilões**) ou na sede da Unidade Contratante, mediante [illegible]

Como empresas querem controlar o clima

Com geoengenharia, israelense cria aerossol que bloqueia os raios solares

Ronaldo Lemos
Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Em 1967, durante a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos deram início à Operação Popeye. A ideia era alterar o clima sobre o Vietnã, prolongando a estação das chuvas para dificultar o avanço das tropas inimigas. Foram feitas 2.600 missões ao longo de cinco anos para jogar iodeto de prata e de chumbo sobre as nuvens da região.

A ideia funcionou, só que no lugar errado. O país mais atingido foi o Laos, que era neutro na guerra, mas por onde passava a trilha Ho Chi Minh, rota usada pelo Vietnã do Norte. Houve lama, enchentes, deslizamentos, perdas agrícolas e impacto permanente sobre regiões florestais e agrícolas.

A revolta pública levou à assinatura da Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Qualquer Outro Uso Hostil das Técnicas de Modificação Ambiental, em 1976. Mas a geoengenharia não morreu aí, muito pelo contrário. Há um movimento crescente de privatização do uso dessas tecnologias.

Em 2012, o empresário canadense Russ George despejou 100 toneladas de sulfato de ferro no oceano Pacífico para "fertilizar" o crescimento de microplâncton e acelerar a absorção de gás carbônico. Essa técnica pode alterar o ecossistema marinho, proliferando algas tóxicas e criando zonas mortas sem oxigênio.

A ação não foi autorizada e gerou acusação de violação à Convenção de Londres sobre Prevenção da Poluição Marinha, mas não resultou em punição por lacunas jurídicas. Antes disso, George havia criado a empresa Planktos, que pretendia ganhar dinheiro com geoengenharia vendendo créditos de carbono por fertilização oceânica, mas fechou em 2008 por problemas regulatórios e financeiros.

Uma corrida está se formando para ganhar dinheiro com geoengenharia. Isso lembra nossa "indústria da seca": elites criando dependências e prolongando problemas, em vez de resolvê-los pela raiz

Nesta semana, a revista Wired trouxe mais um tijolo nesse muro. Uma empresa israelense chamada Stardust está desenvolvendo um aerossol para ser jogado na atmosfera, esperando que as partículas bloqueiem os raios solares, reduzindo o aquecimento global. Em geral esse aerossol é feito com enxofre.

Por exemplo, em 1991, o vulcão Pinatubo nas Filipinas lançou 20 milhões de toneladas de dióxido de enxofre na atmosfera, reduzindo temperaturas globais em 0,5°C por dois anos, mas também causando chuvas ácidas em várias regiões.

A Stardust afirma que seu aerossol não será baseado em enxofre, mas não revela a composição exata. Pretende vender a tecnologia a governos e entidades internacionais, tornando-se uma espécie de SpaceX do clima. A proposta atrai investidores, inclusive ligados a setores militares. Isso representa uma guinada: até agora, os projetos de geoengenharia eram conduzidos por universidades, com ampla transparência e supervisão pública. Não é mais o caso.

Pesquisadores como Ben Kravitz e Shuchi Talati alertam que outras empresas, como a Make Sunsets, já estão operando e sem transparência (o México proibiu testes da empresa no país). Propõem uma transparência radical urgente. Especialmente porque uma corrida está se formando para ganhar dinheiro com geoengenharia, agora vista como bom negócio. Isso lembra nossa "indústria da seca": elites criando dependências e prolongando problemas, em vez de resolvê-los pela raiz.

*

Já era Geoengenharia só na ficção científica
Já é Pesquisas sobre geoengenharia nas universidades
Já vem Startups competindo para ver quem melhor desenvolve sua geoengenharia

Eufrázio

mercado

Mixue deixa redes americanas para trás

Em milhares de lojas

	2019	2024
McDonald's	41,1	43,4
Subway	38,6	36,2
Starbucks	31,2	40,1
Mixue	7,1	45,2

Fonte: Technomic

Rede chinesa Mixue tem 45.282 lojas e supera o McDonald's

Nelson de Sá

PEQUIM Há um ano e meio, o influenciador nacionalista Hu Xijin tentava chamar a atenção para a chinesa Mixue. "Vocês já viram essa rede de sorvete e chá?", perguntava ele em mídia social. "É a quinta maior cadeia de fast food no mundo."

Não mais. Agora líder, segundo a consultoria americana Technomic, fechou 2024 com 45.282 lojas, concentradas na China (90%) e no Sudeste Asiático. Mesmo sem presença nos Estados Unidos e na Europa, foi deixando para trás KFC, Subway, Starbucks e McDonald's, agora o segundo colocado, com 43.477 lojas.

Diante do sucesso, já começou o escrutínio chinês, indo do excesso de açúcar à suposta falta de higiene em algumas lojas, mas nada que atrapalhe seu avanço, inclusive no mercado financeiro.

O lançamento de ações, no início deste mês, levantou 3,5 bilhões de dólares de Hong Kong (US$ 444 milhões ou R$ 2,5 bilhões), levando a fortuna dos fundadores, os irmãos Zhang Honghao e Hongfu, a superar a de Howard Schultz, da Starbuck's.

A Mixue Bingcheng, nome que pode ser traduzido como Cidade de Gelo e Neve de Mel, nasceu em 1997, quando Honghao abriu uma porta para vender raspadinha perto de uma universidade.

Foi preciso uma década de tentativa e erro para acertar o produto que ganhou o mercado, o sorvete de casquinha de 1 yuan (R$ 0,78). Passados 19 anos, agora custa 2 yuans (R$ 1,56).

O colorido das lojas atrai e o mascote da rede é um boneco de neve, o Rei da Neve.

Em 2018, a Mixue iniciou sua expansão internacional pelo Vietnã. No fim de 2024, eram 6,1 mil lojas no Sudeste Asiático, sendo a Indonésia responsável por 2,6 mil.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA 90043/2025, UASG 450161**, Processo nº **01-P-43115/2024**, do tipo **Menor preço total**, destinado à **Contratação de serviços de reestruturação de cabeamento, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada para implantação de infraestrutura de telecomunicação no prédio da direção e graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.** O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **08/04/2025** às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**)

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto neste Complexo Penal Campinas/Hortolândia, situado a Rod. Jornalista Francisco Aguirre Proença – Km. 5 – CEP: 13.185-900, PREGÃO ELETRÔNICO número 90004/2025, destinado a Aquisição de Materiais de Escritório - Maio a Agosto de 2025, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão pública será na data 04/04/2025, às 09h00, no correio eletrônico: https://www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: https://www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao do Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia e-mail : mailto:jacasteletti@sap.sp.gov.br

---

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto neste Complexo Penal Campinas/Hortolândia, situado a Rod. Jornalista Francisco Aguirre Proença – Km. 5 – CEP: 13.185-900, PREGÃO ELETRÔNICO número 90005/2025, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis - Maio a Agosto de 2025, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão pública será na data 04/04/2025, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao do Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia e-mail : jacasteletti@sap.sp.gov.br

---

EDITAL DE NOTA

Considerando a existência de **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA** firmada por **DEVEDORES FIDUCIÁRIOS** tendo por objeto os LOTES abaixo relacionados, todos integrantes do **LOTEAMENTO JARDIM ALTO DA SERRA** abaixo indicados, situados na cidade de **SERRANA/SP**, serve o presente para **NOTIFICAR formalmente, as pessoas abaixo indicadas**, para que, **NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, contados da publicação da presente, compareçam pessoalmente no endereço Avenida Benjamin Constant, nº 662 – Centro, da cidade de Jaboticabal-SP, ou entrem em contato por meio do telefone (16) 3209-3292, com o objetivo de apurar e regularizar sua situação contratual, sendo que, após o prazo mencionado, em não havendo a regularização por força das cláusulas contratuais e ainda do contido no artigo 475 do Código Civil[1], OS CONTRATOS SERÃO CONSIDERADOS RESCINDIDOS DE PLENO DIREITO, ocasião em que a PROMITENTE VENDEDORA tomará as demais medidas que julgar necessárias. FAVOR DESCONSIDERAR O PRESENTE, CASO A SITUAÇÃO JÁ ESTEJA REGULARIZADA ATÉ SUA PUBLICAÇÃO.

CLIENTE	QUADRA	LOTE	DATA CONTRATO
CLEUBER PORTO DOMINGOS	005	011	22/02/2022
LUZINETE PEREIRA DE ALMEIDA	005	011	22/02/2022

[1] *Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.*

EDITAL DE NOTA

Considerando a existência de **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA E/OU PROPOSTA** firmada por **DEVEDORES FIDUCIÁRIOS** tendo por objeto os LOTES abaixo relacionados, todos integrantes do **LOTEAMENTO JARDIM CAMBUÍ** abaixo indicados, situados na cidade de **LUÍS ANTÔNIO/SP**, serve o presente para **NOTIFICAR formalmente, as pessoas abaixo indicadas**, para que, **NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, contados da publicação da presente, compareçam pessoalmente no endereço Avenida Benjamin Constant, nº 662 – Centro, da cidade de Jaboticabal-SP, ou entrem em contato por meio do telefone (16) 3209-3292, com o objetivo de apurar e regularizar sua situação contratual, sendo que, após o prazo mencionado, em não havendo a regularização por força das cláusulas contratuais e ainda do contido no artigo 475 do Código Civil[1], OS CONTRATOS SERÃO CONSIDERADOS RESCINDIDOS DE PLENO DIREITO, ocasião em que a PROMITENTE VENDEDORA tomará as demais medidas que julgar necessárias. FAVOR DESCONSIDERAR O PRESENTE, CASO A SITUAÇÃO JÁ ESTEJA REGULARIZADA ATÉ SUA PUBLICAÇÃO.

CLIENTE	QUADRA	LOTE	DATA CONTRATO
MAURICIO DONIZETI DA SILVA	002	003	18/04/2024
MAURICIO DONIZETI DA SILVA	002	004	18/04/2024
JOSÉ GUILHERME GARCIA ROMÃO	013	005	24/10/2022

[1] *Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.*

EDITAL DE NOTA

Considerando a existência de **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA E/OU PROMESSA DE COMPRA** firmada por **PROMITENTES COMPRADORES** tendo por objeto os LOTES abaixo relacionados, todos integrantes do **LOTEAMENTO JARDIM TUPI** abaixo indicados, situados na cidade de **TUPÃ/SP**, serve o presente para **NOTIFICAR formalmente, as pessoas abaixo indicadas**, para que, **NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, contados da publicação da presente, compareçam pessoalmente no endereço Avenida Benjamin Constant, nº 662 – Centro, da cidade de Jaboticabal-SP, ou entrem em contato por meio do telefone (16) 3209-3292, com o objetivo de apurar e regularizar sua situação contratual, sendo que, após o prazo mencionado, em não havendo a regularização por força das cláusulas contratuais e ainda do contido no artigo 475 do Código Civil[1], OS CONTRATOS SERÃO CONSIDERADOS RESCINDIDOS DE PLENO DIREITO, ocasião em que a PROMITENTE VENDEDORA tomará as demais medidas que julgar necessárias. FAVOR DESCONSIDERAR O PRESENTE, CASO A SITUAÇÃO JÁ ESTEJA REGULARIZADA ATÉ SUA PUBLICAÇÃO.

CLIENTE	QUADRA	LOTE	DATA CONTRATO
JUNDIAIRA SANTOS LOPES	018	462	01/07/2021
CARLOS DANIEL VIEIRA LOPES	018	462	01/07/2021

[1] *Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.*

EDITAL DE NOTA

Considerando a existência de **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA** firmada por **DEVEDORES FIDUCIÁRIOS** tendo por objeto os LOTES abaixo relacionados, todos integrantes do **LOTEAMENTO JARDIM PARANOÁ** abaixo indicados, situados na cidade de **SERRANA/SP**, serve o presente para **NOTIFICAR formalmente, as pessoas abaixo indicadas**, para que, **NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, contados da publicação da presente, compareçam pessoalmente no endereço Avenida Benjamin Constant, nº 662 – Centro, da cidade de Jaboticabal-SP, ou entrem em contato por meio do telefone (16) 3209-3292, com o objetivo de apurar e regularizar sua situação contratual, sendo que, após o prazo mencionado, em não havendo a regularização por força das cláusulas contratuais e ainda do contido no artigo 475 do Código Civil[1], OS CONTRATOS SERÃO CONSIDERADOS RESCINDIDOS DE PLENO DIREITO, ocasião em que a PROMITENTE VENDEDORA tomará as demais medidas que julgar necessárias. FAVOR DESCONSIDERAR O PRESENTE, CASO A SITUAÇÃO JÁ ESTEJA REGULARIZADA ATÉ SUA PUBLICAÇÃO.

CLIENTE	QUADRA	LOTE	DATA CONTRATO
LENITA GONÇALVES DE SOUZA	028	031	01/12/2023

[1] *Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.*

Assembleia Geral Extraordinária - O **Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliário de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra,** inscrito no **CNPJ/MF sob nº 57.518.276/0001-63,** com sede na Rua Siqueira Campos, 33 - Centro - Santo André/SP, pelo presente edital, através de seu Presidente **Luiz Carlos Biazi**, convoca todos os trabalhadores da sua base territorial dos setores **de Carpintaria, Serraria, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Associados ou Não,** todos com direito a voto, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia **28 de março de 2025, às 17:00 horas,** em primeira convocação, em nossa sub sede social Rua: Afonso Zampol, 50 - 1º andar - sala 11 - Centro - Ribeirão Pires/SP, São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1º)** Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Assembleia anterior; **2º)** Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação dos trabalhadores, referente data-base de <u>01/06/2025</u>, a serem apresentadas às entidades patronais, das categorias acima citadas; **3º)** Deliberar sobre a Concessão de Poderes à Diretoria do Sindicato para que, dê início ao processo de negociação para a renovação das cláusulas coletivas vigentes até **31/05/2025,** em conjunto e/ou separadamente com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com Sindicatos Patronais e/ou através de mediação ou solução arbitral; **4º)** Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflagração estado de greve e greve; **5º)** Autorizar e conceder poderes à Diretoria do Sindicato, para agir na esfera administrativa e judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar, havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal do Trabalho, bem como, instaurar o Dissídio de Greve; **6º)** Deliberar a mantença da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para deliberações que se fizerem necessárias; **7º)** Fixar o percentual a ser descontado a título de Contribuição Confederativa e/ou Assistencial sendo o percentual de **1,2 % (um vírgula dois por cento)**, para o custeio da organização sindical, descontada de todos os trabalhadores das categorias, associados ou não associados nos termos da lei, beneficiados pelas cláusulas normativas à serem firmadas. Decidir pela manutenção da assembleia em caráter permanente até final do processo da negociação, mediante convocação quando se fizer necessário. Se na hora acima aprazada não houver "quorum", a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação 01 (uma) hora após, às **18:00 horas**, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. **Ribeirão Pires, 24 de março de 2025. Luiz Carlos Biazi - Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOTUCA

Processo nº 29/2025 na modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2025, do tipo menor preço unitário, tendo como objeto de contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de hortifrutigranjeiros, visando atender as necessidades da rede de ensino e departamento de cultura, esportes e lazer, durante o período de 12 meses, conforme especificações contidas no termo de referência, que será regida pela lei federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, decreto municipal nº 1.583 de 04 de janeiro de 2024, lei complementar nº 123/2006 e lei complementar nº 147/2014, e outras normas, conforme especificações técnicas no Termo de Referência – Anexo I do edital. O início da sessão pública às 13h30 do dia 02 de Abril de 2025. Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.583/2024. O instrumento convocatório e seus anexos no site [illegible] e www.bll.org.br. Informações (16) 3348-9100 ou no e-mail [illegible]. Motuca/SP, aos 21 de Março de 2025. ALEX FERNANDO FERREIRA Prefeito

---

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025 - UASG 80011

Objeto: Contratação de serviços de coordenação e infraestrutura de apoio para o 25º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho da 15ª Região. Abertura do pregão: **07/04/2025, às 11h00. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br.** Cadastramento de Propostas até a abertura do pregão. Informações: licita@trt15.jus.br Íntegra do edital: endereço eletrônico acima e site do TRT: https://docs.google.com/spreadsheets/d/18mxxrx5J5TjF0A_D6AOH4TqFuvWDUWoxbeXpsJaB0/edit#gid=0&fvid=237527314

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025

Torna-se público que o(a) Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMAE, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, nº 363 – Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDIVIDUAL E COLETIVO (EPI'S). Abertura: 03/04/2025, às 08.30 horas, Local: Site de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Retirada do Edital no site www.demaecb.com.br. Informações pelo telefone (35) 3831-7927 / (35) 99716-2411 ou pelo correio eletrônico: licitacao@demaecb.com.br. Gabriela Ramos Silva – Pregoeira

---

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00580517172025

Modalidade: Pregão Eletrônico 90004/2025 – UASG 261101 - Nº Processo: 262.00000276/2025-91

Objeto: Contratação de serviços para monitoramento e controle de javalis (Sus scrofa) em 05 (cinco) Unidades de Conservação, sendo as Estações Ecológicas de Angatuba, Barreiro Rico, Itirapina, Santa Bárbara e Parque Estadual de Ilhabela

Total de Itens Licitados: A licitação será realizada em um único item

Valor total da licitação: R$ 1.115.866,67 (um milhão, cento e quinze mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). **Disponibilidade do edital:** 11/03/2025 . **Horário:** das 08h00 às 17h00

Endereço: Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 345 - Alto de Pinheiros São Paulo/SP; e

Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 Entrega das Propostas: a partir de 12/03/2025 às 08h00 no site: **www.gov.br/compras. Abertura das Propostas:** 25/03/2025 às 08h00 no site **www.gov.br/compras. Fonte:** DOESP e PNCP

(REPUBLICADO, SEM DEVOLUÇÃO DE PRAZOS, PARA SUPRESSÃO DAS EXIGÊNCIAS DOS SUBITENS 8.24 E 8.25 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E RENUMERAÇÃO DO ITEM 8)

SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo
Autarquia Municipal
Estado de São Paulo
SANEBAVI

TERMO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Com base nos elementos constantes do Processo Administrativo nº 59/2025, em especial dos documentos encartados às fls. 424/427 dos autos, determino, com fulcro no inciso II do artigo 71, da Lei Federal nº 14.133/2021, a imediata **<u>REVOGAÇÃO</u>** do **Pregão Eletrônico nº 03/2025**, em virtude da necessidade de realizar adequações editalícias. Publique-se

Vinhedo/SP, em 21 de março de 2025

ANDRÉA ANDRADE DE CAMPOS
Superintendente

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE LIMEIRA, através de seu presidente ADEMAR RANGEL DA SILVA, convoca todos os trabalhadores de sua base territorial do setor de PRODUTOS DE CIMENTO, todos com direito a voto, para a <u>Assembleia Geral Extraordinária</u>, a realizar-se no dia 27 de Março de 2025, às 16h30, na sede do Sindicato, sito à Rua Piauí, n.º 3'5, Vila Cláudia, Limeira/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2º) Apresentação, discussão do rol de reivindicação da categoria de PRODUTOS DE CIMENTO, a ser apresentado para o Sindicato Patronal, como proposta de renovação do último acordo salarial e social, data base 1º de abril, bem como conceder poderes à diretoria do Sindicato, para celebração do acordo ou instauração de dissídio coletivo, ou decretar greve; 3º) Discussão e aprovação do desconto a título de contribuição assistencial/negocial e direito de oposição para o custeio do Sindicato, descontado com o percentual de 1,5% do salário de todos os trabalhadores da categoria, beneficiados pelas cláusulas normativas a serem firmados; 4º) Decidir pela manutenção ou não da assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação, mediante convocação quando se fizer necessário. Se na hora acima não houver quorum, a assembleia realizar-se-á em Segunda convocação, uma hora após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda categoria. Limeira, 24 de Março de 2025. ADEMAR RANGEL DA SILVA - Presidente

---

FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90032/2025
UASG 990202

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90032/2025.

Nº Processo: 161.00299089/2024-49.

Objeto: Contratação de serviços de produção e impressão de adesivos/etiquetas com logotipo do Governo do Estado de SP.

Total de Itens Licitados: 1 (um).

Valor total da licitação: R$ 2.638,50.

Disponibilidade do edital: 25/03/2025.

Horário: Das 08h00 às 17h59.

Endereço: Rua Florêncio de Abreu, 848 - Luz - São Paulo - SP;

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Entrega das Propostas: A partir de 25/03/2025 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 08/04/2025 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

Fonte: DOESP e PNCP.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Permanente

O **Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região**, Inscrito no CNPJ nº 51.508.292/0001-96 e Código Sindical nº 016.130.014.741, com sede na Rua Paes Leme, nº 629, Bairro Alto Cafezal, Marília - SP, neste ato representado por seu diretor-presidente Sr. Wilson Vidotto Manzon, CONVOCA todos os trabalhadores das CATEGORIAS nas INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO abaixo listadas na Letra "E", sindicalizados ou não ao sindicato, situadas nas cidades de Marília, Garça, Assis, Quintana, Ipaussu, Santa Cruz do Rio Pardo, Campos Novos Paulista, São Pedro do Turvo, Echaporã, Borá, Oscar Bressane, Oriente, Quintana, Paulópolis, Pompéia, Herculândia, Gália, Vera Cruz, Álvaro de Carvalho, Avilândia, Ubirajara, Lupércio e Ocauçu, para Assembleia Geral Extraordinária a serem realizadas na sede do Sindicato na Rua Paes Leme, nº 629, Bairro Alto Cafezal, Marília - SP e na subsede do Sindicato na Avenida Tiradentes, nº 1.079, Centro, Santa Cruz do Rio Pardo - SP, **NO DIA 05 DE ABRIL DE 2.025**, em primeira convocação às **16h00min**. Não obtido o quorum em primeira convocação, a assembleia será instalada na mesma data em local às **16hs30m**, em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: A)** Leitura, discussão e aprovação da ata da assembléia anterior; **B)** Apresentação, discussão, e votação das pautas de reivindicações das convenções e/ou acordos coletivos de trabalho e das fontes de sustentação financeira do sindicato, a estipulação do percentual de 1,20% (um vírgula vinte por cento) formas de incidência e recolhimento, abrangendo todos os trabalhadores integrantes da categoria representada, filiados ou não ao Sindicato e beneficiários pela convenção e/ou acordo coletivo de trabalho; **C)** Apresentação, discussão e votação do direito de oposição ao desconto da Cota de Participação Negocial, a qual deverá ser manifestada no ato da Assembleia após sua aprovação da pauta; **D)** Discussão e votação de autorização ao Sindicato em conjunto com a Federação de manter negociações coletivas, firmar acordos ou aditivos com as empresas do segmento, Convenção Coletiva com Sindicato Patronal, e para promover conciliação, mediação ou arbitragem caso as negociações se restem infrutíferas, bem como suscitar Dissídio Coletivo e deflagrar Greve Geral ou parcial. **E)** A assembleia será representativa dos setores de: **a) Usina de Açúcar; b) Rações Animal; c) Sucos; d) Bebidas em Geral; E) DOCES E CONSERVAS; f) Frigoríficos. F)** Autorização expressa de todos os trabalhadores participantes da assembleia para que o desconto da Cota de Participação Negocial elencada no item "B" acima seja realizado em folha de pagamento. **G)** Demais assuntos. **OBS: AS DEMAIS ASSEMBLEIAS SERÃO REALIZADAS NAS IMEDIAÇÕES DAS EMPRESAS CONFORME BOLETIM DO SINDICATO.** Marília, 24 de Março de 2.025. Wilson Vidotto Manzon – Presidente



UNIMED CAMPINAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ANS - nº 335690

CNPJ nº 46.124.624/0001-11

Relatório da Administração

Prezados: Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Unimed Campinas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório dos auditores independentes. A Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico, é constituída por 3.692 médicos cooperados e atua em 13 municípios da Região Metropolitana de Campinas. A Cooperativa completou 54 anos e possui 594.213 clientes na sua carteira. A Cooperativa também realiza atendimentos por meio de intercâmbio (clientes de outras cooperativas Unimed atendidos na nossa rede própria e credenciada).

Cenários e Desafios: O ano de 2024 representou um período de transformação para a Unimed Campinas, exigindo resiliência e colaboração, valores que sustentam a trajetória de mais de cinco décadas da nossa cooperativa. Diante de desafios regulatórios, econômicos e operacionais, mantivemos nosso compromisso com a medicina de qualidade, a inovação e a sustentabilidade financeira, avançando em frentes estratégicas que nos solidificam como referência no cuidado à saúde. Assim, com orgulho, anunciamos o início da construção do Núcleo de Oncologia e Saúde (NOS), um marco importante na trajetória da Unimed Campinas. O projeto de oncologia de ponta e um ambiente terapêutico moderno e acolhedor. O NOS é um investimento de grande magnitude, com entrega programada em fases até 2026, e promete a oferta inovadora de serviços oncológicos, o que reflete nossa visão de longo prazo diante das crescentes demandas de nossos clientes e sociedade. Adicionalmente, outras iniciativas de cuidado especializado também se destacaram. Com o Ampliar, a segunda unidade da nossa Clínica de Atendimento ao Autismo, ampliamos o atendimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), superando limitações regulatórias e técnicas para oferecer uma atenção multidisciplinar de qualidade. Além disso, reforçamos nosso comprometimento com a comunidade por meio de projetos sociais e ambientais que impactaram positivamente milhares de pessoas, estreitando ainda mais nossos laços com a região. Internamente, 2024 trouxe avanços estruturais significativos em governança. A criação da Superintendência de Tecnologia e Inovação, por exemplo, com o objetivo de impulsionar a nossa transformação digital, com foco e aprimorar a experiência de nossos beneficiários e aumentar a nossa eficiência operacional. Foi criada também a posição de Chefe Executivo de Auditoria e GRC, reforçando nosso engajamento com uma gestão responsável e ética, desempenhando papel essencial na garantia da conformidade com as regulamentações, mitigando riscos e elevando nossos padrões de ética e transparência. Entre os muitos desafios enfrentados, destacam-se questões fiscais, como decisões judiciais relacionadas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), as quais foram tratadas com responsabilidade e diligência. Mesmo assim, nosso desempenho financeiro reafirma a solidez da Unimed Campinas. A receita líquida alcançou R$ 3,65 bilhões, representando um crescimento de 15% em relação a 2023, impulsionado pelo acréscimo de 5.259 vidas na carteira de beneficiários. Além disso, a sinistralidade foi reduzida para 87,53% em 2024, ficando abaixo da meta projetada e do índice de 89,10% registrado em 2023 (sinistralidade gerencial). Esses indicadores demonstram nossa resiliência e capacidade de reinvestir na expansão dos serviços e na modernização da infraestrutura, com foco em tecnologia e qualidade assistencial. Essas conquistas são fruto de um esforço coletivo. Ao olharmos para o futuro, reconhecemos que os desafios moldam nossa jornada. Neste momento, reafirmamos o compromisso da cooperativa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em especial os objetivos 3 (Saúde e Bem-Estar) e 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Esse é um importante referência para que nossas conquistas nos negócios se reflitam, também em impactos positivos para a sociedade. A saúde suplementar vive momentos de profundas transformações, impulsionadas por avanços tecnológicos, mudanças demográficas e regulatórias e um olhar cada vez mais integrado para o paciente. O setor deve finalizar o ano com 51,7 milhões de beneficiários, representando um crescimento de 1,7% em relação a 2023, o maior nível desde 2000.

Relacionamento com os Médicos Cooperados: A Unimed Campinas obteve um bom resultado econômico em 2024, gerando **sobras de R$ 10.772 milhões**. A destinação do montante de R$ 1.285.956 bilhão, que representa **34,89%** sobre a Receita Líquida aos cooperados, seja por meio **de remuneração direta do trabalho médico** ou **benefícios**, reflete um compromisso com a **valorização e reconhecimento dos médicos cooperados.** Em benefícios o montante para 2024 foi de R$ 79,032 milhões, considerando PAMA, PAIT, Licença Remunerada e RATES. Devido ao ótimo resultado operacional da cooperativa, também foi pago um montante expressivo de R$ 22,522 milhões referente ao Programa Bem+. Durante o exercício de 2024, foi realizada em março, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), na qual foram distribuídos R$ 24,9 milhões aos cooperados, referentes às sobras do exercício de 2023. Em Outubro foi realizado uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que trouxe uma reestruturação do Plano PAT.

ESG: Os princípios de ESG — Ambiental, Social e Governança — sempre foram incorporados nas práticas da Unimed Campinas. Em 2024, a cooperativa passou por uma reestruturação na sua governança, com a realocação da gestão de pessoas para a Superintendência Geral, visando fortalecer a integração estratégica e aprimorar o controle de custos. Além de aprimorar os comitês já existentes, dois novos órgãos foram criados, dedicados às áreas de Recursos Humanos e Cooperados, e expandiu-se o escopo do Comitê de Governança, incluindo análises sociais e ambientais. Essa evolução reforça a conexão entre governança e sustentabilidade, consolidando a base técnica necessária para as decisões do Conselho de Administração.

Responsabilidade Ambiental: Contribuindo para mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas, a Floresta Unimed Campinas fortalece nossa conexão com a comunidade local, ao mobilizar colaboradores em ações de plantio coletivo e promover eventos educativos sobre conservação ambiental. A iniciativa integra os esforços da cooperativa para proteger ecossistemas, incentivar práticas sustentáveis e engajar diferentes públicos na preservação da natureza. Em 2024, promoveu o plantio de mais de mil mudas de espécies nativas, totalizando 4.500 árvores até janeiro de 2025, todas em uma área de proteção ambiental. Essa ação contribui para a formação de corredores ecológicos, favorecendo a recuperação do solo e a ampliação da cobertura vegetal em áreas degradadas. Destacamos, ainda, as ações voltadas para a eficiência energética e hídrica, que visaram reduzir o consumo de água em nossas unidades, com investimentos em manutenção preventiva e na aquisição de equipamentos mais eficientes, incluindo dispositivos de controle de vazão e sistemas de reuso de água nas operações internas do Hospital Unimed Campinas. Instalamos, também, painéis fotovoltaicos em nossas sedes administrativas, que além de reduzir nossa pegada de carbono, contribuiu para a redução de custos operacionais, caminhando juntas, não apenas para o benefício do meio ambiente, como para a sustentabilidade financeira do negócio. Dentro da semana da sustentabilidade, o foco foi a destinação correta de rejeitos e a gestão eficiente de resíduos, essenciais para minimizar o impacto ambiental e promover um consumo mais consciente. Essas iniciativas atingiram colaboradores, parceiros e membros da comunidade.

Responsabilidade Social: A Unimed Campinas sempre investiu em projetos sociais, com o objetivo de contribuir para a redução da vulnerabilidade social, combater o trabalho infantil, promover o acesso a atividades que favoreçam a saúde física, mental e social, melhorar a infraestrutura de organizações da Sociedade Civil e incentivar a socialização e integração de pessoas vítimas de preconceito, especialmente no que se refere à pessoa idosa. Em 2024, incluímos nas avaliações de fornecedores aspectos relacionados ao impacto social de suas operações, incluindo práticas de diversidade e inclusão, bem como iniciativas voltadas à redução das emissões de carbono. Além disso, implementamos métricas específicas para monitorar o cumprimento das metas ESG por parte dos fornecedores.

Governança e Gestão de Riscos: Fortalecida em 2024, a área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) trouxe mudanças significativas, sendo a principal delas a implementação da Resolução Normativa (RN) 518 da ANS, que estabelece as práticas mínimas de governança, gestão de riscos e controles internos recomendadas para as operadoras de planos de saúde. Durante o período analisado, não foram identificados casos de corrupção ou ações judiciais relacionadas à concorrência desleal. A cooperativa passou também por algumas mudanças em sua estrutura de governança com a criação de dois novos comitês, dedicados às áreas de **Recursos Humanos e Cooperados,** em que subsidiam as decisões do **Conselho de Administração.**

Eficiência, Solidez e Sustentabilidade Econômico-Financeira: Em 2024, a sinistralidade ficou abaixo da meta estabelecida pela gestão, fortalecendo a estabilidade financeira da cooperativa, esse avanço reflete o êxito das estratégias comerciais e de retenção adotadas ao longo do ano, junto ao fortalecimento no controle de custos assistenciais. Nossos resultados gerenciais demonstram nossa eficiência em 2024 quando comparados a 2023:

		2024	2023
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**3.586.412**	**3.114.578**
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		**(3.062.581)**	**(2.680.225)**
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**523.831**	**434.353**
SINISTRALIDADE		**85,4%**	**86,1%**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(68.588)**	**(116.561)**
RESULTADO BRUTO		**455.243**	**317.792**
Despesas de Comercialização		(18.318)	(13.864)
Despesas Administrativas		(560.106)	(288.587)
Resultado Financeiro e Patrimonial		**98.925**	**101.832**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(24.256)**	**117.173**
Impostos sobre Resultado		**(1.091)**	**(38.809)**
Participações nas sobras		**(2.962)**	**(1.795)**
RESULTADO LÍQUIDO	(a)	**(28.309)**	**76.569**

Abaixo, apresentamos a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBITDA e EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou, em português, LAJIDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). Esse indicador permite avaliar a eficiência das suas atividades operacionais, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre lucro.

Em milhares de reais	2024	2023
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(24.256)	117.173
Resultado Financeiro e Patrimonial	(98.925)	(101.832)
Depreciação e Amortização (nota 11)	16.869	13.614
EBITDA	**(106.312)**	**28.955**
Fates/Rates (i)	43.924	31.985
Remuneração do Cooperado programa Bem+ (ii) (b)	22.522	9.350
Pagamento aos Cooperados (iii)	–	45.181
PLR Funcionários – Grupo 81(iv)	(2.962)	(1.795)
Provisão Contingência ISSQN (v) (c)	240.035	–
EBITDA AJUSTADO	**197.207**	**113.676**
Imposto Diferido sobre provisão do ISSQN (d)	(45.930)	–
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO (*)	**188.317**	**131.059**

Nota (*): Representa o resultado da soma das rubricas (a); (b); (c); e (d) que se referem as provisões não recorrentes efetuadas no exercício. (i) Conforme mencionado na Nota 17(d) as demonstrações financeiras, refere-se a transações com os cooperados da Unimed Campinas, os quais posteriormente são destinados a conta de reserva específica no patrimônio líquido, conforme definido no Estatuto Social da Cooperativa e Lei nº 5.764/71 do Cooperativismo. (ii) Conforme mencionado na Nota 27(a) às demonstrações financeiras, trata-se de remuneração discricionária aos cooperados da Unimed Campinas, que são deliberadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Cooperativa, a depender do resultado atingido pela Cooperativa. (iii) Conforme mencionado nas Notas 4.6 e 22(c) às demonstrações financeiras, trata-se de remuneração (bonificação) que busca valorizar o trabalho médico com base na qualidade da assistência prestada aos pacientes. A remuneração é definida com base em metas trimestrais elaboradas sob três grandes pilares: sustentabilidade financeira, satisfação do cliente e qualidade assistencial. (iv) Trata-se de participação no resultado para os colaboradores da Cooperativa que está apresentado na demonstração do resultado após o resultado antes dos impostos e participações. (v) Conforme nota 16a), a cooperativa realizou a provisão para contingência fiscal referente ao ISSQN da municipalidade de Campinas, sendo o principal impacto negativo nas projeções. O EBITDA ajustado traz uma visão que remove impactos não recorrentes, extraordinários e/ou não operacionais. O EBITDA ajustado de 2024 foi de R$ 151,5 milhões, refletindo ajustes de R$ 205,9 milhões referente a despesas/receitas não recorrentes e provisões extraordinárias. Esses ajustes uma análise mais precisa da capacidade operacional de geração de caixa da Cooperativa.

Perspectivas e Planos da Administração para Exercícios Seguintes: Para 2025, nosso foco será a expansão de serviços estratégicos para atendimento de demandas assistenciais dos nossos clientes, qualificação da nossa rede credenciada, e investimentos na reestruturação do nosso parque tecnológico. Estamos comprometidos em identificar novas formas de oferecer excelência assistencial, com atenção especial à saúde financeira. Destacamos abaixo nossas diretrizes estratégicas: 1. NOS - Núcleo de oncologia e saúde; 2. Expansão e modernização do HUC; 3. Centro Clínico de Indaiatuba; 4. Segmentação do portfólio de produtos; 5. Atualização do parque tecnológico; 6. Interoperabilidade; 7. Crescimento por meio de parcerias estratégicas. A reforma tributária e as mudanças relacionadas ao modelo de precificação, especialmente no contexto da Consulta Pública 145 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), criam um cenário ainda mais complexo para 2025, especialmente para as cooperativas de saúde.

Declaração de Capacidade Financeira: A capacidade financeira da Unimed Campinas permanece sólida, com saldo de disponível e aplicações financeiras, tanto circulantes quanto não circulantes, totalizando o montante de R$ 866.429 milhões em 31 dezembro de 2024. A gestão da liquidez é acompanhada pela Administração de forma a garantir a segurança financeira perante cooperados, clientes e rede assistencial. A Cooperativa, por meio de seus administradores, declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento determinados títulos e valores mobiliários, que totalizam R$ 132.776 milhões.

Auditores Independentes: Em conformidade com as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - Resolução Normativa (RN) nº 528, de 29 de abril de 2022, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Cooperativa têm como procedimento assegurar-se de que a prestação de outros serviços pelos auditores não venha gerar conflito de interesses, e afetar a independência e a objetividade necessária aos serviços de Auditoria Independente. Durante ano de 2024, todos os serviços de auditoria e de não auditoria foram submetidos à aprovação prévia pelos órgãos de governança da Cooperativa, sendo esses considerados permissíveis perante as regras da ANS e CFC. Durante o exercício de 2024, a Cooperativa contratou os seguintes serviços de não auditoria: (i) Procedimentos Previamente Acordados (PPA), trimestralmente, referente as Informações Econômico-Financeiras das operadoras de planos de assistência à saúde a serem informadas na DIOPS/ANS, segundo determinado pela Resolução Normativa (RN) nº 527 (anexo I), de 09 de abril de 2022; e (ii) Procedimentos Previamente Acordados (PPA), referente ao Relatório sobre os processos de governança, gestão de riscos e controles internos das operadoras, conforme previsto pela ANS Resolução Normativa (RN) nº 518, de 29 de abril de 2022. Consequentemente, no ano de 2024 foram pagos honorários de auditoria relacionados à auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e de honorários de não auditoria relacionados com os trabalhos de PPA mencionados acima, pelos montantes de R$ 349.660 e R$ 149.565, respectivamente.

Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes da Resolução Normativa (RN) nº 528 da ANS, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes. Além disso, a Diretoria afirma que não há ocorrência de operações suspeitas, conforme determina o inciso II, do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a RN nº 594 de 19 de dezembro de 2023.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Ativo Circulante			
Disponível	5	**5.809**	25.835
Realizável		**861.527**	773.545
Aplicações Financeiras	6	**518.487**	429.526
Aplicações Livres		**518.487**	429.526
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7.a	**216.204**	208.231
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		**95.209**	111.336
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		**33.066**	26.376
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		**87.840**	70.442
Outros Créditos Assistência à Saúde		**89**	77
Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7.b	**19.331**	25.671
Créditos Tributários e Previdenciários	8	**37.401**	43.958
Bens e Títulos a Receber	9	**53.961**	54.577
Despesas Antecipadas		**10.121**	5.757
Conta Corrente com Cooperados		**6.022**	5.825
Total Circulante		**867.336**	799.380
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Aplicações Financeiras	6	**342.133**	383.814
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		**309.937**	321.349
Aplicações Livres		**32.196**	62.465
Créditos Tributários e Previdenciários	8	**20.097**	14.175
Ativo Fiscal Diferido	24.b	**67.923**	21.980
Depósitos Judiciais e Fiscais	15	**186.684**	201.523
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	9	**11.893**	11.404
Total do Realizável a longo prazo		**628.730**	632.876
Investimentos			
Participações Societárias		**92.831**	65.874
Total Investimentos	10	**92.831**	65.874
Imobilizado			
Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares		**8.876**	9.491
Imobilizados de Uso Próprio	11	**22.405**	19.192
Imobilizado - Hospitalares		**11.804**	8.382
Imobilizado - Não Hospitalares		**10.601**	10.810
Imobilizações em Curso		**58.311**	24.309
Outras Imobilizações		**27.324**	23.391
Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)	11.b	**27.387**	30.639
Total Imobilizado	11	**144.303**	107.022
Intangível	11	**6.258**	7.172
Total do Ativo Não Circulante		**872.122**	812.944
Total do Ativo		**1.739.458**	1.612.324

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Passivo circulante			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	**283.480**	293.054
Provisão para Remissão		**5.357**	5.444
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		**2.113**	2.548
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		**149.411**	161.676
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		**126.599**	123.386
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13.a	**46.481**	42.667
Contraprestações		**1.157**	753
Comercialização sobre Operações		**1.157**	1.049
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		**44.053**	40.687
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		**114**	178
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	14	**7.884**	8.798
Provisões		**5.805**	1.077
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.a	**5.805**	1.077
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15.a	**70.444**	77.195
Empréstimos e Investidas	15.b	**29**	65
Débitos Diversos	15.b	**101.802**	104.510
Conta Corrente de Cooperados	13.b	**5.529**	38.749
Total Circulante		**521.454**	567.015
Passivo não circulante			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		**7.304**	7.579
Provisão para Remissão	12	**7.304**	7.579
Provisões		**442.484**	206.092
Provisões para Ações Judiciais	16	**442.484**	206.092
Débitos Diversos	15.b	**36.696**	37.947
Total do Passivo Não Circulante		**486.484**	251.618
Total do Passivo		**1.007.938**	818.633
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	**384.995**	393.958
Reservas:			
Reservas de Lucros/ Sobras/ Retenção de Superávits		**335.753**	374.834
Sobras à disposição da AGO		**10.772**	24.899
Total do Patrimônio Líquido		**731.520**	793.691
Total do Passivo e do Patrimônio líquido		**1.739.458**	1.612.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Capital social			Reserva de lucros									
	Nota	Subscrito	a integralizar	Total	Fundo de reserva	Fates	Reserva AGE Finsocial e Cofins	Fundo de Reserva Expansão do COA	Inflacionárias	Reserva AGO - Riscos fiscais	Outras reservas	Total das reservas estatutárias e de sobras	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		386.431	(10.237)	376.194	73.597	192.795	3.856	–	1.585	14.942	12.002	299.077	24.026	699.297
Aumento de Capital por Integralização	17.a	11.040	(3.879)	7.161	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.161
Distribuição de Sobras Deliberação na AGO	17.d	–	–	–	–	–	–	24.026	–	–	–	24.026	(24.026)	
Devolução de Capital	17.a	(2.843)	–	(2.843)	62	–	–	–	–	–	–	62	–	(2.781)
Juros sobre Capital Social	17.a	13.445	–	13.445	–	–	–	–	–	–	–	–	–	13.445
Superávit do Exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	76.569	76.569
Destinação do resultado do exercício:														
Utilização do RATES conforme Regulamentação	17.b2	–	–	–	–	(31.985)	–	–	–	–	–	(31.985)	31.985	–
Transferência entre reservas	17.c	–	–	–	–	–	–	13.978	–	(13.978)	–	–	–	–
Constituição de Reservas Estatutárias	17.d	–	–	–	2.930	77.871	–	–	–	3.135	(281)	83.655	(83.655)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023		408.073	(14.116)	393.957	76.589	238.681	3.856	38.004	1.585	4.099	11.721	374.834	24.899	793.691
Aumento de Capital por Integralização	17.a	**13.995**	**(4.401)**	**9.594**	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**9.594**
Distribuição de Sobras Deliberação na AGO	17.d	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**(24.899)**	**(24.899)**
Devolução de Capital	17.a	**(18.556)**	–	**(18.556)**	–								–	**(18.556)**
(Déficit) do Exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**(28.309)**	**(28.309)**
Destinação do resultado do exercício:														
Utilização do RATES conforme Regulamentação	17.b2	–	–	–	–	**(43.924)**	–	–	–	–	–	**(43.924)**	**43.924**	–
Transferência entre reservas	17.c	–	–	–	–	–	–	**3.134**	–	**(3.134)**	–	–	–	–
Constituição de Reservas Estatutárias	17.d	–	–	–	**1.267**	**872**	–	**3.025**	–	–	**(321)**	**4.843**	**(4.843)**	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**403.512**	**(18.517)**	**384.995**	**77.856**	**195.629**	**3.856**	**44.163**	**1.585**	**965**	**11.399**	**335.753**	**10.772**	**731.521**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
		Atos Cooperativos				Atos Cooperativos			
	Nota	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total
Contraprestações efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	1.561.053	2.004.682	20.677	3.586.412	1.421.553	1.674.276	18.749	3.114.578
Receita com Operações de Assistência à Saúde		1.604.929	2.059.542	21.234	3.685.705	1.458.088	1.719.406	19.242	3.196.736
Contraprestações líquidas/ Prêmios Retidos		1.604.775	2.059.336	21.232	3.685.343	1.458.242	1.719.593	19.244	3.197.079
Variação das provisões técnicas de Operações de Assistência à Saúde		154	206	2	362	(154)	(188)	(2)	(344)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(43.876)	(54.860)	(557)	(99.293)	(36.535)	(45.129)	(493)	(82.157)
Eventos indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	19	(1.273.252)	(1.772.796)	(16.533)	(3.062.581)	(1.173.523)	(1.490.450)	(16.252)	(2.680.225)
Eventos / sinistros conhecidos ou Avisados		(1.273.935)	(1.767.439)	(17.994)	(3.059.368)	(1.172.703)	(1.484.216)	(16.660)	(2.673.579)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		683	(5.357)	1.461	(3.213)	(820)	(6.234)	408	(6.646)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		287.801	231.886	4.144	523.831	248.030	183.826	2.497	434.353
Outras receitas operacionais de Planos de Assistência à Saúde	21	557	743	13.381	14.681	736	895	13.893	15.524
Receita de Assistência à Saúde Não relacionada com Plano de Saúde da Operadora	22.a	92.800	–	5.793	98.593	80.986	–	5.126	86.112
Receita com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		30.928	–	5.728	36.656	35.864	–	5.075	40.939
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		41.977	–	–	41.977	50.436	–	–	50.436
Outras (Despesas) Receitas Operacionais, líquidas		19.895	–	65	19.960	(5.314)	–	51	(5.263)
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(1.108)	(1.480)	(620)	(3.208)	(1.373)	(1.569)	(605)	(3.547)
Outras (despesas) receitas de operações de plano de assistência à saúde		(70.445)	(15.293)	(314)	(86.052)	(96.382)	(7.328)	(80)	(103.790)
Outras (Despesas) Receitas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	22.b	(71.640)	(16.835)	(329)	(88.804)	(94.871)	(5.575)	(61)	(100.507)
Programas regulatórios de atenção à Saúde		(415)	(535)	(5)	(955)	(565)	(656)	(7)	(1.229)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		(2)	(2)	–	(4)	137	158	2	297
(Reversão) Provisão para Perdas Sobre Créditos		1.612	2.079	20	3.711	(1.082)	(1.255)	(14)	(2.351)
Outras Despesas Oper. De Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	22.b	(64.909)	(24.580)	(3.113)	(92.602)	(81.230)	(26.988)	(2.542)	(110.760)
Resultado bruto		244.696	191.276	19.271	455.243	150.767	148.736	18.289	317.792
Despesas de comercialização		(7.798)	(10.408)	(112)	(18.318)	(6.217)	(7.560)	(87)	(13.864)
Despesas administrativas	20	(266.235)	(287.993)	(5.878)	(560.106)	(147.764)	(135.965)	(4.858)	(288.587)
Resultado Financeiro Líquido	23	(543)	(537)	85.972	84.892	2.019	2.531	88.797	93.347
Receitas Financeiras	23	8.810	11.571	94.633	115.014	10.608	12.550	105.812	128.970
Despesas Financeiras	23	(9.353)	(12.108)	(8.661)	(30.122)	(8.589)	(10.019)	(17.015)	(35.623)
Resultado Patrimonial		319	411	13.303	14.033	5	6	8.474	8.485
Receitas Patrimoniais		320	413	13.303	14.036	6	8	8.504	8.518
Despesas Patrimoniais		(1)	(2)	–	(3)	(1)	(2)	(30)	(33)
Resultado antes dos impostos e participações		(29.561)	(107.251)	112.556	(24.256)	(1.190)	7.748	110.615	117.173
Imposto de Renda	24	–	(8.567)	(25.286)	(33.853)	–	(4.686)	(25.216)	(29.902)
Contribuição Social sobre o Lucro	24	–	(3.341)	(9.860)	(13.201)	–	(1.778)	(9.567)	(11.345)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24	–	11.619	34.344	45.963	–	382	2.056	2.438
Participações nas sobras		(1.287)	(1.659)	(16)	(2.962)	(227)	(958)	(10)	(1.795)
Resultado Líquido		(30.848)	(109.199)	111.730	(28.309)	(2.017)	708	77.878	76.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
	Atos Cooperativos				Atos Cooperativos			
	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total
Resultado Líquido	(30.848)	(109.199)	111.730	(28.309)	(2.017)	708	77.878	76.569
Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	(30.848)	(109.199)	111.730	(28.309)	(2.017)	708	77.878	76.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	4.457.713	3.916.135
(+) Outros Recebimentos Operacionais	37.387	–
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	286.686	564.476
(-) Aplicações Financeiras	(264.803)	(581.657)
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(3.412.123)	(2.915.679)
(-) Pagamento de Comissões	(480)	(927)
(-) Pagamento de Pessoal	(171.736)	(146.116)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(6.735)	(5.693)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(74.066)	(55.049)
(-) Pagamento de Tributos	(584.792)	(496.382)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/ Trabalhistas/Tributárias)	(8.865)	(102.442)
(-) Pagamento de Aluguel	(8.064)	(5.737)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(25.994)	(23.450)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(131.088)	(51.828)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	93.007	(9.751)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado/ Intangível - Outros	(51.794)	(16.856)
(-) Aumento de capital em investidas	(19.488)	(248)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(71.282)	(17.104)
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	9.594	7.161
(-) Devolução de Capital	(18.556)	(2.781)
(-) Distribuição das sobras/ Incorporação Capital	(24.899)	–
(-) Pagamento de Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(7.890)	(7.033)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(41.751)	(2.653)
Redução de caixa e equivalentes de caixa (disponível)	(20.026)	(29.518)
Caixa e equivalentes de caixa (disponível), no início do exercício	25.835	55.353
Caixa e equivalentes de caixa (disponível), no final do exercício	5.809	25.835

Nota: a reconciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto versus método direto está demonstrada na nota 29 Nota: a reconciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto versus método direto está demonstrada na nota 29.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ⇒

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: Fundada em 17 de dezembro de 1970, com sede no município de Campinas, Estado de São Paulo, a Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa" ou "UNIMED Campinas") é uma operadora de plano de assistência à saúde e tem por objetivo institucional a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e o aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar. A Cooperativa é constituída por médicos associados ("Cooperados") que atuam na Região Metropolitana de Campinas - RMC, compreendendo os municípios de Campinas, Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa era constituída por 3.602 cooperados (2023 - 3.636). **2. Ambiente regulatório**: Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de requisitos de preços e normas financeiras e contábeis. A UNIMED Campinas está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 33.569-0. **3. Base de preparação**: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), Lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/71), pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), bem como ITG 2004 - Entidades Cooperativas, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS e, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS por meio da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Cooperativa em 20 de fevereiro de 2025. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada de forma voluntária pela Cooperativa como informação suplementar, de acordo com as normas da ANS e sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras, sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: *Julgamentos*: A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Cooperativa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: i) *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Cooperativa como arrendatária)*: A Cooperativa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Cooperativa possui determinados contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Cooperativa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Cooperativa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de edifícios e instalações com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. *Estimativas e premissas*: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, normas da ANS, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. i) *Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC - Nota 7*: De acordo com a Resolução Normativa nº 528/22 da ANS, para os planos individuais com preço preestabelecido, havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída provisão para perdas sobre a totalidade do contrato. Para os demais planos, havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 90 dias, também é constituída provisão para perdas para a totalidade do contrato. Ainda, conforme mencionado na Nota 4.16, a partir de 01 de janeiro de 2023, a Cooperativa adotou os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, conforme determinado pela ANS. ii) *Provisões técnicas - Nota 12*: São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde. Detalhes sobre as provisões técnicas estão descritos na Nota 4.9. iii) *Provisões para contingências - Nota 16*: A Cooperativa reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. iv) *Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado - Nota 4.6*: A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores especializados e são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras. v) *Tributos - Nota 4.13*: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa. O Ativo fiscal diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e/ou diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos créditos fiscais. vi) *Arrendamentos - estimativa de taxa incremental sobre empréstimos*: A Cooperativa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Cooperativa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (por exemplo, inexistência de operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Cooperativa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Cooperativa (seu rating de crédito, dentre outros). **4. Políticas contábeis materiais**: As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa - disponível**: O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo (menor que 90 dias), os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. A classificação segue ainda orientações técnicas da ANS (Resolução Normativa RN 528 de 29 de abril de 2022). **4.2. Instrumentos financeiros**: Para 1º de janeiro de 2023, a ANS através da Resolução RN 472 determinou pela aplicação CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 9), para aplicação em exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros**: *Reconhecimento inicial e mensuração*: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cooperativa tenha aplicado o expediente prático, a Cooperativa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cooperativa tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 4.11 - Receita líquida operacional. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Cooperativa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente*: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)**: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Cooperativa não possui ativos financeiros nas categorias a valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação ou não de ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais). Os ativos financeiros mantidos pela Cooperativa estão divulgados na Nota 25.2. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Cooperativa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Cooperativa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Cooperativa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Cooperativa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Cooperativa. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Cooperativa pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Cooperativa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas é a estimativa ponderada pela probabilidade da perda de crédito. A Cooperativa mensura as provisões para perdas com Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde em montantes equivalentes às perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Para os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde e ativos de contrato, a Cooperativa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Cooperativa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Cooperativa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Cooperativa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Cooperativa para a recuperação dos valores devidos. **Passivos financeiros**: *Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação*: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente*: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Cooperativa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Ainda, a Cooperativa não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)**: Esta é a categoria mais relevante para a Cooperativa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Os passivos financeiros da Cooperativa estão divulgados na Nota 25.2. *Desreconhecimento*: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Outros passivos financeiros: Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **4.3. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde**: São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado menos a provisão para "impairment", e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo; para o qual não há imputação de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **4.4. Débitos de Operações de Assistência à Saúde**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **4.5. Estoques**: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio, compostos substancialmente por materiais hospitalares, medicamentos e almoxarifado e inclui gastos incorridos na aquisição. O saldo correspondente aos estoques está apresentado na rubrica Bens e títulos a receber (Nota 9). **4.6. Imobilizado e intangível**: a) Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edifícios	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)

(*) Depreciação pelo prazo do contrato, em média 8 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em resultado por meio nal no resultado. b) Intangível: As licenças de software adquiridas são contabilizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo período da validade da licença, que varia de um a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não sejam diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **4.7. Impairment de ativos não financeiros**: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrada a perda por *impairment* entre essa diferença. **4.8. Benefícios a empregados e cooperados**: Obrigações de benefícios a empregados da Cooperativa refere-se à participação nos resultados. O passivo é reconhecido pelo valor esperado sendo a obrigação estimada de maneira confiável. A Cooperativa oferece como programa aos cooperados o BEM+ que valoriza o trabalho médico com base na qualidade da assistência prestada aos pacientes, garantindo maior transparência e visibilidade às informações assistenciais econômico-financeiras, incentivando ainda mais a participação dos médicos cooperados na gestão da cooperativa. A Unimed Campinas dispõe também de uma ampla carta de benefícios remunerados concedidos aos Cooperados com regulamento próprio e aprovado previamente pelo Conselho de Administração, sendo eles: **4.8. Benefícios a empregados e cooperados**. Licença Remunerada: benefício que permite ao Cooperado se afastar das atividades médicas por um período de 20 dias corridos e ininterruptos, podendo ser os 20 primeiros dias do mês ou os 20 últimos. O benefício corresponde à média da produção médica, considerando os últimos 12 meses, para o cálculo é considerado consulta, honorários e serviços complementares, cada um com um percentual definido em regimento. PAIT - Plano de Assistência por Incapacidade Temporária: benefício que permite o afastamento das atividades por até 90 dias em decorrência de impedimento temporário do exercício da profissão por questão de ordem médica. É fixado pela média de produção do cooperado na pessoa física, abrangendo consultas, serviços complementares, honorários médicos e produção especial, remunerado pelo valor da média da produção período fixo dos 12 últimos meses anteriores ao mês da ocorrência do afastamento. PAMA - Plano de Auxílio Maternidade e Adoção: benefício que permite o afastamento das atividades por até 90 dias, em decorrência de nascimento ou adoção. Valor fixado pela média aritmética dos últimos 12 meses de produção da(o) médica(o) cooperado abrangendo consultas, serviços complementares, honorários médicos, Licença Remunerada, Benefício PAIT e PAMA anterior entre outros. **4.9. Provisões**: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. Provisões técnicas: São montantes estabelecidos pela ANS para garantir a liquidez financeira das obrigações futuras e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme disposto na RN 393, de 09 de dezembro de 2015, com alterações na RN 442 de 20 de dezembro de 2018, RN 476 de 29 de dezembro de 2021 e pela RN 574 de 28 de fevereiro de 2023 e atualizada pela RN 597 de 16 de janeiro de 2024. Abaixo um breve descritivo sobre a política contábil para as provisões técnicas: i) *Provisões para eventos / sinistros a liquidar (SUS - GRU)*: Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas. ii) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)*: Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS. Conforme disposto na Resolução Normativa nº 393/15, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. iii) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA SUS)*: Conforme estabelecido na RN nº 442/2018 e 476/2021 a Operadora pode realizar o cálculo da Peona SUS através de metodologia própria ou utilizando o critério estabelecido pela ANS. A Cooperativa utiliza os critérios estabelecidos pela ANS, conforme determinam as RNs, com o fator máximo a ser utilizado de 66%, atualização feita pela RN 597/2024. iv) *Provisão para remissão*: A Resolução Normativa nº 393/15 e suas alterações, determina a constituição da Provisão de benefícios de remissão concedido para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato dos beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato. vi) *Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG*: A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN 393/2015 da ANS e suas alterações, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário "pro rata dia" do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, sendo a emissão do faturamento e/ou fatura dentro do mês de competência. vii) *Ressarcimento ao SUS*: O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. vii) *Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC*: A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC tem como objetivo a cobertura de eventual insuficiência das contraprestações para custear as despesas assistenciais, administrativas e de comercialização conforme Resolução Normativa da ANS RN 442/2018 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Atualmente a Cooperativa realiza o teste de aderência em conformidade com a metodologia regulatória, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não existe valor a ser constituído. vii) *Teste de Adequação de Passivos (TAP)*: Conforme a resolução Normativa (RN) nº 528/2022, as operadoras de grande porte deverão realizar o TAP - Teste de Adequação de Passivos. Por definição, o TAP consiste em estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde com preço pré-estabelecido, com o objetivo de avaliar se as provisões técnicas constituídas pela operadora estão adequadas para o cumprimento dos compromissos futuros em uma determinada data-base. O teste foi realizado considerando os seguintes parâmetros, como determinado pela referida resolução: • Os contratos foram segregados entre as modalidades: individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão; • As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando o horizonte de 1 (um) ano para contratos coletivos e 8 anos para contratos individuais; • As principais premissas utilizadas no cálculo foram desenvolvidas por tipo de contratação, faixa-etária (RN 63) e sexo; • Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS segregadas por sexo vigentes no momento da realização do TAP; e • As premissas utilizadas para projeções de receitas e despesas foram baseadas na experiência observada considerando os últimos 24 meses (12/2022 a 11/2024), a inflação médica corresponde ao índice do IPCA e o reajuste de contraprestações foi utilizado o índice ANS para as projeções dos próximos 24 meses e dos subsequentes foi utilizado o IPCA. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. O resultado do Teste de Adequação de Passivo, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2024 e 2023, considerando as premissas e critérios citados acima, não indicou nenhuma insuficiência consolidada da soma das modalidades. ix) Outras provisões técnicas: Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras ("DIOPE"), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. Não aplicável no exercício de 2023 e 2024. **4.10. Cotas de cooperados**: A Cooperativa detém o direito incondicional de recusar resgate de cotas pelos cooperados e, dessa forma, as cotas de cooperados são classificadas como patrimônio líquido. **4.11. Receita líquida operacional**: A receita de venda de planos é reconhecida no resultado do exercício durante o período de cobertura do plano de saúde, apuradas de forma individual para cada contrato, conforme cláusulas contratuais, e na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita proveniente de uma transação acordada entre a Cooperativa e o comprador ou usuário do ativo, é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela Cooperativa ao comprador. Portanto, quando a Cooperativa presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, reconhece a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas, resultando no reconhecimento no grupo de receitas apenas à taxa de administração cobrada em tais operações. i) Receitas e despesas de operações de responsabilidade de outras Unimeds (Intercâmbio): A RN 517, de 29 de abril de 2022 normatiza as operações de compartilhamento de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. O compartilhamento de risco ocorre quando um beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora, e por um acordo ou contratação entre as operadoras, o atendimento pode ser feito de forma continuada. Os efeitos de ganhos ou perdas nessas transações, decorrentes de taxas de administração, mais e menos valia são reconhecidos na demonstração do resultado, nas rubricas de receitas com operações de assistência médico-hospitalar ou outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora. Também as contas a receber de intercâmbio habitual e eventual foram segregadas e apresentadas em rubricas distintas (Nota 7 (a) e (b)). **4.12. Receitas financeiras e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre recursos e fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda) e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. Os ajustes a valor de mercado são reconhecidos conforme regime de competência. As despesas financeiras abrangem, quando aplicáveis, despesas com juros sobre empréstimos, arrendamento financeiro, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Também fazem parte do grupo de receitas e despesas financeiras as atualizações monetárias ativas e passivas sobre os depósitos judiciais e provisões para contingências. **4.13. Tributação**: i) Impostos sobre contraprestações: O PIS e a COFINS foram calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos cooperativos (principais e auxiliares) e não cooperativos, deduzindo-se, da base de cálculo, a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas e o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, conforme determina a legislação fiscal. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) foi calculado à alíquota de 5% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e credenciados. ii) Imposto de renda e contribuição social - correntes: Passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor esperado a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data das demonstrações financeiras da Cooperativa, estando atento às leis específicas aplicáveis às cooperativas. As provisões para o imposto de renda e contribuição social imputadas ao resultado são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada a Lei nº 12.973/14, Lei nº 9.532/97 e o Decreto 9.580/18. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos cooperativos auxiliares e não cooperados do exercício e ajustes realizados no LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R$240 no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência. Na determinação do imposto de renda a Cooperativa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Cooperativa acredita que a provisão para imposto de renda está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto para fins de fiscalização, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros, imposto de renda no ano em que forem realizadas. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Cooperativa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. iii) Imposto de renda e contribuição social - diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, relacionados aos atos cooperativos auxiliares e atos não cooperativos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **4.14. Atos cooperativos e não cooperativos**: Os atos cooperativos principais correspondem aos serviços praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5.764, art 79). Os atos cooperativos auxiliares são os praticados por terceiros não cooperados, a fim de auxiliar o trabalho médico e a atividade da Cooperativa. Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica. A Cooperativa vem constantemente buscando um gerenciamento fiscal eficiente, assegurando sua regularidade perante a Receita Federal e órgãos reguladores. **4.15. Arrendamentos**: No início de um contrato, a Cooperativa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Cooperativa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Cooperativa como arrendatária: A Cooperativa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Cooperativa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Edifícios e instalações: 1 a 11 anos; Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Cooperativa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 4.6. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de

continua ➔

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

(A) Geração da riqueza	2024	2023
Ingressos e receitas	3.802.434	3.297.101
Contraprestações emitidas líquidas	3.685.343	3.197.079
Outros ingressos e receitas operacionais	113.380	102.373
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa		
- Reversão/Constituição	3.711	(2.351)
Variação das provisões técnicas	362	(344)
Provisão de remissão	362	(344)
Receita líquida operacional	3.802.796	3.296.757
Eventos, dispêndios e despesas operacionais	1.996.139	1.608.385
Eventos indenizáveis líquidos	1.868.898	1.496.492
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	3.213	6.646
Outros dispêndios/Despesas operacionais	124.028	105.247
Insumos adquiridos de terceiros	124.419	135.497
Despesas de comercialização	18.318	10.864
Despesas com serviços de terceiros	43.752	34.176
Materiais, energia e outras despesas administrativas	62.721	87.865
Perda/Recuperação de valor ativos	(372)	(211)
Valor adicionado bruto	1.682.238	1.552.875
Depreciação, Amortização	16.869	13.614
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.665.369	1.539.261
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	129.050	137.488
Receitas financeiras	115.014	128.970
Outras	14.036	8.518
(I) Valor adicionado total a distribuir	1.794.419	1.676.749

(B) Distribuição da riqueza	2024	2023
Remuneração do trabalho	1.417.752	1.405.790
Cooperados	1.285.956	1.280.605
Produção (consultas e honorários)	1.184.178	1.172.703
Benefícios	101.778	107.902
Diretores, Conselheiros e Empregados	131.796	125.185
Salários, 13º, Férias etc.	101.630	101.423
Benefícios	20.843	15.054
F.G.T.S	9.323	8.708
Remuneração de governo - Impostos/Taxas/Contribuições	374.281	154.926
Federais	111.096	132.226
Previdência Social	24.888	24.140
Estaduais	25	26
Municipais	238.272	(1.466)
Remuneração de capitais de terceiros	30.695	21.235
Aluguéis	570	808
Despesas Financeiras	30.122	20.394
Despesas patrimoniais	3	33
Remuneração de capitais próprios	(28.309)	91.738
Juros sobre capital social	–	15.229
Sobras/(Perdas) líquidas	(28.309)	76.509
(I) Total distribuído	1.794.419	1.676.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação

arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Cooperativa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Cooperativa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Cooperativa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Cooperativa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.16. Investimentos**: A Unimed Campinas não possui controle ou influência significativa sobre os investimentos mantidos sociedade cooperativa de qualquer grau e/ou outras entidades do segmento, sendo esses investimentos mensurados pelo custo de aquisição, e seus resultados contabilizados, de acordo com o princípio da Competência, em conta de ingresso que integra a conta de investimento da investidora. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização. **4.17. Demonstração dos fluxos de caixa**: A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto, e se encontra apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações de fluxo de caixa e regras da ANS - Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022, Anexo III. Conforme requerido na referida norma contábil a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, está sendo apresentada na nota explicativa nº 28. **4.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**: Não há alterações a partir de 1º de janeiro de 2024, que impactam as demonstrações financeiras da Cooperativa. **4.19. Alterações e interpretações de pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não aplicados pela Agência Nacional de Saúde**: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas os CPCs e/ou interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: • CPC 11 - Contratos de Seguro. • CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. • CPC 34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais. • CPC 35 - Demonstrações Separadas. • CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria. • CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. • CPC 50 - Contrato de Seguros. • Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto. • Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante. • Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com Covenants. • Alterações ao CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback." • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Adicionalmente, a ANS também se manifestou sobre a aplicação da interpretação Técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Portanto, a Cooperativa não adotou tal norma. Caso essa norma venha a ser aprovada pela ANS e aceitas pela Cooperativa, poderão produzir também algum impacto nas demonstrações financeiras. Em conformidade com o Ofício-Circular nº 1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde devem continuar aplicando as normas vigentes, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação dos referidos CPCs. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Cooperativa.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível:	2024	2023
Bancos conta movimento	5.757	25.812
Depósito bancário curto prazo (i)	49	19
Caixas	3	4
	5.809	25.835

(i) Refere-se ao saldo disponível na conta corrente a qual é remunerada a 85% do CDI (2023 - 85%). Por norma regulatória da ANS, para que um investimento seja qualificado como caixa e equivalentes de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. A classificação de caixa e equivalentes de caixa, como disponível, segue orientações técnicas do Plano de Contas da ANS (Resolução Normativa RN 528 de 29 de abril de 2022).

6. Aplicações financeiras:	2024	2023
Investimentos circulantes		
Cotas de Fundo de Investimentos (d)	322.702	243.628
Letras financeiras - títulos públicos e privados (a)	71.197	85.511
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC) (b)	61.823	–
Nota do Tesouro Nacional Tipo B (NTN-B) (f)	57.969	29.526
Debêntures (c)	4.796	–
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (b)	–	70.861
	518.487	429.526
Investimentos não circulantes		
Cotas de Fundo de Investimentos (d)	177.206	168.856
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC) (b)	69.785	44.817
Nota do Tesouro Nacional Tipo B (NTN-B) (f)	51.792	21.637
Letras financeiras - títulos públicos e privados (a)	42.182	49.525
Fundo imobiliário - cotas patrimoniais (e)	1.168	1.105
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (b)	–	97.874
	342.133	383.814
Total	860.620	813.340

(a) Letras Financeiras (LF) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT): Classificados como ativos financeiros, as LFT possuem rendimentos atrelados à variação da taxa de juros Selic. Já as LF, emitidas por instituições financeiras, oferecem rendimentos pós-fixados no formato CDI acrescido de uma taxa prefixada. A Cooperativa possui em sua carteira títulos com vencimentos de CDI+1,80% a CDI+1,40%. (b) RDC e CDB: Os CDB foram resgatados em 2024. As RDC classificados como ativos financeiros, são títulos de renda fixa privada, pós-fixados, com rendimentos que variam de 100% a 115% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). (c) Debêntures: Em 2024, a Cooperativa incluiu em sua carteira três títulos em debêntures, que são títulos de dívida emitidos por empresas privadas com o objetivo de captar recursos junto ao mercado. Esses títulos, classificados como renda fixa privada, possuem rentabilidades de CDI+1,90%, CDI+4,65% e CDI+4,65%. (d) Cotas de Fundos de Investimento: A carteira é composta por fundos distribuídos entre Renda Fixa Pós-fixada, Multimercado e Renda Fixa High Yield. Parte desses recursos, no montante de 173.793, está alocada em fundos exclusivos, destinados a atender às garantias regulamentares exigidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS). (e) Fundo Imobiliário - cotas patrimoniais: As cotas do Fundo de Investimento Imobiliário, o objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas a valorização e a rentabilidade de suas Cotas no longo prazo, por meio da aquisição do projeto e da construção de um empreendimento imobiliário com destinação hospitalar e sede administrativa no Imóvel-Alvo ("Empreendimento") e locação atípica do Imóvel-Alvo ao locatário na modalidade Built to Suit nos termos do Contrato de Locação, conforme detalhado em seu regulamento. (f) Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B): A Cooperativa possui em sua carteira Notas do Tesouro Nacional Série B, um investimento de modalidade de renda fixa, cujo rendimento está atrelado à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de uma taxa de juros pré-determinada no momento da compra. As taxas acordadas variaram entre 5,20% e 6,46%. A Cooperativa mantém a constituição de ativos garantidores das provisões técnicas de acordo com a RN 392/2015 da ANS atualizadas pelas RN 419/2016, RN 519/2022 e RN 573/2023. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de ativos garantidores vinculados à ANS está garantindo os seguintes passivos: Provisão de Eventos a Liquidar avisados há mais de 30 dias para a operadora, Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados e Provisão de Remissão, as aplicações são assim representadas:

	2024	2023
Circulante		
Aplicações Livres	518.487	429.526
	518.487	429.526
Não Circulante		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	309.937	321.349
Aplicações Livres	32.196	62.465
	342.133	383.814
	860.620	813.340

A exposição da Cooperativa a riscos de crédito, taxa de juros e relacionados a mensuração do valor justo está divulgada na Nota 25.

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a) Contraprestação Pecuniária a Receber

Ativo circulante	2024	2023
Contraprestações pecuniárias a receber:		
Planos de pré e pós-pagamento - Pessoa Jurídica	40.658	38.228
Planos de custo operacional a faturar	19.634	40.278
Planos de custo operacional	18.021	18.131
Planos de pré-pagamento - Pessoa Física	17.772	17.913
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(876)	(1.214)
	95.209	111.336
Participação em Beneficiários em eventos/Sinistros	33.069	28.376
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3)	–
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Intercâmbio a faturar (i)	50.307	40.675
Intercâmbio a receber (i)	47.201	39.412
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(9.668)	(9.645)
	87.840	70.442
Outros Créditos com assistência à saúde	85	77
	216.204	210.231

(i) Rubricas de intercâmbio conforme descrito na Nota 4.11 (i). b) Créditos de operadoras não relacionados com planos de assistência à saúde

Ativo circulante	2024	2023
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Intercâmbio eventual	32.295	38.634
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(12.964)	(12.963)
	19.331	25.671

Entende-se por intercâmbio eventual, os reembolsos a receber sobre os atendimentos aos usuários de outras operadoras do sistema Unimed. Existe uma tabela de cobrança definida no manual de intercâmbio da Unimed Brasil para os principais procedimentos médicos/hospitalares, sendo que, os procedimentos não inclusos nessa tabela são cobrados ao custo que a Cooperativa repassa a sua rede credenciada/cooperada acrescido de taxa administrativa. Quando os atendimentos são realizados em unidades próprias da Cooperativa, o Contas a receber de intercâmbio eventual (ativo) é reconhecido em contrapartida de receita de assistência à saúde não relacionada com plano de saúde operadora na demonstração do resultado na conta de outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com plano de saúde operadora a faturar. Os custos incorridos nesses atendimentos são reconhecidos no resultado do exercício na conta de Eventos indenizáveis, líquidos - eventos /sinistros conhecidos ou avisados. Quando os atendimentos são realizados com recursos de terceiros, o registro do intercâmbio eventual a receber é realizado via conta passiva de Prestadores de serviços de assistência à saúde - Não relacionados com planos de saúde da operadora, transitando somente pelo resultado do exercício a taxa de administração cobrada por atendimento. A exposição da Cooperativa a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota 25.

Provisão para perda sobre créditos:	2024	2023
PPSC - Intercâmbio eventual	(12.964)	(12.963)
PPSC - Intercâmbios a receber	(9.668)	(9.645)
PPSC - Planos de pré-pagamento - Pessoa física	(800)	(1.166)
PPSC - Planos de pré e pós pagamento - Pessoa jurídica	(76)	(48)
PPSC - Participação em Beneficiários em eventos/Sinistros	(3)	–
	(23.511)	(23.822)

8. Créditos tributários e previdenciários:	2024	2023
Imposto de renda a compensar / restituir (ii)	35.392	29.381
Provisão para imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	12.034	13.212
Cofins a compensar (i)	6.276	11.680
Contribuição social a compensar/restituir	2.044	1.290
PIS a compensar (i)	1.356	2.495
Imposto sobre serviços - ISSQN	301	–
Imposto de renda retido na fonte a compensar / restituir	95	75
	57.498	58.133
Ativo circulante	37.401	43.958
Ativo não circulante (iii)	20.097	14.175
	57.498	58.133

(i) A Cooperativa está realizando de forma gradativa a compensação dos impostos Pis e Cofins, o saldo remanescente será objeto de ressarcimento no exercício de 2025. (ii) Em 2022, a Cooperativa realizou uma revisão tributária que originou em um crédito de IRPJ, referente ao exercício de 2017, no montante de R$14.856 (crédito original), e está sendo atualizado mensalmente pela taxa Selic, somando em 2024 R$5.242 (2023 - R$ 4.549). (iii) Está representado substancialmente por parte do saldo de IRPJ a compensar, cuja sua utilização dará se em até 5 anos.

9. Bens e títulos a receber:	2024	2023
Estoques	38.298	42.968
Cheques e Notas Promissórias	16.063	18.486
Adiantamento a Fornecedores (i)	11.013	6.391
Empréstimos a coligada	111	69
Títulos a receber em discussão judicial (a)	–	1.587
(-) Perdas sobre Crédito	(11.524)	(14.924)
	53.961	54.577
Títulos a receber em discussão judicial (i)	11.404	11.404
Outros créditos a receber a longo prazo	489	–
	11.893	11.404
Ativo circulante	53.961	54.577
Ativo não circulante	11.893	11.404
	65.854	65.981

(i) Em 2024 a Cooperativa realizou a antecipação da Produção Médica do prestador CENTRO HOSPITALAR VALINHOS E VINHEDO - LTDA., no montante de R$3.408, que será descontado em janeiro/2025, a variação dessa rubrica também está relacionada à obra para construção do Novo CQA (Centro de Quimioterapia Ambulatorial). Em contrapartida houve a baixa dos adiantamentos da empresa DIECE (importadora de medicamentos do CQA) no montante de R$10.307. (ii) O montante de R$11.404 é composto por dois processos judiciais, já transitados em julgado a favor da Cooperativa, relacionados com: (a) processo 5011007-15.2017.4.03.6100 no valor de R$10.893, ação declaratória ajuizada pela Cooperativa em face da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com o escopo de obter provimento jurisdicional que reconhecesse a ilegalidade, a inconstitucionalidade e a inexigibilidade da cobrança de Taxa de Saúde Suplementar - TSS, onde foi pleiteado ainda, o ressarcimento dos valores pagos nos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento; e (b) processo 1044177-75.2023.8.26.0114 no valor de R$511.

10. Investimentos:	% de participação	2024	2023
Unimed Nacional (ii)	6,72%	28.966	11.783
Unimed Participações S.A.	1,19%	25.049	21.096
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	10,40%	21.319	17.318
Unicred do Estado de São Paulo	8,15%	12.868	11.895
Unimed Seguradora S.A.	0,22%	2.591	2.591
Federação Regional Centro Paulista	7,13%	1.152	802
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	10,60%	886	886
Unimed Campinas Participações S.A.(i)	99,90%	–	–
		92.831	65.874

	2024	2023
Em 1º de janeiro	65.874	59.125
Sobras Incorporadas ao Capital	7.470	6.501
Aumento de capital em investidas (ii)	19.487	245
Em 31 de dezembro	92.831	65.874

(i) O resultado líquido da Unimed Campinas Participações S.A. para o exercício de 2024, foi positivo em R$35 diminuindo o saldo de empréstimos com controlada para R$29 sendo demonstrado na rubrica "empréstimos a coligadas" nota 15b. Considerando a materialidade dos ativos, passivos e transações dessa controlada, a administração da Cooperativa decidiu não apresentar demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. (ii) A Unimed Nacional está enfrentando uma crise financeira, e por isso fez um acordo para receber um aporte de R$ 1 bilhão de 300 cooperativas médicas regionais, com o objetivo de reequilibrar as contas e evitar uma intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Conforme decisão do colegiado ficou definido que ao longo do exercício de 2024 e 2025 aportes seriam realizados para recompor o seu patrimônio e fortalecer o balanço, o valor do aporte representa 10% das reservas técnicas das cooperativas regionais, com isso a Unimed Campinas se comprometeu a aportar o total de R$ 26.756. Em 2024 a Unimed Campinas aportou o montante de R$17.783, e fará aportes mensais R$1.617 ao longo do ano de 2025 até finalizar o valor acordado. A administração da Unimed Campinas avaliou que em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para perda na realização desse investimento é necessária, haja vista que o referido aporte visa suportar o plano de negócios da Unimed Nacional para os próximos exercícios sociais.

11. Imobilizado e intangível:	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Custo									
Imóveis - Não Hospitalares									
Edifícios	23.391	–	–	–	23.391	–	–	–	23.391
Terrenos	118	–	–	–	118	–	–	–	118
	23.509	–	–	–	23.509	–	–	–	23.509
Imobilizado - Hospitalares									
Equipamentos de Informática	2.110	84	–	–	2.194	152	36	771	3.153
Instalações	675	–	–	13	688	5	–	–	693
Máquinas e Equipamentos	11.556	1.108	(4)	4	12.664	4.587	(347)	64	16.968
Móveis e Utensílios	5.017	207	(8)	7	5.223	172	17	221	5.633
Veículos	152	7	–	–	159	–	–	144	303
	19.510	1.406	(12)	24	20.928	4.916	(294)	1.200	26.750
Imobilizado - Não Hospitalares									
Benfeitorias em Terceiros	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Equipamentos de Informática	17.782	3.638	(54)	40	21.416	1.452	(482)	(245)	22.141
Instalações	5.550	352	(42)	53	5.913	231	–	868	7.012
Máquinas e Equipamentos	2.634	53	(42)	(39)	2.606	45	(19)	(19)	2.613
Móveis e Utensílios	4.638	94	(73)	6	4.665	208	(47)	43	4.869
Veículos	831	–	–	–	831	–	–	(144)	687
	31.445	4.137	(211)	60	35.431	1.936	(548)	503	37.322
Imobilizações em Curso									
Imobilizado em andamento	18.628	8.675	–	(2.994)	24.309	42.945	(12)	(8.931)	58.311
	18.628	8.675	–	(2.994)	24.309	42.945	(12)	(8.931)	58.311
Outras Imobilizações									
Benfeitorias em Terceiros	43.047	307	–	–	43.354	706	(12)	7.220	51.268
Outros	6	840	–	–	846	–	–	–	846
	43.053	1.147	–	–	44.200	706	(12)	7.220	52.114
Total Custo	136.145	15.365	(223)	(2.910)	148.377	50.503	(866)	(8)	198.006

As imobilizações em curso em 2023 estavam substancialmente relacionadas com o Projeto de Expansão dos Serviços de Oncologia (Construção do novo serviço de oncologia para atendimento das exigências regulatórias e unificação dos serviços CQA - Centro de Quimioterapia Ambulatorial, CCO - Centro Clínico Oncológico e CIS - Centro de Infusão Sumaré), com previsão de conclusão para 2026 e o Projeto AMPLIAII (Ampliação do nosso serviço próprio para atendimento das terapias de espectro autista), concluído em fevereiro/2024. Em 2024, continuaram os investimentos com o Projeto de Expansão dos Serviços de Oncologia, além disso, iniciamos a reforma de expansão do HUC (Hospital Unimed Campinas), em que a previsão de conclusão é para 2026 e também o início da implementação do TOTVS que substituirá o atual ERP Matera.

Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Imóveis - Não Hospitalares									
Edifícios	(13.397)	(621)	–	–	(14.018)	(615)	–	–	(14.633)
	(13.397)	(621)	–	–	(14.018)	(615)	–	–	(14.633)
Imobilizado - Hospitalares									
Equipamentos de Informática	(1.548)	(98)	–	–	(1.946)	(317)	102	(18)	(2.179)
Instalações	(398)	(59)	–	(13)	(470)	(57)	–	–	(527)
Máquinas e Equipamentos	(5.439)	(1.163)	3	(5)	(6.604)	(1.505)	–	(2)	(8.111)
Móveis e Utensílios	(3.009)	(392)	8	(1)	(3.394)	(476)	–	2	(3.868)
Veículos	(101)	(31)	–	–	(132)	(47)	–	(82)	(261)
	(10.795)	(1.743)	11	(19)	(12.546)	(2.402)	102	(100)	(14.946)
Imobilizado - Não Hospitalares									
Benfeitorias em Terceiros	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Equipamentos de Informática	(13.713)	(1.609)	54	(20)	(15.288)	(1.818)	344	18	(16.744)
Instalações	(2.343)	(421)	40	15	(2.709)	(473)	–	–	(3.182)
Máquinas e Equipamentos	(2.142)	(98)	40	24	(2.176)	(66)	4	–	(2.238)
Móveis e Utensílios	(3.647)	(174)	72	–	(3.749)	(135)	12	–	(3.872)
Veículos	(583)	(116)	–	–	(699)	(68)	–	82	(685)
	(22.428)	(2.418)	206	19	(24.621)	(2.560)	360	100	(26.721)
Outras Imobilizações									
Benfeitorias em Terceiros	(18.090)	(2.719)	–	–	(20.809)	(3.981)	–	–	(24.790)
	(18.090)	(2.719)	–	–	(20.809)	(3.981)	–	–	(24.790)
Total Depreciação	(64.710)	(7.501)	217	–	(71.994)	(9.558)	462	–	(81.090)
Total Imobilizado	71.435				76.383				116.916
Intangível Custo Outros	14	–	–	–	14	–	–	–	14
Software	20.043	1.490	(46)	2.910	24.397	1.290	(1)	8	25.694
Total Custo	20.057	1.490	(46)	2.910	24.411	1.290	(1)	8	25.708
Amortização									
Software	(15.686)	(1.599)	46	–	(17.239)	(2.212)	1	–	(19.450)
Total Amortização	(15.686)	(1.599)	46	–	(17.239)	(2.212)	1	–	(19.450)
Total Intangível	4.371				7.172				6.258
Total Geral Custo Imobilizado + Intangível	156.202	16.855	(269)	–	172.788	51.793	(867)	–	223.714
Total Geral Depreciação + Amortização	(80.396)	(9.100)	263	–	(89.233)	(11.770)	463	–	(100.540)
Total Geral Imobilizado + Intangível	75.806				83.555				123.174

O montante de R$11.770 (2023 - R$9.100) referente à despesa de depreciação e amortização, foi reconhecido no resultado em "Despesas administrativas", no montante de R$5.478 (2023 - R$4.716) e em "Eventos/Sinistros Conhecidos ou avisados, o montante de R$6.292 (2023 - R$4.354). Direito de Uso e Passivo de Arrendamento: Composição e movimentação dos Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Direito de uso de ativos	01/01/2024	Remensuração	Adições	Amortização	31/12/2024
Aluguel de Imóveis Administrativos e Assistenciais	30.639	1.655	192	(5.099)	27.387
Total no ativo	30.639	1.655	192	(5.099)	27.387

Passivos de arrendamento	01/01/2024	Remensuração	Adições	Juros	Pagamentos	31/12/2024
Passivo	33.304	1.655	192	3.603	(7.890)	30.864
Total no Passivo	33.304	1.655	192	3.603	(7.890)	30.864

Direito de uso de ativos	01/01/2023	Remensuração	Adições	Amortização	31/12/2023
Aluguel de Imóveis Administrativos e Assistenciais	30.305	2.714	2.133	(4.514)	30.639
Total no ativo	30.305	2.714	2.133	(4.514)	30.639

Passivos de arrendamento	01/01/2023	Remensuração	Adições	Juros	Pagamentos	31/12/2023
Passivo	32.058	2.714	2.133	3.433	(7.033)	33.304
Total no Passivo	32.058	2.714	2.133	3.433	(7.033)	33.304

Modalidade	Taxa de juros incremental	Vencimento
Contratos de aluguel de imóvel Assistencial (5 contratos)	Taxa de juros de 11,70% a.a.	Vencimentos variam de mai/27 a set/31
Contratos de aluguel de imóvel Administrativo (7 contratos)	Taxa de juros de 11,70% a.a.	Vencimentos de out/26 a set/31

Os saldos estimados de passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 a pagar registrados tem a seguinte composição de vencimento por ano:

	Valor Presente	Valor Nominal
2025	8.393	8.033
2026	6.354	7.965
2027	5.227	7.285
2028	4.150	6.460
2029	3.522	6.124
2030	1.907	3.705
2031	1.281	2.779
	30.864	42.351

12. Provisões técnicas:	2024	2023
Provisão para eventos a liquidar (a)	149.411	161.678
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (b)	126.599	123.386
Provisão para benefícios concedidos (remissão) circulante e não circulante	12.661	13.023
Eventos/sinistros a liquidar para SUS - circulante	2.113	2.546
	290.784	300.633
Passivo circulante	283.480	293.054
Passivo não circulante	7.304	7.579
	290.784	300.633

a) Provisões para eventos a liquidar: Os eventos a liquidar são assim segregados:

	2024	2023
Hospitais e pronto-socorro	60.700	75.394
Médicos cooperados	47.510	45.592
Laboratórios	14.246	9.301
Pessoas jurídicas cooperadas	9.735	8.115
Clínicas de imagem	8.306	8.858
Intercâmbios UNIMED	4.670	8.278
Clínicas	2.232	5.993
Day Hospital	1.274	1.344
Pessoas físicas credenciadas	721	713
	149.410	161.678

b) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA e PEONA SUS) A PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados é constituída para cobrir os eventos que já tenham ocorrido para os quais a Cooperativa não recebeu o aviso de ocorrência de sua rede de atendimento. O cálculo é efetuado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial da Cooperativa - NTA P devidamente aprovada pela DIOPE. A PEONA é estimada com base em triângulos de run-off mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos nos últimos 12 meses ocorrerão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores. A Cooperativa possui nota técnica atuarial para a PEONA, a qual foi aprovada pela ANS por meio do ofício nº 1950/2014/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de outubro de 2014. A PEONA SUS - Provisão para eventos ocorridos e não avisados do Sistema Único de Saúde está 100% contabilizada em conformidade com o valor divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS em seu sítio eletrônico da ANS, e o fator individual corresponde a 63% do total de eventos avisados nos últimos 24 meses. **13. Débitos de operações de assistência à saúde e conta corrente de cooperados**

a) Débitos de operações de assistência à saúde	2024	2023
Contraprestação de corresponsabilidade transferida (i)	44.053	40.887
Comercialização sobre operações de assistência médica	1.157	1.049
Contraprestação pecuniária a restituir	1.157	753
Outros débitos de operações com planos de assistência	114	178
	46.481	42.867

(i) Os débitos de operações de assistência à saúde são registrados pelo valor integral cobrado pela Unimed prestadora referente aos atendimentos em corresponsabilidade. b) Conta corrente de cooperados: Refere-se a valores complementares a pagar aos cooperados e que será liquidado no mês subsequente no montante de R$5.529 (R$5.462 - 2023) em 2024 não houve antecipação de sobras (R$33.287 - 2023). **14. Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora**: Intercâmbio eventual: trata-se dos valores a pagar aos prestadores de serviços dos atendimentos realizados aos usuários de outras operadoras do sistema Unimed Brasil, no montante de R$7.884 (2023 - R$8.798). **15. Provisões e Tributos e encargos sociais a recolher e Débitos diversos**

a) Tributos e encargos sociais a recolher:	2024	2023
Tributos e contribuições		
PIS /COFINS e demais tributos a pagar	12.262	10.293
INSS a pagar	5.302	4.617
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.435	1.561
	18.999	16.471
Retenções de tributos e contribuições		
Imposto de Renda Retido na Fonte	38.979	49.275
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.805	1.977
INSS	4.746	4.409
COFINS a pagar	3.230	2.990
ISSQN	2.715	2.406
Contribuição Social a pagar e PIS a pagar	1.775	1.644
	57.250	62.701
	76.249	79.172

b) Débitos diversos:	2024	2023
Fornecedores	63.014	65.423
Arrendamento Mercantil - nota 11	30.864	33.304
Salários e encargos	26.307	25.443
Honorários jurídicos	9.371	5.692
Outros	8.862	6.595
Empréstimos a coligadas	29	65
	138.527	142.522
Passivo circulante	101.831	104.575
Passivo não circulante	36.696	37.947
	138.527	142.522

16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos: A Cooperativa é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, fiscais/tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial os quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. Tendo em vista a complexidade da legislação fiscal vigente, que inclui inúmeros aspectos subjetivos ainda sujeitos a contestações judiciais e fiscais acerca da tributação nas sociedades cooperativas, vem sendo constituída provisão para fazer face às obrigações legais ou as perdas prováveis com essas questões, devendo ser mantida até que haja decisão judicial final da qual não caiba mais nenhum recurso. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais. As movimentações dos saldos das provisões e depósitos judiciais, estão demonstrados a seguir: a) Movimentação das provisões (passivo não circulante)

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.306	8.084	123.462	189.852
Provisão Novos depósitos Provisão	1.985	6.725	1.382	9.692
Reversões	(5.640)	(8.173)		(14.813)
Atualização monetária / juros	4.929	962	15.479	21.360
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.180	7.588	140.324	206.092
Provisão (i) e (ii)	10.987	3.155	241.131	255.273
Reversões de provisões	(8.343)	(6.022)	(10.144)	(24.509)
Pagamentos por perda de processos			(10.267)	(10.267)
Atualização monetária/Juros	8.170	676	7.049	15.895
Saldo em 31 de dezembro de 2024	68.994	5.397	368.093	442.484

(i) Em 2024, conforme determina a política da Cooperativa de contingências cíveis, seguindo a regra do CPC 25, a Cooperativa obteve sentença desfavorável em alguns processos, após o pronunciamento do mérito, ocasionando a devida provisão contábil do valor corrigido. (ii) Em setembro de 2024, a Cooperativa obteve decisão desfavorável nos autos de infração referente ao ISSQN da municipalidade de Campinas, incidente sobre o faturamento nas competências de 2000 a 2003, o STJ acolheu o recurso da Prefeitura e determinou a execução fiscal, no montante atualizado de R$ 98.011. Ainda, a Cooperativa possui outros dois processos na mesma natureza/tese, referente as competências de 1995 a 2000, no montante corrigido de R$ 120.244. Diante dessas alterações de fatos em circunstância ocorridas no exercício de 2024, a administração da Cooperativa, suportada por seus consultores jurídicos, reconheceu provisão para contingências para fazer face a essas prováveis perdas, no montante de R$ 218.255. Ainda, relacionado a essa provisão a Cooperativa reconheceu provisão dos honorários de sucumbência, no montante de R$ 21.826 nessa rubrica. Ainda, existem também processos provisionados de ISSQN do período de 1990 a 2003 que possuem garantias e carta/seguros fiança no montante de R$115.707 (2023 - R$106.907). b) Movimentação dos depósitos judiciais (ativo não circulante)

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.412	107	164.613	179.132
Novos depósitos	4.641	283	1.374	6.298
Depósitos resgatados				
Reversões (i)	(805)	(176)	–	(981)
Atualização monetária / juros	2.731	–	14.343	17.074
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.979	214	180.330	201.523
Novos depósitos	11.828	508	1.500	13.836
Depósitos resgatados	(6.656)	(169)	(17.502)	(24.327)
Baixa por perda de processos (i)	–	–	(13.275)	(13.275)
Atualização monetária / juros	911	–	8.016	8.927
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.062	553	159.069	186.684

(i) Em 2024, a Cooperativa obteve êxito nos autos de infração e imposição de multa lavrados pela municipalidade de Indaiatuba (2006 a 2007, 2009 a 2012 e 2016 a 2017) relativos ao não pagamento do ISSQN sobre as contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde, no montante de R$11.364. Também, obteve êxito em relação ao processo na municipalidade de Campinas (competência 2004), no montante de R$4.360. Por outro lado, a Cooperativa obteve decisão desfavorável em última instância em relação ao processo de COFINS sobre o ato auxiliar (competências 1999 a 2005) e determinado outro processo judicial, nos montantes de R$10.267 e R$ 3.008, respectivamente, revertendo, portanto, os referidos depósitos e provisões, quando constituídas, quando aplicável. c) Natureza das principais provisões c.1) Fiscais: Tributos e encargos federais em 31 de dezembro de 2024 de R$346.267 (2023 - R$140.324) correspondem a: (i) Discussão judicial quanto à tributação pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos atos cooperativos auxiliares e rendimentos das aplicações financeiras, referente ao ano calendário de 2003, no montante de R$3.618 (2023 - R$3.510). (ii) Refere-se à (i) cobrança de Finsocial sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares; (ii) cobrança da COFINS sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares; (iii) majoração da base de cálculo da COFINS (inclusão das receitas financeiras e outras receitas operacionais). O saldo provisionado totaliza em 2024 R$6.685 (2023 - R$16.434). (iii) Discussão quanto à incidência de PIS sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares e sobre a majoração da base de cálculo do PIS (inclusão das receitas financeiras e outras receitas operacionais), no montante de R$58.946 (2023 - R$54.685). (iv) Ação judicial impetrada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), referente à cobrança desse tributo sobre a produção médica e autônomos, referente aos períodos de 1996 a 1999, no montante de R$56.563 (2023 - R$54.432). (v) Conforme nota 16a(ii) - processo judicial referente ao ISSQN municipalidade de Campinas no montante de R$ 215.256, relacionado a essa provisão a Cooperativa reconheceu provisão dos honorários de sucumbência no montante de R$ 21.826 nessa rubrica. A Cooperativa possui ainda outros processos fiscais provisionados, no montante de R$2.257 (2023 - R$11.263). c.2) Trabalhistas: A Cooperativa constitui provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) Horas extras; (ii) intervalo intrajornada (almoço); (iii) Adicional de Insalubridade; (iv) Responsabilidade trabalhista subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. c.3) Cíveis: Referem-se, principalmente, a pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes. Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. d) Passivos contingentes, não reconhecidos no balanço: A Cooperativa está se defendendo de ações de natureza fiscal, cíveis e trabalhistas, sob as quais ainda há de ser confirmado se terá ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos, portanto com chance de perda classificada como possível pelos seus consultores jurídicos, conforme a seguir:

	2024	2023
Cíveis	214.582	198.524
Trabalhistas	26.543	19.486
Tributárias (fiscais (i))	223.727	795.600
	464.852	1.013.609

A variação significativa no exercício de 2024 com relação às ações de natureza tributárias e/ou fiscais, ocorreu devido a mudança de prognóstico de três processos detalhados na Nota 16a(ii), estando as demais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, representadas por: (i) A Cooperativa foi autuada pela não emissão das notas fiscais referente ao período setembro/2004 a dezembro/2005 conforme AIIM 643/2010, os advogados consideram esse processo no valor de R$ 173.454 com prognóstico de risco de perda possível devido ao andamento do processo, com garantias e/ou carta/seguro fiança, no valor R$50.435 (2023 R$48.431). (ii) Compensações de 2003 a 2021 de Impostos de Renda Retidos na Fonte (IRRF), IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, totalizando R$42.403 (2023 - R$41.051), R$2.151 (2023 - R$2.371) e R$5.719 (2023 - R$5.845), respectivamente. O processo 5011061-57.2023.4.03.6105 IRRF possui garantia R$5.133. **17. Patrimônio líquido**: a) Capital social: O capital social é ilimitado quanto ao máximo de quotas, variando conforme o número de quotas subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a 3.465 quotas. A quota-parte é individual e

continua

→ continuação

intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Entretanto, depois de integralizada, poderá ser transferida entre os cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e pagamento da taxa de 5% sobre o seu valor, respeitando o limite máximo de um terço do valor do capital subscrito para cada cooperado. O cooperado obriga-se a subscrever quotas-partes, quando de sua admissão, com pagamento à vista ou parcelado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve aumento de capital por subscrição relativa à ingresso de novos cooperados no montante de R$ 13.996 (2023 - R$ 11.340) sendo o valor de R$ 4.401 a integralizar (2023 - R$ 3.870), deduzido das devoluções referente a demissões e as exclusões por falecimento, no montante de R$18.556 (2023 - R$ 2.842) apresentando o saldo acumulado de R$364.595 (2023 R$363.958). O capital social integralizado pode ser remunerado com juros de até 12% a.a., conforme determina o Estatuto Social da Cooperativa. Juros sobre o Capital social: Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros Sobre o Capital Próprio, previstos no art. 9º da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última rubrica do resultado, conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizar o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o art. 4º, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar proporcionalmente às operações realizadas pelos associados, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. Em 2024 não foi registrado juros sobre o capital social (2023 a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, atualizando-as em 4,4% no montante de R$13.445). b) Reservas de sobras: São constituídas anualmente pelos seguintes fundos, em conformidade com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei Cooperativista nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. b.1) Fundo de reserva: É constituído pela apropriação de 10% da sobra líquida dos atos cooperativos principais apurada em cada exercício social e destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer. É indivisível entre os cooperados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa. Em 31 de dezembro de 2024, o montante das sobras destinadas ao Fundo de reserva foi de R$1.267 (2023 - R$2.930), apresentando saldo acumulado de R$77.856 (2023 - R$76.589). Adicionalmente, conforme prevê o Estatuto Social, além do percentual de 10%, reverte em fundo de reserva os valores não reclamados pelos cooperados decorridos cinco anos, em 2024 não houve reversão (2023 - R$62). b.2) *Fundo/Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES/RATES)*: Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado integral apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2024, o montante das sobras destinadas ao FATES/RATES corresponde a R$872 (2023 - R$77.871), apresentando saldo acumulado de R$195.629 (2023 - R$238.581). c) Reservas estatutárias: c.1) *Reserva AGE - FINSOCIAL e COFINS*: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2001, foi deliberado que o montante de R$4.012, que estava registrado como contas a receber de cooperados, fosse integralmente compensado com a reserva de sobras inflacionárias e o reembolso por essas perdas foi recebido dos cooperados em até 24 parcelas, a partir do mês de agosto de 2001. Os valores das parcelas recebidas estão registrados nessa reserva e sua utilização é restrita ao (i) pagamento, caso seja exigido, das contribuições ao Finsocial e COFINS do período de janeiro de 1990 a outubro de 1995, que foram objeto de autos de infração e estão em discussão judicial; (ii) aumento de capital social; ou (iii) outra destinação mediante aprovação em Assembleia Geral de Cooperados. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$3.858. c.2) *Fundo de reserva expansão CQA (Centro de Quimioterapia Ambulatorial)*: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de março de 2023, foi deliberado a constituição do fundo de expansão do CQA, pelo montante de R$38.004, mediante reversão da reserva "Riscos Fiscais" (ISSQN), no montante de R$13.978, e capitalização das sobras do exercício de 2022, no montante de R$24.026. No exercício de 2024, esse fundo de reserva foi complementado mediante reversão da reserva "Risco fiscais", no montante de R$3.134, e constituição de reserva estatutária no valor de R$3.025 totalizando em 31 de dezembro de 2024 uma reserva de R$41.163 (2023 - R$ 38.004). c.3) *Reserva AGO - Riscos Fiscais*: Corresponde à apropriação de sobras de exercícios anteriores, conforme determinado em Assembleias Gerais Ordinárias de cooperados, as quais foram retidas para fazer face a eventuais desembolsos decorrentes de efeitos adversos das discussões das contingências fiscais envolvendo a Cooperativa. c.4) *Outras reservas*: Corresponde à constituição de reserva relacionada com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante R$11.400, a qual foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 10 de março de 2014 bem como o montante de R$1.736, referente ao saldo da distribuição deliberada na Assembleia Geral Ordinária de 29 de março de 2011. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2024 é R$11.389 (2023 - R$11.721). c.5) *Reservas inflacionárias*: Estão representadas pelo montante acumulado remanescente das transferências do saldo da correção monetária do balanço, nos termos da Resolução Conselho Nacional do Cooperativismo nº 27, a qual foi extinto em 1991, com a revogação do decreto que constituiu esse conselho, pelo Decreto do Poder Executivo, sem número, de 5 de setembro de 1991. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$1.885. d) Recomposição do Resultado: Os efeitos dos gastos relativos ao FATES/RATES e às Reservas Estatutárias, estão registrados em despesas administrativas conforme Nota Explicativa nº 20, em atendimento ao ITG2004. As anulações dos efeitos destes registros transitando por resultado, mas tendo como origem os recursos dos fundos, estão sendo apresentados conforme quadro abaixo, em atendimento à Lei nº 5.764/71 que define a política nacional de Cooperativismo.

2024	Principais	Auxiliares	Atos não cooperativos	Total
(Déficit) Superávit Líquida do Exercício	(30.840)	(109.199)	111.730	(28.309)
(+/-) Ajustes no Resultado				
(+) Reversão do FATES/RATES	43.382	537	5	43.924
(-) Atualização Reserva DQA	–	–	(3.025)	(3.025)
(+) Reversão Reserva AGE	139	180	2	321
Saldo a Destinar	12.673	(108.482)	108.720	12.911
(-) Fundo de Reserva 10%	(1.267)	–	–	(1.267)
(-) FATES estatutário 5%	(634)	–	–	(634)
(-) FATES Resultado com não associados	–	108.482	(108.720)	(238)
Sobras e Perdas à Disposição da AGO	10.772	–	–	10.772

2023	Principais	Auxiliares	Atos não cooperativos	Total
(Déficit) Superávit Líquida do Exercício	(2.017)	708	77.878	76.589
(+/-) Ajustes no Resultado				
(+) Reversão do FATES/RATES	31.181	796	8	31.985
(-) Atualização Reserva DQA	–	–	(3.135)	(3.135)
(+) Reversão Reserva AGE	129	150	2	281
Saldo a Destinar	29.293	1.654	74.753	105.700
(-) Fundo de Reserva 10%	(2.930)	–	–	(2.930)
(-) FATES estatutário 5%	(1.464)	–	–	(1.464)
(-) FATES/RATES Resultado com não associados	–	(1.654)	(74.753)	(76.407)
Sobras e Perdas à Disposição da AGO	24.899	–	–	24.899

Conforme previsto na Lei Nº 5.764, os resultados das operações das cooperativas com não associados, que abrange os atos cooperativos auxiliares e não cooperativos, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de modo a permitir cálculo para incidência de tributos. **18. Receita operacional, líquida - Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde**:

	Total 2024	2023
Contraprestações líquidas	3.685.343	3.197.079
Variação das provisões técnicas	362	(344)
Total de receita bruta	3.685.705	3.196.735
Menos:		
Tributos sobre vendas	(99.293)	(82.157)
Total de receita operacional	3.586.412	3.114.578

19. Eventos indenizáveis, líquidos/sinistros retidos:

	Total 2024	2023
Despesas com Eventos/Sinistros	(3.615.901)	(3.253.257)
Despesas com Eventos/Sinistros - Judicial	(78.390)	(50.514)
(-) Recuperação de Reembolso do Contratante	440.714	458.131
(-) Recuperação por Co-Participação	141.169	123.736
(-) Glosas	53.548	48.321
Total eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(3.059.368)	(2.673.579)
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(3.213)	(5.646)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(3.062.581)	(2.680.225)

20. Despesas administrativas

	Total 2024	2023
Despesas com tributos (b)	(244.836)	(5.518)
Despesas com pessoal (a)	(150.850)	(148.052)
Despesas diversas (i)	(53.338)	(41.615)
Despesas com serviços de terceiros	(46.624)	(38.656)
Despesas com localização e funcionamento	(36.360)	(30.672)
Despesas com publicidade e propaganda	(27.133)	(25.419)
Despesas com multas administrativas	(965)	(655)
	(560.106)	(295.557)

(i) Refere-se substancialmente a gastos relativos à utilização do FATES/RATES, no montante de R$43.924, conforme Nota 17(d).

a) Despesas com pessoal

	Total 2024	2023
Despesas com empregados	(84.157)	(84.034)
Despesas com encargos sociais	(31.337)	(30.368)
Despesas com administração	(11.975)	(11.242)
Despesas com programa de alimentação	(9.645)	(8.644)
Despesas com assistência médica	(8.566)	(5.803)
Despesas com indenizações	(2.539)	(4.353)
Outras despesas	(1.723)	(1.508)
Despesas com transporte	(806)	(586)
Despesas com formação profissional	(102)	(214)
	(150.850)	(148.052)

b) Despesas (receitas) com tributos

	Total 2024	2023
Provisão para contingências tributárias (i)	(233.771)	2.274
Contribuições	(6.160)	(6.084)
Demais despesas com tributos (ii)	(4.603)	(905)
Pis Folha Pagamentos	(823)	(803)
Recuperação Pis/Cofins sobre receitas financeira anos anteriores	521	–
	(244.836)	(5.518)

(i) Referente substancialmente a provisão ISSQN municipalidade de Campinas, conforme detalhamento na nota 16a(i). (ii) Baixa de créditos sem expectativa de utilização de PIS/Cofins. **21. Outras receitas (despesas) operacionais de planos de assistência à saúde**:

	Total 2024	2023
Outras Receitas	5.522	8.257
Comissões e Agenciamentos	4.410	4.212
Benefício Família	3.573	3.525
Provisão Contratos Custo Operacional	727	(277)
Inscrições e confecção carteiras	533	547
Recuperação Perdas de Clientes	371	210
Remoção Aeromédica	22	–
Déficit - Apuração Contratos PJ	(477)	(950)
	14.681	15.524

22. Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar; Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora; Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde: Referem-se às receitas e despesas de atendimentos de intercâmbios realizados pela Unimed Campinas aos usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed conforme a seguir: a) Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar e Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora:

	Total 2024	2023
Receitas de atendimento de intercâmbio realizados pela Unimed Campinas aos usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed	51.962	31.946
Intercâmbio Eventual	41.977	50.436
Receitas Serviços Próprios - PCMSO	5.618	5.315
Outras	739	326
Tributos	(1.703)	(1.911)
	98.593	86.112

b) Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora

	Total 2024	2023
Despesas de atendimento de intercâmbio realizados pela Unimed Campinas aos usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed	(49.540)	(57.678)
Despesas com serviço próprio (i) - Ociosidade	(24.580)	(26.088)
Intercâmbio Eventual - Glosas	(14.349)	(22.320)
Custos PCMSO	(3.113)	(2.542)
Outros	(1.020)	(1.232)
	(92.602)	(110.760)

(i) A capacidade ociosa é aquela parte do recurso que está disponível para uso, mas que, por alguma razão, não está sendo efetivamente utilizada, logo, acarretando custos de ociosidade. Os valores são referentes à apuração dos serviços no Hospital da Unimed Campinas (HUC) R$19.762 e Clínica de Atendimento ao Autismo (AMPLIA) R$4.818. c) Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde:

	Total 2024	2023
Licença Remunerada (i)	(32.135)	(31.714)
Remuneração variável Bem Mais (iii)	(22.522)	(9.350)
Perdas de contas a receber	(13.206)	(9.566)
Contingências cíveis	(4.448)	2.428
Plano Auxílio Incapacidade Temporária - PAIT	(2.559)	(3.069)
Plano Auxílio Maternidade - PAMA	(1.373)	(1.229)
Despesas com cobrança bancárias	(1.338)	(1.350)
Confecção de carteiras e livros de credenciamento	(1.074)	(1.266)
Pagamento aos cooperados (ii)	–	(45.180)
Outras despesas	(10.149)	(710)
	(88.804)	(100.507)

(i) Licença Remunerada: benefício que permite ao Cooperado se afastar das atividades médicas por um período de 20 dias corridos e ininterruptos, podendo ser os 20 primeiros dias do mês ou os 20 últimos. (ii) Para maiores informações, vide Nota 27. (iii) A Remuneração do Bem Mais é o programa de bonificação do médico cooperado. A remuneração é definida com base em metas trimestrais elaboradas sob três grandes pilares: sustentabilidade financeira, satisfação do cliente e qualidade assistencial. No primeiro e segundo trimestre de 2024, as metas foram alcançadas, sendo distribuído entre os cooperados o montante de R$22.522.

23. Resultado financeiro, líquido:

	2024	2023
Receitas de aplicações financeiras	92.390	100.228
Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	10.774	9.912
Juros - depósitos judiciais	9.281	12.835
Atualização Selic - Perdcomp's	1.580	5.314
Descontos obtidos/Outras receitas	989	681
Total receitas financeiras	115.014	128.970
Atualização monetária passiva - Contingências	(15.438)	(12.232)
Aplicações financeiras	(8.541)	
Despesas Financeiras com Arrendamento Mercantil	(3.603)	(3.724)
Descontos Concedidos	(2.243)	(2.434)
Juros sobre capital social (i)	–	(15.229)
Outras despesas	(297)	(2.004)
Total despesas financeiras	(30.122)	(35.623)
Resultado financeiro líquido	84.892	93.347

(i) Em 2023 a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras pelo valor bruto e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado conforme nota 17(a).

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da taxa efetiva:

	Total 2024	2023
Resultado antes dos impostos e participações	(24.256)	117.173
Imposto calculado à alíquota nominal 34%	8.247	(39.839)
Resultado de atos cooperativos	(10.051)	(405)
Outras adições/exclusões (i)	713	1.435
Encargo fiscal	(1.091)	(38.809)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(47.054)	(41.747)
Imposto de renda e contribuição social diferido	45.963	2.438
	(1.091)	(38.809)

(i) Em 2023 a Cooperativa passou a usufruir dos benefícios fiscais da lei nº 11.196/05 - Lei do Bem, onde foram analisados um total de 12 projetos de atividades de inovação tecnológica. O valor da exclusão do benefício correspondia a 60% do benefício elegível sendo R$1.649 excluído direto da base de tributável de IR/CS e reduzindo o valor do imposto de IR/CS em R$561. Em 2024 o valor da exclusão aumentou para 80% sendo R$2.531 excluído direto da base e o valor do imposto de IR/CS em R$860. a) Reconciliação da taxa efetiva: Os atos cooperativos principais não constituem base de cálculo dos impostos, razão pela qual a Cooperativa efetua a demonstração do resultado apurando o resultado tributável originado pelo ato cooperativo auxiliar e não cooperativo.

b) Tributos diferidos ativos:

	2024	2023
Ativo de imposto diferido (i)	97.272	46.500
Passivo de imposto diferido	(29.349)	(24.540)
Ativo de imposto diferido (líquido)	67.923	21.960

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o imposto diferido (ato cooperativo auxiliar e ato não cooperativo) é composto por:

	2024	2023
Provisão para contingências tributárias	43.065	(1.366)
Provisão para contingências cíveis	13.975	11.784
Provisão para perda sobre crédito	7.038	7.611
Outras provisões e atualizações	1.491	1.349
Provisão para contingências trabalhistas	979	1.400
Atualização monetária tributos exigíveis	667	509
Provisão para honorários advocatícios	634	673
PAT - Excedente	74	–
	67.923	21.960

(i) Refere-se substancialmente ao fato mencionado na 16a(i), em 2024 a Cooperativa reconheceu a provisão de contingência tributária relativo ao ISSQN, o que resultou em um montante de R$37.103 reconhecida nessa rubrica de ativo imposto diferido. **25. Instrumentos financeiros: 25.1. Gestão de riscos financeiros**: Fatores de risco financeiro: As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa. Riscos de crédito: A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira por meio de políticas específicas definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O Departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado por meio de boleto bancário ou crédito em conta corrente. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Nota	Valor contábil 2024	2023
Aplicação Financeira em Fundo dedicado à Saúde Suplementar	6	499.908	417.484
Contas a receber e outros créditos	7	216.204	208.231
Depósitos judiciais, incluindo aqueles classificados no passivo como redutor da provisão para contingências	16	186.684	212.927
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	6	131.608	44.617
Letras financeiras - títulos privados e públicos	6	113.379	136.036
Nota do Tesouro Nacional tipo B (NTN-B)	6	109.761	51.163
Créditos de operadoras de assistência à saúde não relacionados aos planos de saúde da operadora	7	32.295	38.634
Aplicações - SAC	6	4.796	–
Fundo Imobiliário	6	1.168	1.106
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6	–	168.735
		1.295.803	1.273.132

Contas a receber e outros recebíveis: A política de gerenciamento do risco de crédito do contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 528/22 emitida pela ANS, bem como pela Resolução Normativa RN 472 da ANS, de 29 de setembro de 2021, que determinou pela aplicação CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 4.18) que estabelece a constituição da provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios: (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada. (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada. (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada. *Recibo de Depósito Cooperativo*: A Cooperativa possui aplicação em RDC recibo de depósito cooperativo, título escritural de investimento financeiro que se assemelha ao CDB - Certificado de Depósito Bancário, ou RDB - Recibo de Depósito Bancário da UNICRED, sendo o principal instrumento de captação de recursos das Instituições Financeiras Cooperativas. A Administração classifica o papel como de baixo risco de crédito, classificado com o rating A- (bra) da agência Fitch e não espera que a contraparte falhe na liquidação de suas obrigações. Faz parte da política e processo de gestão de riscos, o monitoramento do score de risco e rating das principais instituições. *Certificado de Depósito Bancário (CDB)*: A Cooperativa possuía aplicação em CDB em bancos de primeira linha com classificação de risco baixa. A Administração classifica o papel como de baixo risco de crédito e não espera que a contraparte falhe na liquidação de suas obrigações. As aplicações foram resgatadas em 2024 e aplicadas em diversas outras operações. *Debêntures*: A Cooperativa mantém em sua carteira debêntures emitidas pela Cosan e pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Esses títulos de dívida corporativa possuem rendimentos pós-fixados atrelados ao CDI, com taxas de CDI+1,25%, CDI+3,15% e CDI+3,20%, adquiridos para diversificação e rentabilidade. No que se refere ao risco de crédito, a Administração classifica essas debêntures como de baixo risco, com base nos ratings de crédito 'AA+' das empresas emissoras, que indicam alta capacidade de honrar suas obrigações financeiras. O monitoramento contínuo é realizado para assegurar que os títulos permaneçam alinhados às diretrizes de gestão de risco e à política de investimentos da Cooperativa. *Letras Financeiras do Tesouro Nacional*: No que tange a aplicações financeiras em títulos do Tesouro Nacional (LFT/LTN) a Cooperativa avalia o risco de crédito como baixo, pois esses papéis são de risco soberano, com garantia de liquidação do Governo Federal. *Fundos de Investimentos*: A Administração classifica estes fundos como de baixo risco de crédito, pois são de renda fixa com uma política de investimento bem restrita, sendo destinados a Ativos Garantidores da ANS, giro do caixa (disponibilidades) e investimentos imobiliário de longo prazo. Risco de liquidez: A previsão e gestão do fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar. A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e com risco de conjuntura, mercado e crédito dentro da política de investimentos aprovada pela Administração. Capital Baseado em Risco: A partir de 01 de janeiro de 2023, em conformidade com a RN 569/2022, entrou em vigor novos critérios para definição do capital regulatório (limite mínimo de patrimônio líquido ajustado a ser observado a qualquer tempo) das operadoras de planos de assistência à saúde em substituição à metodologia aplicada pela Margem de Solvência até então regida pela RN 526/2022. O Capital Regulatório é definido pelo maior montante entre o Capital Base (montante fixo a ser observado a qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das reguladas, como disposto no Anexo I da RN 569) e o Capital Baseado em Riscos. A nova metodologia consiste em parâmetros para cálculo das parcelas referentes aos riscos de subscrição (CRS), crédito (CRC), operacional, incluindo o legal (CRO) e de mercado (CRM) detalhados, respectivamente nos Anexos IV, V, VI e VII da RN 569/22. A Cooperativa efetuou os cálculos com base nessa nova metodologia, conforme a seguir:

	2024	2023
Capital Base	557	534
Capital Baseado em Risco	507.469	439.024
Capital Regulatório	507.469	439.024
Patrimônio Líquido Ajustado	648.246	736.871
Suficiência do PLA em relação ao CBR	Suficiente	Suficiente
% PLA em relação ao Capital de Risco	28%	68%

Risco de Mercado: O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa. A política da Cooperativa é de: (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela Agência reguladora e (b) aplicar o excedente em títulos de renda fixa buscando as melhores taxas de mercado junto às instituições financeiras de grande porte. *Estimativa do valor justo*: Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. A Cooperativa aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia. *Hierarquia de valor justo*: O CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) àquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia: • Nível 1 - as informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Cooperativa possa ter acesso na data da mensuração. • Nível 2 - as informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado. • Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Cooperativa. A tabela que apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, estão apresentados na Nota Explicativa nº 6.

Ativos Financeiros — Custo Amortizado	31 de dezembro de 2024 Total Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Disponível	5.809	5.809
Aplicação financeira	860.620	860.620
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	216.204	216.204
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	19.331	19.331
Títulos e créditos a receber	–	–
Bens e títulos a receber	53.961	53.961
Depósitos judiciais	186.684	186.684
Outros créditos	11.893	11.893
Total	1.354.502	1.354.502

Custo Amortizado	31 de dezembro de 2023 Total Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Disponível	25.835	25.835
Aplicação financeira	813.340	813.340
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	208.231	208.231
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	25.671	25.671
Títulos e créditos a receber	–	–
Bens e títulos a receber	54.577	54.577
Depósitos judiciais	201.523	201.523
Outros créditos	11.404	11.404
Total	1.340.581	1.340.581

Passivos Financeiros — Custo Amortizado	31 de dezembro de 2024 Valor Contábil	Valor justo	31 de dezembro de 2023 Valor Contábil	Valor justo
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	46.481	46.481	42.667	42.667
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos Saúde da Operadora	7.884	7.884	8.798	8.798
Empréstimos a pagar	29	29	65	65
Débitos diversos	159.997	159.997	142.457	142.457
Total	214.391	214.391	193.987	193.987

26. Cobertura de seguros: A Cooperativa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024 os principais seguros vigentes eram: (a) Responsabilidade Civil contratadas através das apólices de seguros patrimoniais. (b) Riscos Operacionais: cooperativa possui apólice contratada - D&O e Seguro Garantia Judicial; (c) Risco Cibernético: Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética - CyberEdge; (d) Seguro Vida: Cooperativa possui apólice contratada com cobertura para todos os Colaboradores; (e) Auxílio Funeral: Cooperativa possui apólice contratada com cobertura para Cooperados e Colaboradores; (f) Frota de Automóvel: Cooperativa possui apólice contratada com cobertura compreensiva para todos os veículos da frota. **27. Partes Relacionadas**: a) Transações com cooperados: A Cooperativa considera como partes relacionadas as pessoas ou entidades que estão relacionadas com a Unimed Campinas, considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados que compreendem:

	2024	2023
Ativo		
Contas a receber cooperados (i)	6.015	5.700
Passivo		
Eventos indenizáveis a liquidar (ii)	50.618	45.391
Conta corrente com cooperados (iii)	5.529	38.811
Resultado		
Receitas		
Contraprestações líquidas (v)	54.872	40.970
Custos e despesas		
Custos (iv)	1.184.178	1.082.989
Despesa com utilização de Rates (vi)	42.966	30.494
Remuneração variável Bem Mais (v) (nota 4.8)	22.522	9.350
Pagamento aos cooperados (vii)	–	45.181
Licença Remunerada/PAMA/PAIT (nota 4.8)	36.291	35.512

(i) Ativo - Referente contas a receber dos cooperados, conforme descontos insuficientes na remuneração. (ii) Passivo - Contas a pagar ao cooperados referente a remuneração por atendimentos prestados como consultas, honorários e outros atendimentos. (iii) Passivo - Quotas de capital a pagar. (iv) Resultado - Custo referente a remuneração aos cooperados, conforme atendimento aos beneficiários da Cooperativa. (v) Receita Líquida referente ao plano de saúde para os cooperados e agregados, estando a despesa como benefício concedido ao cooperado na rubrica "Despesa com utilização do Rates", item (vi) abaixo. (vi) Subsídio das despesas com plano de saúde. (vii) Pagamento aos cooperados deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração no respectivo ano, que decidiu remunerar os médicos com base no histórico de produção médica realizada no período. b) Remuneração dos administradores durante o exercício de 2024, a remuneração dos administradores da cooperativa totalizou R$ 11.974 (R$ 11.242 em 2023). Tal montante foi apropriado no resultado dos respectivos exercícios como despesa, não existindo benefícios de longo prazo concedidos aos administradores da Cooperativa. c) Transações entre cooperados: Os cooperados constituíram uma ação de solidariedade mútua denominada Plano de Auxílio Funeral ("PAF"), com a finalidade de contribuírem com valores (doação) quando da morte de um colega, ou de sua invalidez, ou por mérito após 35 anos de filiação à Cooperativa e a soma da idade com o tempo de cooperativa deve ser igual ou superior a 110 anos. A criação do PAF foi aprovada na AGE no dia 11 de dezembro de 1986 e posteriormente foi remodelado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de novembro de 2009 e 19 de outubro de 2024, esse regulamento aprovado regulamenta o atual funcionamento do plano. A Cooperativa atua como instrumento de viabilização prática, da vontade coletiva dos cooperados e de acordo com regulamento não possui nenhuma obrigação contributiva de suplementação ao benefício pago aos cooperados. O objetivo das alterações realizadas em 19 de outubro de 2024 foram de reorganizar o plano para garantir mais equidade e sustentabilidade no longo prazo. **28. Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais**:

	2024	2023
Resultado antes dos impostos e participações	(24.256)	117.173
Ajustes para reconciliar a sobra líquida ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	11.770	9.100
Amortização - Arrendamento Mercantil	5.099	4.514
Provisões técnicas	(9.049)	33.798
Constituição (reversão) de provisão para contingências	230.763	(5.122)
Baixa de Ativo Imobilizado	406	6
Provisão Participação no Resultado	(2.962)	(1.795)
Incorporação de sobras aos investimentos	(7.470)	(6.501)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com bens e títulos a receber	3.714	(2.351)
Juros sobre o capital social	–	13.445
Juros e variações monetárias	(73.277)	(3.393)
	133.938	155.874
Aumento ⁄ Diminuição de ativos		
Créditos de Operações com planos de assistência à saúde	(1.948)	(19.814)
Tributos a recuperar	635	31.350
Outros créditos a longo prazo	(489)	(9.817)
Outros títulos e créditos a receber	(4.232)	(4.892)
Outros valores e bens	(4.959)	1.508
Aplicações financeiras	36.569	(196.389)
Depósitos Judiciais	13.500	6.058
Aumento (diminuição) de passivo		
Tributos e encargos sociais a recolher e provisões de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(20.520)	(6.800)
Outros Passivos	(35.965)	51.526
Fornecedores	5.936	5.136
Caixa gerado pelas atividades operacionais	122.465	17.170
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.458)	(26.931)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais - método indireto	93.007	(9.761)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais - método direto	93.007	(9.761)

Conselho de Administração

Dr. João Lian Júnior — Coordenador do Conselho de Administração

Dra. Carla Rosana Guilherme Silva — Conselheira/Secretária

Dr. Adriano Cesar Bertuccio — Conselheiro

Dr. Avelino Bastos — Conselheiro

Dr. Carlos Eduardo Lopes — Conselheiro

Dr. Luis Alves de Matos — Conselheiro

Dr. Luiz Antonio da Costa Sardinha — Conselheiro

Dr. Miguel Carlos Hyssa Brondi — Conselheiro

Dr. Ricardo Raffa Valente — Conselheiro

Diretoria Executiva

Dr. Gerson Murano Laurito — Diretor Presidente

Dr. Paulo Dechichi Júnior — Diretor Administrativo

Dr. Plínio Conte de Faria Júnior — Diretor Financeiro

Dr. Antonio Claudio Guedes Chrispim — Diretor Médico-Social

Dr. Flávio Leite Aranha Junior — Diretor da Área Hospitalar e Serviços Credenciados

Dr. José Windsor Angelo Rosa — Diretor Comercial

Superintendências

Superintendente Geral — **Elem Regina Serafim Martins**

Superintendente de Estratégias e Finanças — **William Camassari Itabashi**

Contadora

Tatiane Vanessa Bravo Dias
CRC 1SP 285344/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados, Conselho de Administração e Diretoria **Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico** Campinas - São Paulo. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos**: *Demonstração do valor adicionado*: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Cooperativa, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as

continua →

→ continuação

demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**: A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de fevereiro de 2025.

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

Alexandre Fermino Alvares
Contador
CRC SP-211793/O

Empresa quer produzir fertilizante em MG a partir de hidrogênio verde

Atlas Agro pode ser o primeiro projeto do combustível, orçado em US$ 1 bilhão, a ser financiado pelo BNDES; previsão é iniciar operações no final de 2028

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Pedro Lovisi

SÃO PAULO No coração do Triângulo Mineiro, a região que forma o "nariz" de Minas Gerais, uma empresa do setor de fertilizantes tenta colocar de pé um projeto de hidrogênio verde que deve ser o primeiro do país voltado para produção de fertilizantes. A Atlas Agro pretende instalar nos próximos anos uma fábrica na cidade de Uberaba, um dos polos do agronegócio brasileiro.

Apontado por profissionais da área de energia e de finanças como um dos mais interessantes do país na produção de hidrogênio verde, o empreendimento foi o primeiro do Brasil a fazer parte do Acelerador de Transição Industrial (ITA), plataforma financiada pela Bloomberg e pelos Emirados Árabes Unidos para conectar projetos de transição energética a investidores do mundo todo.

Antes disso, a empresa conseguiu US$ 325 milhões do fundo australiano Macquarie para operar sua unidade em MG e outra nos EUA. E agora o BNDES também estuda apoiar o projeto, que pode vir a ser o primeiro a ser financiado pelo banco de fomento.

A atenção ao empreendimento passa pelo objetivo final da empresa, fundada em 2021 na Suíça por Petter Østbø e Knut Karlsen, dois ex-executivos das gigantes de fertilizantes Yara e Eurochem.

Ao contrário da maioria dos demais projetos brasileiros em estudo de viabilidade, o plano da Atlas Agro não é desenvolver hidrogênio verde para o mercado internacional. A empresa quer produzir o combustível para usá-lo na fabricação de fertilizantes nitrogenados, produto de maior valor agregado, pouco produzido no país e responsável por cerca de 2% das emissões do Brasil.

Quem considera o projeto um dos mais importantes do Brasil, inclusive dentro do Ministério da Fazenda, diz que ele está em linha com a industrialização verde defendida pelo governo Lula (PT), que tenta fazer com que o país venda produtos derivados de combustíveis verdes ou eletricidade renovável e não apenas exporte seus insumos energéticos.

Além disso, o uso de hidrogênio verde em setores cruciais para a economia é defendido por técnicos que monitoram a transição energética —para eles, essa seria uma forma de impulsionar o uso local do combustível, que deve ser uma das maiores indústrias da próxima década. O agronegócio é responsável por mais de um quinto do PIB do Brasil.

"O projeto cria uma abertura para que empresas impulsionem os abundantes recursos de energia renovável do Brasil e produzam fertilizantes feitos de hidrogênio verde como uma alternativa competitiva que mitiga os riscos de depender de importações", diz Marc Moutinho, líder do ITA no Brasil.

A Atlas vai consumir por hora 300 MWh (megawatts-hora) de energias solar e eólica durante todos os dias do ano. Essa eletricidade será usada no processo de eletrólise, onde acontece a quebra da molécula da água (H_2O) para se gerar hidrogênio.

A cada hora, serão captados 800 mil litros de água do Rio Grande, o equivalente ao consumo humano diário de uma cidade de 110 mil habitantes —a maior parte dos projetos de H2 verde no Brasil está no litoral e deve captar água do mar.

Depois, as moléculas de hidrogênio serão misturadas com as de nitrogênio retiradas do ar (quase 80% do ar atmosférico é nitrogênio) para formar amônia (NH_3).

Na maior parte dos projetos de hidrogênio verde em estudo no Brasil, as empresas pretendem ir até essa etapa e, em seguida, exportar a amônia para outros mercados, como a Europa, onde ela é reconvertida em hidrogênio.

Mas a ideia da Atlas é, a partir da amônia, produzir nitrato de amônio, o composto químico utilizado como fertilizante. A empresa quer fabricar 530 mil toneladas de fertilizantes por ano e comercializá-los com produtores locais —quase 80% do território de Uberaba é destinado ao agronegócio, principalmente soja, milho, algodão e cana-de-açúcar.

O projeto, de US$ 1 bilhão, ainda está em estudo, mas a previsão da empresa é iniciar suas operações no final de 2028, prazo semelhante ao de outros projetos do país. Essa seria a primeira produção de fertilizante a partir de hidrogênio verde no Brasil —hoje, a Yara produz uma pequena quantidade a partir de biometano, outro combustível verde.

O aumento da produção de fertilizantes nitrogenados no Brasil é uma demanda antiga tanto do setor quanto do governo Lula. A Petrobras tem quatro usinas capazes de produzir esse produto, mas todas estão paradas, sendo duas envolvidas em uma discussão contratual entre a estatal e a Unigel —em todos os casos, porém, o hidrogênio usado na fabricação vem de combustíveis fósseis, como gás natural.

No ano passado, o Brasil importou cerca de 19 milhões de toneladas de fertilizantes nitrogenados, cerca de 80% de todo o uso local, segundo a Anda (Associação Nacional para Difusão de Adubos). O produto é essencial para alguns cultivos, como o de milho.

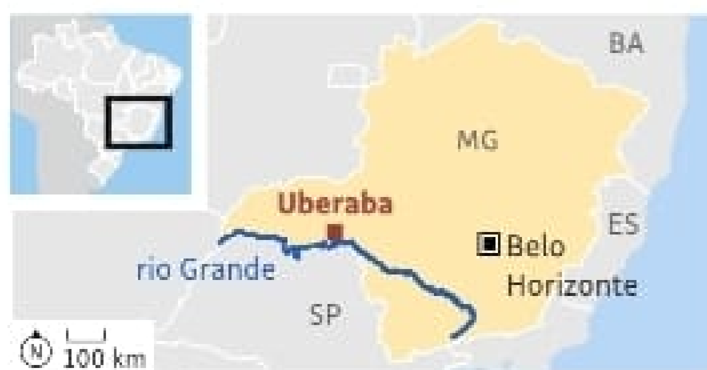
Toda a operação da Atlas depende de quão dispostos os investidores estarão em apostar no hidrogênio verde. A chegada de Donald Trump à Presidência dos EUA e as dificuldades tecnológicas para deixar o combustível mais barato têm diminuído a disposição de bancos privados em injetar dinheiro nos projetos.

Rodrigo Santana, diretor de operações da Atlas Agro e representante da empresa no Brasil, diz que a companhia até agora não sentiu o impacto financeiro.

"Os projetos de hidrogênio verde têm características diferentes e o nosso projeto depende um pouco menos desses incentivos do que os outros. Em Uberaba, estaremos ao lado do produtor rural e isso representa 30% a menos no custo do fertilizante, se comparado com o importado", afirma. Assim, na visão da empresa, as economias com a logística compensarão a produção do hidrogênio verde, ainda cara.

A atratividade do projeto seria ainda maior se o Congresso não tivesse deixado o agronegócio de fora do mercado regulado de carbono, aprovado em 2024. A legislação cria teto de emissões para empresas, que têm de investir em tecnologias limpas para deixar os negócios mais sustentáveis.

A região já abriga distribuidores de fertilizantes nitrogenados, mas a chegada de um produtor verde entusiasma o município. A área onde a unidade da Atlas será instalada, aliás, foi doada pela prefeitura à empresa após uma negociação com o governo estadual.

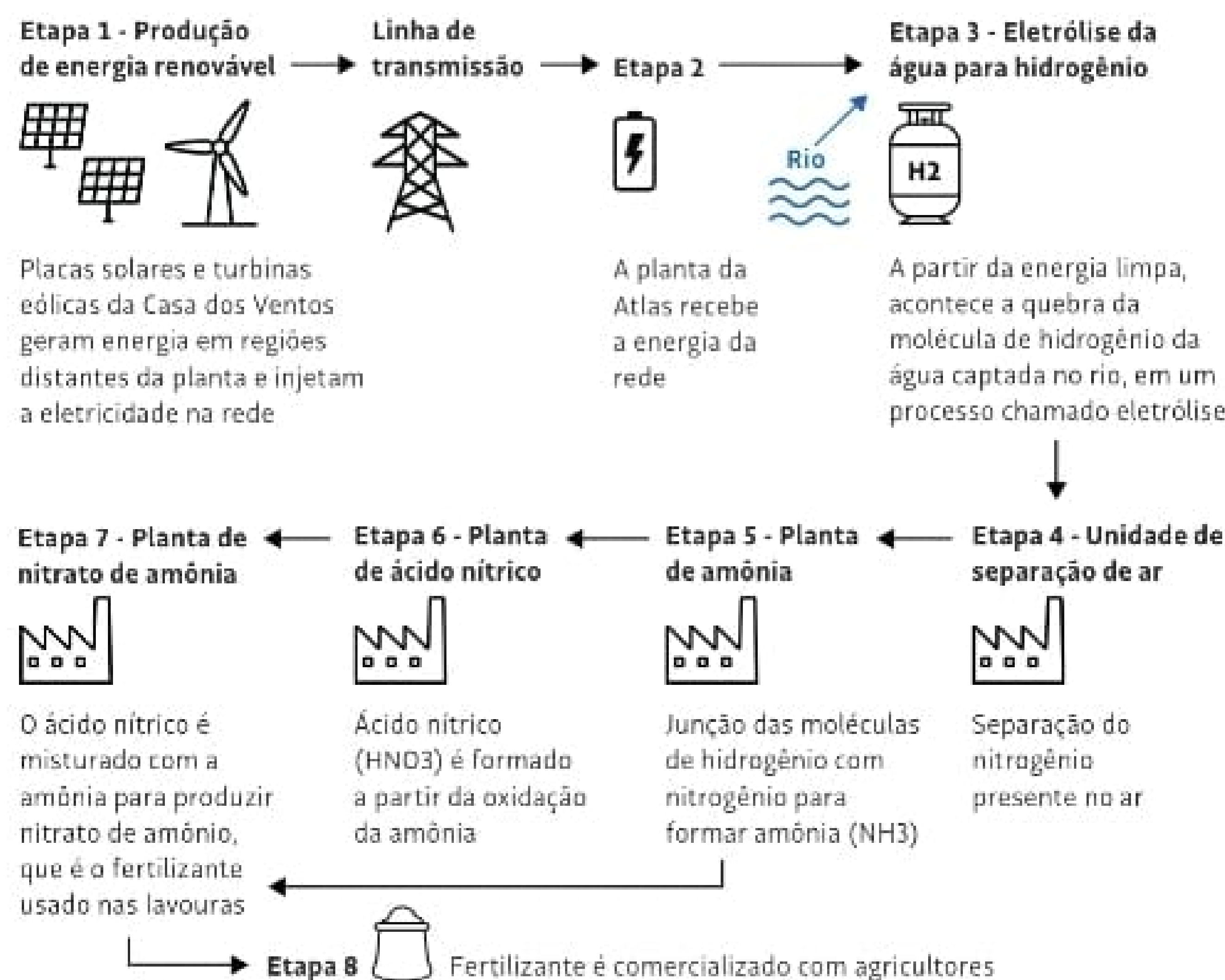


Raio-X de Uberaba

Área: 4.524 km² (três vezes a de São Paulo)
População: 339 mil habitantes (semelhante à de Vitória)
PIB per capita: R$ 59,9 mil (o do Rio de Janeiro é de R$ 53 mil)

Fonte: IBGE

Como será feito o fertilizante da Atlas Agro



+

Projetos de H2 verde no Brasil

Solátio, em Parnaíba (PI)

No porto de Pecém (CE)
- EDP
- Casa dos Ventos
- Qair
- AES
- Fortescue

Em outros locais
- CPFL, em Baraúna (RN)
- Petrobras, em Alto do Rodrigues (RN)
- White Martins, no porto de Suape (PE) e em Jacareí (SP)
- Unigel, em Camaçari (BA)
- Atlas Agro, em Uberaba (MG)

mercado



Cão-robô Luna, da startup de IA sueca IntuiCell
Reprodução/Intuicell no Youtube

Cão-robô pode aprender e se adaptar como humanos, diz startup sueca

TEC

Supantha Mukherjee

ESTOCOLMO | REUTERS A startup sueca de IA (inteligência artificial) IntuiCell criou um cão-robô chamado Luna, que tem um sistema nervoso digital funcional, capaz de aprender e se adaptar como humanos e muitos animais, informou a empresa na quarta-feira (19).

Em um dos primeiros casos de uso de IA física autônoma —que pode tomar decisões e ações em direção a objetivos específicos em vez de apenas executar tarefas ou gerar conteúdo— o cão-robô seria capaz de aprender como um cão de verdade.

A IntuiCell contratará um treinador de cães —em vez de integrar um modelo de IA generativo e vastos conjuntos de dados— para ensinar Luna a andar, com base na forma que neurônios interagem e processam informações, disse a empresa.

"O que construímos é o primeiro software que permite que qualquer máquina aprenda como humanos e animais", disse o CEO e cofundador Viktor Luthman em uma entrevista.

"Não há pré-treinamento, nem simulações offline, nem um data center bilionário em segundo plano, mas há um sistema nervoso que permite que a máquina aprenda."

O potencial do cão-robô levaria a avanços nas capacidades de robôs semelhantes aos humanos em diferentes ambientes, disse.

"O próximo passo é explorar a robótica humanoide, explorar a robótica autônoma em ambientes imprevisíveis, como exploração espacial, exploração de águas profundas ou resposta a desastres", disse Luthman.

Embora Luna já consiga ficar de pé, o cão-robô ainda precisa de interações diretas com o mundo para obter dados e melhorar.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMNISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - SUPRIMENTOS

REABERTURA DOS PRAZOS

Concorrência DGA nº 90006/2025 Processo Nº 01-P-8295/2023 Objeto: Contratação de empresa para a execução das obras remanescentes da Nova Sede do SIARQ, incluindo desenvolvimento de projetos executivos. Inclui fornecimento e instalação de elevador e sistemas de climatização, com sua manutenção corretiva e preventiva, bem como atendimento em situações de emergência. Em virtude das alterações constantes do Adendo I, o prazo de ... (https://www.gov.br/compras/pt-br/). ... (https://www.gov.br/compras/pt-br/), ... https://www.gov.br/pncp/pt-br ... https://www.dga.unicamp.br/anexos_licitacoes/

Excimer Laser Vale do Paraíba Ltda.

C.N.P.J. - 04.291.010/0001-64 - NIRE: 3522315815-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária de Sócios

Convidamos todos os sócios para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária de Sócios**, a realizar-se na Rua Itajaí, nº 181, ... São José dos Campos - SP ... sede da empresa, ou pelo link: ... no **dia 02 de abril de 2025, às 19h30min, em primeira convocação e às 20h00min, em segunda convocação**, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: Aprovação do Balanço de 2024, Aprovação da compra ... Aprovação da compra de lentes ... Apresentação do planejamento do fluxo de caixa de 2025. Outros assuntos que vierem a ser de interesse da sociedade sugeridos pelos sócios presentes. Os documentos relacionados à pauta encontram-se à disposição dos sócios na sede da sociedade, em conformidade com o disposto no Contrato Social e na legislação pertinente. São José dos Campos, 24 de março de 2025. **Dr. Albano Bento dos Santos Filho** - Diretor presidente e **Luiz Carlos Bassit** - Diretor administrativo.

SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE CAMPINAS
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente, usando as atribuições que lhe confere o artigo 25 "a" do Estatuto Social, **CONVOCA** todos os associados da **SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE CAMPINAS**, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de maneira presencial, na Sede Social da SMCC, no dia 29 de abril de 2025, às 18h30, em 1ª convocação, com a presença de dois terços dos associados, e, às 19h, em 2ª convocação, com qualquer número de associados presentes, tendo por ordem do dia:
1) Deliberar sobre a aprovação do balanço do exercício de 2024.
2) Apresentação de proposta orçamentária para o exercício de 2025.

Campinas, 24 de março de 2025
Dr. José Roberto Franchi Amade
Presidente da SMCC

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025**, referente ao processo nº **136.00134683/2024-66**, cujo objeto é **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE NOBREAKS, COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E MONITORAMENTO**. A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (https://www.gov.br/compras) - UASG nº 102401, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 09:00 h (horário de Brasília) do dia 08 de abril de 2025. O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90027/2025

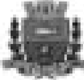
Objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos e acessórios de segurança para uso dos Agentes da Polícia Judicial do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Envio das propostas: até 13 horas de 03/04/2025, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 24/03/2025, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 20 de março de 2025. **Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material.**

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – SETOR ÁLCOOL

Pelo presente Edital o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Material Plástico, Fabricação do Álcool/Etanol, Perfumaria e Artigos de Toucador, Tintas e Vernizes, Abrasivos, Resinas Sintéticas, Adubos e Corretivos Agrícolas de Araras e Região**, por seu representante legal, convoca os trabalhadores, enquadrados no Grupo 10º do quadro anexo ao artigo 577 da C.L.T., associados ou não, **da categoria dos trabalhadores nas usinas e destilarias de álcool e etanol e nas usinas e destilarias de álcool e etanol que estejam fabricando açúcar**, dos municípios de Araras, Conchal, Estiva Gerbi, Leme, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, São João da Boa Vista e Vargem Grande do Sul, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ... Araras - SP, 24 de março de 2025. **Eduardo Gomes de Oliveira – Presidente**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
NEGOCIAÇÃO COLETIVA - DATA BASE 2025/2026

SINDICATO DOS MOTORISTAS, TRATORISTAS E OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS MOTORIZADAS EM GERAL DAS USINAS DE AÇÚCAR, DESTILARIAS DE ÁLCOOL, CONDOMÍNIOS DE EMPREGADORES AGRÍCOLAS, FAZENDAS E SÍTIOS DE PORTO FERREIRA E REGIÃO - SINDUSI ... Porto Ferreira, SP 24 de março de 2025 ... Sindicato dos Motoristas ... – Presidente



Município da Estância Turística de Piraju

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2025

Objeto: registro de preços de pneus, câmaras e outros itens de borracharia. **Data da sessão:** 04 de abril de 2025, às 09h. **Edital disponível** em: https://www.estanciadepiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais, https://bllcompras.com/ (acesso público) e https://www.gov.br/pncp/pt-br. **Local:** Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. **Mais informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – Praça Ataliba Leonel, 173, Centro; (14) 3305-5005 – licitacao@estanciadepiraju.sp.gov.br

Carlos Alberto Camargo Lima - PREFEITO MUNICIPAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE JAÚ E REGIÃO

Base Territorial: Jaú, Dois Córregos, Bocaina, Bariri, Boracéia, Itaju, Itapuí, Torrinha, Brotas, Mineiros do Tietê e Areiópolis

EDITAL

Em obediência ao artigo 605 da CLT, comunicamos sobre o recolhimento da contribuição sindical, estabelecida pela Lei nº 5.889/73, Decreto-Lei nº 1.166/71, Portaria Ministerial nº 3.210/75 e demais legislações pertinentes em vigor: a) Às Empresas de Transportes Rodoviários, Ônibus Urbanos, Rodoviários, Suburbanos, Fretamento e Turismo, Intermunicipal e Interestadual, Transportes de Cargas em Geral, Transportes de Cargas Secas e Molhadas, Usinas Produtoras de Açúcar e Álcool, Destilarias Produtoras de Álcool, Companhias Agrícolas, Propriedades Rurais, Empresas de Terraplenagem e Pavimentação, Empresas Revendedoras de Gás Liquefeito de Petróleo, empregadores de motoristas em outros seguimentos, comércio e indústria de Jaú-SP e da base territorial desta Entidade, sobre o desconto do salário do empregado e recolhimento da Contribuição Sindical, prevista no Art. 578 e seguintes da CLT. b) Os empregadores deverão descontar dos trabalhadores a importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho do mês de março de 2025 e efetuar o recolhimento até 30/04/2025, na CEF, a favor desta entidade. As guias deverão ser solicitadas pelo e-mail: sindicato@sindtransportesjau.com.br. Jaú, 24 de Março de 2025. **Mário Eziquiel Perobelli** - Presidente.



UASG – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Modalidade: Pregão Eletrônico; **Nº Processo:** 255.00000956/2024-87; **Objeto:** Contratação de serviços de fornecimento de comida, por meio de buffet.; **Total de Itens Licitados:** 3 (três).; **Valor total da licitação:** R$ 289.621,25 (duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos); **Disponibilidade do edital:** 24/03/2025; **Horário:** das 08h00 às 17h00. **Endereço:** Rua Pio XI, 1500 - Alto da Lapa - São Paulo - SP; e Link do PNCP: **https://pncp.gov.br/app/editais?q=481101&pagina=1**; **Entrega das Propostas:** a partir de 24/03/2025 às 08h00 no **site: www.gov.br/compras.**; **Abertura das Propostas:** 07/04/2025 às 09h30 no **site: www.gov.br/compras.**; **Fonte:** DOESP e PNCP.

São Paulo, 20 de março de 2025.
Thiago Vasconcellos de Souza
Matrícula: 627
Subscritor do edital



LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 01/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 11/04/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI** – preposto em exercício), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 27, Vila Monte Alegre, São Paulo-SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha ... **APARTAMENTO** nº 301, do Bloco 06, do "**BETÂNIA PARK RESIDÊNCIAS**" ... Belo Horizonte/MG ...

Mais Informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE LEILÃO

Renata Maria Moreira, Leiloeira Oficial ... **ONLINE** ... TERRENO, situado nesta cidade e comarca de Franca, SP ... **DATA DOS LEILÕES** ... **LOCAL** ... **DEVEDOR (A) FIDUCIANTE** ... **CREDOR FIDUCIÁRIO** ... **DO PAGAMENTO** ... **DOS VALORES: 1º leilão: R$3.540.000,00** ... **COMISSÃO DA LEILOEIRA** ... **DO LEILÃO ONLINE** ... **OBSERVAÇÕES** ... São Sebastião do Paraíso LTDA - SICOOB PARAISOCRED - CNPJ 01.657.678/0001-04

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 04/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 14/04/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI** – preposto em exercício) ... **ITAÚ UNIBANCO S/A** ... doravante designado **VENDEDOR** ... **WASHINGTON DA SILVA NOVAIS** ... **APARTAMENTO** nº 43, localizado no 4º andar do **EDIFÍCIO ARAPONGA, BLOCO 12**, integrante do **CONJUNTO RESIDENCIAL DR. ROGÉRIO ... Brasilândia** ...

Mais Informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br



Banco Caterpillar S.A.

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 - Edifício Golden Tower - 17º andar - São Paulo - SP
CNPJ: 02.658.435/0001-53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Caterpillar S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido

O volume de operações de crédito realizado no exercício foi de R$ 2.689.530 mil (31/12/2023 - R$ R$ 2.472.314 mil) e o de operações de arrendamento mercantil financeiro foi de R$ 121.165 mil (31/12/2023 - R$ 149.639 mil), encerrando o exercício com carteiras de operações de crédito e arrendamento mercantil a valor presente de R$ 5.733.458 mil (31/12/2023 - R$ 5.199.417 mil). O lucro do exercício foi de R$ 107.968 mil (31/12/2023 - R$ 101.151 mil) e o patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2024, era de R$ 1.291.530 mil (31/12/2023 - R$ 1.142.616 mil).

Ouvidoria

Em atendimento às disposições da Resolução nº 4.860, de 23/10/2020, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Caterpillar S.A. mantém o componente organizacional de ouvidoria, sob a responsabilidade de um Diretor Estatutário, com a atribuição de assegurar a estrita observância às normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação com os clientes e usuários de nossos produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. A ouvidoria pode ser acessada através do telefone 0800-7227237 ou e-mail ouvidoria@cat.com.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio dos acionistas, a confiança depositada pelos clientes e revendedores Caterpillar e a dedicação e o empenho demonstrados por nossos funcionários na constante melhoria de nossos produtos e serviços.

A Administração
São Paulo, 10 de Março de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		**6.309.727**	**5.323.606**
Disponibilidades	4	11.795	6.566
Instrumentos Financeiros		**5.832.351**	**4.734.116**
Instrumentos Financeiros Derivativos	5b	486.077	21.315
Operações de Crédito	6	5.346.274	4.712.801
Operações de Arrendamento Mercantil	7	**387.041**	**484.740**
Outros Créditos		**132.391**	**140.080**
Diversos	13 a e b	55.378	59.942
Créditos Tributários	16b	77.013	80.138
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6c	**(82.079)**	**(70.004)**
(-) Operações de Crédito		(78.966)	(64.398)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(3.013)	(4.292)
(-) Outros Créditos		(100)	(1.314)
Outros Valores e Bens		**28.228**	**28.108**
Outros Valores e Bens	8	28.279	27.703
(-) Provisão para Desvalorizações	8	(612)	(286)
Despesas Antecipadas		581	691
PERMANENTE	3l	**8.916**	**8.119**
Imobilizado de Uso	9	**8.916**	**8.119**
Outras Imobilizações de Uso		24.611	22.132
(-) Depreciações Acumuladas		(15.695)	(14.013)
TOTAL DO ATIVO		**6.318.643**	**5.331.725**

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		**5.027.113**	**4.189.109**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	10	**717.798**	**731.795**
Depósitos Interfinanceiros		717.798	731.795
Obrigações por Empréstimos		**3.211.754**	**2.359.915**
Empréstimos no Exterior	11	3.211.754	2.359.915
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		**838.424**	**771.390**
FINAME	11	838.424	771.390
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	**116.018**
Diferencial a Pagar	5a e b	-	116.018
Outras Obrigações		**259.137**	**209.991**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		665	811
Sociais e Estatutárias		10.281	8.865
Fiscais e Previdenciárias	18	172.194	131.153
Diversas	13 c e d	75.997	69.161
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	**1.291.530**	**1.142.616**
Capital Social		**638.718**	**638.718**
De Domiciliados no Exterior		638.718	638.718
Reservas de Lucros		**628.575**	**520.607**
Outros Resultados Abrangentes		**24.237**	**(16.709)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**6.318.643**	**5.331.725**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Especial	Resultado Abrangente	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**638.718**	**37.852**	**381.604**	**2.872**	-	**1.061.046**
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	101.151	101.151
Destinação do Lucro Líquido:						
Reserva Legal	-	5.058	-	-	(5.058)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	96.093	-	(96.093)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(19.581)	-	(19.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**638.718**	**42.910**	**477.697**	**(16.709)**	-	**1.142.616**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	107.968	107.968
Destinação do Lucro Líquido:						-
Reserva Legal	-	5.399	-	-	(5.399)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	102.569	-	(102.569)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	40.946	-	40.946
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**638.718**	**48.309**	**580.266**	**24.237**	-	**1.291.530**
Saldos em 30 de junho de 2024	**638.718**	**45.583**	**528.496**	**11**	-	**1.212.808**
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	54.497	54.497
Destinação do Lucro Líquido:						
Reserva Legal	-	2.726	-	-	(2.726)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	51.770	-	(51.771)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	24.226	-	24.225
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**638.718**	**48.309**	**580.266**	**24.237**	-	**1.291.530**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em milhares de reais

	Nota	2º semestre 2024	Exercícios findos em 31 de dezembro 2024	2023
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**649.950**	**1.308.448**	**433.847**
Operações de Crédito		391.094	760.333	637.258
Operações de Arrendamento Mercantil		43.595	100.444	37.362
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		215.261	447.671	(240.773)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(492.265)**	**(1.006.765)**	**(299.546)**
Operações de Captações no Mercado		(48.939)	(87.652)	(84.407)
Operações de Empréstimos e Repasses		(419.382)	(866.942)	(178.965)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6a	(23.944)	(52.171)	(36.174)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**157.685**	**301.683**	**134.301**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(55.881)**	**(98.557)**	**56.948**
Receitas de Prestação de Serviços	15a	8.702	17.449	13.472
Rendas de Tarifas Bancárias		4.104	7.104	5.388
Despesas de Pessoal		(41.567)	(80.254)	(65.843)
Outras Despesas Administrativas	18	(27.918)	(52.143)	(44.241)
Despesas Tributárias	19	(15.142)	(29.459)	(26.291)
Outras Receitas Operacionais	20	21.138	45.893	194.721
Outras Despesas Operacionais	21	(5.198)	(7.147)	(20.258)
RESULTADO OPERACIONAL		**101.804**	**203.126**	**191.249**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	**(569)**	**(1.000)**	**(314)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**101.235**	**202.126**	**190.935**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16a	**(46.738)**	**(94.158)**	**(89.784)**
Provisão para Imposto de Renda		(30.893)	(51.530)	(45.571)
Provisão para Contribuição Social		(23.651)	(45.918)	(38.871)
Ativo/(Passivo) Fiscal Diferido		7.806	3.290	(5.343)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		**54.497**	**107.968**	**101.151**
Lucro Líquido por lote de mil ações - em R$		85,32	169,04	158,37

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

	2º semestre 2024	Exercícios findos em 31 de dezembro 2024	2023
Lucro Líquido do semestre / exercício	54.497	107.968	101.151
Outros resultados abrangentes	24.226	40.946	(19.581)
Hedge de fluxo de caixa			
Ajuste ao valor justo contra patrimônio líquido	44.048	74.448	(35.602)
Efeito Fiscal	(19.822)	(33.502)	16.021
Resultado abrangente do semestre / exercício	**78.723**	**148.914**	**81.570**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

	2º semestre 2024	Exercícios findos em 31 de dezembro 2024	2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre / Exercício	**54.497**	**107.968**	**101.151**
Ajustes ao Lucro Líquido	**391.133**	**814.173**	**(55.104)**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	23.944	52.171	36.174
IR e CS Diferidos	(7.806)	(3.290)	5.343
Depreciações	1.480	2.773	2.920
Provisão e reversão para Contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	315	(5.891)	5.562
Provisão para Desvalorização de Ativos não Financeiros Recebidos	(15)	295	75
Resultado com Variação Cambial e Juros por Empréstimos no Exterior	376.638	780.960	(84.580)
Resultado na Venda de Outros Valores e Bens	1.240	2.497	772
Resultado na Venda de Imobilizado de Uso	(55)	(336)	(296)
Recuperações de Créditos com Ativos	(4.608)	(15.006)	(21.074)
Variações em Ativos e Passivos	**(638.073)**	**(984.557)**	**(392.806)**
(Aumento) / Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos	(227.631)	(506.335)	93.241
Aumento em Operações de Crédito	(442.887)	(709.346)	(810.757)
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	62.510	96.420	84.791
Redução em Outros Créditos	4.277	42.722	24.449
Redução em Outros Valores e Bens	17	130	252
Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda Recebidos	31.909	49.022	46.412
Aumento/ (Redução) em Depósitos	(173.785)	(13.998)	66.927
Aumento em Obrigações por Repasses	40.802	67.034	92.321
Aumento em Outras Obrigações	78.590	77.126	81.153
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.875)	(87.330)	(71.595)
Caixa Líquido Originado/(Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(192.443)**	**(62.416)**	**(346.759)**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.966)	(4.055)	(4.231)
Alienação de Imobilizado de Uso	455	821	424
Caixa Líquido Originado/(Aplicado) nas Atividades de Investimento	**(2.511)**	**(3.234)**	**(3.807)**
Atividades de Financiamento			
Aumento em Obrigações por Empréstimos no Exterior	206.456	70.879	353.309
Caixa Líquido Originado/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**206.456**	**70.879**	**353.309**
Aumento / (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**11.502**	**5.229**	**2.743**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre / Exercício	293	6.566	3.823
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre / Exercício	11.795	11.795	6.566
Aumento / (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**11.502**	**5.229**	**2.743**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caterpillar S.A. ("Instituição"), com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan nº 1240, Edifício Golden Tower - 17º andar, na cidade de São Paulo (SP), subsidiária da Caterpillar Financial Services Corporation, realiza operações de financiamento para aquisição e arrendamento mercantil de equipamentos Caterpillar e demais produtos comercializados pela rede de revendedores Caterpillar no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras, com observância aos dispositivos da Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associados às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24.
b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24;
c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.499/21;
d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 5.185/24;
e) CPC 04 - Ativo Intangível - homologado pela Resolução nº 5.116/24;
f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 5.185/24;
g) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24;
h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24;
i) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 5.185/24;
j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº5.116/24;
k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24;
l) CPC 28 - Propriedade para Investimento - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24
m) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24;
n) CPC 41 - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 5.185/24;
o) CPC 46 - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24;
p) CPC 47 - Receita de contrato com cliente - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24; e
q) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 5.116/24. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução nº 4.818/20, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e a Resolução nº 2/20, do Banco Central do Brasil (BACEN), estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

A segregação entre circulante e não circulante está evidenciada nas respectivas notas explicativas das contas e saldos representativos ou materiais do Balanço Patrimonial, em conformidade com o requerido pela Resolução BCB nº 2/2020. Até as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a segregação do circulante e não circulante estava sendo apresentada no Balanço Patrimonial.

A Lei nº 14.467/22 alterou o tratamento tributável aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Em dezembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.975, que estabelece a observância ao pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O Banco Caterpillar avaliou os impactos e alterações que serão devidamente contabilizadas a partir da entrada em vigor da norma de da maneira prospectiva.

Em novembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 e, em novembro de 2023, foi publicada a Resolução BCB nº 352/23, que definem os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).

Essas Resoluções estarão vigentes em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025.

A partir da elaboração de um plano formal, aprovado pela Diretoria, a instituição estabeleceu seus objetivos para atender às referidas normas, cujas implementações vêem evoluindo ao longo desse período, através de ações específicas, que irão respaldar as suas adoções a partir de 2025.

Adicionalmente, foram desenvolvidos treinamentos contínuos baseados nas respectivas normas, no intuito de capacitar os colaboradores e administradores em relação aos novos conceitos e melhores práticas.

Objetivando atender às regulamentações e prover os impactos estimados após as suas implementações, a Instituição apresenta abaixo os seguintes demonstrativos, com base nos cenários que apresentam riscos considerados mais significativos e que podem trazer impactos mais relevantes em seus ativos e/ou passivos.

A Resolução CMN nº 4.966, em seu artigo 78, estabelece que as instituições devem divulgar, nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, os impactos estimados da implementação da regulação contábil definida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 10 de março de 2025.

a. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A partir da adoção de uma modelagem simplificada, a instituição seguiu os parâmetros estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, quanto a constituição da perda incorrida e da provisão adicional, além do componente da perda esperada. Com base nesse cenário, os seguintes comparativos podem ser observados, com base em dados reais e estimados:

Nível de Provisionamento
• Base Resolução CMN nº 2682/99 = R$ 82.079
• Base Resolução CMN nº 4966/21/Resolução BCB nº 352 = R$ 105.756

O efeito da adoção inicial do modelagem simplificada associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido, pelo valor de R$ 13.022 milhões, após os efeitos tributários e representando um aumento de 10%.

b. Instrumentos financeiros caracterizados como problemáticos

Com a mudança no reconhecimento do resultado relativo a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, a instituição ajustou seus parâmetros para operações com atraso superior a 90 dias (anteriormente: superior a 59 dias), além de realizar uma análise de cenários que possam afetar a qualidade creditícia do cliente antes desse período. Em 31 de dezembro de 2024 o total de créditos vencidos entre 61 e 90 dias era de R$ 2.067. Devido a prática de mercado e os valores serem irrelevantes, as operações com mais de 60 dias de atraso até 31 de dezembro de 2024, que tiveram a apropriação de juros interrompida pela Resolução 2.682, permaneceram sem apropriação. A partir de janeiro de 2025, as novas operações inadimplidas deixarão de apropriar juros após o nonagésimo dia.

c. Modelo de negócios

A Instituição não constatou mudanças significativas, em relação às novas regras estabelecidas, na definição do seu modelo de negócios. Logo, os ativos financeiros da instituição foram classificados e mensurados na categoria de "custo amortizado (CA)", de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado.

d. Taxa efetiva de juros

A partir de 2025, a Instituição deverá incorporar as receitas adicionais e os custos de transação no reconhecimento inicial de seus instrumentos financeiros.

A Instituição decidiu pela adoção da metodologia diferenciada no reconhecimento de receitas adicionais e dos custos de transação de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito, classificadas na categoria custo amortizado.

f. Aspectos tributários

Relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários Nota 16c.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira e segundo as Portarias nºs 140/84 e 113/88, do Ministério da Fazenda, considerando:

- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável;
- os rendimentos e encargos, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos;
- as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme as disposições da Circular nº 3.082/02, do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumentos destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por conta própria (operações a termo - NDF), que não atendem aos critérios de hedge contábil utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos de variação cambial (swaps) são classificados como hedge de fluxo de caixa e a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários O objeto do hedge não é marcado a mercado nesta estrutura.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924, de 24/06/2021, o Banco Caterpillar classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados;

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Os instrumentos financeiros derivativos do Banco avaliados e registrados pelo seu valor justo são substancialmente precificados com base em preços cotados em mercados ativos ou passivos similares (nível 2).

(d) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outros créditos com características de concessão de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata dia com base nas taxas de juros pactuadas, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso. Após o 59º dia de atraso, o reconhecimento no resultado ocorre quando do seu efetivo recebimento.

As operações de crédito renegociadas são aquelas cujos prazos contratuais originais foram aditados (acordos) e, novas operações de crédito firmadas para liquidar contratos ou transações com o mesmo cliente que originalmente estavam vencidos. Aditamentos e operações de crédito renegociadas geralmente refletem modificações nos termos contratuais, nas taxas ou condições de pagamento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira e as normas e instruções do BACEN. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, ou 540 dias para empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses, quando então são

continua

CAT Financial

Banco Caterpillar S.A.

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 - Edifício Golden Tower - 17º andar - São Paulo - SP
CNPJ: 02.658.435/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Em milhares de reais

baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(e) Outros valores e bens

De acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, os montantes registrados nesta rubrica são compostos por bens recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução como forma de pagamento, não destinados ao uso próprio. Esses bens são, na sua maioria, equipamentos Caterpillar em que a venda é considerada praticamente certa.

Estes equipamentos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda e ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

As despesas antecipadas consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em períodos seguintes.

(f) Permanente

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com a depreciação dos bens do imobilizado pelo método linear, com base nas taxas fiscais anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens estimada em 10% para móveis, utensílios, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros e 20% para veículos e sistema de processamento de dados.

(g) Operações de arrendamento mercantil

De acordo com a Resolução BACEN nº 2/20, as operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelos seguintes saldos:

I - Valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato; e

II - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

No cálculo do valor presente, foi utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato, incluindo:

I - O valor residual garantido; ou

II - O valor presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato, deduzidos os custos de venda, no caso de inexistência de valor residual garantido.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment

Outros valores e bens e créditos tributários são revistos, no mínimo, semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Outros valores de ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente. Esta perda é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

(i) Depósitos interfinanceiros

Os depósitos interfinanceiros estão registrados pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base pro rata dia) deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os ativos e passivos contingentes referem-se a potenciais direitos e obrigações decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são representadas por exigíveis relativos a obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de discussão judicial, as provisões são registradas de acordo com a sua probabilidade de perda, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 (Nota 12(a)).

(l) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para o IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidentes sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 16(c), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A Resolução CMN nº 4.842/20, consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, os procedimentos a serem observados na constituição ou baixa de ativos fiscais diferidos e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

(m) Outras obrigações diversas

Outras Obrigações Diversas referem-se, principalmente, a valores relativos a (i) passivos contingentes com probabilidade de perda "provável"; (ii) equalização de taxas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos previstos no contrato de crédito; e (iii) contas a pagar de natureza trabalhistas e administrativas.

(n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: valor de mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos, provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa, determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, provisão para perda de outros valores e bens, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

(o) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, em seu artigo 34, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se, então, como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, a Instituição não teve nenhum resultado não recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa referem-se, em 31 de dezembro de 2024, a disponibilidades em moeda nacional no valor de R$ 11.795 (31/12/2023 - R$ 6.566).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais ou de compensação que se destinam a atender às necessidades próprias, visando maximizar os resultados e administrar a exposição ao risco de moeda (Nota 10). A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controle e estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

a) Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Instituição possuía operações a Termo (NDF), registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, conforme segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
Operação	**Valor referencial**	**Valor de mercado**	**Valor referencial**	**Valor de mercado**
Compra de Termo (NDF)	6.617	127	6.390	(83)
	6.617	**127**	**6.390**	**(83)**

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações a Termo (NDF), em aberto em 31 de dezembro de 2024, com vencimento em janeiro de 2025 (31/12/2023 - com vencimento em janeiro de 2024). Todas estas operações foram renovadas após o vencimento.

b) Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Instituição também possuía estrutura de hedge contábil de fluxo de caixa em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02 como segue:

Operação (USD vs. Pré) Data de Início	**Data de Vencimento**	**Valor referencial**	**Diferencial a Receber - Mercado**	**Diferencial a Receber - Curva**	**Ajuste de Marcação a Mercado**	**31/12/2024 Item Objeto de Hedge**
Swap 10 - 30/03/2022	28/02/25	452.924	98.575	100.468	(1.893)	(452.924)
Swap 15 - 15/06/2023	15/12/25	279.981	66.417	60.041	6.376	(279.981)
Swap 16 - 28/07/2023	17/01/25	409.928	75.058	75.154	(96)	(409.928)
Swap 17 - 28/09/2023	26/09/25	155.414	33.770	30.235	3.535	(155.414)
Swap 18 - 05/12/2023	05/06/25	126.468	26.946	25.713	1.233	(126.468)
Swap 19 - 19/12/2023	05/06/25	126.188	26.674	25.434	1.240	(126.188)
Swap 20 - 19/03/2024	26/09/25	124.198	27.050	24.066	2.984	(124.198)
Swap 21 - 29/04/2024	29/10/25	181.619	33.622	28.939	4.683	(181.619)
Swap 22 - 31/05/2024	21/11/25	181.310	34.779	29.598	5.181	(181.310)
Swap 23 - 29/07/2024	16/04/26	166.991	18.579	13.192	5.387	(166.991)
Swap 24 - 29/07/2024	16/07/26	194.753	22.487	15.251	7.236	(194.753)
Swap 25 - 28/10/2024	28/10/26	109.561	10.318	7.397	2.921	(109.561)
Swap 26 - 13/12/2024	14/06/27	154.204	5.705	3.201	2.504	(154.204)
Swap 27 - 13/12/2024	13/09/27	154.204	5.970	3.195	2.775	(154.204)
		2.817.743	**485.950**	**441.884**	**44.066**	**(2.817.743)**

Operação (USD vs. Pré) Data de Início	**Data de Vencimento**	**Valor referencial**	**Diferencial a Pagar a Mercado**	**Diferencial a Pagar na Curva**	**Ajuste de Marcação a Mercado**	**31/12/2023 Item Objeto de Hedge**
Swap 9 - 19/11/2021	19/03/24	65.919	(10.624)	(9.889)	(735)	(65.919)
Swap 10 - 30/03/2022	28/02/25	354.107	(13.117)	1.651	(14.768)	(354.107)
Swap 11 - 31/05/2022	31/05/24	202.953	(2.370)	1.227	(3.597)	(202.953)
Swap 12 - 27/10/2022	28/10/24	183.980	(22.006)	(19.518)	(2.488)	(183.980)
Swap 13 - 27/10/2022	29/04/24	138.194	(15.161)	(14.484)	(677)	(138.194)
Swap 14 - 27/03/2023	29/07/24	162.074	(18.683)	(16.590)	(2.093)	(162.074)
Swap 15 - 15/06/2023	15/12/25	218.862	(3.656)	(1.015)	(2.641)	(218.862)
Swap 16 - 28/07/2023	17/01/25	299.333	(1.769)	1.804	(3.573)	(299.333)
Swap 17 - 28/09/2023	26/09/25	121.463	(3.494)	(3.645)	151	(121.463)
Swap 18 - 05/12/2023	05/09/25	98.830	(1.836)	(1.857)	21	(98.830)
Swap 19 - 19/12/2023	05/06/25	98.365	(1.904)	(1.924)	20	(98.365)
		1.944.089	**(94.620)**	**(64.240)**	**(30.380)**	**(1.944.089)**

A estratégia de hedge de fluxo de caixa da Instituição consiste na proteção à variação nos fluxos de caixa de captações no exterior (Nota 10). A Instituição contrata operações de derivativos de swaps com posição ativa indexada ao dólar e a posição passiva com taxas prefixadas. Tanto o instrumento de hedge como o item objeto de hedge possuem o mesmo valor referencial e as mesmas datas de vencimento.

Nas contabilizações de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação do valor de mercado do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, sendo reconhecida em contas de resultado quando do seu efetivo vencimento. A parcela não efetiva da variação a mercado do instrumento de hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve parcela inefetiva a ser registrada em contas de resultado.

O valor de mercado para o Termo (NDF) e as operações de swap são apurados com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (nível 2).

6. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira por operação:

Descrição	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Operações de crédito		
Empréstimos e títulos descontados	817.304	714.907
Financiamentos	3.583.052	3.224.381
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	845.918	773.513
Arrendamento mercantil (Nota 7)	387.041	484.740
Outros créditos (Nota 13 (a))	143	1.876
Total	**5.733.458**	**5.199.417**

b) Composição da carteira por tipo de atividade econômica dos clientes:

Setor privado	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Rural	2.818	3.672
Indústria	40.851	34.440
Comércio	412.528	276.243
Serviços	5.136.944	4.482.869
Pessoas Físicas	140.311	402.193
Total	**5.733.458**	**5.199.417**

c) Composição da carteira pelos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99, do CMN:

	31/12/2024				31/12/2023	
Nível de Risco	**Créditos vincendos**	**Créditos vencidos**	**Total das operações**	**Provisão**	**Total das operações**	**Provisão**
AA	944.004	-	944.004	-	362.556	-
A - atraso até 14 dias	3.567.963	134	3.568.097	17.840	3.576.700	17.884
B - atraso entre 15 e 30 dias	699.228	3.298	702.526	7.025	747.538	7.475
C - atraso entre 31 e 60 dias	325.318	3.305	328.623	9.859	364.225	10.927
D - atraso entre 61 e 90 dias	133.883	2.067	135.950	13.595	105.844	10.584
E - atraso entre 91 e 120 dias	20.585	1.339	21.924	6.577	18.900	5.670
F - atraso entre 121 e 150 dias	3.845	180	4.025	2.013	5.602	2.801
G - atraso entre 151 e 180 dias	8.580	1.583	10.163	7.114	11.291	7.904
H - atraso superior a 180 dias	11.107	6.949	18.056	18.056	6.759	6.759
	5.714.603	**18.854**	**5.733.458**	**82.079**	**5.199.417**	**70.004**

c) Concentração dos principais devedores:

	31/12/2024	**% da carteira**	**31/12/2023**	**% da carteira**
10 maiores devedores	1.137.896	20%	1.141.999	22%
50 seguintes maiores devedores	1.211.377	21%	1.162.067	22%
100 seguintes maiores devedores	841.637	15%	710.313	14%
Demais devedores	2.542.548	44%	2.185.038	42%
Total	**5.733.458**	**100%**	**5.199.417**	**100%**

d) A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos apresentou a seguinte movimentação durante os exercícios:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo inicial	(70.004)	(59.910)
Baixas para prejuízo	40.096	26.080
(Constituições) / Reversões	(52.171)	(36.174)
Saldo final	**(82.079)**	**(70.004)**

e) Composição da Carteira operações de crédito, por vencimento:

	31/12/2024		31/12/2023	
Prazo	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Vencidas	29.130	1%	24.316	0%
A vencer até 3 meses	729.166	14%	393.202	13%
A vencer de 3 a 12 meses	1.803.930	34%	1.715.519	32%
A vencer de 1 a 3 anos	2.704.828	51%	2.176.181	46%
A vencer de 3 a 5 anos	79.363	1%	403.583	8%
	5.346.417	**100%**	**4.712.801**	**100%**

O total da carteira no valor de R$ 5.733.458, está composto por vencimentos de operações de crédito (Nota 6 (f)), arrendamento mercantil (Nota 7) e outros créditos (Nota 13 (a)).

Durante o exercício, foram recuperados créditos anteriormente baixados da provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R$ 29.579 (31/12/2023 - R$ 30.379).

O valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa da carteira de operações de crédito no valor total de R$ 78.866 (31/12/2023 R$ 64.398), aberto no circulante o valor de R$ 39.069 (31/12/2023 R$ 27.257) e no realizável a longo prazo de R$ 38.697 (31/12/2023 R$ 38.141).

f) Créditos renegociados

O saldo dos créditos renegociados durante no exercício era de R$ 83.632 (31/12/2023 - R$ 30.750). A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre créditos renegociados, em 31 de dezembro de 2024, era de R$ 2.067 (31/12/2023 - R$ 1.022).

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil têm cláusulas de opção de compra e são contratados com taxas de juros pré, pós fixadas e indexadas ao dólar. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusulas de seguro em favor do arrendador.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado no COSIF em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Operações de arrendamentos a receber	410.312	516.472
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(409.808)	(515.993)
Imobilizado de arrendamento	891.310	920.600
Depreciações acumuladas	(647.553)	(554.927)
Superveniência/(Insuficiência) de depreciação	183.736	154.641
Perdas em arrendamentos a amortizar	2.961	4.584
Credores por antecipação do valor residual	(43.917)	(40.637)
Valor presente	387.041	484.740

Os bens objeto de arrendamento financeiro estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, por ocasião do término dos respectivos contratos de arrendamento, pelo montante de R$ 42.067 (31/12/2023 - R$ 39.852).

Em virtude das alterações promovidas pela Resolução CMN nº 4.818/20 e pela Resolução BCB nº 2/20, efetuamos a reclassificação dos valores de VRG antecipado de dezembro de 2024, no montante de R$ 43.917 (31/12/2023 - R$ 40.637), do passivo para o ativo para que o saldo das operações de arrendamento mercantil reflita o seu valor presente em conformidade com o método financeiro.

Por vencimento de operações de arrendamento mercantil

	31/12/2024		31/12/2023	
Prazo	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Vencidas	656	0%	865	0%
A vencer até 3 meses	62.504	16%	46.383	13%
A vencer de 3 a 12 meses	155.845	40%	201.866	32%
A vencer de 1 a 3 anos	167.347	43%	216.142	46%
A vencer de 3 a 5 anos	509	0%	19.484	8%
	387.041	**100%**	**484.740**	**100%**

O valor de provisão de provisão para crédito de liquidação duvidosa da carteira da carteira de operações de arrendamento mercantil no valor total de R$ 3.013 (31/12/2023 R$ 4.292), representa no circulante o valor de R$ 550 (31/12/2023 R$ 1.943) e no realizável a longo prazo de R$ 2.463 (31/12/2023 R$ 2.349).

8. OUTROS VALORES E BENS

Outros valores e bens - referem-se, principalmente, a ativos não financeiros recebidos em garantia e mantidos para venda, no valor total de R$ 28.279 (31/12/2023 - R$ 27.703), representando no circulante o valor de R$ 11.993 (31/12/2023 - R$ 8.088) e no realizável a longo prazo o valor R$ 16.286 (31/12/2023 - R$ 19.616) e redução de provisão para desvalorização no valor total de R$ 612, representando no circulante o valor de R$ 50 e no realizável a longo prazo o valor R$ 562 (31/12/2023 - R$ 286).

9. PERMANENTE

O saldo de imobilizado de uso é formado pelos seguintes itens:

	31/12/2024			31/12/2023		
Itens	**Valor do Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Saldo Contábil**	**Valor do Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Saldo Contábil**
Instalações	534	(462)	72	534	(378)	156
Móveis e Equipamentos	18.491	(12.320)	6.171	16.131	(10.806)	5.325
Veículos	3.120	(630)	2.490	2.999	(829)	2.170
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.467	(2.283)	184	2.467	(1.999)	468
	24.611	**(15.695)**	**8.916**	**22.131**	**(14.012)**	**8.119**

Demonstrado abaixo a movimentação do imobilizado no exercício findo de dezembro de 2024 pelos seguintes itens:

Itens	**31/12/2023 Saldo Contábil Inicial**	**Entrada**	**Depreciação**	**Venda**	**31/12/2024 Saldo Contábil Final**
Instalações	156	-	(85)	-	71
Móveis e Equipamentos	5.325	2.683	(1.825)	(12)	6.171
Veículos	2.170	1.372	(578)	(473)	2.491
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	468	-	(285)	-	183
	8.119	**4.055**	**(2.773)**	**(485)**	**8.916**

O valor da venda demonstrado na movimentação do imobilizado é composto pelo valor líquido de R$ 485,00, com a alienação do imobilizado de R$ 821 e reduzido ao resultado na venda do imobilizado no valor total de R$ 336.

10. DEPÓSITOS

Os depósitos interfinanceiros com instituições do mercado não ligadas são classificados de acordo com os seus vencimentos:

	31/12/2024			31/12/2023		
Itens	**Até 360 dias**	**Após 360 dias**	**Total**	**Até 360 dias**	**Após 360 dias**	**Total**
CDI - DI	345.183	49.469	394.652	653.972	-	653.972
CDI - Pré	288.218	34.928	323.146	32.627	45.196	77.823
Total	**633.401**	**84.397**	**717.798**	**686.599**	**45.196**	**731.795**

As taxas médias anuais para as captações em CDI-DI são de 101,00% do CDI (31/12/2023 - 102,32% do CDI) e para as captações em CDI - Pré são de 11,68% a.a. (31/12/2023 - 9,37% a.a.).

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Essas operações são, substancialmente, compostas por:

				31/12/2024
	Até 360 dias	**Após 360**	**Total**	**Resultado**
Empréstimos no exterior	2.148.183	1.063.571	3.211.754	(780.960)
Repasses	343.754	494.670	838.424	(85.982)
Total	**2.491.937**	**1.558.241**	**4.050.178**	**(866.942)**

				31/12/2023
	Até 360 dias	**Após 360**	**Total**	**Resultado**
Empréstimos no exterior	2.148.183	1.063.571	3.211.754	(780.960)
Repasses	296.768	474.622	771.390	(100.544)
Total	**704.458**	**2.426.847**	**3.131.305**	**(15.964)**

Essas operações são substancialmente compostas por valores demonstrados no resultado sobre os empréstimos no exterior considerando as despesas de apropriações de juros e variação demonstrados abaixo:

a) Recursos captados da Caterpillar Financial Services Corporation, indexados ao dólar norte-americano e acrescidos de taxa de juros de mercado no valor de R$ 2.801.826 (31/12/2023 - R$ 2.060.467). Estas operações possuem vencimento entre fevereiro de 2024 a dezembro de 2029, com pagamentos de juros mensais ou trimestrais.

b) Recursos captados com instituições financeiras com entidades não relacionadas em 2024, no valor de R$ 409.928 (31/12/2023 - R$ 299.448) com taxas de juros de mercado pré-fixado de 12,23% a.a. Essa operação possui vencimento em janeiro 2025.

O resultado com empréstimos no exterior com Caterpillar Financial Services Corporation refere-se a despesas de juros e variação cambial, pactuados a taxas prefixadas entre 0,14% e 6,74% (31/12/2023 - 0,14% a 6,74%) ao ano, estabelecidas com base nas *Applicable Federal Rates (AFR)*, divulgadas pelo *Internal Revenue Service (IRS)* dos Estados Unidos.

12. PASSIVOS CONTINGENTES

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária e cível (Nota 3 (k) e não possui processos judiciais trabalhistas.

Processos judiciais de natureza tributária:

(a) Cobrança de ISS sobre os valores relativos a rateio de despesas entre coligadas no país e sobre *spread* das operações de Finame com avaliação de valor provável de perda de R$ 3.465, em 31 de dezembro de 2024 (31/12/2023 - R$ 6.432), para o qual foi constituída provisão para contingência, registrada em outras obrigações - diversas. Em 31 de dezembro de 2024, havia depósito judicial para este processo no valor de R$ 4.118 (31/12/2023 - R$ 3.849), registrado em outros créditos - diversos;

(b) Cobrança de ISS sobre os valores residuais garantidos em operações de arrendamento mercantil financeiro: O Banco Caterpillar impetrou mandado de segurança para assegurar o recolhimento do ISS do período entre setembro e dezembro de 2010 nas mesmas condições oferecidas pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) lançado pela Prefeitura de São Paulo, no montante de R$ 5.989 (31/12/2023 - R$ 5.681), tendo sido classificado com probabilidade de perda provável e havendo depósito judicial no valor de R$ 4.704 (31/12/2023 - R$ 4.398).

(c) Em 31 de dezembro de 2024, existem, também, processos tributários no valor de R$ 5.158 (31/12/2023 - R$ 9.127), cujas probabilidades de perda são possíveis, para os quais não foram constituídas provisões. Os processos de natureza tributária referem-se principalmente, a ações anulatórias, mandados de segurança, processos administrativos, execução fiscal e honorários de sucumbência.

Processos judiciais de natureza cível:

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a Instituição mantinha provisão para esses processos no valor de R$ 5.797 (31/12/2023 - R$ 9.019), cujas probabilidades de perda são prováveis. A referida provisão está registrada em outras obrigações - diversas. Há também processos cujas probabilidades de perda são possíveis, no valor de R$ 13.430 (31/12/2023 - R$ 55.531), para os quais não foi constituída provisão. No exercício, devido revisão processual de alguns casos específicos, a Instituição apresentou uma alteração de probabilidade de risco de possível para provável R$ 180 (31/12/2023 R$ 47.279). Os processos de natureza cível referem-se, principalmente, a ações revisionais, ações de restituição de valores, indenizações e honorários de sucumbência.

13. OUTROS CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES DIVERSAS

(a) Outros créditos diversos - no circulante, referem-se, principalmente, a títulos e créditos a receber valor de R$ 143 (31/12/2023 - R$ 1.876), provisão para devedores duvidosos dos títulos e crédito no valor R$ 100 (31/12/2023 R$ 1.314), impostos a compensar no montante de R$ 38.674 (31/12/2023 - R$ 35.299), devedores diversos no exterior no valor de R$ 1.309 (31/12/2023 - R$ 1.976), devedores diversos país - referem-se a R$ 2.239 (31/12/2023 - R$ 8.517) e outras rendas a receber de R$ 3.446 (31/12/2023 - R$ 3.246).

(b) Outros créditos - no realizável a longo prazo, referem-se, principalmente, a créditos tributários diferidos no valor de R$ 77.013 (31/12/2023 - R$ 80.138) e depósitos judiciais no montante de R$ 9.077 (31/12/2023 - R$ 8.486). (Notas 16c e 12b)

(c) Outras obrigações diversas - no circulante referem-se principalmente a valores relativos a (i) equalização de taxas e programas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos previstos no contrato de crédito, no valor de R$ 25.617 (31/12/2023 R$ 24.748) e (ii) valores de serviços e reembolsos de partes relacionadas R$ 1.119 (31/12/2023 R$ 1.128) e (iii) contas a pagar de natureza trabalhistas e administrativas, no valor a R$ 8.497 (31/12/2023 R$ 9.404).

(d) Outras obrigações diversas - no realizável a longo prazo referem-se principalmente a valores relativos a (i) passivos contingentes com probabilidade de perda "provável", no valor de R$ 15.600 (31/12/2023 - R$ 21.492); (ii) equalização de taxas e programas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos previstos no contrato de crédito, no valor de R$ 19.361 (31/12/2023 R$ 10.365); e (iii) contas a pagar de natureza trabalhistas e administrativas, no valor e R$ 1.637 (31/12/2023 R$ 1.649).

continua

continuação

CAT Financial

Banco Caterpillar S.A.

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 - Edifício Golden Tower - 17° andar - São Paulo - SP
CNPJ: 02.658.435/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Em milhares de reais

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 638.717.951 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo não inferior a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado segundo a legislação societária. Em reunião da diretoria realizada em 18/12/2023, a Administração do Banco Caterpillar decidiu pela não distribuição de dividendos, com a retenção integral do resultado do exercício de 2024.

A reserva de lucros - reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva de lucros - reservas especiais de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, inclusive com relação ao resultado do exercício de 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, foram aprovados o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, dispensada a instalação de conselho fiscal e a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 101.151, entre: (i) reserva legal de R$ 5.058 e (ii) reserva especial de lucros no valor de R$ 96.093 e a não distribuição de dividendos referente ao exercício de ano de 2023.

15. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Saldos das transações com partes:

Ativo (Passivo)	Caterpillar Brasil Ltda (Brasil)	Caterpillar Financial Services Corporation (EUA)	Caterpillar Inc. (EUA)	Caterpillar Credito S.A. De CV Sofom (México)	Caterpillar Servicios Ltda. (Chile)	Total de transações entre partes relacionadas 31/12/2024	Total de transações entre partes relacionadas 31/12/2023
Outros Créditos - Diversos	129	449	-	561	299	1.438	2.096
Obrigações por Empréstimos no Exterior (Nota 11)	-	(2.801.826)	-	-	-	(2.801.826)	(2.060.467)
Outras Obrigações - Diversas	(22)	(676)	(421)	-	-	(1.119)	(1.270)
Outras Rendas a receber	579	-	-	-	-	579	957
Outras Obrigações Diversas (Nota 13)	(5.674)	-	-	(175)	-	(5.849)	(6.908)

Receitas (Despesas) do ano	Caterpillar Brasil Ltda (Brasil)	Caterpillar Financial Services Corporation (EUA)	Caterpillar Inc. (EUA)	Caterpillar Credito S.A. De CV Sofom (México)	Caterpillar Servicios Ltda. (Chile)	Total de transações entre partes relacionadas 31/12/2024	Total de transações entre partes relacionadas 31/12/2023
Receita de Prestação de Serviços	-	6.440	326	6.860	3.071	16.697	12.762
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	6.328	-	-	-	-	6.328	3.712
Resultado não Operacional (Nota 22)	1.584	-	-	-	-	1.584	1.521
Outras Despesas Administrativas	(98)	(14.205)	(2.742)	(956)	-	(18.001)	(15.218)
Resultado com Empréstimos no Exterior	-	(670.480)	-	-	-	(670.480)	109.337

A controladora da Instituição é a Caterpillar Financial Services Corporation. A controladora final é a Caterpillar Inc., que também é controladora da Caterpillar Brasil Ltda., a qual também possui participação na Instituição.

Caterpillar Crédito S.A. De CV Sofom e Caterpillar Servicios Ltda. são coligadas controladas, também, pela Caterpillar Financial Services Corporation.

A receita de prestação de serviços refere-se, basicamente, a receitas de representação comercial e comissão sobre intermediação de novos negócios.

Outras despesas administrativas referem-se, principalmente, a rateio de custos entre a Caterpillar Inc. e Caterpillar Financial Services Corporation em função da utilização de estrutura comum.

O resultado com empréstimos no exterior refere-se a despesas de juros e variação cambial, pactuados a taxas prefixadas entre 0,14% e 6,74% (31/12/2023 - 0,14% a 6,74%) ao ano, estabelecidas com base nas *Applicable Federal Rates (AFR)*, divulgadas pelo *Internal Revenue Service (IRS)* dos Estados Unidos.

O valor de R$ 17.449 (31/12/2023 - R$ 13.472), registrado em receitas de prestação de serviços na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) inclui rendas de outros serviços com não relacionadas no valor de R$ 752 (31/12/2023 - R$ 689).

O valor de R$ 866.942 (31/12/2023 - R$ 178.965), registrado em resultado com empréstimos no exterior e repasses na Demonstração do Resultado do exercício (DRE), inclui operações com não relacionadas no valor R$ 196.462 (31/12/2023 - R$ 69.628).

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração no exercício foi de R$ 14.629 (31/12/2023 - R$ 11.870), a qual é considerada benefício de curto prazo, e seu registro faz parte do total do valor de despesas de pessoal na Demonstração do Resultado. Não ocorreram pagamentos de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, por rescisão de contrato de trabalho, ou remuneração baseada em ações durante o exercício.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**202.127**	**190.935**
Imposto de renda à alíquota de 25%	(50.508)	(47.710)
Contribuição social à alíquota de 20%	(40.425)	(38.187)
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos	(3.379)	(2.428)
Outros ajustes	154	(1.459)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	**(94.158)**	**(89.784)**

(b) Ativo - crédito tributário

Outras adições temporárias, são compostas por: passivos contingentes, outras provisões de honorários, participação nos lucros ou resultados, desvalorização de bens não de uso.

	31/12/2023	Constituição	(Realização)	(Reversão)	31/12/2024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.262	29.177	(3.338)	(7.756)	62.345
Outras adições temporárias	29.876	18.468	(33.049)	(627)	14.668
Total dos créditos tributários (Nota 3 (l))	**80.138**	**47.645**	**(42.387)**	**(8.383)**	**77.013**

(c) Expectativa de realização dos créditos tributários

	Saldo
De 01/01/2025 a 31/12/2025	27.186
De 01/01/2026 a 31/12/2026	11.175
De 01/01/2027 a 31/12/2027	11.692
De 01/01/2028 a 31/12/2028	8.414
Acima de 01/01/2029	18.546
Total	77.013

De acordo com o artigo 4º, da Resolução BCB nº 2/20, o valor total dos créditos tributários classificado como "não-circulante", incluindo o valor da parcela que se realiza no curto-prazo de R$ 27.186 (31/12/2023- R$ 36.365).

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de captação aplicados ao CDI - certificado de depósito interbancários de 31/12/2024, totalizava R$ 55.722 (31/12/2023 - R$ 65.327).

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração da Instituição, com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação e realização de ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados.

(d) Passivo - imposto de renda diferido

	31/12/2023	Realização	Constituição	31/12/2024
Superveniência de depreciação	(38.660)	23.067	(30.341)	(45.934)
Instrumentos financeiros derivativos	(18)	18	(19.830)	(19.830)
Total dos passivos tributários	(38.678)	23.085	(50.171)	(65.764)

(e) Expectativa de exigibilidade dos passivos fiscais diferido

	Saldo
De 01/01/2025 a 31/12/2025	37.124
De 01/01/2026 a 31/12/2026	20.602
De 01/01/2027 a 31/12/2027	7.765
De 01/01/2028 a 31/12/2028	244
Acima de 01/01/2029	29
Total	65.764

O valor presente dos passivos fiscais diferido, calculado com base na taxa média de captação aplicados ao CDI - certificado de depósito interbancários de 31/12/2024, totalizava R$ 60.402 (31/12/2023 - R$ 35.640).

17. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

(a) Fiscais e previdenciárias - no circulante, referem-se, principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros no valor de R$ 97.434 (31/12/2023 - R$ 84.441), provisão para impostos sobre salários no valor de R$ 6.737 (31/12/2023 - R$ 5.964) e provisão para impostos a pagar outros no valor de R$ 2.065 (31/12/2023 - R$ 1.958).

(b) Fiscais e previdenciárias - no exigível a longo prazo, referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R$ 65.764 (31/12/2023 - R$ 38.678).

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Referem-se, principalmente, a despesas de serviços prestados por partes relacionadas no valor de R$ 18.001 (31/12/2023 - R$ 14.848), serviços técnicos especializados de R$ 4.555 (31/12/2024 - R$ 3.199), processamento de dados de R$ 8.475 (31/12/2023 - R$ 7.339), despesas de serviços financeiros de R$ 1.746 (31/12/2023 - R$ 1.557), despesas com depreciações de bens de R$ 2.772 (31/12/2023 - R$ 2.920), despesas com aluguel e condomínio de R$ 3.609 (31/12/2023 - R$ 3.413), despesas com manutenção e conservação de bens de R$ 1.337 (31/12/2023 - R$ 946), despesas de transporte no valor de R$ 4.481 (31/12/2023 - R$ 1.781) e despesas de propaganda e publicidade R$ 1.128 (31/12/2023 - R$ 740).

19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Referem-se, principalmente, a despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza de ISS no valor de R$ 7.338 (31/12/2023 - R$ 6.216), despesas de contribuição ao PIS e COFINS no valor de R$ 16.895 (31/12/2023 - R$ 15.094), despesas com impostos de importação de serviços no valor de R$ 4.497 (31/12/2023 - R$ 3.608).

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, a apropriação de resultados decorrentes de equalização de taxas dos contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente no montante de R$ 27.379 (31/12/2023 - R$ 4.185), mora e multas aplicadas sobre parcelas em atraso de R$ 6.826 (31/12/2023 - R$ 6.297), recuperação de encargos e despesas de R$ 3.528 (31/12/2023 - R$ 5.226), variação cambial de empréstimos no exterior e de serviços de entidades relacionadas de R$ 581 (31/12/2023 - R$ 162.747), e juros sobre outros créditos de R$ 1.082 (31/12/2023 - R$ 615).

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, a despesas de provisão para passivos contingentes no valor de R$ 1.146 (31/12/2023 - R$ 8.215), despesas de comissão de venda de máquinas retomadas no valor de R$ 2.356 (31/12/2023 - R$ 2.541) e a variação cambial sobre operações de crédito e partes relacionadas no valor de R$ 3.630 (31/12/2023 - R$ 9.466).

22. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Referem-se, principalmente, a reversão de provisão de desvalorização de bens não de uso no montante de R$ 3.821 (31/12/2023 - R$ 2.300), lucros na alienação de ativos não financeiros no valor R$ 1.237 (31/12/2023 - R$ 441,00) e receita com reembolsos de aluguel do imóvel com partes relacionadas no montante de R$ 1.584 (31/12/2023 - R$ 1.521).

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

A Instituição possui Comitê de Riscos e Compliance, que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos da Instituição, e aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Os controles relativos ao gerenciamento de riscos são coordenados pelas gerências de riscos que se reportam à Diretoria de Riscos e Compliance. As estruturas de gerenciamento de risco abrangem:

(i) Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito, conforme a Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, tem como missão identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, por meio de um processo contínuo de mapeamento, aferição, diagnóstico das políticas, modelos de avaliação, instrumentos e processos vigentes, baseando-se no monitoramento de clientes e índice de inadimplência por setores e regiões.

O Banco Caterpillar S.A. acompanha muito de perto a movimentação da carteira de crédito dos nossos clientes: assim podemos detectar problemas no fluxo de caixa no curto prazo. Este acompanhamento ajuda a mitigar impactos da liquidez dos clientes e, consequentemente, nos permite sugerir suporte financeiro de maneira adequada a continuar honrando seus contratos e compromissos.

As operações novas, assim como as operações que sofreram algum tipo de renegociação ou reestruturação, são analisadas e avaliadas visando atender às necessidades dos nossos clientes, sempre mantendo os critérios de governança do Banco, como também as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que dispõe sobre os critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Com a entrada do IFRS9 em janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 2.682/99 foi revogada e substituída pela Resolução BCB 352/23, com isso, essa classificação muda, passando a constituição da provisão a ser realizada observando os pisos da dessa nova Resolução.

Não se limitando tão somente a esses critérios, deverão ser observados os novos critérios de Stop Accrual, estágios de atraso e segregação dos Ativos Financeiros em carteiras (C1, C2, C3, C4 e C5) dependendo das garantias associadas a esse Ativo Financeiro.

(ii) Risco de Mercado

A gestão de risco de mercado, em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, é responsável por monitorar, controlar a exposição ao risco de mercado e realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse), conforme os limites estabelecidos pela administração da Instituição e recomendar, quando aplicável, alterações às políticas, além de participar de reuniões para desenvolvimento de novos produtos prestando suporte na identificação dos riscos inerentes.

(iii) Risco de Liquidez

Em consonância com as disposições da Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, o risco de liquidez é acompanhado através do monitoramento e projeção do fluxo de caixa da Instituição, considerando as estruturas de captação disponíveis, limites e possíveis cenários de estresse. A Instituição mantém níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza das suas operações, complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco.

Apesar de manter os níveis adequados e suficientes de liquidez, o Banco, quando necessário, avalia a possibilidade de captação de recursos com a Matriz, tendo como forma de avaliação dos preços de captação interna. Este tipo de avaliação ajuda o banco a continuar mantendo de forma adequada os níveis de liquidez e o suporte a nossos clientes e suportando novas operações.

(iv) Risco Operacional

O risco operacional, em adesão aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19 e alterações, é responsável por implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais significantes em todas as áreas do negócio. As perdas são monitoradas através dos registros de ocorrência de eventos de perdas associados à revisão periódica da matriz de risco de onde resultam os planos de ação para melhoria dos processos e controles internos.

(v) Gestão de Capital

Obedecendo à Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do patrimônio de referência e visa assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Em complemento às análises, são traçados dois cenários - projetado e de estresse - tomando por base o orçamento da Instituição para os próximos três anos, conforme as exigências de capital regulatório.

A Instituição, em 30 de dezembro de 2024, atingiu o índice de Basileia de 18,10 %, (31/12/2023 - 21,92%).

(vi) Risco Social, Ambiental e Climático

A Instituição atualizou a sua política de responsabilidade socioambiental, em adesão às diretrizes da Resolução CMN nº 4.945/21, e respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade, determinando a conduta adotada nos negócios, exigindo e monitorando aprovação dos órgãos responsáveis para setores que possam causar impactos socioambientais, tanto para seus clientes quanto para os fornecedores. Os princípios de sustentabilidade são aplicáveis à Instituição de forma transversal visando o desenvolvimento sustentável.

(vii) Análise de sensibilidade para Risco de Mercado

O objetivo da análise de sensibilidade no Banco Caterpillar é dar suporte aos gestores no entendimento sobre o potencial impacto que pode ocorrer na instituição como consequência de mudanças nos cenários econômicos. Por se tratar de um banco da marca com o foco em fomentar e suportar as nossas revendas a vender o equipamento Caterpillar no país, a nossa carteira é caracterizada como "Banking".

Dessa forma, a carteira está fortemente sujeita à variação da taxa de juros. Sendo assim, é importante analisar a sensibilidade de exposição ao risco, representada pela metodologia EVE (Economic Value of Equity), a evolução dos fatores de risco (MTM) e os testes de estresse que envolvem a criação de cenários para simulação e projeções de fluxos, permitindo a avaliação de alterações significativas na exposição ao risco.

Para esta análise foram construídos 03 cenários para carteira indexada PRE que possui a maior representatividade no banco, 85%.

1º Cenário: baseado na variação da curva de juros prefixada com aumento da taxa em 1 p.p no primeiro vértice e 5 p.p. no penúltimo;

2º Cenário: baseado na variação paralela da curva de juros prefixada com aumento da taxa em 1 p.p no primeiro vértice e aumento de 3 p.p. no penúltimo;

3º Cenário: baseado na variação paralela da curva de juros pré com aumento da taxa em 1 p.p no primeiro vértice, 2 p.p. no penúltimo.

Os cenários de testes de estresse são realizados regularmente como parte da rotina de gestão de riscos da Instituição, realizados também para um fim específico, em resposta à eventos ou preocupações de mercado.

Nos cenários apresentados acima, podemos observar uma perda projetada no valor da carteira com baixa representatividade em relação à exposição total, conforme se verifica no quadro resumo abaixo, demonstrando a baixa exposição do Banco Caterpillar S.A. ao risco de mercado.

Último Vértice		Pior Cenário Esperado	Cenário Moderado	Cenário Ameno
	PRE	+5pp	+3pp	+2pp
Perda no valor da carteira		R$ 50.430	R$ 49.464	R$ 48.981
Perda/PR Banco		3,98%	3,90%	3,87%

DIRETORIA

Fábio Gandolfo Severino - Diretor Presidente

Demais Diretores:

Ana Paula Ribeiro Marchione | **Beatriz Hansen Rodrigues Prado** | **Luciana de Almeida Liuzzi** | **Katia Sylvestre Kiss Andreotti** | **Renato Shizuo Kojima** | **Sanderley Vieira de Souza**

Contador

Leandro dos Santos - CRC: 1SP262040/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Caterpillar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caterpillar S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caterpillar S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras Banco Caterpillar S.A. ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

Eufrázio

mercado

Produtores de histórias em quadrinhos se unem contra imitação da IA

TEC

Daniel Thomas

LONDRES | FINANCIAL TIMES Os criadores de heróis em quadrinhos, de Dennis, o Pimentinha, a Juiz Dredd, estão se unindo para enfrentar seu maior inimigo até agora —a imitação via inteligência artificial.

Uma associação comercial recém-formada, a Comic Book UK, está reunindo empresas como DC Thomson, Rebellion Entertainment, The Phoenix Comic, Avery Hill Publishing e Fable. O objetivo é fazer um lobby para que o governo e os investidores reconheçam que os quadrinhos do Reino Unido são uma importante indústria de exportação e donos de uma valiosa propriedade intelectual.

Uma das questões imediatas será garantir o futuro da indústria, já que o governo do Reino Unido considera propostas para relaxar as leis de direitos autorais para treinar modelos de IA.

O governo recebeu pedidos para permitir que empresas de inteligência artificial treinem seus modelos para fins comerciais em uma variedade de conteúdos no Reino Unido —de quadrinhos a música, filmes e jornais— a menos que as empresas busquem uma exclusão específica. As propostas geraram semanas de protestos de artistas, músicos, cineastas e grupos de mídia.

A Comic Book UK afirma que a indústria produz centenas de milhares de páginas de conteúdo de quadrinhos todos os anos e possui extensos arquivos de conteúdo histórico.

Os quadrinhos são particularmente valiosos para o treinamento de IA generativa por serem altamente visuais e orientados por narrativas, diz.

O grupo alerta que as propostas de isenção não são viáveis e não fornecerão aos detentores de direitos o controle apropriado e os meios para buscar remuneração pelo uso de seu conteúdo no treinamento de IA.

Isso inibirá o crescimento da indústria de quadrinhos, afirma a associação.

Mark Fuller, diretor executivo da Comic Book UK, disse: "Os quadrinhos são uma das joias da coroa das indústrias criativas do Reino Unido e há um enorme potencial inexplorado para um crescimento adicional."

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90028/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de infraestrutura elétrica. Envio das propostas: até 13 horas de 03/04/2025, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 24/03/2025, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 20 de março de 2025. **Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025
PROCESSO Nº 2024/0001107
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br

Encontra-se aberta na Defensoria Pública do Estado de São Paulo licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, cujo escopo será a constituição de Ata de Registro de Preços para aquisição de material permanente (cadeira caixa), conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.
O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1 º de abril de 2021.
Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 24/03/2025.
Data e hora da abertura da sessão pública: 03/04/2025, às 10h00.
O Edital estará disponível nos sites https://www.gov.br/compras e http://www.defensoria.sp.def.br.

MUNICIPIO DE COSMOPOLIS

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025; TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de produtos cárneos, pão de queijo e manteiga para atender a Secretaria Municipal de Educação. Recebimento do cadastro de propostas iniciais: 24/03/2025 às 09:00h; abertura das propostas iniciais as 09:00h e início do pregão (fase competitiva) as 09:01 horas do dia 04/04/2025. Acessos ao Edital. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Divisão de Suprimentos na Rua Ramos de Azevedo, nº 350 – 3º andar, Centro, Cosmópolis-SP – CEP: 13.150-025 nos seguintes horários: das 8:00 às 16:00 horas, cujo o custo da reprodução gráfica será cobrado, através de solicitação no e-mail **compras@cosmopolis.sp.gov.br**, pelo site **www.cosmopolis.sp.gov.br, www.novobbmnet.com.br** e Portal Nacional Compras Públicas – PNCP. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Cosmópolis, 21 de março de 2025. **Antonio Claudio Felisbino Júnior –** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP
AVISO DE SUSPENSÃO POR PRAZO INDETERMINADO DA CHAMADA PÚBLICA

Modalidade: Chamada Pública nº 0002/2025 - Edital Nº 0027/2025 - **Objeto:** Contratação de Organização Social sem fins lucrativos da área da Saúde, qualificada na forma da Lei Municipal nº 2.872, de 22 de abril de 2014, para celebração de Contrato de Gestão Compartilhada da UPA Municipal, para operacionalização, gerenciamento e execução de atividades, ações e serviços de Saúde. Com data de realização da sessão para o dia 10/04/2025 às 09:00 horas.
Motivo: Necessidade de adequações no processo.
Obs.: A suspensão não acarretará nenhum prejuízo àquelas entidades que já realizaram a visita técnica ou aquelas agendadas no período de suspensão deste edital.
Informações: Telefone (12) 3042-5500 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna, 24 de março de 2025.
Heloisa Antunes de Faria Santos, Prefeita Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Avaré
AVISO DE EDITAL

APÓS A PRIMEIRA SESSÃO, NOVAS EMPRESAS PODERÃO INGRESSAR NO CREDENCIAMENTO, DENTRO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTE EDITAL, AS QUAIS PERMANECERÃO EM LISTA DE ESPERA, POR ORDEM CRONOLÓGICA DE CREDENCIAMENTO. NOVOS CREDENCIAMENTOS SERÃO ANALISADOS NO PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO. APÓS DECORRIDO O PRAZO DE 01 (UM) ANO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL, SERÁ REPUBLICADO O AVISO DO MESMO PARA FINS DE DIVULGAÇÃO. MESMO APÓS 01 (UM) ANO, AS NOVAS CREDENCIADAS, APÓS A PRIMEIRA SESSÃO, PERMANECERÃO EM LISTA DE ESPERA, POR ORDEM CRONOLÓGICA DE CREDENCIAMENTO. ASSIM, FICAM ABERTOS NOVAMENTE, PARA INSERÇÃO DE NOVOS INTERESSADOS EM FILA DE ESPERA, OS SEGUINTES CHAMAMENTOS PÚBLICOS:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – PROCESSO Nº 055/2024
Objeto: Credenciamento de empresas para serviços médicos de ginecologia. **Data de Encerramento:** 24 de abril de 2025 às 08:30 horas, Dep. Licitação. **Data de abertura:** 24 de abril de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 Ramal 229 – www.avare.sp.gov.br (ENTRAR NO ANO DE 2024 E ANALISAR OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PRETENDIDO) – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 21 de março de 2025 – Érica Marin Henrique – Agente de Contratação.**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 – PROCESSO Nº 056/2024
Objeto: Credenciamento de empresas para serviços médicos de neuropediatria. **Data de Encerramento:** 24 de abril de 2025 às 08:30 horas; Dep. Licitação. **Data de abertura:** 24 de abril de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 Ramal 229 – www.avare.sp.gov.br (ENTRAR NO ANO DE 2024 E ANALISAR OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PRETENDIDO) – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 21 de março de 2025 – Érica Marin Henrique – Agente de Contratação.**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024 – PROCESSO Nº 063/2024
Objeto: Credenciamento de empresas para serviços médicos de neurologia. **Data de Encerramento:** 24 de abril de 2025 às 08:30 horas, Dep. Licitação. **Data de abertura:** 24 de abril de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 Ramal 229 – www.avare.sp.gov.br (ENTRAR NO ANO DE 2024 E ANALISAR OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PRETENDIDO) – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 21 de março de 2025 – Érica Marin Henrique – Agente de Contratação.**

AVISO DE EDITAL
CHAMAMENTO PÚBLICO 001/25 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022). Período de Inscrições: De 24/03/25 a 11/04/25 até às 12 horas. **Informações**: Secretaria Municipal de Cultura – Rua Minas Gerais, 279, centro, Avaré/SP. **Secretaria Municipal de Cultura da Estância Turística de Avaré, 21 de março de 2025 – Thais Francini Christino – Secretária Municipal de Cultura.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/25 – PROCESSO Nº. 051/25
EXCLUSIVO PARA ME, EPP, MEI
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição futura de pó de café e açúcar para as Secretarias e Departamentos da Municipalidade. **Recebimento das Propostas:** 24 de março de 2025 das 08 horas até 03 de abril de 2025 às 08 horas. **Abertura das Propostas:** 03 de abril de 2025 às 08h10min. **Início da Sessão de Disputa de Lances:** 03 de abril de 2.025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 233 – www.bllcompras.com – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 14 de março de 2025 – Olga Mitiko Hata – Pregoeira.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2025 – PROCESSO Nº. 054/2025
ABERTA PARA TODAS AS EMPRESAS
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição futura de materiais descartáveis, enfermagem e odontológicos. **Recebimento das Propostas:** 27 de março de 2025 das 08 horas até 08 de abril de 2025 às 08 horas. **Abertura das Propostas:** 08 de abril de 2025 às 08h10min. **Início da Sessão de Disputa de Preços:** 08 de abril de 2025 às 09 horas. **Informações: Dep. Licitação –** Praça Juca Novaes nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 233 – bllcompras.com – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 21 de março de 2025 – Crislaine Aparecida Santos – Pregoeira.**

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL - SP**, torna Público estar realizando licitação sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2025**, Processo Administrativo 431/2025, do tipo **Menor Preço unitário**, no modo de disputa **ABERTO**, objetivando a "Contratação de empresa para aquisição de insumos para montagens de kit bebês, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos." **CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: **CADASTRO DE PROPOSTAS NA PLATAFORMA: A partir das 09h00 do dia 24/03/2025 até às 09h00 do dia 08/04/2025. ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS: A partir das: 09h01 do dia 08/04/2025. INÍCIO DA DISPUTA (Fase Competitiva): A partir das 09:15min, do dia 08/04/2025, por decisão do Agente de Contratação/Comissão. MODO DE DISPUTA: Aberto. LOCAL: Na Plataforma Eletrônica no site:** www.bllcompras.org.br. **Para todas as referências de tempo será observado o horário Oficial de Brasília (DF).** As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Seção de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito na Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, ou encaminhado por meio do e-mail: licita@santafedosul.sp.gov.br, ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente. O edital de convocação, que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 20 de março de 2025.
EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO

MUNICIPIO DE COSMOPOLIS

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025; TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Registro de Preços para a Registro de Preços para a aquisição de Tintas para Revitalização e Sinalização Viária para Secretaria de Segurança Pública e Trânsito. Recebimento do cadastro de propostas iniciais: 24/03/2025 às 09:00h; abertura das propostas iniciais as 09:00h e início do pregão (fase competitiva) as 09:01 horas do dia 22/04/2025. Acessos ao Edital: O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Divisão de Suprimentos na Rua Ramos de Azevedo, nº 350 – 3º andar, Centro, Cosmópolis-SP – CEP: 13.150-025 nos seguintes horários: das 8:00 às 16:00 horas, cujo o custo da reprodução gráfica será cobrado, através de solicitação no e-mail **compras@cosmopolis.sp.gov.br**, pelo site **www.cosmopolis.sp.gov.br**, **www.novobbmnet.com.br** e Portal Nacional Compras Públicas – PNCP. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025; TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para atender pacientes judicializados da Secretaria Municipal de Saúde. Recebimento do cadastro de propostas iniciais: 24/03/2025 às 09:00h; abertura das propostas iniciais as 09:00h e início do pregão (fase competitiva) as 09:01 horas do dia 16/04/2025. Acessos ao Edital: O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Divisão de Suprimentos na Rua Ramos de Azevedo, nº 350 – 3º andar, Centro, Cosmópolis-SP – CEP: 13.150-025 nos seguintes horários: das 8:00 às 16:00 horas, cujo o custo da reprodução gráfica será cobrado, através de solicitação no e-mail **compras@cosmopolis.sp.gov.br,** pelo site **www.cosmopolis.sp.gov.br, www.novobbmnet.com.br** e Portal Nacional Compras Públicas – PNCP. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Cosmópolis, 21 de março de 2025. **Antonio Claudio Felisbino Júnior** – Prefeito Municipal.

BIASI leilões
LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
Itaú
1º Leilão: dia 04/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 14/04/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, [illegible] **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)** [illegible] **ITAU UNIBANCO S/A** [illegible] **VENDEDOR** [illegible] **CARMEN SANTOS DE VASCONCELOS BARRETO** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line** [illegible] **dia 04 de abril de 2025, às 14:00 horas** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 401.193,75 (Quatrocentos e um mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)** [illegible] **APARTAMENTO Nº 209, do Bloco "A", da Superquadra Norte 314** [illegible] **Matrícula nº 1.864 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Brasília/Distrito Federal** [illegible] **dia 14 de abril de 2025, às 14:00 horas** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **200.596,88 (Duzentos mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos)** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões
LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
Itaú
1º Leilão: dia 04/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 14/04/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões
LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
Itaú
1º Leilão: dia 04/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 14/04/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO [illegible] **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

Companhia de Habitação Popular Bandeirante

CNPJ Nº 46.095.546.0001-21

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convoca acionistas para AGO/AGE 23/04/2025, 14h00, R. Barão de Jaguará, 1481, 5º andar, 53 - Campinas/SP. Ordem do dia AGO: A) leitura, discussão, votação relatório diretoria, balanço, demonstrações financeiras. Parecer s/ exercício 2024; B) Eleição do Conselho de Administração; C) Eleição do Conselho Fiscal; D) outros Assuntos. AGE: a) Outros Assuntos. Campinas, 20/03/2025. José Fernando Lobato, Diretor-Presidente.

SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

SERVIÇO FUNERÁRIO MUNICIPAL DE CAMPINAS INFORMA: ENCONTRA-SE NA CÂMARA FRIA DO NECROTÉRIO DO CEMITÉRIO PQ. N. SRA. DA CONCEIÇÃO, O CADÁVER ABAIXO RELACIONADO E NÃO RECLAMADO ATÉ A PRESENTE DATA, O QUAL SERÁ DOADO A UNIVERSIDADE PARA ESTUDOS DO PESSOLAS CIENTÍFICAS: PERNALDO MARIANO, COM 41 ANOS DE IDADE, COR PARDA, SEXO MASCULINO, NASCIDO AOS 10/12/1983, FILIAÇÃO IGNORADA, SEM RESIDÊNCIA FIXA NESTA CIDADE, DEMAIS DADOS IGNORADOS, FALECIDO AS 21:45 DO DIA 20 DE JANEIRO DE 2025, NO HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, NESTA CIDADE, CONFORME REMOÇÃO N. 184/2025 – SETEC.

SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

SERVIÇO FUNERÁRIO MUNICIPAL DE CAMPINAS INFORMA: ENCONTRA-SE NA CÂMARA FRIA DO NECROTÉRIO DO CEMITÉRIO PQ. N. SRA. DA CONCEIÇÃO, O CADÁVER ABAIXO RELACIONADO E NÃO RECLAMADO ATÉ A PRESENTE DATA, O QUAL SERÁ DOADO A UNIVERSIDADE PARA ESTUDOS OU PESQUISAS CIENTÍFICAS: MARIANO VICENTE DE MELO, COM 72 ANOS DE IDADE, COR BRANCA, SEXO MASCULINO, NASCIDO NA CIDADE DE MACAPARANA/PE AOS 15/03/1952, FILHO DA SRA. JOSEFA LEONOR DE MELO, SEM ENDEREÇO FIXO NESTA CIDADE, DEMAIS DADOS IGNORADOS, FALECIDO ÀS 16:50 DO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2025, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO CARLOS LOURENÇO, NESTA CIDADE, CONFORME REMOÇÃO N. 303/2025 – SETEC.

SINDICATO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE FUTEBOL PROFISSIONAL E SUAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ADMINISTRAÇÃO E LIGAS SINDICATO DO FUTEBOL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital ficam convocados os presidentes das Associações de Futebol Profissional e de suas Entidades Estaduais de Administração e das Ligas, filiados ao Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional e suas Entidades Estaduais de Administração e Ligas - **SINDICATO DO FUTEBOL** e em condições de participação nos termos do Estatuto, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no **Auditório do SindPd**, na **Avenida Angélica, 35, Santa Cecília - São Paulo - SP**, **às 10h** em primeira convocação ou, em segunda convocação **às 11h do dia 24 de abril de 2025**, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Leitura e aprovação da Ata das Assembleias Gerais Ordinária Anual e Eletiva Trienal **b)** Discutir e votar o relatório, as contas e o balanço geral das atividades administrativas e financeiras do exercício de 2024, apresentados pela Diretoria, junto com o parecer do Conselho Fiscal; **c)** Aprovar a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2025, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal; **d)** Posse da diretoria eleita para o triênio 2025/2028; **e)** Tratar de assuntos gerais.

São Paulo, 24 de março de 2025

Mustafá Contursi Goffar Majzoub

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00605284412025

Modalidade: Pregão Eletrônico 90006/2025 – UASG 261101

Nº Processo: 262.00001447/2025-08

Objeto: Aquisição de material de consumo, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital de licitação.

Total de Itens Licitados: A licitação terá 9 (nove) itens

Valor total da licitação: R$ 15.700,37 (quinze mil e setecentos reais, trinta e sete centavos)

Disponibilidade do edital: 24/03/2025. **Horário:** das 09h00 às 17h00

Endereço: Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 345 - Alto de Pinheiros São Paulo/SP; e

Link do PNCP: **https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1**

Entrega das Propostas: a partir de 24/03/2025 às 08h00 no site: **www.gov.br/compras.**

Abertura das Propostas: 03/04/2025 às 09h00 no site: **www.gov.br/compras.**

Fonte: DOESP e PNCP

Sindicato da Categoria Profissional dos Trabalhadores e de Empregados em Vigilancia e Segurança Privada, Conexos e Similares de Sorocaba e Região - SINDIVIGILANCIA SOROCABA. CNPJ/MF 57.050.585.0001-71 - Sede Social, Rua Antonio de Andrade, 215 - Jd. Faculdade, Sorocaba/S.P. CEP: 18.030-300. Fone:(15) 3032-8100, Sede e Foro Jurídico, Cidade de Sorocaba/SP, Contribuição Sindical dos Empregados - Exercício 2025 - Pelo presente Edital, na forma disposta na Consolidação das Leis do Trabalho, Lei 13.467/2017, e em seu artigo 605, ficam notificadas todas as Empresas do Grupo Econômico da Segurança e Vigilância Privada, Cursos de Formação respectivos e outros segmentos econômicos que mantenham em seus quadros Vigilantes contratados diretamente (Vigilância Orgânica) e afins, regulamentados pela Lei 14.967/2024, situadas no Município de Sorocaba e Região, Base Territorial desta Entidade Sindical, para a obrigatoriedade de descontarem em folha de pagamento do mês de março/2025, artigos 578 a 591 da CLT a **Contribuição Sindical** devida por seus empregados, equivalente a 01(um) dia de trabalho, ou seja, 1/30 (um trinta avos) da remuneração mensal, independentemente de outras contribuições, consoante disposto no Art. 149 da Constituição Federal, pertencentes ao Título V, Capítulo III - Seção I. A contribuição Sindical deverá ser recolhida junto à Caixa Econômica Federal, ou nos estabelecimentos bancários integrantes do Sistema de Arrecadação de Tributos Federais até o dia 30/04/2025. O descumprimento dos procedimentos e o não recolhimento da referida contribuição acarretará as penalidades cabíveis na forma do artigo 600 e seguintes da CLT, além de correção monetária conforme lei 6.181/74. As guias de recolhimento para pagamento através do sistema Bancário se encontram à disposição dos interessados por meio do Portal do Contribuinte em impressora local no site da Caixa (**http:www.caixa.gov.br**) opção contribuição Sindical -GSRS). Código da Entidade Sindical: 022.239.02905-6. Conforme Nota Técnica - SRT/MTE nº 202/2009. As empresas devem enviar ao Sindicato após o recolhimento, as GSRS acompanhadas da relação nominal dos empregados contribuintes, contendo CTPS, CPF e remuneração sobre a qual foi efetuado o devido desconto. Sorocaba, 24 de Março de 2025 - Sergio Ricardo dos Santos - Presidente.

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário **TERRAZUL CG LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 27.299.383/0001-05, com sede na Rua Victor Annibal Rusim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.670-000, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelo fiduciante, **MICHELLI DELGADO CORREIA**, inscrita no CPF/MF sob n.º 215.488.328-12, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: **Primeiro Leilão: Dia 16 de abril de 2025, às 9:30 horas; e, Segundo Leilão: Dia 23 de abril de 2025, às 9:30 horas. Local:** Sede da Empresa Terrazul CG Ltda., em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Rusim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e fica o fiduciante, intimado das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o nº **14 (quatorze)**, **da Quadra G**, do loteamento denominado **"JARDIM TERRAZUL CG"**, situado na cidade de **Campinas-SP**, medindo 11,93 metros em linha reta de frente para a Rua 22, mais 8,89 metros em desenvolvimento de curva de raio 9,00 metros e ângulo central 56º35'20", na confluência da Rua 22 com a Rua 14; do lado direito de quem da rua olha para o referido lote, mede 20,40 metros, confrontando com o lote 15; do lado esquerdo, mede 6,32 metros confrontando com a Rua 14; e nos fundos mede 14,00 metros, confrontando com o lote 13; encerrando assim uma área total de **217,40 metros quadrados. Matriculado no 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas-SP, sob n.º 253.818**, com **cadastro municipal** sob **n.º 3341.33.23.0001.00000 (área maior)**. **Condições e Valor de Venda:** A venda será realizada a vista, O bem imóvel acima indicado está avaliado em **R$ 320.596,73** (trezentos e vinte mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos); Se no primeiro público leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário **TERRAZUL CG LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 27.299.383/0001-05, com sede na Rua Victor Annibal Rusim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.670-000, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelo fiduciante, **FELIPE ROCHA DURAES**, inscrito no CPF/MF sob n.º 422.200.298-40, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: **Primeiro Leilão: Dia 08 de abril de 2025, às 9:30 horas; e, Segundo Leilão: Dia 15 de abril de 2025, às 9:30 horas. Local:** Sede da Empresa Terrazul CG Ltda., em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Rusim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e fica o fiduciante, intimado das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o nº **30 (trinta)**, **da Quadra L**, do loteamento denominado **"JARDIM TERRAZUL CG"**, situado na cidade de **Campinas-SP**, medindo 7,30 metros de frente para a Rua 19; do lado direito de quem da rua olha para o referido lote, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 31; do lado esquerdo mede 20,00 metros, confrontando com o lote 29; e nos fundos mede 7,30 metros, confrontando com o lote 21; encerrando assim uma área total de **146,00 metros quadrados**. **Matriculado no 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas-SP, sob n.º 254.023**, com **cadastro municipal** sob **n.º 3341.33.23.0001.00000 (área maior)**. **Condições e Valor de Venda:** A venda será realizada a vista. O valor de avaliação do lote para que o mesmo seja levado a leilão leva em conta o disposto no parágrafo único do artigo 24 da Lei 9514/97, motivo pelo qual a avaliação do lote em questão é de **R$ 131.266,52** (cento e trinta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

Edital de Convocação

HAKKA EVENTOS S.A

CNPJ 08.787.215/0001-06

NIRE nº: 35.300.241.309

Comunicamos a todos os membros participantes da **HAKKA EVENTOS S.A**, sob CNPJ/MF nº: 08.787.215/0001-06, que será realizada em **05/04/2025**, **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, às **(10h00min)** dez horas, na sede da Sociedade, situada nesta Capital no Estado de São Paulo estabelecida na Rua São Joaquim, nº: 460, mezanino – Liberdade - CEP: 01508-000, para deliberar sobre os seguintes temas: ***1) Prestação e aprovação de contas da Sociedade aos acionistas, referente o ano de 2024; 2) Outros assuntos pertinentes à Sociedade, e serem levantados durante a reunião.***

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. Processo Administrativo N°Sec.Adm/lic. 120/2024 - Pregão(eletrônico) nº 031/2024. **objeto:** registro de preços para aquisição parcelada e conforme a necessidade do município de Aguaí de suplementos alimentares para atender medidas judiciais pelo período de 12 meses. Recebimento das propostas a partir do dia: 25 de março de 2025, às 08h30min. Início da sessão de disputa de preços: 04 de abril de 2025, às 09h00min. Para obtenção dos editais os interessados deverão acessar o link **https://aguai.sp.gov.br/home/**. **Samantha Ferreira Aguiar** – Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes convida o público interessado para participar da Audiência Pública Semipresencial com o objetivo de debater o seguinte tema:

Prestação de Contas da Educação do 4º trimestre de 2024

(Atendendo ao disposto no artigo 209 da Lei Orgânica do Município, que determina que até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, o Poder Executivo apresentará relatório detalhado contendo informações completas sobre receitas arrecadadas, transferências e recursos recebidos e destinados à educação nesse período, bem como a prestação de contas das verbas utilizadas discriminadas por programa).

Data: 26/03/2025
Horário: 13h30
Local: Auditório Virtual e Sala Tiradentes - 8º andar - Câmara Municipal de São Paulo
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo** e Facebook (www.facebook.com/camarasaopaulo).

Para se manifestar: Inscreva-se para comentar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/inscricoes** ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas**. Também serão permitidas inscrições para discurso do público presente no auditório.

Para maiores informações: **educ@saopaulo.sp.leg.br**

BIASI Leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

Itaú

1º Leilão: dia 04/04/2025 às 14h00   2º Leilão: dia 14/04/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº [illegible] (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças, nº [illegible], firmado em [illegible], no qual figuram como Fiduciantes, **AISLAN KEYZI FELIZARDO DE OLIVEIRA**, RG nº [illegible]-SSP/SP, CPF/MF nº [illegible], e sua mulher **LUCILIA PORCINA DA SILVA**, RG nº 45.429.081-1-SSP/SP, CPF/MF nº 377.215.458-35, [illegible], casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 04 de abril de 2025, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 412.827,20 (Quatrocentos e doze mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO Nº 53, localizado no 5º andar do "EDIFÍCIO [illegible]", Bloco V, com entrada pelo nº 249 da Rua Vicente Pereira de Assunção, integrante do conjunto denominado RESIDENCIAL ARAGUAIA, situado à Rua Vicente Pereira de Assunção, esquina com a Rua Fernando de Trejo, no 29º Subdistrito – Santo Amaro, com a área útil de 63,89 m², a área comum de 60,713 m², já incluída a correspondente a 01 vaga indeterminada no estacionamento do conjunto, e a área total de 124,603 m², correspondendo-lhe a fração ideal de 0,003682 no terreno. Matrícula nº 204.733 do 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.** Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 14 de abril de 2025, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 236.495,55 (Duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)**. [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible] Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

"Parque dos Ipês Cemitério e Crematório, através de sua administradora Itapecerica Participações S/A, na qualidade de CONTRATADA, situada à Estrada Ary Domingues Mandu, 2719, CEP.: 06855-000, Embu Mirim, Itapecerica da Serra/SP, em conformidade com cláusula estabelecida no "Regimento Interno" e "Contrato de Concessão", dá ciência aos contratantes abaixo relacionados, que em 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente, ocorrerá, se não regularizada a situação, o cancelamento do contrato de cessão de jazigo ou gaveta, haja vista o descumprimento contratual gerado por obrigações e/ou inadimplência, bem como pelo abandono dos restos mortais. Assim advertimos que os referidos restos mortais que se encontram sepultados/reinumados sobre os números de propostas abaixo listados, serão exumados e guardados em ossuário geral. Todas as despesas envolvendo as exumações e guarda dos despojos, além das despesas já existentes, são de responsabilidade do concessionário". Legenda: "P" = Proposta / "C" Concessionário. <REM040> P-539 C-ROSANA ANTONIA PERON CPF-075.0XX.XX8-90 /P-1730 C-MILTON ROBERTO CELAN CPF-139.7XX.XX8-51 /P-2283 C-CLAUDINEI PAIS CAVAL CPF-009.3XX.XX8-74 /P-2537 C-IVONETE CASSIANO DOS CPF-322.6XX.XX8-68 /P-3099 C-BENEDITA MARQUES MOD CPF-291.5XX.XX8-40 /P-3168 C-LIANE FAIOCK CPF-333.8XX.XX8-49 /P-3420 C-MARIA NICE FELIPE SA CPF-280.3XX.XX8-33 /P-3707 C-ERASMO ALMEIDA DOS S CPF-088.4XX.XX8-11 /P-3935 C-AMARILDO ANTONIO GAR CPF-065.7XX.XX8-93 /P-4682 C-ADÃO FRANCISCO DOMIC CPF-063.2XX.XX8-86 /P-4849 C-PEDRO LUIZ SIARETTA CPF-853.6XX.XX8-87 /P-5117 C-EDI CARLOS MIRANDA CPF-170.5XX.XX8-88 /P-5224 C-ANTONIO PORFIRIO DA CPF-076.8XX.XX8-55 /P-5381 C-CRISTINA ALVES CAETI CPF-060.2XX.XX8-22 /P-5471 C-PRISCILA SEKINE BARB CPF-733.2XX.XX6-00 /P-5438 C-MARIA LAURA ALVES LO CPF-191.8XX.XX8-06 /P-5615 C-ANDRE BARRETO MACHAD CPF-277.5XX.XX8-74 /P-5909 C-CELSO FONSECA CPF-007.7XX.XX8-97 /P-6528 C-DILSON DE MATOS CPF-047.3XX.XX8-54 /P-45 C-APARECIDO DE SANTANA CPF-065.8XX.XX8-50 /P-7029 C-TEREZINHA MANOELA DA CPF-276.7XX.XX8-79 /P-7398 C-SANTINA DE PAULA SOU CPF-997.4XX.XX8-68 /P-7525 C-ANTONIO DE PAULA DA CPF-657.3XX.XX8-87 /P-272 C-SILVIA LETICIA BRAND CPF-247.0XX.XX8-03 /P-8285 C-OSWALDO DE AGUIAR CPF-650.1XX.XX8-44 /P-9202 C-WAGNER LUIZ DE MELO CPF-256.1XX.XX8-01 /P-9230 C-JOSÉ HUMBERTO DE QUE CPF-511.9XX.XX8-53 /P-2285 C-IVANICE TEREZINHA DE CPF-896.1XX.XX8-72 /P-9432 C-RUI BATISTA DE CAMA CPF-936.6XX.XX8-62 /P-9697 C-CARLOS FERNANDO SOUZ CPF-299.6XX.XX8-74 /P-9941 C-PATRICIA APARECIDA D CPF-303.5XX.XX8-20 /P-4780 C-MARCELO CESAR SANTOS CPF-280.1XX.XX8-18 /P-10949 C-VALDEVINO ANGELO DA CPF-892.2XX.XX8-49 /P-11034 C-ALEXANDRE DE JESUS M CPF-185.8XX.XX8-38 /P-11176 C-JOSÉ CARLOS DA SILVA CPF-164.1XX.XX8-88 /P-11397 C-LIDUINA DA SILVA CPF-284.4XX.XX8-20 /P-11542 C-ROSA SOUZA PESSOA CPF-045.2XX.XX8-52 /P-11914 C-LUCINIR DOS SANTOS S CPF-076.6XX.XX8-65 /P-12058 C-JOSE CARLOS RODRIGUE CPF-009.3XX.XX8-44 /P-12231 C-JOSEFA MARIA DOS SAN CPF-239.8XX.XX4-91 /P-12254 C-JULIANO JORGE ARAUJO CPF-323.6XX.XX8-01 /P-12323 C-BRUNA VIANA BEZERRA CPF-345.1XX.XX8-55 /P-12947 C-NOÉ SOUZA BITENCOURT CPF-423.8XX.XX5-87 /P-13117 C-MARIA LUIZA RODRIGUE CPF-079.1XX.XX8-14 /P-13119 C-JULIANA DOS SANTOS M CPF-336.4XX.XX8-77 /P-13691 C-MARILEIDE GOMES DA S CPF-155.5XX.XX8-59 /P-14238 C-CLAUDIA ALZIRA DE SO CPF-195.7XX.XX8-70 /P-14788 C-THIAGO ROBERTO DE SO CPF-369.9XX.XX8-44 /P-15007 C-ADRIANO ELIAS DE SAN CPF-087.4XX.XX6-05 /P-15381 C-CHRISTIANNE SUELY VI CPF-310.3XX.XX8-10 /P-15378 C-LUAN CARLOS GOMES DE CPF-522.5XX.XX8-57 /P-15635 C-ESPADOVANI ALVES GAR CPF-412.7XX.XX8-84 /P-15693 C-ANTONIO CARLOS RIBEI CPF-926.3XX.XX5-97 /P-71153 C-MARIA RAIMUNDA DO NA CPF-092.4XX.XX8-08 /P-15818 C-EDUARDO TAVARES VERI CPF-237.8XX.XX8-45 /P-15888 C-IVONETE RODRIGUES DO CPF-048.7XX.XX8-36 /P-46287 C-ROSEMEIRE BARBOSA DO CPF-056.6XX.XX8-06 /P-16189 C-KAUE DE CARVALHO CPF-413.6XX.XX8-95 /P-16281 C-BRUNO BEZERRA DA SIL CPF-333.3XX.XX8-46 /P-16372 C-SELESTINO JOSE DE LI CPF-878.5XX.XX8-34 /P-5910 C-TANIA APARECIDA ELIA CPF-135.8XX.XX8-67 /P-5893 C-JOSÉ CARLOS MARTINS CPF-535.9XX.XX8-72 **<REM041>** P-2723 C-MARIA ISABEL BINDELL CPF-064.0XX.XX8-11 /P-8705 C-THEREZA PUPINI MARTI CPF-103.8XX.XX8-86 /P-10677 C-ELISABETE CELESTE DA CPF-146.8XX.XX8-25 /P-13795 C-EDINOEL BISPO DE MIR CPF-421.8XX.XX5-49 /P-11478 C-JOELMA MARIA DOS SAN CPF-184.6XX.XX8-37 /P-71180 C-FABIO PEREIRA DA SIL CPF-004.2XX.XX1-71 /P-71232 C-ALINE FERNANDES PACH CPF-473.0XX.XX8-40 /P-10624 C-ROBSON DA SILVA SERA CPF-377.0XX.XX8-30 /P-6547 C-SEBASTIÃO FIRES TORR CPF-127.1XX.XX8-42 /P-13681 C-WAGNER ALEXANDRE SAN CPF-310.9XX.XX8-03 /P-18196 C-ARIANNY DA SILVA ALM CPF-390.8XX.XX8-64 /P-6383 C-ADRIANO BALDINO DA S CPF-315.5XX.XX8-54 /P-60175 C-SOLANGE DE ASSIS SAN CPF-164.9XX.XX8-84 /P-11302 C-LUIZ CAMILO SOBRINHO CPF-258.7XX.XX8-44 /P-11376 C-JOSEMY DIAS DE MELO CPF-022.0XX.XX8-87 /P-11705 C-WILMA APARECIDA LADE CPF-052.4XX.XX8-01 /P-5459 C-MONICA REIS ANDRADE CPF-282.1XX.XX8-25 /P-4785 C-MARIA APARECIDA DE M CPF-223.3XX.XX8-37 /P-13170 C-DANILO CAMPOS DE SOU CPF-335.6XX.XX8-33 /P-902 C-VILMA PEREIRA DOS SA CPF-065.1XX.XX8-23 /P-1037 C-ADEMIR FACHINI CPF-842.2XX.XX8-68 /P-1471 C-BENEDITO ALVES DE CA CPF-011.7XX.XX8-19 /P-4225 C-MARIA MARTINS GARCIA CPF-815.5XX.XX8-72 /P-4474 C-ANGELA NESSI HIENDLM CPF-980.0XX.XX8-30 /P-5436 C-DANIEL CORREA DE ARR CPF-921.5XX.XX8-87 /P-5933 C-JOSE DUARTE VIEIRA S CPF-150.9XX.XX8-33 /P-6225 C-JOSÉ CLAUDINO DE LIM CPF-119.0XX.XX8-49 /P-7147 C-JOSÉ CARLOS PEREIRA CPF-164.1XX.XX8-27 /P-7207 C-LUZIA CAMPOS ZEFERIN CPF-092.3XX.XX8-94 /P-7660 C-CRISTIANA MARIA DA S CPF-195.8XX.XX8-31 /P-7703 C-ARITANA SANTOS COSTA CPF-331.8XX.XX8-30 /P-8583 C-EZEQUIEL CONCEIÇÃO G CPF-347.2XX.XX8-09 /P-9383 C-HELIO JORGE DE SOUZA CPF-304.8XX.XX8-36 /P-9361 C-SORAIA MIRIAM BARBOS CPF-164.1XX.XX8-13 /P-9427 C-ELZA APARECIDA CUNHA CPF-009.3XX.XX8-03 /P-10160 C-JOZINA FERREIRA GOME CPF-030.5XX.XX8-78 /P-10506 C-MARIA DE LOURDES ALV CPF-090.8XX.XX8-09 /P-11019 C-MANOEL FERREIRA DE S CPF-064.6XX.XX8-04 /P-11140 C-MARIA CAROLINA BATIS CPF-292.0XX.XX8-51 /P-11298 C-ELAINE CRISTINA MART CPF-276.8XX.XX8-24 /P-11365 C-CARLOS ROBERTO MEDEI CPF-139.7XX.XX8-18 /P-12239 C-RONALDO DE MENESES CPF-153.6XX.XX8-64 /P-13803 C-DANIELA DE SOUZA ALV CPF-432.8XX.XX8-74 /P-10752 C-ELENICE STRUMIELLO CPF-060.6XX.XX8-03 /P-8811 C-ALESSANDRA CRISTINA CPF-224.2XX.XX8-02 /P-16233 C-DOUGLAS RAMOS MUNHOZ CPF-461.7XX.XX8-42 /P-822 C-SARA DE FATIMA SANDI CPF-051.0XX.XX8-37 /P-8095 C-ANDERSON DOS SANTOS CPF-166.2XX.XX8-03 /P-7771 C-MARILENE ROSA MONTEI CPF-294.3XX.XX8-80 /P-10634 C-MARIA MILAN GONÇALVE CPF-519.4XX.XX9-91 /P-12001 C-ANDREA PEREIRA MARRE CPF-283.7XX.XX8-80 /P-269 C-SUELI ESCUDEIRO DA S CPF-176.2XX.XX8-04 /P-725 C-MARIA HELENA BARRETO CPF-225.9XX.XX8-50 /P-2792 C-RAUSSE CLEMENTINO DE CPF-325.7XX.XX8-05 /P-14461 C-EMILIA FABIANA DE SO CPF-220.6XX.XX8-78 /P-71201 C-LARISSA ASSIS DE ALM CPF-493.2XX.XX8-96 /P-4058 C-LIGIA GOMES DE OLIVE CPF-287.0XX.XX8-04 /P-16232 C-MAGALI RODRIGUES VIA CPF-106.4XX.XX8-31 /P-2895 C-ROSANGELA ARAUJO COR CPF-073.6XX.XX8-11 /P-7503 C-ADRIANA REGINA DA SI CPF-164.9XX.XX8-71 **<EXTRA 041 & OUTROS>** P-5981 C-ZELIA APARECIDA DA S CPF-165.7XX.XX8-80 /P-6014 C-REGINA MARIA DOS SAN CPF-249.7XX.XX8-07 /P-4862 C-ARNALDO ALVES BARRET CPF-679.5XX.XX8-82 /P-2926 C-SILVIA FÉLIX MONTEIR CPF-225.7XX.XX8-78

mercado

Butão supera El Salvador e se consolida como polo de bitcoins

TEC

SÃO PAULO O reino budista de Butão detém a quinta maior reserva global de criptomoedas, com 10.635 bitcoins, segundo a plataforma Bitcoin Treasuries. A contagem segue crescendo, já que o país consegue os ativos por meio de mineração, usando data centers abastecidos com energia hidrelétrica.

Na lista das maiores carteiras, o pequeno país situado no Himalaia ficou à frente de El Salvador, o primeiro a decretar o bitcoin uma moeda de curso legal, e atrás só de grandes potências como Estados Unidos, China e Reino Unido.

A reserva de Butão ainda é a maior em proporção, pois o local tem 800 mil habitantes —há um pouco mais de um centésimo de bitcoin por pessoa, o equivalente a aproximadamente US$ 1.000 (R$ 5.723,50).

Além dos cerca de US$ 900 milhões (R$ 5,15 bilhões) em bitcoins, Butão detém 160 criptomoedas ethereum, avaliadas em cerca de US$ 320 mil (R$ 1,83 milhão). As quantias são mantidas em uma holding chamada de Druk.

Com Financial Times e Bloomberg

Eufrázio



Papa faz breve declaração da janela do 5º andar do hospital Gemelli, em Roma, para fiéis que aguardavam para vê-lo Filippo Monteforte/AFP

Papa Francisco acena para fiéis e recebe alta de hospital após 37 dias

Pontífice faz 1ª aparição pública desde internação e retorna a residência oficial para repouso de ao menos 2 meses, quando terminará tratamento de infecção nos pulmões

Michele Oliveira

MILÃO O papa Francisco apareceu neste domingo (23) ao público pela primeira vez desde que foi internado no hospital Agostino Gemelli, em Roma, há 37 dias. Por volta das 12h (8h de Brasília), ele foi a uma varanda do quinto andar.

Em cadeira de rodas, ele acenou aos fiéis aglomerados sob a janela e, ao microfone, agradeceu. "Obrigada a todos. Vejo uma senhora com as flores amarelas. Boa!", disse, com voz ofegante, mas sem interrupções. Depois, fez o sinal da cruz com a mão e aparentou um início de tosse. A aparição durou pouco mais de um minuto.

O pontífice deixou o hospital em seguida, conforme anunciado pela equipe médica no sábado (22). Ele usava um cateter nasal dentro do veículo, embora tenha aparecido na janela sem o dispositivo.

Em seguida, sua comitiva de carros se dirigiu à basílica de Santa Maria Maior, onde o papa costuma passar depois de viagens e onde já esteve após outras internações —é lá que ele pediu para ser enterrado. Depois, chegou ao Vaticano.

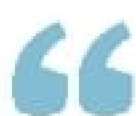
Pouco antes de o papa aparecer, foi divulgado o texto do Angelus, a oração que costuma fazer aos domingos, da janela do Palácio Apostólico, para os fiéis reunidos na praça São Pedro. Foi o sexto domingo que o Angelus foi anunciado por escrito.

"Neste longo período de hospitalização, tive a oportunidade de experimentar a paciência do Senhor, que vejo refletida também na preocupação incansável dos médicos e dos profissionais de saúde, bem como na atenção e nas esperanças das famílias dos enfermos", disse o papa no texto.

Como costuma fazer, comentou conflitos em andamento e lamentou a retomada dos bombardeios israelenses na Faixa de Gaza. "Peço que silenciem imediatamente as suas armas e que se tenha a coragem de retomar o diálogo, para que todos os reféns sejam libertados e se alcance um cessar-fogo definitivo. Na Faixa, a situação humanitária é mais uma vez muito grave e exige o compromisso urgente das partes em conflito e da comunidade internacional."

Única autoridade a visitá-lo no hospital, logo na primeira semana de internação, a primeira-ministra Giorgia Meloni celebrou a alta do papa. "Estou feliz de saber que o papa esteja voltando ao Vaticano. A ele vão um pensamento especial e os melhores votos, com carinho e gratidão pelo seu incansável empenho e preciosa orientação", publicou a italiana no X.

Desde as primeiras horas da manhã, pessoas começaram a se aglomerar na entrada do hospital, sob a varanda, em torno da estátua do papa João Paulo 2º, morto em 2005, que foi internado diversas vezes ali. Por semanas, fiéis deixaram velas, flores, rosários e outros objetos em homenagem a Francisco, além de rezarem por sua recuperação.



Neste longo período de hospitalização, tive a oportunidade de experimentar a paciência do Senhor, que vejo refletida também na preocupação incansável dos médicos e dos profissionais de saúde, bem como na atenção e nas esperanças das famílias dos enfermos [...]

Peço que silenciem imediatamente as suas armas [em Gaza] e que se tenha a coragem de retomar o diálogo, para que todos os reféns sejam libertados e se alcance um cessar-fogo definitivo

Papa Francisco
em oração do Angelus publicada pouco antes de sua aparição e alta do hospital

Italiana de 79 anos, Carmela Mancuso é a mulher com o buquê de flores amarelas que chamou a atenção do papa. "Estava preocupada com ele, não tinha certeza em que estado ele estava. Claro, está mais magro. Mas perfeitamente lúcido, identificou as flores. Foi um momento extraordinário", afirmou ela ao jornal La Repubblica.

Aos 88 anos, o pontífice está curado da pneumonia bilateral e superou ao menos quatro crises respiratórias graves. Segundo os médicos, em dois desses momentos ele correu risco de morrer.

O tratamento para eliminar totalmente a infecção polimicrobiana continuará na Casa Santa Marta, sua residência oficial no Vaticano, onde o papa deverá ficar em convalescença por ao menos mais dois meses, além de passar por reabilitação motora e respiratória.

No período, os médicos recomendam que ele não encontre grandes grupos nem se esforce demais. Ainda é incerto como ele vai participar, daqui a quatro semanas, das celebrações da Páscoa, o momento mais importante do calendário para o cristianismo.

A alta foi decidida pelos médicos depois de constatada a estabilidade de seu quadro clínico, nas duas semanas anteriores. Nos últimos dias, estava em diminuição o uso de oxigênio artificial, por meio de ventilação mecânica não invasiva e cateter nasal. O papa jamais foi intubado, disseram os médicos.

Saúde do pontífice evoluiu entre crises e noites tranquilas até a liberação

Gabriel Barnabé

SÃO PAULO Os 37 dias de internação do papa Francisco foram o maior período contínuo em que o pontífice ficou no hospital desde que foi escolhido como líder da Igreja Católica, em março de 2013.

Aos 88 anos, o papa teve altos e baixos em sua situação de saúde desde 14 de fevereiro.

Internação, 14.fev
O papa foi hospitalizado devido a um quadro de bronquite. Segundo o primeiro boletim médico, Francisco tinha febre baixa, mas saúde era estável.

15 a 17.fev
Equipe médica fala em infecção polimicrobiana e "situação clínica complexa".

18.fev
Quinto boletim informa pneumonia bilateral, ou seja, nos dois pulmões; Francisco teve parte de um pulmão retirado quando jovem devido a pleurisia (inflamação na membrana que reveste o órgão).

21.fev
Após leve melhora, equipe médica concede entrevista coletiva na qual afirmando que o papa não corria perigo de morte.

22.fev
No segundo sábado internado, crise respiratória prolongada acomete o pontífice. Médicos administram alto fluxo de oxigênio e fazem transfusões de sangue devido a baixa contagem de plaquestas.

23 a 27.fev
Quadro estável, mas ainda grave. Médicos falam em sinais de insuficiência renal, que passa em alguns dias, e papa tem noites tranquilas, segundo Vaticano.

28.fev
Após duas noites sem sobressaltos, o pontífice tem nova crise respiratória, seguida de "vômito com aspiração". Francisco recebe "ventilação mecânica não invasiva" pela primeira vez.

4 e 5.mar
Após dias com novas crises, Francisco volta a um quadro de saúde estável e sem novos episódios de insuficiência respiratória nem broncoespasmo.

6 a 9.mar
Primeira mensagem de áudio aos fiéis. Quadro segue estável e com melhora "leve e gradual", sem febre.

10 a 14.mar
Médicos mudam prognóstico e afastam incertezas sobre quadro. Raio-x confirma melhora.

22.mar
Alta é anunciada após duas semanas de quadro estável.

Explorada por Trump, lei de terras reaviva debate racial na África do Sul

Medida que prevê desapropriações para atenuar injustiças históricas é alvo de Musk, conselheiro sul-africano do republicano, e refutada por grupos liderados por brancos

Renan Marra

SÃO PAULO Uma lei sancionada pelo presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, que prevê desapropriação de terras para diminuir desigualdades, segundo o governo, vem aumentando tensões raciais três décadas após o fim do apartheid (1948-1994), regime de segregação que persistiu no país durante quase meio século.

A nova legislação é objeto de desinformação e alvo de ataques feitos por grupos oposicionistas e até por Donald Trump, que levou a cabo uma série de medidas retaliatórias e disparou uma crise diplomática entre os Estados Unidos e a nação africana.

A lei atualiza texto de 1975 e reconhece a desapropriação como um ato legítimo para dar aos terrenos funções públicas. Ponto controverso é a possibilidade da não compensação, apenas em casos avaliados como excepcionais e sem acordo com o proprietário da terra, ainda segundo o governo.

Trump, Elon Musk — seu braço direito nascido na África do Sul — e associações que atuam em favor dos direitos dos africâneres, o principal grupo de descendentes brancos no país africano, apegam-se a esse ponto, afirmando que a nova medida é racista, uma vez que os proprietários brancos seriam visados.

O argumento tem relação com processos históricos. O apartheid terminou há 30 anos, mas mantém seu legado: a África do Sul é o país mais desigual do mundo, de acordo com o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda. E a discrepância é evidente na distribuição de terra, ponto considerado chave no regime de segregação.

Uma auditoria sobre a situação fundiária do país feita em 2017, a mais recente e ainda hoje utilizada pelo governo, constatou que a minoria branca possuía 72% das fazendas e propriedades agrícolas individuais, enquanto a população negra tinha apenas 4%. Com efeito, fica depreendido que o primeiro grupo será mais impactado do que o segundo pela medida governamental.

Dados do último censo sobre raça, de 2022, são inversamente proporcionais, entretanto. Os sul-africanos brancos representavam pouco mais de 7% da população, enquanto os negros eram maioria absoluta: 81%.

Os números explicam a enorme relevância que a redistribuição de terras tem no debate público sul-africano. O tema é tido como representativo de perdas materiais antes e durante a era do apartheid.

Autoridades enquadram a reforma agrária como um meio de atenuar as desigualdades no país. Nos 30 anos em que o Congresso Nacional Africano (CNA), partido de Nelson Mandela, está no poder após o fim do apartheid, alguma restituição de terras ocorreu, mas críticos apontam lentidão no processo.

Quase um ano depois de sofrer um revés histórico ao perder a maioria absoluta no Parlamento pela primeira vez em décadas, a legenda governista busca agora acelerar a redistribuição da terra.

William Gumede, professor de Governança na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, e autor de diversos livros sobre Mandela e o CNA, vê um quê de populismo na reforma recém-anunciada, entretanto. Segundo ele, a medida é um "gatilho para o caos" em um país ainda com divisões claras e problemas socioeconômicos, incluindo desemprego alto (32,9 % em 2024) e casos de corrupção no governo.

"Se um país não preserva os direitos de propriedade, ele perde credibilidade e não conseguirá obter empréstimos ou investimentos para criar empregos. E a própria população negra será prejudicada", diz ele, que é negro.

A nova legislação, sancionada em janeiro, já vem sendo contestada inclusive judicialmente. A Aliança Democrática, a segunda maior força no Parlamento, entrou com uma ação para barrar a lei.

> **Se o país não preserva os direitos de propriedade, perde credibilidade e não conseguirá obter investimentos para criar empregos. E a população negra será prejudicada**
>
> **William Gumede**
> professor sul-africano

Outro partido da oposição, a Frente da Liberdade, enviou nota à reportagem mencionando casos de terras que estariam sendo ocupadas de forma ilegal, sem qualquer ação da polícia. Ambas as legendas são lideradas por pessoas brancas.

"Grilagens de terras já estão acontecendo, e o dispositivo da lei sobre 'compensação zero', juntamente com as declarações populistas irresponsáveis do CNA e de outros partidos sobre a terra, criam um ambiente em que violações em larga escala dos direitos de propriedade podem ocorrer", diz a nota.

O governo sul-africano afirma que a legislação vem sendo deturpada para criar pânico. As terras seriam apreendidas sem compensação apenas em casos raros, incluindo abandono ou se o proprietário usar o terreno como forma de especulação. Diz também que nenhuma medida do tipo ocorreu, ao menos por ora.

Ao criticar a lei, o presidente Trump chegou a falar que terras haviam sido confiscadas, embora não haja registros de tais atos. Ele ainda cortou todo o financiamento à nação africana e expulsou o embaixador em Washington devido ao que chama de "violação massiva" dos direitos das pessoas brancas, ignorando entretanto o histórico de discriminação contra negros em razão do apartheid.

O republicano, cuja principal bandeira política é o combate à imigração irregular, criou também um programa para acolher agricultores africâneres como refugiados nos EUA.

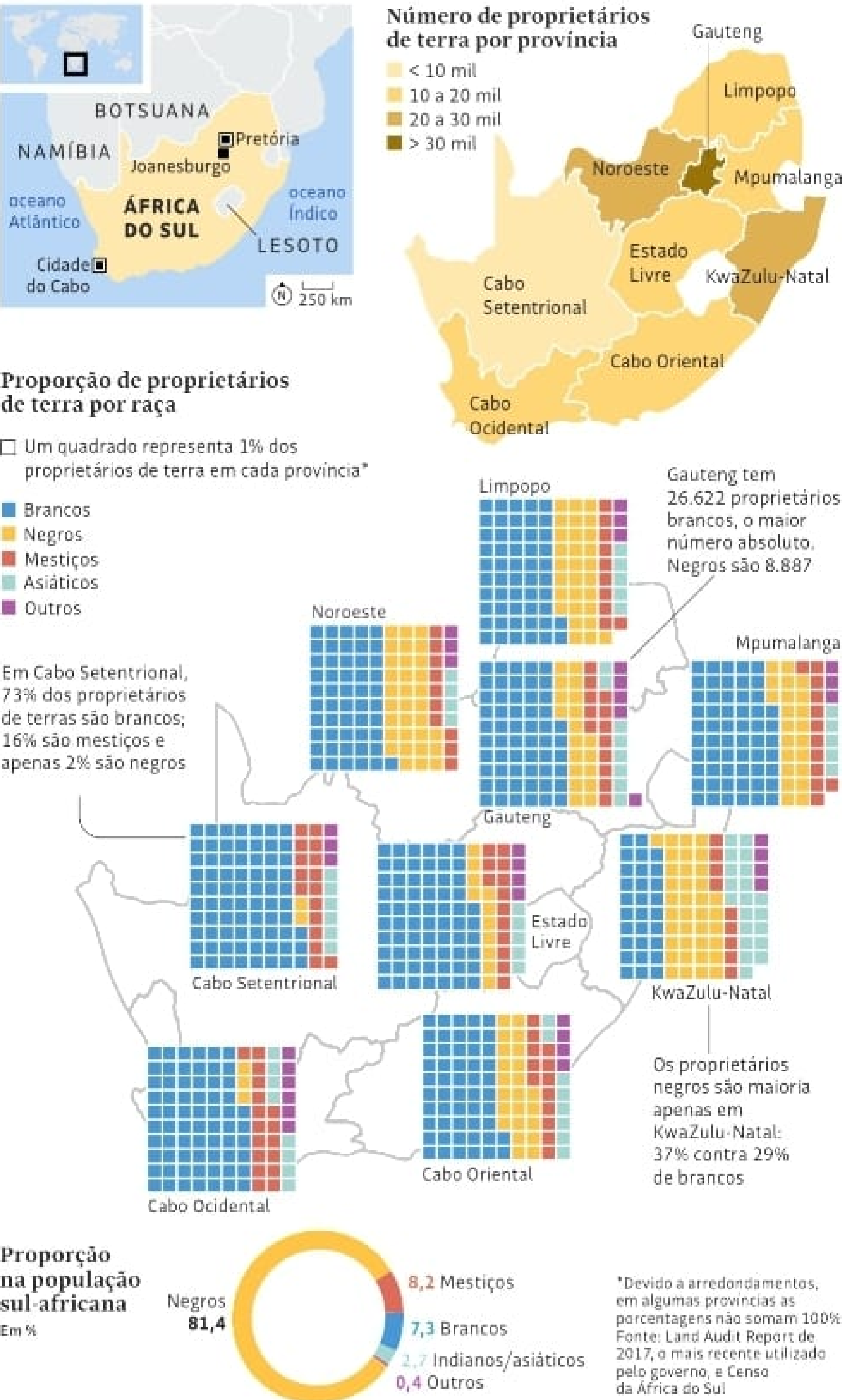
Mais do que desinformação, as críticas de Trump fazem parte de sua "política externa coercitiva", afirma Lucas Leite, professor de relações internacionais da Faap (Fundação Armando Alvares Penteado) e coordenador do Observatório do Continente Africano. "Com essas pressões e chantagens, Trump busca alinhamento com a política externa de seu país", afirma.

A nação africana tem adotado posicionamentos contrários em relação aos interesses do republicano. O mais evidente é a denúncia apresentada na Corte Internacional de Justiça de que Israel estaria cometendo um genocídio na Faixa de Gaza —Tel Aviv é o maior aliado de Washington no Oriente Médio.

Ao dar pitacos sobre a lei implementada na África do Sul, Trump também acena ao eleitorado interno. Uma das principais bandeiras do governo republicano é o combate a iniciativas DEI (diversidade, equidade e inclusão).

De acordo com o Freedom Charter, um documento elaborado durante a luta antiapartheid e considerado a fundação para a Constituição atual, a terra deve "pertencer a todos". E a nova lei é um passo para diminuir desigualdades, diz Elizabeth Sidiropoulos, diretora do Instituto Sul-Africano de Relações Internacionais, um dos principais think tanks do continente. "[A lei] é sobre justiça. É para corrigir erros históricos", diz.

Brancos possuem 72% das terras agrícolas na África do Sul, enquanto proprietários negros são 4%



Eufrázio

Misoginia em plataformas digitais

Fenômeno retratado em 'Adolescência' tem relação com ataques à democracia

Bianca Santana
Doutora em ciência da informação, mestra em educação e jornalista. Autora de "Quando me Descobri Negra"

O crescimento da extrema direita em todo o mundo acontece em ambientes online, todo mundo sabe. Homens e meninos ressentidos com a própria vida, além de algumas mulheres, são identificados em plataformas como Discord, Telegram, Reddit, 4chan, Facebook, Instagram e WhatsApp. São convidados para encontros, cursos, palestras, mentorias, coachings que ensinam como toda a frustração com a própria vida tem causa e culpado: movimentos feministas, LGBTQIA+, mulheres.

Os mais vulneráveis, que julgam não ter nada a perder, são facilmente engajados em ações de violência, que vão do compartilhamento de nudes de meninas –como retrata a série britânica "Adolescência"– à participação em grupos neofascistas de extrema direita como o "Proud Boys", com membros condenados por conspiração nos Estados Unidos. Sim, condenados pelo 6 de janeiro de 2021, no Capitólio, que inspirou e compartilhou o método para a tentativa de golpe no Brasil em 8 de janeiro de 2023.

Nos últimos dias, jornalistas que reportaram o 8 de janeiro têm sido alvo de ameaças e ataques online orquestrados. Em um dos vídeos, Adriano Castro, em seu canal do YouTube "Didi Redpill", afirma que a responsabilidade pela condenação de "uma senhora, mãe de dois filhos", que pichou estátua do STF, é da jornalista Gabriela Biló.

"Essa senhora, essa senhorita, foi a responsável pela prisão da Débora. Por quê? Porque ela, não satisfeita em fazer uma matéria explicando quem era a Débora, comentando o entorno dela, também foi lá vasculhar as redes sociais da Débora para entregar tudo de mão beijada para a PF, STF".

A atividade jornalística de apurar e reportar fatos, por imagens, textos e vídeos, considerada um pilar da democracia, deve ser condenada e perseguida, segundo Adriano Castro, autodeclarado misógino redpill. Ele mostra fotos da jornalista que, segundo ele, "merece ser conhecida", em um recorrente convite para seus seguidores a atacarem.

> **Homens e meninos são convidados para encontros, palestras e cursos que ensinam como toda a frustração com a própria vida tem causa e culpado: movimentos feministas, LGBTQIA+, mulheres**

Uma das principais recomendações do estudo "The Chilling: A Global Study On Online Violence Against Women Journalists", publicado pelo Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ, na sigla em inglês) com apoio da Unesco, em 2022, é que "instigadores e autores de violência online baseada em gênero devem ser responsabilizados, removidos das plataformas e penalizados, quando apropriado."

O estudo aponta, internacionalmente, a violência online contra mulheres jornalistas como uma das mais graves ameaças à liberdade de imprensa. "Essa violência é projetada para silenciar, humilhar e desacreditar. Causa danos psicológicos reais, intimida o jornalismo de interesse público, destrói carreiras femininas e priva a sociedade de vozes e perspectivas importantes", registra o relatório. Foram entrevistadas cerca de 1.100 mulheres, de 15 países.

Outra recomendação é que para aumentar a segurança online de mulheres jornalistas as big techs precisam deixar de associar o aumento de seus lucros à propagação do ódio. Modelos de negócio e algoritmos das grandes plataformas precisam ser regulamentados. Vale contar que Castro, do canal "Didi Redpill", estava nos atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília, e em seus vídeos incentivou os ataques feito por senhoras à democracia. Em 18 de janeiro de 2023, contou a seus seguidores que estava em segurança, fora do país.

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana
qua. Rui Tavares QUI. Lúcia Guimarães SAB. Igor Patrick

Do Brasil à Ucrânia e Oriente Médio, anos 2010 foram de 'revoluções perdidas', diz livro

Jornalista Vincent Bevins faz ensaio sobre movimentos fracassados ou sufocados em diversos países na movimentada década passada

Diogo Bercito

WASHINGTON De 2010 a 2020, multidões foram às ruas em países como Tunísia, Egito, Ucrânia e Brasil para exigir mudanças. Foi a década em que houve mais manifestações na história, afirma o jornalista americano Vincent Bevins, que analisa o período no livro "A Década da Revolução Perdida".

Como antecipa o título, o autor sugere que os protestos não conquistaram seus objetivos. Em muitos casos, resultaram no oposto do que almejavam. No Egito, por exemplo, os manifestantes da praça Tahrir trocaram uma ditadura por outra. Na Síria, deflagraram uma guerra civil.

Já no Brasil os protestos de 2013, convocados contra o aumento da tarifa do ônibus, foram seguidos pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff e depois pela eleição de Jair Bolsonaro, segundo essa narrativa.

O livro saiu primeiro nos Estados Unidos, em 2023, e chega agora ao Brasil pela Boitempo na tradução de Carlos Eduardo Matos. Bevins conta que publicar o texto por aqui era um de seus objetivos quando o escreveu.

Bevins viveu em São Paulo como correspondente do Los Angeles Times e manteve um blog em inglês na **Folha**. Acompanhou de perto as manifestações de 2013 e seus desdobramentos, uma experiência que fez com que quisesse entender a dinâmica dos movimentos sociais brasileiros.

"Comecei a prestar atenção em protestos bastante parecidos no mundo", diz. Decidiu amarrar tudo em um ensaio de história global, de maneira que conseguisse encaixar o Brasil em um contexto mais amplo —unindo a avenida Paulista a outros locais associados a manifestações, como o parque Gezi, em Istambul, e a praça da Independência, em Kiev. Foram mais de 200 entrevistas em 12 países.

Bevins explica no livro que esses protestos foram em parte o resultado de uma dinâmica mundial de insatisfação com a política. Os laços entre cidadãos e seus governos tinham se fragilizado. As redes sociais aceleraram a comunicação e a organização desses movimentos. Uma pessoa podia acordar, ler uma mensagem no celular e se dirigir para o espaço público —algo antes impensável.

As tecnologias de informação também ajudaram a popularizar táticas de protesto, fazendo com que pessoas em lugares como Tunísia e Hong Kong adotassem as mesmas estratégias. É o que Bevins chama de repertório. "Por causa da reconfiguração tecnológica dos anos 2010, ficou muito fácil tomar o sucesso aparente de um país e aplicá-lo em outro, e havia um enorme otimismo em relação a essas manifestações."

O exemplo da Primavera Árabe mostra isso. Protestos derrubaram o ditador da Tunísia em 2011 e foram em seguida replicados no Egito, na Líbia e no Iêmen, onde autocratas também caíram. Táticas parecidas foram reproduzidas na Turquia, na Ucrânia e no Brasil.

Em poucos anos, porém, ficou claro que aqueles movimentos estavam tendo consequências inesperadas —e indesejadas. As ditaduras retornaram. Guerras civis foram travadas. A direita populista ganhou terreno no mundo. A Ucrânia foi invadida pela Rússia.

"Não há uma correlação entre a razão pela qual as pessoas foram às ruas e o que aconteceu em seguida", diz Bevins. Os protestos criaram um vácuo político que seus líderes não souberam preencher. "Na maioria dos casos, outros atores políticos tiraram vantagem das oportunidades criadas pelas manifestações."

Para piorar, os atores que se aproveitaram do vazio foram, muitas vezes, os rivais dos movimentos sociais. Isso aconteceu, em parte, porque os líderes dos protestos não tinham demandas claras nem uma mensagem unificada.

Apesar de ser o trabalho de um jornalista, baseado em entrevistas e reportagens, "A Década da Revolução Perdida" também dialoga com a produção acadêmica.

Bevins estudou as teorias das ciências políticas e sociais e cita bastante, por exemplo, as ideias do sociólogo americano Charles Tilly. "Queria que a história que eu estava contando estivesse inserida nos marcos estabelecidos pelos pesquisadores", diz.

O autor aparece também como personagem no livro, costurando as impressões que colheu na cobertura dos protestos, em especial no Brasil. Faz, nisso, uma crítica à imprensa. Segundo ele, jornalistas tiveram um papel central na construção de narrativas sobre as manifestações, informando a opinião pública e as reações dos governos, mas falharam ao aderir a explicações rápidas e superficiais, facilitando a imposição de interpretações que favoreciam os atores mais poderosos. "Os jornalistas receberam uma missão histórica e, em muitos casos, fracassaram", diz.

A Década da Revolução Perdida
AUTOR Vincent Bevins. **EDITORA** Boitempo. **QUANTO** R$ 93 **PÁGS.** 344
TRADUÇÃO Carlos Eduardo Matos



Erdogan remove do cargo prefeito de Istambul, seu rival, após prisão

Polícia lança spray de pimenta em manifestantes na maior cidade da Turquia contra detenção de Ekrem Imamoglu, opositor do presidente, preso enquanto aguarda julgamento por corrupção; processo é político, diz Umit Bektas/Reuters



Fachada da Prefeitura Municipal de Ingazeira, em Pernambuco Google Street View/Reprodução

Cidades pequenas turbinam salários de prefeitos, que ganham até R$ 25 mil

Alta remuneração pressiona municípios que sobrevivem de transferências externas; Constituição limita subsídio a vereadores, mas não estabelece regra para o Executivo

André Fleury Moraes

BAURU (SP) Titulares do Executivo de municípios com até 7.000 habitantes espalhados pelo interior do país turbinam os próprios vencimentos e chegam a ganhar R$ 25 mil mensais, valor que supera o salário de prefeitos à frente de cidades até 50 vezes maiores.

Levantamento feito pela **Folha** com municípios de pequeno porte de todas as regiões do Brasil revela que os salários, criticados por especialistas ouvidos pela reportagem, pressionam a receita de cidades cujo financiamento depende majoritariamente de transferências externas.

É o caso de Ingazeira (PE), cuja população estimada para 2024 é de 4.959 pessoas. O município tem renda média de 1,6 salário mínimo, segundo o último Censo, mas paga R$ 20 mil mensais ao atual prefeito Luciano Torres (PSB) e R$ 10 mil ao vice Djalma do Minadouro (PSB).

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, Ingazeira estima R$ 47,4 milhões de receitas correntes para este ano, R$ 43,9 milhões das quais oriundas de outros entes federativos —o estado de Pernambuco e a própria União—, as chamadas transferências correntes. O restante, R$ 3,4 milhões, advém de arrecadação própria.

A cifra seria quase que inteiramente consumida se utilizada apenas para bancar parte da estrutura administrativa do governo. São: prefeito, vice, 12 secretários titulares, 12 secretários adjuntos e nove vereadores a um custo anual de R$ 2,7 milhões.

O subsídio mensal a que cada parlamentar ingazeirense tem direito (R$ 6.954,92) é bastante inferior ao salário do prefeito porque a Constituição limita os vencimentos de vereadores segundo a população dos municípios.

No caso de cidades até 10 mil habitantes, estabeleceu um dispositivo da Emenda Constitucional 25/2000, "o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos deputados estaduais".

O mesmo não ocorre com os prefeitos, que só não podem receber mais do que ministros do Supremo Tribunal Federal (R$ 46.366,19), o que abre caminho para que dirigentes de pequenos municípios sejam mais bem remunerados do que aqueles à frente de cidades maiores, de médio ou grande porte. O salário dos prefeitos é fixado pelas Câmaras Municipais.

Com 4.716 habitantes, São José do Seridó (RN) paga R$ 25 mil mensais ao prefeito Jackson Dantas (MDB). Do outro lado do país, a remuneração de Valter Batista dos Santos (PL), de Porto Rico (PR), cuja população estimada para este ano soma 3.316 pessoas, é um pouco menor: R$ 24.500,00.

Como comparação, a cidade de Bauru, no interior de São Paulo, paga R$ 24.849,33 por mês à prefeita Suéllen Rosim (PSD). O município paulista tem 391.740 habitantes, mais de cem vezes a população da cidade paranaense.

Não é diferente em Westfalia (RS), cidade de 3.219 habitantes que paga R$ 20.031,09 ao prefeito Juliano Bloemker (PP). Nem em Nova Nazaré (MT), cujo titular Reginaldo Colle (PSB), que governa para 4.467 pessoas, recebe R$ 21.153,95.

São salários proporcionalmente menores se comparados aos R$ 21 mil que recebe a prefeita Priscilla Massoni (PSD), de Turmalina (SP), com 1.669 habitantes, e aos R$ 18.433,09 que Anhanguera (GO), onde moram 921 pessoas, paga a Marcelo Paiva (MDB).

Esse não é um cenário global entre municípios desse porte,



mas grande parte deles ainda enfrenta desafios básicos em serviços considerados essenciais, principalmente em saneamento.

Com 4.221 habitantes, Lafaiete Coutinho (BA) paga R$ 19 mil mensais ao prefeito Flávio Brandão (PP) num orçamento massivamente (94,43%) dependente de transferências externas. Todo esgoto produzido pela população é coletado —mas não há tratamento dos afluentes, segundo dados de 2022 do governo federal.

Situação semelhante ocorre em Rio Crespo (RO), que paga R$ 18.954,50 ao prefeito Eder da Silva (PL). A cidade, de 3.753 habitantes, não trata esgoto e tem o sétimo maior índice de mortalidade infantil de Rondônia, com 28,57 óbitos por mil nascidos.

A ausência de parâmetros, que permite a fixação de salários elevados a agentes políticos, não cria distorções restritas a municípios de pequeno porte. No interior da Bahia, a cidade de Jequié (168.733 habitantes) aprovou no ano passado um aumento de 57,93% ao prefeito Zenildo Brandão (PP), o "Zé Coca", e 71,87% ao vice Flavinho Santana (União) —que passaram a receber R$ 34.774,64 e R$ 31.297,17 respectivamente. A cifra é pouco menor do que o vencimento do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), de R$ 38.039,38

São casos que representam "uma anomalia, uma patologia da federação brasileira", diz o advogado Omar Augusto Leite Melo, professor de direito e economia na Instituição Toledo de Ensino (ITE) em Bauru.

Seria bem-vinda, afirma, uma espécie de "trava" aos subsídios de prefeitos como já ocorre a vereadores. Mas ele não vê condições para eventuais mudanças neste momento. "O problema é que o salário do prefeito é também o teto do município. Então, na medida em que você tem uma remuneração muito alta ao chefe do Executivo, há pressão para ampliar os salários dos servidores", explica o ex-ministro chefe da CGU (Controladoria Geral da União) e hoje sócio do Warde Advogados, em Brasília, Valdir Simão.

Não se trata de uma discussão, segundo o ex-CGU, em torno da autonomia dos municípios, mas de instrumentos balizadores das despesas. "Você tem parâmetros estabelecidos pela Constituição no caso dos salários de vereadores. Ao Executivo, não", diz.

Os gastos com pessoal são limitados a 60% da receita corrente líquida dos municípios. "Quando um Tribunal de Contas analisa esse gasto, só vê se [a despesa] está dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não entra nos valores. Isso só ocorreria com a mudança da legislação", explica.

Em nota, Dores do Rio Preto (MG) disse que o salário do prefeito é compatível com o porte do município e que o valor do vencimento decorre da necessidade de um alto teto remuneratório à cidade, que "possuía grandes dificuldades para realizar a contratação de médicos".

De segunda (17) a quarta (19), a **Folha** procurou por email e/ou por telefone todas as outras cidades citadas, mas nenhuma delas respondeu até a publicação desta reportagem.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br



Divulgação/EC Bahia

BRUNO BRITTO DE QUEIROZ (1990 - 2025)

'Rei dos furos', marcou o jornalismo da Bahia

Bruno Queiroz foi também assessor do Esporte Clube Bahia, sua paixão

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) "O que me cura todo dia é o Bahia". A declaração de amor ao Esporte Clube Bahia foi de Bruno Queiroz, então assessor do time. O jornalista tratava um câncer no intestino, descoberto em 2022, e decidiu não se afastar de suas funções. Trabalhar com o que amava lhe dava motivação para continuar lutando.

A frase, dita aos jogadores após uma partida, virou tatuagem em seu braço e também camisa oficial do Esquadrão. A pedido dele, parte da renda com as vendas foi revertida para as Obras Sociais Irmã Dulce.

Soteropolitano, Bruno Britto de Queiroz cresceu perto do mar e sempre frequentou a praia. Foi criado na região da Barra, onde morou com a mãe, Maria Clara. Como todo filho de professora, era cobrado para ser estudioso, ter boa escrita e oratória. Talvez esse tenha sido o começo de sua formação como jornalista.

Do pai músico, Sérgio, herdou a veia artística. Aprendeu a tocar violão e até a compor, demonstrando talento com as palavras.

Na juventude, jogava bola. Chegou a tentar seguir carreira no esporte e brincava que seu apelido era Brumessinho, junção de seu nome com Messi e Ronaldinho.

Era um craque também dos trocadilhos. Nas páginas do Correio da Bahia, onde ingressou como setorista do seu time de coração em 2015, criou manchetes icônicas e textos brincando com as palavras. Na redação, encontrou outro amor, a também jornalista Giulia Marquezini, com quem engatou um relacionamento.

Ficou conhecido como o "Rei dos Furos", pois era sempre o primeiro a revelar contratações e novidades do Tricolor baiano. Foi justamente sua atenção extrema que fez o clube o convocar para sua equipe de comunicação, em 2019.

"A principal característica dele era o faro para a notícia. Sempre foi um cara muito espontâneo, muito simpático e leal, e as fontes confiavam muito nele", diz o amigo Elton Serra, 43, também jornalista.

Bruno também foi setorista do Bahia na Rádio CBN e atuou em outros veículos, como a Rádio Transamérica e TVE Bahia. Era unanimidade entre os corredores e salas de imprensa. Um de seus hobbies era jogar futebol online, disputava campeonatos e chegou a ser campeão do Nordeste. Ultimamente, também se divertia em partidas de poker com amigos.

Bruno fez tratamento contra o câncer por mais de dois anos. Ele morreu no dia 17 de janeiro, aos 34 anos. Recebeu homenagens do Bahia e até do maior rival de campo, o Vitória, além de outros clubes.

Deixa a mulher, Giulia, o pai, Sérgio, e a mãe, Maria Clara.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE

Serviço Funerário Municipal de São Paulo
Central 156
Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario

Anúncio pago na Folha
Tel. (11) 3224-4000.
Seg. a sex.: 10h às 20h.
Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito
folha.com/mortes.
Até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos).

Brasil e vizinhos tentam evitar que futura rota continental vire atalho para o crime

Rota Bioceânica é prevista para 2026; acordo inédito da PRF com países envolvidos busca troca de informações para combate a tráfico

Raquel Lopes

BRASÍLIA O Brasil e países vizinhos da América Latina buscam se adiantar para evitar que uma futura rota continental, prevista para ficar pronta em 2026, seja transformada em um atalho para atividades criminosas, como o tráfico de drogas e de armas.

A chamada Rota Bioceânica faz parte de um projeto de integração sul-americana que conectará Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. O objetivo é fortalecer o fluxo comercial e agilizar o escoamento de produtos pelo Oceano Pacífico —trata-se de uma das principais apostas do governo Lula (PT) para expandir a integração com a Ásia.

Com a preocupação de que o empreendimento facilite uma rota para a criminalidade, a PRF (Polícia Rodoviária Federal) tem construído um acordo inédito com as nações envolvidas. Entre as medidas previstas, estão a criação de um sistema de troca agilizada de informações, de dados de inteligência, além de planos para a abertura de postos de controle e fortalecimento da fiscalização.

Há um memorando de entendimento com os países que integram a rota e nações próximas, como o Uruguai. O Paraguai já assinou a documentação. Nos próximos dias será a vez de Chile e Uruguai. A PRF ainda aguarda a resposta da Argentina para avançar à fase de assinatura do acordo.

"Qualquer via desse porte que se abre torna-se um novo portal, sendo usada pelo crime organizado, pelas empresas e pelos turistas. Por isso, precisamos fortalecer a troca de informações, especialmente entre nossas equipes de inteligência e as das demais polícias, para ampliar o monitoramento", afirmou à **Folha** o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Fernando Souza Oliveira.

Esse memorando, destaca Oliveira, vai simplificar o processo de troca de informações entre os países, hoje ainda deficiente. Após essa fase, a PRF dará início a um intercâmbio de agentes entre as nações impactadas pela rota.

No Brasil, a futura rota percorrerá rodovias de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A PRF já avalia a abertura de novos postos nestes locais.

O planejamento da Rota Bioceânica ou Corredor Bioceânico de Capricórnio, como também é chamada, está sob a coordenação do Ministério do Planejamento e Orçamento. Conta também com a participação de outros 11 ministérios, além da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da Receita Federal.

A Bioceânica faz parte do PAC da Integração, que conta com cinco novas rotas internacionais. Segundo previsão do governo, a integração poderá encurtar em 7.000 quilômetros a distância que os produtos brasileiros levam até o mercado asiático. Com o plano, a economia no tempo do transporte até a Ásia pode ser de 20 dias.

Atualmente, para chegar aos países da Ásia ou Oceania, os navios saem do Porto de Santos, contornam o continente africano ou fazem desvio pelo Canal do Panamá, elevando custos de frete e sujeitos a atrasos devido às condições climáticas.

Segundo João Victor Villaverde, secretário de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento, a previsão é que a obra seja concluída até o final de 2026. A Rota Bioceânica projeta conectar o oceano Atlântico, no porto de Santos, ao oceano Pacífico, por meio dos portos chilenos de Antofagasta e Iquique.

No Brasil, ainda é necessária a construção de uma ponte em Mato Grosso do Sul, que ligará o país ao Paraguai, além de um trecho de 13 quilômetros na BR-267 para acesso à estrutura. Já no Paraguai, falta a conclusão de 300 quilômetros de rodovia.

O secretário destacou que o objetivo não é criar novas estradas no Brasil, mas promover a integração e melhoria das vias existentes, por meio da duplicação ou triplicação de trechos.

"Isso será transformador [integração das vias e a criação da rota], não apenas para o turismo, a cultura e a gastronomia, mas também para o comércio exterior e os desafios que virão pela frente", afirmou Villaverde.

A Anvisa também está se preparando para a nova rota e enviou ao Ministério do Planejamento informações sobre os requisitos para o comércio exterior de bens e produtos sujeitos à fiscalização e controle sanitário.

Em nota, a agência reguladora afirmou que, para os pontos de passagem de fronteira estrategicamente definidos e impactados por essas rotas, serão desenvolvidos planos de contingência locais. O objetivo é a adoção de medidas sanitárias adequadas para o fluxo de cargas e pessoas.

A Anvisa não prevê, até o momento, a abertura de novos postos, levando em consideração a redução contínua do número de servidores. A Receita Federal também foi procurada, mas afirmou que não comentaria o tema.

Rota de integração Bioceânica



Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

20 dias
é o tempo de economia que o Brasil deve ter para levar os produtos até o mercado asiático após a conclusão da Rota Bioceânica ou Corredor Bioceânico de Capricórnio

7.000 km
é a distância que o país deve ganhar com a nova rota, interligando o porto de Santos aos portos chilenos de Antofagasta e Iquique

Eufrázio



Criança diagnosticada com transtorno do espectro autista brinca em escola de SP Karime Xavier - 12.jan.24/Folhapress

Escolas querem abolir pagamento a professor por adaptações de provas

Representantes de colégios particulares de São Paulo dizem que atividade para alunos com deficiência encareceu operação

Isabela Palhares

SÃO PAULO O sindicato dos donos de escolas particulares de São Paulo quer deixar de pagar aos professores pela elaboração de provas e outras atividades escolares adaptadas para alunos com deficiência ou transtornos.

Os docentes conseguiram o direito ao pagamento na convenção coletiva da categoria no ano passado, assim eles teriam que receber o equivalente a uma hora-aula para produzir os materiais adaptados para as necessidades específicas de cada aluno. Agora, um ano depois, os donos de escolas querem o fim da remuneração dessas atividades com o argumento de que houve alto impacto financeiro.

A proposta para retirar essa cláusula foi apresentada pelo Sieeesp (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo), que representa mais de 11 mil escolas particulares, responsáveis por mais de 2,4 milhões de alunos —cerca de 25% do total de matrículas de toda a educação básica do estado.

A remuneração para a elaboração das provas e atividades se tornou uma reivindicação dos professores nos últimos anos diante do aumento de alunos com diagnósticos. Os profissionais relatam ser comum ter três ou quatro alunos por turma com diagnósticos diferentes. Para cada um deles, precisam elaborar atividades específicas, que exigem do professor estudo e tempo para que estejam adequadas às necessidades do estudante.

Por isso, o Sinpro (Sindicato dos Professores de São Paulo) passou a exigir que essas adaptações gerassem o pagamento extra de uma hora-aula. A medida foi aceita pelo sindicato patronal na negociação da convenção coletiva do ano passado.

"A escola particular recebe o aluno com deficiência prometendo aos pais que vai fazer de tudo para a inclusão e aprendizado, mas joga a responsabilidade no professor. O profissional não recebe apoio, formação adequada, tem o trabalho redobrado e, ainda assim, as escolas não querem o remunerar por isso", diz Celso Napolitano, presidente do Sinpro.

Para ele, a mudança de postura dos donos de escola um ano depois demonstra como os gestores nem sequer dimensionavam o volume de trabalho exigido dos professores para essas adaptações.

"As escolas estão reclamando de pagar porque só agora entenderam o tamanho do trabalho e responsabilidade que os professores têm com essa atividade. Agora, querem voltar atrás e retroceder", diz Napolitano. Ele conta que, no último ano, o sindicato convocou representantes de uma dezena de escolas da capital paulista para exigir o pagamento, já que muitas estavam descumprindo a cláusula.

> **As escolas estão reclamando de pagar porque só agora entenderam o tamanho do trabalho e da responsabilidade que os professores têm**
>
> **Celso Napolitano**
> presidente do Sinpro

A Folha apurou que diversas escolas, inclusive algumas que cobram mensalidades altas, passaram a pressionar o sindicato patronal para a revogação da cláusula. A Anec (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil) enviou ao Sieeesp uma carta em que questiona o pagamento.

A associação reconhece que há casos em que os professores precisam elaborar uma prova ou atividade completamente distinta para alunos com deficiência, mas considera que nem sempre essa adaptação exige tanto tempo ou esforço do profissional. "Existem situações em que são suficientes a alteração da diagramação, formatação, aumento de letras, a exclusão de perguntas, dentre outras mudanças, não havendo a necessidade de elaboração de uma atividade avaliativa extra, que seja totalmente diferente das demais avaliações", diz a carta.

O mesmo questionamento é feito por José Antônio Antiório, presidente do Sieeesp. Segundo ele, a cláusula aumentou o custo operacional das escolas e sobrecarregou sobretudo as unidades de pequeno e médio porte.

"Infelizmente, não temos no país uma formação adequada para os professores lidarem com as inúmeras necessidades específicas de cada aluno. Ou seja, a solução não passa pelo professor, mas por outros profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos. O professor não sabe o que precisa ser feito", disse.

Elis não morreu

Sua história não acabou, sua obra tem sempre algo a se revelar e se desvendar

Becky S. Korich
Advogada, escritora e dramaturga, é autora de 'Caos e Amor'

Nenhuma palavra saía indiferente da boca de Elis Regina. Nada fica neutro, nada fica morno, nada é pouco do que vem da maior intérprete de todos os tempos. Nada escapava a Elis, nenhuma nota, nenhuma pausa, nenhum verso. E a vida também não tinha como escapar. Elis nasceu em março, no mês em que as águas fecham o verão, há oitenta anos, completados na última segunda-feira, 17. E nunca saiu de cena.

Elis "preparou a própria eternidade", como definiu o crítico musical Jotabê Medeiros. "Elis não quis ser Janis Joplin, não quis ser Ella Fitzgerald, não quis ser Billie Holiday. Ela quis mais, e conseguiu". Deixou o seu próprio legado. E conseguiu mais: redefiniu a história da MPB.

"A biografia de Elis não tem fim", Julio Maria escreveu na introdução da nova edição de "Nada Será Como Antes". Sua história não acabou, sua obra tem sempre algo a se revelar e se desvendar —nem que seja algo sobre nós mesmos. Por isso, Elis continua aqui, nos virando pelo avesso, com sua voz e personalidade, "se jogando em penhascos" —como descreve Maria— e nos levando junto para os nossos penhascos particulares que não temos coragem de enfrentar.

Elis saboreava cada letra, rasgava as palavras com os dentes, como quem arranca um pedaço da vida e o transforma em música —ou como quem arranca um pedaço de música e transforma em vida. Sedenta, extraía o sumo das palavras e das melodias, bebia cada sílaba até a última gota. Assim era sua música. Assim era sua vida. Vivia como cantava: com fúria e fome de vida.

> **Quando era questionada por algum jornalista sobre alguma contradição, ela sorria e respondia: "Mudei, dá licença?". Era essa licença que lhe credenciava como uma mulher aberta e revolucionária**

Elis: plural. Elis era várias. Uma orquestra em si mesma, onde sua voz eram os instrumentos. Dentro de seu 1,53 m cabiam muitas: a incendiária, a melancólica, a debochada, a mãe, a insegura, a ousada, a apaixonada. Só não sobrava espaço para composições menores. Ela não só sabia maravilhosamente como cantar, mas também o que cantar. Escolhia seu repertório com rigor. Sem se prender ao estilo, era exigente quanto à estética musical e à qualidade poética. Depois disso, brincava com a música e fazia o que queria dela. Gravou o que quis, como quis —e como queríamos.

Elis não tinha medo de se transformar. Quando era questionada por algum jornalista sobre alguma contradição, ela sorria e respondia: "Mudei, dá licença?". Era essa licença que lhe credenciava como uma mulher aberta e revolucionária, livre para fazer suas escolhas musicais e pessoais.

Tinha gestos exuberantes, um cabelo diferente, usava vestidos sem mangas —para dar asas aos seus braços. Rodopiava e agitava os braços até alçar voo no palco. Quando a vemos cantar de olhos fechados, somos convidados a olhar para dentro de nós mesmos. Quando a ouvimos sussurrar suas canções, escutamos vozes que gritam dentro de nós. E sempre nos faz cantar juntos que viver é melhor que sonhar.

Elis é uma paixão antiga, incondicional. Depois dela, não apareceu mais ninguém. Fez parte da minha infância, saindo da vitrola da casa dos meus pais, quando eu ainda ouvia "Nana Neném". Nunca mais me largou, nunca saiu de mim. Me tornei sua cúmplice, sua refém. Às vezes dói de tão fundo, de tão lindo. Porque Elis não é apenas ouvida, não é apenas vista —ela é sentida. Essa é a Elis que jamais partirá. A música faz milagres.

Para cada vez que a gente se perguntar como alguém conseguia cantar daquele jeito, a resposta sempre será a mesma: porque é ela, porque é Elis.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sergio Rodrigues SEX. Tati Bernardi
SAB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

Nunes libera novos prédios na região da Faria Lima

Arrecadação de até R$ 3 bi prevê urbanização de Paraisópolis

Clayton Castelani

SÃO PAULO Principal projeto de urbanização com dinheiro privado da capital paulista, a Operação Urbana Faria Lima teve a sua revisão regulamentada por um decreto publicado nesta sexta-feira (21) pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Com a regulamentação, o setor imobiliário poderá comprar títulos que dão direito à ampliação, construção ou reconstrução de edifícios na região da avenida que nas últimas décadas se transformou em símbolo do mercado financeiro do país.

Dos cerca de R$ 3 bilhões previstos para serem arrecadados, aproximadamente R$ 2 bilhões serão prioritariamente aplicados na urbanização de Paraisópolis, na zona sul da cidade.

Outras obras de infraestrutura estão previstas no próprio entorno da avenida Brigadeiro Faria Lima. Projetos desse tipo têm como regra a aplicação dos recursos arrecadados em melhorias viárias e de serviços públicos para compensar consequências da expansão imobiliária.

Entre as intervenções pretendidas está uma obra para desafogar o tráfego de veículos na região prevista há quase 40 anos. É o boulevard Juscelino Kubitschek, uma passagem subterrânea para ligar dois túneis que ficam sob o rio Pinheiros —presidente Jânio Quadros e Sebastião Camargo— ao complexo Viário Ayrton Senna, que passa sob o parque Ibirapuera.

A ideia de fazer um túnel abaixo da avenida Juscelino Kubitschek é da segunda metade dos anos 1980, na gestão de Jânio Quadros (1917-1992). A obra chegou a ter início, mas foi interrompida e aterrada por Luiza Erundina (na época no PT, hoje no PSOL), que assumiu o cargo em 1989.

Considerando o histórico de operações urbanas financeiramente deficitárias na capital, um integrante da gestão Nunes disse à Folha que o recurso arrecadado dificilmente será suficiente para realizar a obra e a administração terá de captar investimentos de outras fontes.

A regulamentação da operação Faria Lima também não encerra a principal polêmica sobre a revisão do projeto realizada pela Câmara em 2024. A regularização do edifício de alto padrão construído sem alvará da prefeitura continua suspensa provisoriamente pela Justiça, que atendeu a um pedido do Ministério Público estadual.

PINHEIROS
JARDINS
av. Brigadeiro Faria Lima
MORUMBI
marginal Pinheiros
VILA OLÍMPIA
Paraisópolis
VILA ANDRADE
1 km

Dados cartográficos ©2025 Google

Expansão de área permite levar obras para Paraisópolis

Recursos de uma operação urbana arrecadados com leilões de Cepacs (certificados que dão direito a construir) podem ir para outras áreas quando há expansão do perímetro do projeto original. Esse mecanismo foi utilizado para a autorização dos investimentos no complexo Paraisópolis.

Enquanto a decisão liminar estiver valendo, o prédio não pode ser regularizado com base na nova lei, informou a Secretaria de Urbanismo da gestão Nunes. Em 2023, a prefeitura pediu judicialmente a demolição da construção, o que foi negado pela Justiça.

Quanto às demais intervenções, a prefeitura informou manter alinhamento com diversas secretarias para definir as melhores estratégias, mas destacou que o foco é o complexo Paraisópolis, destacando também regularizações fundiárias nas favelas Porto Seguro e Jardim Colombo.

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CNPJ 57.538.698/0001-21
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS
PROCESSO Nº 0002486-51.2024.8.26.0009
A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Priscilla Micori Mabaro, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a ALEXSANDRO ALVES RODRIGUES, RG 29359321-6, CPF 256.526.208-62, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Fundação Santo André. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL**, para, no prazo de quinze dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetuar o pagamento da quantia devida (R$ 12.624,88 - atualizado até abril/2024), acrescido de custas, se houver. Caso não efetue o pagamento, incidirá multa de 10% sobre o total da dívida, conforme dispõe o artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil e mais honorários advocatícios de 10%. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo supra, sem o pagamento voluntário do débito, nos termos do artigo 525, do Código de Processo Civil, iniciar-se-á de imediato, o prazo de 15 dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de setembro de 2024.

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CNPJ 57.538.698/0001-21
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.
PROCESSO Nº 1006091-39.2021.8.26.0007
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessander Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a(o) VIVIANE PEREIRA HORA, CPF 382.680.558-55, com endereço à Rua João Vicente da Fonseca, 103, 258/259, Parque São Rafael, CEP 08320-310, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação Santo André. O autor apresentou documento(s) em que o(a) réu(u) assumiu obrigação de pagar quantia certa que, no entanto, não foi satisfeita. Assim, foi deferida a expedição de mandado para pagamento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para, no prazo de 15dias, pagar o valor reclamado e efetuar o pagamento de honorários advocatícios correspondentes a5% do valor da causa, ou apresente embargos ao mandado monitório, nos termos do artigo 701 do CPC. Fica consignado que o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de agosto de 2024.

SIDICOESP

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente do **SINDICATO DOS DISTRIBUIDORES DE COMBUSTÍVEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIDICOESP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA a categoria econômica das empresas Distribuidoras de Combustíveis, situadas no Estado de São Paulo, quites com suas obrigações legais e estatutárias, para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada de forma híbrida, no endereço Av Ibirapuera 2927 Moema - São Paulo/SP e através do aplicativo Zoom, em conformidade com a legislação vigente, com link disponibilizado pelo Sindicato, dia **31/03/2025**, às 09:00 em 1a convocação e às 10:00 em 2a convocação, apenas para deliberação referente à negociação coletiva período 2025, tudo conforme estatuto social da entidade e legislação pertinente, com intuito de apreciar/deliberar a seguinte ordem do dia: 1) Discussão das REIVINDICAÇÕES propostas pela representação obreira, período 2025; 2) Escolha da COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO PATRONAL composta por representantes de empresas integrantes da base, que acompanharão a negociação coletiva em conjunto com o SIDICOESP; 3) Outorga de poderes ao SIDICOESP e sua respectiva Assessoria Jurídica, para celebração ou não de Convenção/Acordo Coletivo (CCT/ACT), instaurar Dissídio Coletivo e/ou apresentar contra proposta à pauta apresentada pela representação obreira e estipular valor referente à Contribuição Negocial ou qualquer outra que vier a substituí-la relativa à categoria econômica; 4) Deliberação e aprovação com permanente continuidade da AGE até aprovação final da CCT/ACT nas fases administrativa e judicial; e 5) Assuntos correlatos de interesse da categoria. O não comparecimento na referida assembleia implica na aceitação tácita de todas as deliberações que forem aprovadas. Campinas/SP, 24 de março de 2025.
Cláudio José Pereira- Presidente.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº: 039/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAPA DE COLCHÃO"
Processo Administrativo: 18.727/2024-D
Data e Hora do Pregão: 07/04/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço unitário
Modo de Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
Tipo de Licitação: "Licitação com reserva de Cota para ME/EPP" / "Licitação Diferenciada – Modo Exclusivo para participação de ME/EPP"
UASG da atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 21 de março de 2025.
PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS - Secretária Municipal de Educação

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
AVISOS DE CHAMAMENTO PÚBLICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 003/2025
Processo nº 0002240-19.2025.4.03.8001
A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM SÃO PAULO avisa aos interessados que pretende adquirir imóvel localizado no município de Guarulhos/SP, objetivando abrigar a sede da 19ª Subseção Judiciária, conforme condições dispostas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 003/2025 e nos Anexos que o integram. O instrumento convocatório está disponível nos sites www.gov.br/pncp, www.jfsp.jus.br e www.trf3.jus.br (Serviços Administrativos/Licitações – Órgão: Justiça Federal de São Paulo). Eventual solicitação de esclarecimentos deverá ser enviada por e-mail, para o endereço admsp-supi@trf3.jus.br.
As Propostas deverão ser remetidas à Sede Administrativa da Justiça Federal, aos cuidados da Seção de Processamento e Acompanhamento de Contratos Imobiliários (SUPI), devendo ser entregues pelo e-mail admsp-supi@trf3.jus.br, ATÉ ÀS 24h00 (horário de Brasília) DO DIA 24/04/2025.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 004/2025
Processo nº 0003163-45.2025.4.03.8001
A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM SÃO PAULO avisa aos interessados que pretende adquirir imóvel localizado no município de Ourinhos/SP, objetivando abrigar a sede da 25ª Subseção Judiciária, conforme condições dispostas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 004/2025 e nos Anexos que o integram. O instrumento convocatório está disponível nos sites www.gov.br/pncp, www.jfsp.jus.br e www.trf3.jus.br (Serviços Administrativos/Licitações – Órgão: Justiça Federal de São Paulo). Eventual solicitação de esclarecimentos deverá ser enviada por e-mail, para o endereço admsp-supi@trf3.jus.br.
As Propostas deverão ser remetidas à Sede Administrativa da Justiça Federal, aos cuidados da Seção de Processamento e Acompanhamento de Contratos Imobiliários (SUPI), devendo ser entregues pelo e-mail admsp-supi@trf3.jus.br, ATÉ ÀS 24h00 (horário de Brasília) DO DIA 24/04/2025.
São Paulo, 21 de março de 2025.
Rodrigo Corral Cabarcos Filho - Diretor da Secretaria Administrativa

FRANCO LEILÕES
LEILÃO DE IMÓVEL
ONLINE
inter
1º LEILÃO: 15/04/2025 - 10:30h - 2º LEILÃO: 16/04/2025 - 10:30h
EDITAL DE LEILÃO
Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa**, CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei: nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Um prédio e seu respectivo terreno, situados à rua Drausio, nº 253, antigo nº 263, sendo o terreno formado por parte do lote nº 25, da Quadra G, da Vila Paulicéia, São Bernardo do Campo/SP, com a área de 130m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 122317.2.0041025-48 trasladada da Matrícula nº 41.025, do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Bernardo do Campo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: dia 15/04/2025, às 10:30 horas, e 2º Leilão dia 16/04/2025 às 10:30 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: DANIELA GOES FIGUEIREDO ALMEIDA, brasileira, administradora, casada sob o regime de separação total de bens, nascida em 11/08/1975, C.I: 23.823.405-8 SSP/SP, CPF: 179.206.238-81, residente e domiciliada na Rua Góis Monteiro, 122, Bairro Jordanópolis, São Bernardo do Campo/SP, CEP 09894-290. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: Banco Inter S/A, CNPJ 00.416.968/0001-01. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES 1º Leilão: R$ 596.570,77 (quinhentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta reais e setenta e sete centavos) 2º leilão: R$ 412.666,97 (quatrocentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos)**, calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO**: Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE**: O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito da preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal de interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES**: O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF /CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, pendendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)33604030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **19/03/2025.**
www.francoleiloes.com.br (31) 3360-4030



Detalhe da obra de restauro do antigo presídio da ilha Anchieta, em Ubatuba, no litoral norte paulista; obra é conduzida pela Fundação Florestal Eduardo Knapp/Folhapress

Governo de SP investe R$ 5 milhões na restauração da 'Alcatraz brasileira'

Folha visitou as obras do antigo presídio da Ilha Anchieta, em Ubatuba, palco de uma das rebeliões mais sangrentas do país

Diego Alejandro

UBATUBA Em 21 de junho de 1952, cerca de 400 presos amotinados tomaram as instalações da Ilha Anchieta, na costa de Ubatuba, que servia como prisão de segurança máxima de São Paulo. A revolta deixou mortos 108 detentos e dez funcionários, tornando-se a revolta carcerária mais sangrenta do Brasil —superada apenas pelo Carandiru, em 1992. O episódio ficou conhecido como a "Fuga da Alcatraz Brasileira" e foi determinante para o fechamento do presídio em 1955, depois de três anos de julgamentos.

Agora, o Governo do Estado investe R$ 5 milhões na ilha do litoral norte para restaurar e, principalmente, estancar a deterioração das ruínas do presídio, que permaneceu abandonado desde seu fechamento. A ideia é reforçar o turismo no local, que virou um Parque Estadual em 1977 e atrai 60 mil visitantes por ano. A Folha visitou as obras com exclusividade.

O trabalho, começado em abril do ano passado, é focado nos oito pavilhões da prisão e seus anexos, como a solitária. As edificações são bem mais humildes que a Alcatraz original, mas estavam em pior estado de conservação.

As paredes, por exemplo, estavam esfarelando, necessitando resina nos tijolos expostos. Todos os telhados foram arrancados por estarem muito deteriorados. O mesmo fim se deu à maioria das barras de ferro nas janelas e portas, que antes continham os presos.

É uma luta contra o tempo, explica Álvaro Netto, engenheiro-residente da Kruchin Arquitetura, que toca a obra. "Há todo um estudo prévio do que irá se manter ou não, visando sempre a conservação. Mesmo assim, durante as obras, encontramos materiais que precisam ser descartados."

Grande parte dos pisos foi substituído. Aqueles em boa condição receberam reforço na base para que parassem de afundar. Um pavilhão teve o concreto trocado por grama, e, no futuro, será um jardim. Na antiga cozinha, houve o cuidado de replicar os antigos ladrilhos, encomendados em uma fábrica da capital.

Tudo é dificultado por estarmos numa ilha, diz Netto. "Como concretar um piso no céu aberto de 'Ubachuva'? Também é a primeira vez que uso a lua para calcular a fase da maré, que permite ou não o descarregamento de funcionários e materiais."

Isso, segundo o engenheiro, explica o atraso na obra, prevista inicialmente para terminar em fevereiro. O novo prazo de conclusão é junho deste ano.

O restauro faz parte da transformação da Ilha Anchieta. Hostel, restaurante, lojinha, trilhas e passeios são novidades trazidas e controladas pela permissão assinada em 2023 com empresa Green Haven, válida por dez anos.

Onde ficam as ruínas da Ilha Anchieta





Hostel Oceano Atlântico
- Antiga escola primária
- 2 dormitórios coletivos têm capacidade máxima para hospedagem de 34 pessoas; diárias de R$ 110

Hostel Mata Atlântica
- Antigo hospital
- 7 dormitórios e capacidade máxima para hospedagem de 28 pessoas; diárias de R$ 250 até 660

Restaurante Tapira
- Feita num anexo da prisão

Centro de visitantes
- Exposição da história da ilha

Lojinha
- Venda de souveniers e outros produtos
- No local também são feitas reservas para passeios, como caiaque e snorkeling

Casa de Vidro
- Antiga cabana do tenente da ilha
- Cabe até 8 pessoas; diárias de R$ 1.600

Dados cartográficos ©2025 Google

"Quando cheguei, há 15 anos, não havia água tratada nem energia sustentável", diz Priscila Saviolo, chefe do parque. "Eu tinha que me preocupar se haveria papel nos banheiros. Agora é problema da permissionária", brinca.

Eles ocuparam edificações auxiliares à prisão, como o hospital, já que toda extensão da ilha é tombada desde 1985. A escola, o hospital e a antiga casa do tenente foram transformados em hospedagem. Ao todo, são 70 leitos. Já a casa (chamada de Casa de Vidro) é alugada como um todo.

Para chegar à ilha é necessário embarcar em escuna, lancha ou moto aquática saindo de piers e praias de Ubatuba.

Após desembarcar na ilha, é cobrada uma taxa ambiental: R$ 19 para brasileiros, R$ 28 para estrangeiros do Mercosul e R$ 37 para demais estrangeiros. Residentes de Ubatuba são isentos.

Quem vê os montes esverdeados da ilha não imagina que na época da prisão era quase tudo descampado. "Uma das nossas obrigações como parque é tentar cultivar e restaurar o ecossistema original da ilha", afirma Priscila.

Animais invasores, como capivaras, estão sob controle fértil para serem erradicados.

Quanto à vegetação, atualmente, são 128 hectares em tratamento —quase sete Maracanãs. Um dos maiores desafios é conter espécies exóticas, como o bambu trazido pelos 170 japoneses que ficaram detidos na ilha durante a Segunda Guerra Mundial.

A história traz muitos turistas do Japão e até campeonato de kendo, arte marcial japonesa com espadas samurais, já foi sediado no local.

Os búlgaros e gagaúzes originários da Bessarábia também possuem conexão com a ilha, mas de forma mais trágica. Com a promessa de terras e riquezas, quase 2.000 se mudaram para lá em 1926, sem amparo. Cerca de 150 morreram envenenados após comerem mandioca brava. A maioria era criança.

O cemitério onde eles estão enterrados é a estrutura mais antiga da ilha, construída ainda sob administração colonial.

ambiente

Europeus se negam a pegar aviões para evitar emissões de carbono

Prática tem gerado problemas no trabalho; pesquisador italiano foi demitido em 2023 após levar 72 dias para fazer o trajeto entre a Papua-Nova Guiné e a Alemanha

Giuliana Miranda

MADRI Depois de refletir sobre os impactos da aviação nas emissões de gases de efeito estufa, o pesquisador italiano Gianluca Grimalda, 53, decidiu que iria parar de viajar de avião. A mudança acabou custando o seu emprego em 2023, quando ele levou 72 dias para sair de uma ilha remota em Papua-Nova Guiné, na Oceania, e chegar à Alemanha, na Europa, sem recorrer ao transporte aéreo. O episódio foi amplamente noticiado como o primeiro caso conhecido em que a rejeição ao avião por motivos ambientais foi considerada um motivo para um desligamento.

Recentemente, depois de mais de um ano de batalha legal com a instituição de pesquisa, o cientista chegou a um acordo com os antigos chefes, recebendo uma compensação pela demissão.

O desfecho nos tribunais voltou a colocar a preocupação de muitos europeus com o impacto ambiental de suas próprias viagens sob os holofotes.

Em 2019, a ativista sueca Greta Thunberg ajudou a popularizar o movimento entre a juventude após ter cruzado o Atlântico de barco duas vezes para evitar pegar um avião. Foi na Suécia também que nasceu um dos mais conhecidos movimentos antivoos, batizado com a palavra sueca "flygskam", que significa "vergonha de voar".

Uma pesquisa do Banco de Investimento Europeu indicou que, em 2020, 36% dos europeus já voavam menos nas férias por conta das questões climáticas, embora haja discrepâncias significativas entre os países.

"Eu decidi minimizar o uso de aviões há cerca de 15 anos. A inspiração veio de um grupo de cientistas que viajou da Europa para o Japão de trem e de barco em 1997, para a COP3 [3ª conferência do clima da ONU], quando o Protocolo de Kyoto foi assinado. Antes, eu não fazia ideia de que os aviões emitiam tanto. Então comecei a pensar: bem, por que eu não faço o mesmo?", disse Grimalda à *Folha*.

Embora o desejo tenha nascido na década de 1990, ele relata que só fez a primeira grande viagem sem usar avião em 2010. "Eu comecei progressivamente evitando voos dentro da Europa, até chegar a fazer uma viagem de Papua-Nova Guiné totalmente sem avião, algo que eu antes nem sabia que era possível."

E, ainda que o trajeto seja efetivamente possível, isso não significa que seja fácil, uma vez que as rotas oficiais incluem pelo menos um trecho de avião. Isso obrigou o pesquisador a pegar "caronas" em navios de carga, com esperas que chegaram a 15 dias.

Diante do atraso para retornar à Europa, o instituto para o qual trabalhava deu um ultimato: ele tinha cinco dias para pegar um avião e retornar à Alemanha. Grimalda conta que decidiu seguir sua objeção de consciência quanto aos voos e prosseguiu com a viagem lenta —que envolveu 18 ônibus, 18 trens, 7 barcas, 1 navio mercante, 8 vans, 2 comboios policiais e 2 caronas de caminhão— o que acabou resultando na demissão.



Gianluca Grimalda em Casgar (CHN) na viagem entre Papua-Nova Guiné e Alemanha Arquivo pessoal

> **"Eu comecei progressivamente evitando voos dentro da Europa, até chegar a fazer uma viagem de Papua-Nova Guiné totalmente sem avião, algo que eu antes nem sabia que era possível**
>
> **Gianluca Grimalda**
> pesquisador italiano

> **"O desafio é fazer com que não seja apenas uma decisão individual, com uma 'pessoa excêntrica' que vai diminuir as viagens e, assim, as emissões de gases de efeito estufa**
>
> **Felipe Barcellos**
> Pesquisador do Iema (Instituto de Energia e Meio Ambiente)

O cientista, que está agora novamente a caminho de Papua-Nova Guiné, já aceitou uma nova proposta de trabalho, na qual o empregador afirma que seus deslocamentos prolongados não serão um problema. Grimalda revela ainda que, desde que seu caso ganhou projeção, já foi contatado por cerca de 20 pesquisadores que também estão interessados em abandonar ou reduzir significativamente o uso de aviões.

Vivendo em Portugal há quase três anos, a estudante francesa Marine Martin, 24, já não voa para visitar a família, que vive nos arredores de Paris. Como não há ligações ferroviárias entre Lisboa e outras capitais europeias, ela recorre às viagens de ônibus.

"São pelo menos 24 horas viajando. Não vou dizer que é agradável, mas sinto que estou fazendo a minha parte", diz ela.

Pesquisador do Iema (Instituto de Energia e Meio Ambiente), Felipe Barcellos diz que a redução de viagens de avião como forma de diminuir emissões faz sentido em um contexto geral, mas que não deve se basear apenas em atitudes de algumas pessoas.

"O desafio é fazer com que não seja apenas uma decisão individual, com uma 'pessoa excêntrica' que vai diminuir as viagens e, assim, as emissões de gases de efeito estufa", afirma o pesquisador, que defende a adoção de políticas públicas para a descarbonização do setor e o incentivo a formas de transporte mais sustentáveis.

A aviação foi responsável por cerca de 2,5% das emissões de CO_2 relacionadas ao setor de energia em 2023, de acordo com a Agência Internacional de Energia. Embora a fatia seja relativamente pequena, as viagens de avião têm, individualmente, uma pegada de carbono maior do que o uso de outros meios de transporte.

As emissões, contudo, são bastante concentradas. Um artigo publicado na revista especializada Global Environmental Change estimou que cerca de 1% da população mundial é responsável por 50% das emissões da aviação comercial. Esses superemissores são, sobretudo, os usuários de aeronaves privadas.

O peso desproporcional dos "jatinhos" tornou essas aeronaves alvos frequentes de protestos de ambientalistas.

Barcellos destaca que inovações tecnológicas, como o desenvolvimento de aeronaves mais eficientes e de combustíveis menos poluentes —como o chamado SAF, sigla em inglês para combustível sustentável de aviação—, são as principais apostas para descarbonizar o transporte aéreo.

Produzido a partir de fontes renováveis, o SAF polui até 80% menos do que o querosene tradicional. A escala de fabricação, no entanto, ainda é limitada, e os preços são elevados em comparação com os combustíveis fósseis.

Além de incentivar o uso de SAF, países europeus vêm tentando oferecer alternativas ao uso dos aviões, sobretudo com a revitalização de linhas ferroviárias.

Países como Alemanha e Espanha criaram bilhetes especiais, com valores reduzidos, para que seus moradores façam viagens de trem em deslocamentos internos. Apesar das preocupações ambientais, o custo dos trajetos aéreos permanece, na maioria dos casos, inferior ao dos trens, o que torna os voos mais atrativos.

Mudança climática e microplásticos ameaçam reservas de água e oceanos

Everton Lopes Batista

SÃO PAULO Recursos hídricos continentais e oceanos, que fornecem água para consumo humano, sustentam a produção de alimentos e a vida aquática, enfrentam desafios crescentes impostos pelas mudanças climáticas —que alteram a distribuição de chuvas e a temperatura— e pela poluição por microplásticos.

"A água está sob ataque", constata Loïc Fauchon, presidente do Conselho Mundial da Água, organização internacional que reúne governos, empresas, cientistas e sociedade civil para promover a gestão sustentável dos recursos.

Para Fauchon, os inimigos são três: pouca água, água em excesso e água de má qualidade —e agora eles devem ser combatidos ao mesmo tempo, graças às mudanças climáticas, ao crescimento populacional explosivo em algumas regiões do planeta e à poluição. Neste sábado (22), em meio a esses desafios, é celebrado o Dia Mundial da Água.

"Vamos ter de consumir menos e produzir mais [água potável]. Adotar técnicas de transferência de água, reciclagem e dessanilização", afirma.

Estudo lançado pela ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) no ano passado indicou que as mudanças climáticas podem levar a uma redução na disponibilidade de água de até 40% nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste até 2040.

Dados divulgados nesta sexta-feira (21) pela plataforma colaborativa MapBiomas mostraram que o Brasil perdeu pouco mais de 3% da área coberta por água nos últimos 40 anos em relação à média da série histórica, iniciada em 1985.

Levantamento da Fundação SOS Mata Atlântica mostrou que no ano de 2024 os rios do bioma tiveram uma piora na qualidade em relação a 2023.



Rua de Dubai alagada após chuvas intensas em maio de 2024

Giuseppe Cacace - 2.mai.24/AFP

saúde

Alternativa à hemodiálise dá mais autonomia a pacientes, mas ainda é subutilizada no SUS

Tratamento tradicional recebeu R$ 9,3 bi em repasses em dois anos, contra R$ 46,5 mi da diálise peritoneal

Laiz Menezes

SÃO PAULO A professora Carolina Barbieri, 39, vive com doença renal crônica desde os 27 anos. Todas as noites, enquanto dorme, uma máquina filtra as impurezas que seus rins não conseguem mais eliminar pela urina, na diálise peritoneal. Já a aposentada Gleidiane Tavares, 41, percorre 1.440 km por semana para passar quatro horas no hospital conectada a um equipamento para a hemodiálise.

A SBN (Sociedade Brasileira de Nefrologia) estima que mais de 157 mil brasileiros com doença renal crônica dependem da diálise para sobreviver. O tratamento pode ser realizado em duas modalidades: diálise peritoneal, feita em casa pelo próprio paciente ou cuidadores, e hemodiálise, realizada em ambiente hospitalar.

Nos últimos dois anos, o Ministério da Saúde registrou 171.882 atendimentos de diálise peritoneal no SUS (Sistema Único de Saúde), com um repasse de R$ 46,5 milhões para o serviço, enquanto a hemodiálise teve 36.438.905 atendimentos e um repasse de R$ 9,3 bilhões.


A professora Carolina Barbieri realiza a diálise peritoneal em casa Zanone Fraissat/Folhapress

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a doença renal crônica afeta uma em cada dez pessoas no mundo. No Brasil, o Ministério da Saúde estima que 6,7% da população adulta viva com a doença, com prevalência triplicada entre os idosos.

A condição consiste na lesão renal progressiva e irreversível, o que compromete a capacidade do rim de filtrar o sangue e eliminar resíduos nocivos ao organismo por meio da urina. Os sintomas, como inchaço e mudanças no xixi, costumam surgir apenas em estágios avançados da doença.

Apesar da diferença de repasses, são poucas as situações em que o paciente não pode realizar a diálise peritoneal, segundo a nefrologista Maria Júlia Araújo, do Hospital Nove de Julho. Um exemplo é o de pacientes que passaram por cirurgias abdominais, pois o peritônio pode estar comprometido, o que reduz a eficiência do tratamento.

A diálise peritoneal também não é recomendada para pacientes com dificuldades motoras ou cognitivas, que não tenham capacidade de fazer o tratamento de forma autônoma, e para os que não têm um ambiente adequado, limpo, sem umidade ou contaminação, para armazenar o material necessário, como bolsas de solução de diálise, cateter e produtos para manutenção e cuidados.

Os principais fatores de risco para a doença incluem hipertensão, diabetes, tabagismo, obesidade e o próprio envelhecimento, afirma Daniela Ponce, professora do Departamento de Nefrologia da Faculdade de Medicina da Unesp (Universidade Estadual Paulista), em Botucatu.

> **“Uma vez afetada a função do rim, não há reversão, mas podemos desacelerar a piora, impedindo que o paciente precise de diálise ou postergando esse momento por anos**
>
> **Daniela Ponce**
> professora da Faculdade de Medicina da Unesp, em Botucatu

A prevenção envolve acompanhamento médico para pacientes com fatores de risco e adoção de hábitos saudáveis. O diagnóstico precoce pode retardar a progressão da doença e evitar ou postergar a necessidade de diálise.

"Uma vez afetada a função do rim, não há reversão, mas podemos desacelerar a piora, impedindo que o paciente precise de diálise ou postergando esse momento por anos", diz.

O nefrologista Yussif Ali Mere, presidente da Associação Brasileira de Centros de Diálise e Transplante, explica que a diálise peritoneal requer um procedimento cirúrgico prévio para a implantação de um cateter na cavidade abdominal. O cateter permite a entrada e saída do líquido de diálise, que filtra o sangue de forma indireta. O dispositivo permanece no corpo do paciente, mas permite que ele trabalhe e siga com a rotina, protegido com um esparadrapo adequado.

> **“Na diálise peritoneal, o próprio peritônio (membrana que reveste os órgãos do abdômen) atua como filtro. Um líquido especial é inserido na barriga por meio de um cateter, absorve toxinas e excesso de líquidos e depois é drenado**
>
> **Yussif Ali Mere**
> nefrologista

Para Mere, a diálise peritoneal e a hemodiálise não concorrem entre si, são alternativas. "Na diálise peritoneal, o próprio peritônio (membrana que reveste os órgãos do abdômen) atua como filtro. Um líquido especial é inserido na barriga por meio de um cateter, absorve toxinas e excesso de líquidos e depois é drenado", afirma.

Já na hemodiálise, realizada em clínicas ou hospitais, o sangue é retirado do corpo, filtrado por uma máquina e devolvido ao paciente, geralmente três vezes por semana, em sessões de 4 horas.

Araújo reforça que, por ser uma doença silenciosa e diagnosticada em estágios avançados, a insuficiência renal costuma exigir diálise imediata. Para acessar o tratamento no SUS, o paciente deve passar por avaliação médica em uma UBS (Unidade Básica de Saúde) e, se necessário, ser encaminhado a um nefrologista, que definirá a modalidade adequada.

O presidente da Associação Brasileira de Centros de Diálise e Transplante afirma, no entanto, que a diálise peritoneal não é amplamente utilizada devido à redução progressiva da remuneração para as clínicas de diálise conveniadas do SUS que oferecem o serviço.

Segundo ele, embora o procedimento tenha um custo parecido com o da hemodiálise, o modelo de financiamento do SUS não cobre os gastos com insumos e logística, o que pode dificultar sua adoção em larga escala.

O Ministério da Saúde diz que o fornecimento de materiais e equipamentos da diálise peritoneal é feito por meio de contratos de gestão e convênios, sendo a aquisição e distribuição de insumos responsabilidade de estados e municípios.

classificados classificados@grupofolha.com.br

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados ou ligue 11 3224-4000

NEGÓCIOS

ACOMPANHANTES

AMANDA
Equipe nova c/+ 40 Av. Jabaquara 2604 MT. S. Judas ac cartões seg/sab. F:(11)2352-8122

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

P

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) E/OU MOBILIDADE REDUZIDA
Empresa Viação Campo Belo Ltda está admitindo pessoas com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida, com os benefícios: cesta básica, vale refeição, convênio e crachá. Os interessados devem enviar currículum para Estrada de Itapecerica, 1290 - Vila das Belezas, São Paulo SP - cep 05835-002

A OSS/SPDM - HOSPITAL DAS CLÍNICAS LUZIA DE PINHO MELO

Seleciona:
Pessoas com Deficiência para vagas de:

✓ Auxiliar Administrativo, ✓ Aprendiz, ✓ Telefonista, ✓ Recepcionista, ✓ Auxiliar de Governança, ✓ Enfermagem, ✓ Terapeuta Ocupacional, ✓ Escriturário entre outras.

Os interessados devem se cadastrar no site www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.



A OSS – Hospital das Clinicas Luzia de Pinho Melo, recruta currículos de médicos nas seguintes especializadas:

MÉDICO ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA INFANTIL; MÉDICO PSIQUIATRA; MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA VASCULAR; MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO para Atendimento Ambulatorial e Procedimentos Cirúrgicos inclusive Reconstrução Mamária; MÉDICO UROLOGISTA; Médico Neurocirurgião para execução de cirurgias, visitas em Pronto Socorro e atendimento Ambulatorial; Médico Ortopedista e Coordenador na Especialidade; Médico plantonista em Cirurgia Geral para atendimento no Pronto Socorro, Ambulatório e execução de procedimentos; Médico plantonista em Clínica Médica no Pronto Socorro e Enfermaria; Médico Emergencista para atendimento em Urgência e Emergência e Retaguarda da Emergência. Médico plantonista em Pediatria Clínica no Pronto Socorro Infantil; Médico plantonista em Pediatria Clínica para Enfermaria Pediátrica e Médico especialista em Colangiopancreatografia retrógrada endoscópica – CPRE; Médico especialista em Hemoterapia para Coordenação da Agência Transfusional; Médico especialista em Hematologia para Atendimento Ambulatorial, de Interconsultas e Efetividade de Punções. Médico Infectologista para Atendimento Ambulatorial e Médico especialista em Hematologia para gerenciamento da Agência Transfusional. Os interessados devem se cadastrar no site www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.



ASSINE A FOLHA
folha.com/assine



Eufrázio



Raphinha comemora o gol que marcou pela seleção contra a Colômbia, na quinta (20) Pedro Ladeira - 20.mar.25/Folhapress

Raphinha usa versatilidade e até espião particular para se tornar protagonista em campo

Brasileiro é hoje peça-chave do Barcelona e se destaca na seleção

João Gabriel de Lima

LISBOA O gol que abriu caminho para a sofrida vitória brasileira contra a Colômbia nasceu de um lançamento cinematográfico de Raphinha para Vinicius Junior, que foi atropelado dentro da área pelo defensor Muñoz. Pênalti! O próprio Raphinha se apresentou para bater. Caminhou lentamente para a bola, gingou diante do goleiro Camilo Vargas e, com um toque de classe, abriu o placar.

O camisa 11 é assim. Lança, finaliza, bate faltas e pênaltis, marca forte, rouba bolas. Multiplicando-se em diferentes posições do meio-campo e do ataque, tornou-se um dos melhores jogadores do mundo na atualidade.

Os números atestam. Defendendo as cores do Barcelona, ele é o artilheiro da Champions League. Com 11 gols em 10 jogos, já é o brasileiro que mais fez gols em uma única edição da competição, superando, entre outros, Neymar e dois vencedores da Bola de Ouro —Rivaldo e Kaká.

Ele próprio é considerado um dos candidatos ao prêmio neste ano, ao lado do francês Kylian Mbappé, do egípcio Mohamed Salah e de Vinicius Junior.

Para além dos gramados, uma boa medida do sucesso do craque brasileiro está nas livrarias. Há quase uma dezena de biografias de Raphinha no mercado britânico de "instant books". O tom das obras muitas vezes descamba para a autoajuda, apresentando o jogador brasileiro como um exemplo de superação. Os autores não estão de todo errados.

Raphinha só chegou às equipes mais ricas do mundo quando foi contratado pelo Barcelona, em 2022, aos 25 anos, e só atingiu sua melhor versão agora, aos 28. Foi uma carreira construída tijolo a tijolo, de forma bastante sólida.

Nascido na Restinga, na periferia de Porto Alegre, Raphael Dias Belolli nunca atuou num clube grande no Brasil. Sua única experiência profissional no país foi no Avaí. A primeira oportunidade na Europa veio no Vitória de Guimarães, um clube pequeno do norte de Portugal. Depois de se destacar em equipes médias, como o Sporting e o Rennes, surgiu a oportunidade de atuar no principal campeonato nacional do continente, a Premier League.

Foi no Leeds United que Raphinha encontrou o técnico que mudou sua vida: Marcelo Bielsa. Sob a batuta de El Loco, aprendeu que atacantes têm múltiplas funções, e uma delas é marcar os zagueiros. Muitos dos gols que faz hoje nascem dessa capacidade.

No início do mês, no primeiro jogo do mata-mata da Champions contra o Benfica, em Lisboa, Raphinha ficou atento a um erro de passe do zagueiro António Silva e anotou o gol da vitória.

É possível que não tenha sido por acaso. Obsessivo, Raphinha contratou um espião estatístico só para ele, a Performa Sports, do Rio de Janeiro. Ele sabe com antecedência, por exemplo, quais zagueiros costumam errar passes e qual o canto preferido dos goleiros em pênaltis. Treina obsessivamente cobranças de faltas.

Raphinha tem uma enorme capacidade de aprender com grandes treinadores, mas nem sempre a química funciona. O atacante brasileiro, que se destaca pelo drible, pela força e pela velocidade, não se encaixou na troca exasperante de passes do espanhol Xavi Hernández, seu primeiro técnico no Barcelona.

Tudo mudou com a chegada do alemão Hansi Flick, que assumiu o clube azul e grená no início da temporada passada. O time catalão passou a jogar um futebol veloz, físico, objetivo, voltado para o gol, ideal para Raphinha brilhar.

Flick também o incentivou a desenvolver habilidades em todas as posições do ataque, pela direita, pela esquerda, pelo meio ou recuado. No Barcelona, ele forma com Robert Lewandowski, 36, e Yamine Lamal, 17, um ataque de sonhos, onde três gerações se encontram e se completam, revezando-se em todas as posições.

Essa capacidade coletiva faz falta na seleção brasileira atual. O time carece de alguém que junte as peças e faça o motor engrenar. Talvez este Raphinha em sua melhor versão acenda a faísca que falta.

Raio-x | Raphinha

Idade 28 anos | **Altura** 1,76 metro

TÍTULOS
Barcelona
Espanhol (2022-2023), Supercopa da Espanha (2022-2023, 2024-2025)
Sporting de Lisboa
Taça de Portugal (2018-2019), Liga de Portugal (2018-2019)

TEMPORADA 2024-2025
Champions League
- Gols: 11
- Assistências: 5
- Participação em gols: 50%

Campeonato Espanhol
- Gols: 13
- Assistências: 10
- Participações em gols: 36%

Total da temporada
27 gols e 20 assistências em 42 jogos

Fonte: Transfermarkt

O clássico para dois países

O que você entende do título: que o jogo deve parar ambos ou o significado dele?

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Entendam o título desta coluna como quiserem a rara leitora e o raro leitor, porque cabem quaisquer entendimentos, seja que Argentina e Brasil farão jogo digno de paralisar as atenções da hinchada e dos Pachecos, seja que é embate capaz de ser útil no sentido de dar a exata noção do estágio de cada seleção.

Duas conclusões emergem do título ambíguo da coluna: a primeira dá conta da grandeza do encontro desta terça-feira (25) no Monumental de Núñez, em Buenos Aires, pelas Eliminatórias da Copa do Mundo, entre duas equipes que somam nada menos de oito taças —clássico menor apenas que Brasil x Itália e Brasil x Alemanha, que somam nove; a segunda permite criticar novamente a estupidez do tal Acordo Ortográfico de 2009 que tirou o acento do verbo parar. Fosse diferente e o título até exageraria: O mundo pára para ver Argentina x Brasil.

Os atuais campeões mundiais, sem Lionel Messi e Lautaro Martínez, foram ao Estádio Centenário de Montevidéu e devolveram aos uruguaios, por 1 a 0, a derrota sofrida na Bombonera, por 2 a 0, pela quinta rodada, em novembro passado, primeira derrota desde a conquista da Copa no Qatar.

Bastará empatar em casa contra os brasileiros para que os hermanos garantam antecipadamente a classificação para 2026 nos Canadá, México e Estados Unidos, na 14ª de 18 rodadas das Eliminatórias.

Se é de se esperar o time de Lionel Scaloni com a faca entre os dentes para jantar os canarinhos, estes provavelmente estarão em campo em busca do empate, obedientes à cautela de Dorival Júnior

É tão certo que, seja qual for o resultado, os argentinos estarão na Copa, como é certo que a ex-presidenta deles, Cristina Kirchner, não estará, porque proibida de entrar nos Estados Unidos pelo guardião da liberdade de ir e vir, Donald Trump. Por sinal, também é bem provável a proibição da entrada de jornalistas críticos do fascistóide para cobrir o evento da Fifa e, dois anos depois, o do COI, em Los Angeles. Sobre isso o fujão Dudu Bananinha Bolsonaro e seus apoiadores nada têm a declarar.

Já a seleção brasileira perdeu Gerson para, segundo os dados da Fifa, o 111º Superclássico, com 43 vitórias argentinas e 40 brasileiras. (Registre-se que a CBF diverge, ao apontar 43 vitórias nacionais contra 40, em 109 jogos.) Perda considerável, ao levar em conta a queda de produção da seleção depois que o craque rubro-negro deixou, machucado, o jogo contra a Colômbia, substituído por Joelinton.

Também Gabriel Magalhães e Bruno Guimarães são ausências certas, suspensos, mas de substituições menos problemáticas.

Se é de se esperar o time de Lionel Scaloni com a faca entre os dentes para jantar os canarinhos, estes provavelmente estarão em campo em busca do empate, obedientes à cautela desmedida imposta pela timidez de Dorival Júnior.

Nunca foi, nem jamais será, fácil vencer a Argentina em sua casa e este próximo encontro, especialmente, a tem como favoritaça, mesmo sem o genial Messi.

Caso o inesperado faça a agradável surpresa, haverá a ansiada, e sempre frustrada, mudança de chave em torno do time amarelo, há anos à espera de vitória marcante em seu currículo, cada vez mais esmaecido desde o fatídico 7 a 1. Enfim, sabemos todos que a seleção tem arrumação. Mais cedo ou mais tarde, alguém dará jeito nela ao passar por cima dos Ednaldos da vida e 2014 ficará para trás.

O Desacordo Ortográfico será mais difícil de consertar.

DOM. Tostão, Juca Kfouri SEG. Juca Kfouri
TER. Sandro Macedo QUA. Tostão QUI. Juca Kfouri
SEX. No Corre/O Mundo é uma Bola SAB. Marina Izidro

UOL PLAY

PAULISTÃO
Sicredi 2025

PAULISTÃO 2025 É NO UOL PLAY

A MAIOR COBERTURA DE JOGOS DO PAULISTÃO ESTÁ NO UOL PLAY E NO CANAL UOL

SAIBA MAIS



91 JOGOS COM TRANSMISSÃO AO VIVO

PRIMEIRA FASE, QUARTAS, SEMIFINAIS E FINAIS

TUDO ISSO COM UM TIME DE CRAQUES NO COMANDO DAS TRANSMISSÕES

MILTON LEITE, CASAGRANDE
MAURO CEZAR PEREIRA, JOSÉ TRAJANO,
ANDRÉ HERNAN E MAIS

ACESSE UOL.COM.BR/PLAY E FAÇA SUA TORCIDA

Eufrázio

entrevista da 2ª | equilíbrio



O médico Christoffer van Tulleken, autor de 'Gente Ultraprocessada' Fotos Jonny Storney/Divulgação

Christoffer van Tulleken Não existe um alimento ultraprocessado que possa ser considerado saudável

Médico e autor do livro 'Gente Ultraprocessada' se submeteu ao longo de um mês a uma dieta majoritariamente composta por esse tipo de comida

Bárbara Blum

SÃO PAULO "Eu não estou gostando, mas não consigo parar", diz o infectologista Christoffer van Tulleken, do Hospital de Doenças Tropicais em Londres, em um vídeo para a BBC inglesa em que documenta o mês durante o qual se submeteu a uma dieta na qual 80% dos alimentos eram ultraprocessados.

Nesse período curto, Van Tulleken ganhou mais de 6 kg, seu cérebro passou a associar comida com as recompensas do sistema límbico e exames acusaram que os hormônios reguladores da saciedade e da fome ficaram totalmente descontrolados.

É sob essa dieta com 80% de ultraprocessados que vivem 20% dos adolescentes no Reino Unido —no geral, o consumo de ultraprocessados corresponde a 66% da dieta dos jovens.

O experimento na pegada "Super Size Me" —documentário de 2004 em que o diretor Morgan Spurlock come McDonald's por um mês— não foi um pedido desesperado de socorro de Van Tulleken. Ele emulou, guardadas as proporções, um dos principais estudos que tenta comprovar a tese da classificação Nova, criada pelo brasileiro Carlos Monteiro e outros pesquisadores do Nupens/USP (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde) e que sugere que o nível de processamento é determinante na qualidade dos alimentos.

Van Tulleken partiu dos achados de Kevin Hall, pesquisador do NIH (National Institute of Health) dos Estados Unidos, em um estudo em que voluntários ficaram um mês confinados num laboratório onde dormiam, comiam e se exercitavam. A comida, porém, era ultraprocessada para metade do experimento e livre de ultraprocessados para a outra metade.

"Se você se preocupa com a sua alimentação, pegue seu pacote de M&M's e leia os ingredientes. E se pergunte por que eles estão ali", diz Van Tulleken em entrevista à **Folha**, após questão levantada pela reportagem. "Pode haver óleo de palma, corantes, emulsificantes. Isso é realmente delicioso? Tratar um ultraprocessado como um produto de luxo, que é o que a indústria quer, não cola. A comida não é boa o bastante e se torna nojenta rapidamente."

O médico reforça que não acredita que existam bons ultraprocessados, seja um iogurte, um pão de forma ou um salgadinho. O problema, ele diz, não é o consumo esporádico de, digamos, um pacotinho dos confeitos coloridos, mas o fato de que esse tipo de alimento é hoje a base de dietas —e disputas econômicas e políticas acirradas— ao redor do mundo.

*

Por que o sr. decidiu se usar de cobaia nesse experimento inspirado nos estudos de Kevin Hall? Por duas razões: primeiro, queríamos um paciente piloto para um estudo maior, que está acontecendo agora. Queríamos entender se valia a pena fazer um grande estudo, então a melhor coisa era ter um voluntário para ver quais mudanças ocorriam num ambiente não controlado. Em segundo lugar, filmamos o experimento para um documentário da BBC, e documentários precisam de pessoas fazendo coisas interessantes. Não dá para só ficar falando.

Há uma terceira razão que é: eu não pensei que seria algo de mais. Eu acreditava nas evidências do Kevin [Hall], mas não me parecia que veríamos grandes mudanças, principalmente porque eu não estava confinado. Eu estava livre no mundo, ingerindo uma dieta típica de adolescentes. Achei que o impacto em mim seria menor do que o observado no estudo do Kevin. Mas acabei ganhando um monte de peso, que levei dois anos para perder.

Isso é impressionante. Levou dois anos para o sr. perder o peso adquirido em um mês comendo uma dieta 80% composta por ultraprocessados. Sim, porque eu ganhei mais de 6 kg e perder peso, mesmo 1 kg, é difícil. E eu ganhei mais peso depois que a dieta de ultraprocessados acabou porque eu estava me sentindo um lixo.

O sr. relata, no livro, o impacto não só do ganho de peso, mas da forma como o sr. se sentia durante a dieta de ultraprocessados. Eu me sentia péssimo. Quando você está nessa dieta, comendo essa comida, você já se sente mal. Mas você não percebe que é a comida. Você imagina que sua esposa e suas filhas tiraram aquele mês para ser especialmente irritantes. É o que acontece quando você está cansado e qualquer pessoa ao redor te irrita e você acha que eles são o problema. Mas eles não são. O problema é cansaço ou estresse. E isso vale para a comida. Nós não associamos o mal-estar à comida.

Quando parei a dieta, me senti melhor entre 24 horas e 48 horas depois. Uma semana depois, me senti ainda melhor. Mas as mudanças no meu cérebro foram duradouras. Eu continuei viciado naquela comida, apesar de não gostar mais dela. É importante diferenciar gostar de querer. Eu sentia necessidade daquela comida, mas, quando a comia, a achava nojenta. Foram meses confusos, em que eu pedia um fast food e jogava [a comida] fora sem comer.

O sr. diz que a popularidade dos ultraprocessados não se dá necessariamente porque são deliciosos ou benéficos, mas por serem baratos e práticos. O sr. acha que existe um aspecto social da comida ultraprocessada que precisa ser levado em consideração ? Você está certa, as pessoas não querem comer essas coisas. Veja o que as pessoas muito ricas comem, o que as celebridades comem. Talvez com exceção de Donald Trump comendo seu McDonald's, são pessoas que comem muito bem.

Continua na pág. A43

Christoffer van Tulleken, 46
1978, Londres
É médico formado pela Universidade de Oxford e autor de "Gente Ultraprocessada". É apresentador de TV na Inglaterra e esteve a frente de programas como "Medicine Men Go Wild" e "Operation Ouch!"









Continuação da pag. A42

Se uma pessoa não precisasse comer ultraprocessados, ela não comeria. Comida de verdade custa muito caro no Reino Unido. Devemos encarecer os ultraprocessados e mudar os sistemas de subsídios. Os ultraprocessados são baratos na hora de comprar, caros na hora de comer. É o custo da saúde pública, da poluição com os plásticos, da emissão de carbono.

Existem casos no Brasil de crianças que estão simultaneamente obesas e desnutridas, em grande parte porque elas se alimentam de ultraprocessados em versões ainda mais baratas. É crucial entender que obesidade e desnutrição andam de mãos dadas. A mesma comida que causa obesidade leva à desnutrição. Pensamos na desnutrição como uma deficiência de calorias, mas pode haver um excesso. São alimentos que causam desnutrição porque eles existem a partir da destruição de nutrientes na comida, que são rearranjados para garantir durabilidade.

Os Estados Unidos baniram o corante vermelho nº3. Como o sr. enxerga essas tentativas de regulação? Existem duas abordagens para isso. Há quem diga que é possível tornar os hambúrgueres do McDonald's 10% mais saudáveis. Tire o sal, o açúcar, adicione fibra, proteína e vitaminas —para algumas pessoas, isso seria um grande ganho. Banir corantes é similar no sentido de ser um passo na direção certa. É positivo por revelar o poder da indústria alimentícia. Mas mesmo sem corantes, com menos açúcar, menos sal, são alimentos que ainda seriam ultraprocessados. A genialidade da classificação Nova está em sinalizar que o processamento é a questão. Eu acho impossível reformular ultraprocessados. Não existe ultraprocessado saudável. Existem menos maléficos, mas só. O corante vermelho não é o prejudicial desses produtos. O que é prejudicial é que todos os aspectos dele levam ao consumo excessivo e ao lucro. Não há aspecto nutritivo ou de saúde. O corante é só um sinal de que uma comida é feita por uma empresa que não se importa com a saúde.

Já que o sr. mencionou o consumo excessivo como um problema, algo que eu me pergunto sempre, e imagino que muita gente que goste de comer M&M's ocasionalmente também queira saber, é se existe uma quantidade segura de ultraprocessados que podemos ingerir. Os efeitos na saúde são variáveis de acordo com a dosagem. É como com o cigarro. Não tem quantidade segura, mas um cigarro por semana não vai te fazer um grande mal se você já está exposta à poluição de São Paulo. Um teco de cocaína por mês não vai fazer mal, um pouquinho de heroína. O problema com a heroína e os M&M's é que é difícil comer um só. Ninguém passa a semana comendo ensopado caseiro, vegetais frescos e saladas de frutas e chega na sexta-feira e come M&M's. As pessoas tomam sorvete na quinta-feira e [comem] uma barra de chocolate no café da manhã e biscoitos à tarde e tomam mais sorvete no sábado e comem um cachorro-quente no domingo. O problema é o padrão de dieta.

Como o sr. vê a questão do marketing direcionado aos pequenos, com animais fofos e cores chamativas? As empresas predam os mais vulneráveis, os menos escolarizados, os mais pobres. As crianças são as mais vulneráveis de todos, e esse processo começa no marketing, que começa na persuasão para que os pais troquem o leite materno por fórmula. Comida de verdade é algo desafiador. Tem que mastigar, muitas vezes são fibrosas, amargas. Os cartoons precisam sair das embalagens. Precisamos proteger as crianças do marketing.

Houve na Europa um debate acirrado sobre o Nutri Score, o sistema de etiquetas que classifica alimentos como saudáveis ou prejudiciais. A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, pegou a briga para si no contexto de um debate sobre a valorização de queijos, presuntos e produtos artesanais nacionais, que acabaram mal avaliados nesse sistema. É um projeto eficaz? Não há forma perfeita de descrever comida saudável ou não saudável. Países sul-americanos têm bons sistemas, a partir da Opas (Organização Pan-Americana da Saúde). Mas será que um açougueiro de uma cidade do interior precisa colocar um aviso de excesso de sal e gordura no prosciutto dele? Eu não acho que essas pessoas sejam parte do problema de saúde pública em curso. É parte de um modo de viver tradicional.

Temos que construir leis que não penalizem o pequeno produtor que faz comida tradicional. O jeito fácil é deixar claro que estamos falando de alimentos feitos por grandes empresas, embalados, que não demandam preparo posterior. O problema não é uma empanada tradicional vendida na rua ou o queijo da delicatessen.

Existe um debate de que alguns ultraprocessados são piores do que outros. As carnes seriam os piores, e um iogurte seria melhor do que um refrigerante. Devemos levar isso em consideração ou todos os ultraprocessados devem ser tratados da mesma forma? Podemos discutir o dia todo se pão é melhor que chocolate, se uma dieta só de pão seria melhor que uma dieta só de chocolate. Mas ninguém faz isso. O pão está na base da dieta e é cheio de açúcar, sal e gordura. Sempre mencionam o iogurte, que é cheio de açúcar. Ninguém está dizendo que tudo é exatamente igual, que Cheetos é igual a pão. Mas é difícil criar uma análise de dados de subgrupos quando olhamos índices de sal, açúcar, gordura e teor calórico. Para comunicar isso às pessoas você cria um sistema que diz que Cheetos é uma merda e que o pão também não é lá essas coisas, mas melhor que o Cheetos.

Gente Ultraprocessada
Autoria: Christoffer van Tulleken. Trad.: Érika Nogueira Vieira Ed.: Elefante e O Joio e o Trigo. R$ 80 (432 págs.)

> **Eu acho impossível reformular ultraprocessados. Não existe ultraprocessado saudável. Existem menos maléficos, mas só. O corante vermelho não é o prejudicial desses produtos. O que é prejudicial é que todos os aspectos dele levam ao consumo excessivo e ao lucro**

> **Temos que construir leis que não penalizem o pequeno produtor que faz comida tradicional. O jeito fácil é deixar claro que estamos falando de alimentos feitos por grandes empresas, embalados, que não demandam preparo posterior. O problema não é uma empanada tradicional vendida na rua ou o queijo da delicatessen**

> **Os efeitos na saúde são variáveis de acordo com a dosagem. É como com o cigarro. Não tem quantidade segura, mas um cigarro por semana não vai te fazer um grande mal se você já está exposta à poluição de São Paulo. Um teco de cocaína por mês não vai fazer mal, um pouquinho de heroína. O problema com a heroína e os M&M's é que é difícil comer um só**

> **Comida de verdade custa muito dinheiro no Reino Unido. Ultraprocessados são baratos na hora de comprar e caros na hora de comer. É o custo da saúde pública, da poluição com os plásticos, da emissão de carbono**



Polícia chinesa apresenta robô humanoide e cão-robô no Grande Prêmio de Fórmula 1

Policiais chineses, acompanhados por um robô humanoide e um cão-robô, se apresentam durante o Grande Prêmio da China de Fórmula 1 no Circuito Internacional de Xangai, em Xangai; o australiano Oscar Piastri, da McLaren, liderou o GP de ponta a ponta e finalizou vitorioso a corrida deste domingo (23) Jade Gao/AFP

FOLHA CARREIRAS

Beatriz Pecinato
Estagiária de Newsletter

Qual a relação entre produtividade e quantidade?

Edição da newsletter explica como entregar resultados sem exceder seu limite e dá dicas para melhorar sua performance, como estabelecer prioridades

Qual a primeira coisa que vem à mente quando você pensa em "produtividade"? Provavelmente, a ideia de entregar muitas tarefas sem gastar muita energia.

Na edição de hoje, explico o que realmente significa ser um profissional produtivo e como trabalhar dentro de seu limite.

Primeiro, vamos entender a origem do termo. Ele foi amplamente empregado durante a Revolução Industrial para descrever as atividades dos operários, explica Thais Requito, consultora de produtividade responsável. "Tem um profissional trabalhando x horas numa fábrica e ele produziu x produtos, então ele foi produtivo. A média vai ser a relação entre esses dois fatores."

Mas o significado mudou. Então, o que significa ser produtivo na atualidade? Podemos entender como a capacidade de entregar resultados dentro de um prazo estabelecido, diz Saulo Velasco, psicólogo e diretor de aprendizagem da The School of Life.

Mas há um toque extra: profissionais com essa habilidade conseguem fazer mais com o tempo disponível para o trabalho sem se desgastar.

Importante: produtividade não é sinônimo de estar ativo o tempo todo, ou de trabalhar em excesso. "Não é necessariamente a pessoa que trabalha mais horas, que está mais ocupada ou que responde mais emails" aponta Requito.

Em resumo, uma pessoa produtiva é aquela que exerce bem seu trabalho, dentro do período esperado sem exceder seus limites.

A tecnologia também é um fator importante a ser considerado quando pensamos em produtividade hoje. Com a quantidade de ferramentas digitais disponíveis, a performance dos trabalhadores ficou mais acelerada.

Por outro lado, os meios digitais trazem alguns "inimigos da produtividade", segundo Requito.

Há um excesso de informações oferecidas pela internet, que dificulta a concentração e atenção. Isso, inclusive, pode levar ao "multitasking", tentativa de desempenhar mais de uma atividade ao mesmo tempo.

Porém, o problema dessa prática é que, no fim, nenhuma atividade é feita com qualidade e com a devida atenção.

Existem sinais que mostram que você pode estar sobrecarregado no trabalho. Eles são divididos em três categorias: físicos, emocionais ou cognitivos.

Físicos

Se manifestam por meio de incômodos no corpo. "Especialmente dor de cabeça, dor muscular na lombar, alterações gastrointestinais, de sono, de apetite, fadiga, cansaço e uma sensação de esgotamento", exemplifica Velasco.

Emocionais

Há uma mudança no humor e até na personalidade do indivíduo. Sentir mais irritabilidade, menos tolerância às dificuldades, ansiedade e até uma desmotivação crônica são alguns dos sinais, segundo o psicólogo.

Cognitivos

Essas são as alterações mais rápidas de serem percebidas. Há uma maior dificuldade de concentração, atenção, engajamento e concentração, além de problemas de memória, pensamentos acelerados e negativos. Por isso, é importante saber identificar seu limite para não excedê-lo.

E como fazer isso? A chave está no desenvolvimento de uma autoconsciência. É preciso se conhecer para entender quais são suas necessidades, quais recursos podem ser solicitados e para quem é possível pedir ajuda.

Também é importante ter momentos de relaxamento e descompressão depois do trabalho. Eles ajudam o profissional a desacelerar e ficar menos atribulado.



Acesse o QR Code para se inscrever



Conselhos de CEO
Carolina Ignarra, 46
CEO do Grupo Talento

Um conselho para jovens profissionais... Crie equipes de pessoas diversas. A diversidade é um impulso para a inovação e é um tema cada vez mais estratégico no meio corporativo. Entenda que inclusão não significa apenas contratação de pessoas com deficiência ou pessoas diversas. É preciso criar condições para que pessoas que passaram por representantes de grupos marginalizados e oprimidos possam desenvolver suas carreiras.

É possível, então, ser produtivo sem exceder seus limites? Segundo os especialistas, sim.

O autor inglês Greg McKeown publicou um artigo afirmando que, para melhorar a produtividade e entregar os melhores resultados, é preciso mudar nossa mentalidade. Ele defende que esforço máximo não é sinônimo de resultado. "Quando estamos operando sobre um alto nível de estresse, no máximo de esforço e sem descanso, nossa produtividade cai", diz Velasco.

Por isso, não é indicado trabalhar além do que seu corpo aguenta, e é preciso encaixar no dia a dia momentos para melhorar a produtividade. Vamos às dicas de como fazer isso.

Entenda suas prioridades

Estabeleça algumas tarefas que devem ser realizadas. Quanto mais demandas você tiver, menos tempo você consegue se dedicar a cada uma delas. Por isso, é importante estabelecer o que é mais ou menos urgente, e focar no que for prioridade.

Trabalhe em blocos de tempo

Estabeleça alguns minutos do seu dia (podem ser 10, 20 ou 30) para realizar uma demanda de maneira focada. Depois, faça pequenas pausas entre as tarefas para descansar a mente e restabelecer o foco.

Mantenha hábitos saudáveis

Profissionais que conseguem dormir bem, manter uma boa alimentação, fazer exercícios físicos e manter uma vida social conseguem relaxar e produzir mais.

Eufrázio

ilustrada

Alfabeto enfurecido

Dicionário Aurélio, que chegou a vender tanto quanto a Bíblia, celebra cinco décadas de história como marco de uma época em que o Brasil se urbanizava, mas sem força para enfrentar o mundo digital Leia na pág. B8

Obra sem título de Mira Schendel, de 1972
Felipe Reis/Divulgação

MÔNICA BERGAMO
monica.bergamo@grupofolha.com.br

Celso Amorim

Chegou a hora da verdade, com Trump é o interesse nu e cru

Ex-chanceler e assessor especial de Lula, ele afirma que mundo passa por uma das maiores mudanças da história recente e que país tem o desafio de não virar colônia


Celso Amorim em seu gabinete no Palácio do Planalto, em Brasília Pedro Ladeira/Folhapress

Um dos mais experientes diplomatas do país, o ex-chanceler e hoje assessor especial de Lula (PT) Celso Amorim afirma que o mundo está diante de uma das maiores transformações estruturais da história recente.

A chegada de Donald Trump à presidência dos EUA, diz ele, acabou com certa hipocrisia do multilateralismo.

Desafiando a ordem mundial até então vigente e renegando a condição de superpotência, o atual presidente defende exclusivamente os interesses de seu país, "de forma deslavada", e é preciso se reorganizar diante de novos desafios.

Questionado se Trump poderia aderir à tese bolsonarista de que o Brasil vive sob uma ditadura judicial, Amorim afirma que Jair Bolsonaro (PL) "ficou pequeno diante das grandes questões do mundo" e que o presidente norte-americano respeita o poder, e não quem "fica lá querendo adular".

*

MUNDO MULTIPOLAR

Nós estamos vivendo, de certa maneira, a hora da verdade. Os EUA e a Rússia foram os principais vitoriosos [da Segunda Guerra], mas os EUA tinham muito mais influência. E construíram um mundo à imagem e semelhança do que desejavam —com diferenças com a União Soviética e, depois, com a China.

Na letra, essa era a ordem internacional vigente. Havia conflitos. Mas, de alguma maneira, havia uma defesa dessas regras internacionais.

O primeiro grande abalo nessa ordem foi a queda do muro de Berlim [em 1989] e a dissolução da União Soviética. O mundo também muda de forma inesperada. A minha geração passou por duas transformações estruturais imensas. A primeira foi o fim da União Soviética. E agora temos outra enorme mudança, imensa, com os americanos renegando a ordem que eles mesmos criaram.

TRUMP

Antes eles procuravam, sempre que possível, conduzir [as políticas internacionais] pelo multilateralismo. Faziam isso pela ONU. Quando não dava certo, faziam pela Otan. Raramente agiam sozinhos nos grandes problemas internacionais.

O Trump atual não quer saber [dessas estruturas multilaterais]. Ele não esconde o autointeresse. É uma atitude de absoluta franqueza. Não há hipocrisia. Ele quer a Groenlândia não porque é bom para a paz, mas por causa do minério do país. Diz isso a propósito da Ucrânia também.

Marco Rubio [secretário de Estado dos EUA] disse "não queremos uma Rússia que seja totalmente dependente da China. E também não queremos que eles fiquem inimigos a ponto de ameaçar com uma guerra nuclear". É uma declaração surpreendentemente sensata. É o interesse nu e cru, que não é disfarçado. E isso pode até servir para alguma coisa positiva.

Na conversa com [o presidente da Ucrânia, Volodimir] Zelenski [no fim de fevereiro, na Casa Branca], que foi muito rude, Trump disse uma coisa interessante: "Ele [Zelenski] quer a vitória. Eu quero a paz". E é verdade também.

Trump fala em desnuclearização. E não faz isso porque é bonzinho. Faz porque sabe que o custo para manter a paridade [de armamentos] com a Rússia é enorme. Para diminuir o gasto militar, ele tem que ter paz, primeiro com a Rússia, depois com a China.

VERDADE NUA E CRUA

Os EUA acabavam aceitando as regras. Não vejo isso acontecer com o Trump.

É a verdade nua e crua. Ele não faz parecer que defende a Ucrânia porque defende a democracia no mundo, o que era discutível: os EUA defendiam a democracia quando interessava.

Essa política, digamos assim, um pouco missionária [dos EUA] não existe mais. Ele [Trump] vai defender os interesses dos EUA de maneira deslavada, e nós temos que nos reorganizar diante disso.

EUROPA

Os europeus estão desorientados. Eles se acostumaram a viver sob o guarda-chuva americano moral, militar e econômico. Quando de repente chega um presidente americano e diz "eu vou cuidar do meu interesse, vocês que se virem", eles ficam totalmente perplexos, impactados.

A Europa, se fosse esperta e menos apegada a certos conceitos, assinava o acordo Mercosul-União Europeia. Seria importante. Mostraria que ela ainda tem uma presença no mundo, que atua independentemente.

CHINA

A percepção de que eles [EUA] não são mais a única potência é correta. É um fato. A China já ultrapassou os EUA em muitas questões, no PIB, no poder de compra, até em número de estudantes que fazem doutorado.

AMÉRICA DO SUL

Nós temos que aprender a viver nesse mundo multipolar. Brasil, Índia, não somos todos iguais. A gente tem que saber jogar com alianças variáveis, temos que ser capazes de ter amizades com vários países.

É difícil porque existe muita diversidade, mas nós temos que fortalecer a América do Sul. E, ao mesmo tempo, nos relacionarmos de maneira inteligente com as superpotências. Nós temos que ter uma relação muito forte com a China.

[Nesse contexto] O Brasil pode ser uma potência grande, que será mais forte se estiver unida com a América do Sul. Mas o Brasil fez uma opção de não ter arma nuclear, então isso, de certa maneira, muda... Eu não sei se nos enfraquece [não ter arma nuclear] porque podemos ter mais meios de negociar.

"Trump respeita o poder. Pessoas que são capazes de agir. Ele acaba de dizer que gosta do Putin. E pode até não gostar, mas ele respeita o Putin. Respeita o Xi Jinping. Agora, se ficar lá querendo adular, como [fizeram] o Zelenski e alguns europeus, ele não respeita

RÚSSIA

A Europa vai ter que se libertar da obsessão de que vai ser invadida pela Rússia. Eu até entendo que a Polônia, os países ali fronteiriços [tenham essa preocupação]. Mas quando eu vejo dizerem que a Rússia tem um DNA expansionista, eu penso: foi Napoleão que invadiu a Rússia [em 1812], ou foi o contrário?

Quando a Rússia invadiu a Ucrânia, o que sempre criticamos, muitos [países] disseram "vamos destruir a Rússia". É impensável. E seria desastroso. A Rússia unificada é também um fator de estabilidade para o mundo e para a Europa.

BRASIL NO MUNDO

Sempre digo que o primeiro mandato [de Lula, em 2002] era um mundo de oportunidades. Agora, é um mundo de desafios. É claro que há casos extremos [de comportamentos de países] que fogem a qualquer regra. Mas acho que, a médio prazo, a maioria dos países da América do Sul vai se unir.

A gente não pode ficar... o meu temor com relação aos EUA não é que eles vão invadir [algum país sul-americano]. [É com o fato de que] Os trumpistas falam muito em Western Hemisphere [Hemisfério Ocidental]. A visão deles é a de que "aqui é nosso".

O nosso grande desafio é, nessa divisão do mundo, não ser colônia de ninguém.

TARIFAS

Você não pode dar um tiro no pé, colocar taxa [em retaliação aos EUA] em um produto essencial para o país, como o carvão siderúrgico, por exemplo. Mas há áreas no setor de serviços, de propriedade intelectual, de remessa de lucros, que, se o Brasil morder, eles vão pensar duas vezes antes de botar tarifa contra nós.

BOLSONARISMO

O Bolsonaro ficou pequeno diante das grandes questões do mundo hoje. Há alguns anos, certamente ter um governo de extrema-direita no Brasil era importante. Hoje é um pouco diferente.

LULA

Eu não sei se tanto faz [o presidente ser Bolsonaro ou Lula]. Mas hoje em dia não tem mais sentido você dizer "sou contra ele porque ele é comunista". Não tem mais isso. É o interesse [que prevalece]. Essa coisa muito ideológica do bolsonarismo eu acho que talvez se esvazie.

Trump respeita o poder. Pessoas que são capazes de agir. Ele acaba de dizer que gosta do Putin. E pode até não gostar, mas ele respeita o Putin. Respeita o Xi Jinping.

Agora, se ficar lá querendo adular, como [fizeram] o Zelenski e alguns europeus, ele não respeita.

Eufrázio

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br

Taís Araujo conversou com Regina Duarte sobre Raquel de 'Vale Tudo'

Intérprete de Raquel na nova versão de "Vale Tudo", Taís Araujo conversou com Regina Duarte sobre a mocinha da trama. Duarte foi a protagonista original da novela, exibida em 1988. Foi o que ela contou em conversa com a coluna no Rio de Janeiro.

Araújo disse que o contato inicial foi feito por ela. "A Regina foi muito generosa comigo em todas as entrevistas e falas sobre minha escalação. Mandei uma mensagem. Ela retornou com uma mensagem mais fofa ainda. Foi bom ter tido esse contato", afirmou a atriz.

A entrevista completa pode ser lida no site da coluna, no F5.

RETARDATÁRIO Thomás Aquino, um dos atores mais celebrados do cinema nacional, estará em "Vale Tudo". Ele foi o último nome escalado para a trama e ainda não gravou cenas. Na produção, que estreia no dia 31, ele será Mário Sergio, papel que foi de Marcos Palmeira na versão original.

NOVIDADE Elogiada pela ajuda a Walcyr Carrasco em "Terra e Paixão", de 2023, Thelma Guedes vai assinar sua primeira trama solo na Globo. Ela teve aprovado um projeto de trama das sete, que está previsto para ir ao ar no segundo semestre de 2026. Depois dela, Daniel Ortiz está na fila.



BATE-PAPO
A cantora sertaneja e ex-BBB Naiara Azevedo é a entrevistada do humorista Danilo Gentili na edição do talk show The Noite que vai ao ar nesta segunda-feira (24), no SBT Rogério Pallata/SBT

JUSTIÇA A Jovem Pan foi condenada a pagar uma indenização por danos morais ao historiador Ian Neves, que tem 493 mil inscritos no YouTube. Ele foi ofendido pelo apresentador Tiago Pavinatto em 2023 e deve receber R$ 40 mil. Cabe recurso.

PRÓXIMOS PASSOS A Warner avalia continuar com a produção de novelas após o bom resultado de "Beleza Fatal" no streaming. "Dona Beja" está em fase de edição, mas é a única trama prevista por enquanto. "Romaria", de Jayme Monjardim, foi descartada.

ASSINOU A Globo renovou o contrato de transmissão de torneios do futebol feminino com a CBF por três anos. O Brasileirão feminino será mostrado até 2027.

Sesc

música
Livia Nestrovski & Fred Ferreira
27/3. Quinta, 19h.
Carmo
Maya Kamaty (REU)
27/3. Quinta, 20h30.
Vila Mariana
Paula Lima
Part.: Luedji Luna
27/3. Quinta, 21h.
Bom Retiro
Roberta Campos
28/3. Sexta, 20h.
Guarulhos
Grupo Fundo de Quintal
28/3.
Sexta, 20h.
Santo André
Leões de Israel
28/3.
Sexta, 20h30.
Belenzinho
Calequi y Las Panteras
Part.: Francisco, El Hombre
28/3.
Sexta, 21h30.
Pompeia

literatura
Introdução ao bajubá
Curso com Amara Moira e Isabella Miranda
25 a 28/3. Terça a sexta, 18h30.
24 de Maio
Clube do livro: A vegetariana
Mediação: Geruza Zelnys
25/3. Terça, 19h30.
14 Bis
Ocupação Leia Lélias: Paragem da Biblioteca
Com Biblioteca Pretuguesa de Mulheres Negras: Lélia Gonzalez
27 e 3/4.
Quintas, 15h.
Vila Mariana

crianças
Pronto-Socorro para Bichos de Pelúcia e Bonecos de Pano
Restauração de brinquedos com Anne Binder
26/3. Quarta, 16h.
Avenida Paulista
Brincadeiras de Quintal
Jogos, brinquedos e brincadeiras com equipe educativa
27/3. Quinta, 14h.
24 de Maio

teatro
Kiwi
Dir.: Luh Maza
Libras: 11 e 12/4
28/3 a 12/4.
Sextas e sábados, 17h.
24 de Maio
Pai contra Mãe ou Você está me Ouvindo?
Com Coletivo Negro
Dir.: Jé Oliveira
Libras: 17/4
Até 27/4.
Quintas a sábados, 20h.
Domingos, 18h.
Exceto 18/4.
3 e 10/4. Quintas, 15h.
Consolação
Dois Papas
Com Zécarlos Machado, Celso Frateschi, Eliana Guttman e Carol Godoy
Até 27/4.
Sextas e sábados, 20h.
Domingos, 18h. Exceto dia 18/4.
11 e 24/4. Sexta e quinta, 15h.
Santo Amaro

pessoas idosas
Mobilidade e transporte público para pessoas idosas, direitos e deveres
Bate-papo com Sandra Gomes
25/3. Terça, 14h.
Consolação

meio ambiente
Permacultura urbana: a regeneração socioambiental nas cidades
Palestra com Vinicius Pereira e Marcio Lozano
26/3. Quarta, 19h.
Centro de Pesquisa e Formação

especial
DIREITOS HUMANOS
REDES COLABORATIVAS
PARA TODAS AS PESSOAS
Programação que visibiliza redes e ações voltadas à promoção dos Direitos Humanos
Caminhos para Justiça: Sociedade Civil e a Defensoria Pública em Rede
Bate-papo com Robson Vasconcelos e Gilmar Rodrigues
25/3. Terça, 14h.
Campo Limpo
Interseccionalidade: feminismo negro frente às opressões da sociedade
Palestra com Carla Akotirene
27/3. Quinta, 20h.
Ipiranga
Os Tr3s Porcos
Espetáculo com A Próxima Companhia
Realização: Sesc Carmo
28/3. Sexta, 13h30.
Praça da Sé
Encarceramento, Resistência e Arte
Bate-papo com Amanda Karoline, Sarau LibertArte e Gih Trajano
28/3. Sexta, 15h.
Interlagos

tecnologias e artes
Estudos de Moda: Pesquisa Criativa e Identidade
Curso com Lucas Betin e Instituto Brasil Eco Fashion
25/3. Terça, 15h.
Casa Verde
Ateliê de costura: pequenas reformas
25/3. Terça, 19h.
Pinheiros
Ferramentas para entender a inteligência artificial
Curso com Horrara Moreira
25 a 28/3. Terça a sexta, 19h30.
Pompeia

exposições
Pausa
26/3 a 3/8.
Terça a sábado, 10h30 às 20h30.
Domingos e feriados, 10h30 às 18h30.
14 Bis
NÓS – Arte & Ciência por Mulheres
Até 30/3.
Quarta a domingo, 10h às 16h30.
Interlagos

saúde
Aquilombamento nas margens: Produção de saúde mental na periferia
Bate-papo com Estefânia Ventura (Kilombrasa) e Quilombaque | Mediação: Margens Clínicas
26/3. Quarta, 19h30.
Avenida Paulista
Tudo me Cabe: Manifesto contra a Gordofobia
Esporte Antigordofobia
Aula aberta com Ellen Valias
25/3. Terça, 19h.
Mogi das Cruzes
Enfrentamento à Gordofobia: raízes sociais e impactos
Palestra com Agnes Arruda
26/3. Quarta, 19h30.
Mogi das Cruzes

cinema
Othelo, o Grande
Dir.: Lucas H. Rossi
BRA | 2023
26/3. Quarta, 18h.
Santo Amaro
Cartola, Música para os Olhos
Dir.: Hilton Lacerda e Lírio Ferreira | BRA | 2006
26/3. Quarta, 19h.
Consolação

circo
Américo
Com Cam Bastera
Realização: Sesc Florêncio de Abreu
26/3. Quarta, 13h30.
Pátio São Bento

esporte e atividade física
Yoga Especial Método Família Rojo
Aula aberta com Marcus Rojo
27 e 28/3. Quinta, 10h e 13h. Sexta, 9h.
Avenida Paulista

ConCretos!
Dir.: Livio Tragtenberg e Jurandir Müller | BRA | 2023
A nova série de 11 episódios aborda a arte concreta desde os anos 1950, explorando suas diferentes linguagens e desdobramentos até os dias de hoje.
Lançamento
26/3. Quarta, 19h.
24 de Maio
Estreia no SescTV
27/3. Quinta, 20h.
sesctv.org.br/concretos

Consulte a Classificação Indicativa das atividades em
SESCSP.ORG.BR

Festival de Curitiba celebra o autor Dalton Trevisan e os seus clássicos

Maior evento do país dedicado ao teatro tem ainda montagem itinerante com Paulo Betti e uma peça baseada nas histórias de vida dos moradores da cidade



Elenco da peça 'Os Mambembes', que abre a programação do Festival de Curitiba Elisa Maciel/Divulgação

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO Artistas embarcam num ônibus já muito rodado por quilômetros pelo Brasil afora para fazer apresentações em pequenas cidades do interior do país.

A maioria do público que os prestigia em praças e nas ruas nunca foi ao teatro, mas os atores itinerantes têm rostos conhecidos graças à televisão, caso de Paulo Betti, Julia Lemmertz, Deborah Evelyn e Claudia Abreu.

A peça "Os Mambembes", uma adaptação do livro de Artur de Azevedo, é metalinguística. Os atores têm viajado pelo interior do Brasil para encenar a história de uma trupe que tenta sobreviver de teatro nas estradas. O espetáculo será apresentado pela primeira vez em um palco na abertura do Festival de Curitiba, o maior evento de teatro do país, nesta segunda-feira, antes de sua estreia no Rio de Janeiro, marcada para o dia 15 de maio.

Os perrengues que fazem do enredo uma comédia foram reais também fora do palco. "O ônibus quebrou, fomos vetados em uma cidade em que o prefeito era de direita, em outra o padre não queria que nos apresentássemos na frente da igreja", conta Emílio de Mello, diretor do espetáculo.

Mas por onde passaram foram prestigiados por um público superior ao esperado —de 2.000 a 3.000 pessoas assistiram a cada apresentação, segundo Mello.

O festival traz também peças feitas fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, caso de 'Laborioso Contato', da trupe Motim, do interior do Ceará, e 'A Velocidade da Luz', de Marco Canali, vindo da Argentina

Muitas relataram que, de fato, nunca tinham ido ao teatro. "As pessoas se interessaram muito. Foi a prova de que não importa se o costume de ir ao teatro existe, ou se há espaço físico que facilite a concentração", afirma ele. "Estouramos a bolha teatral e fomos para o Brasil", acrescenta.

"É uma homenagem ao teatro, ao se representar", diz Fabiula Passini, diretora do festival, sobre a escolha de dar a largada à programação com "Os Mambembes". Outros espetáculos com atores da TV Globo, que já ficaram em cartaz em São Paulo e no Rio de Janeiro, também passam pelo evento.

É o caso de "Ao Vivo", com Renata Sorrah, "Avesso do Avesso", protagonizado por Marcelo Serrado, "Brilho Eterno", com Reynaldo Gianecchini, "O Céu da Língua", com Gregorio Duvivier, e "Prima Facie", com Débora Falabella, que venceu o Shell, o principal prêmio de teatro, de melhor atriz por escolha do júri paulista.

No próximo sábado, haverá um tributo ao ator Ney Latorraca, morto em dezembro, com a presença do viúvo Edi Botelho e uma exposição de fotografias.

Passini destaca a variedade do festival, que traz também peças feitas fora do eixo Rio-São Paulo. É o caso de "Laborioso Contato", encenada pela trupe Motim, do interior do Ceará, e "A Velocidade da Luz", do argentino Marco Canali, que convocou 35 atores e não atores curitibanos para montar um espetáculo baseado nas histórias de suas próprias vidas.

Há ainda produções da capital paranaense, que têm no festival —este ano na sua 33ª edição— uma importante janela de divulgação para o resto do país. É o caso de "Cabaré Haikai", uma encenação da obra de Paulo Leminski, e "Daqui Ninguém Sai", do Teatro Guaíra, o mais tradicional da cidade, que leva ao palco os contos do escritor curitibano Dalton Trevisan, morto em dezembro.

A peça, que agora soa como uma homenagem ao autor, foi batizada pelo próprio Trevisan. É o que conta a diretora, Nena Inoue, veterana do teatro curitibano e próxima ao escritor.

Na história, um grupo de jovens resolve dar vida aos livros, personagens e cartas inéditas de Trevisan. "Não conseguimos pensar em um nome para a peça. Quando contei o enredo para o Dalton, ele disse na hora 'Daqui Ninguém Sai'", lembra Inoue.

A diretora, que como atriz já estrelou várias adaptações dos textos de Trevisan nos palcos, conta que já encontrou o escritor algumas vezes na plateia. "Ele assistia como se não fosse o autor e aplaudia de pé", afirma Inoue.

"Havia respeito pelo teatro, porque, da mesma forma que ele tirava seus personagens das saunas, boates e delegacias, os atores tiram esses personagens da escrita para os presentificar em carne e osso", ela acrescenta.

Além de peças de teatro, o Festival de Curitiba tem apresentações de dança, circo, música e humor, oficinas e performances.

Festival de Curitiba

QUANDO De 24 de março a 6 de abril. **ONDE** Diversos locais de Curitiba. **QUANTO** Grátis a R$ 85, em festivaldecuritiba.com.br

Peça 'Tybyra' conta história de indígena executado, acusado de fazer sexo imoral

Idealizado por Juão Nyn, espetáculo em São Paulo é falado em tupi e relembra a morte de homem vítima da homofobia de colonizadores



O ator Juão Nyn em cena da peça 'Tybyra - Uma Tragédia Indígena Brasileira' Matheus José Maria/Divulgação

Cristina Camargo

SÃO PAULO Apresentar a peça "Tybyra - Uma Tragédia Indígena Brasileira" na França é uma meta do artista potiguara Juão Nyn, em uma espécie de resposta à morte de um indígena tupinambá, no ano de 1614, no episódio que ficou conhecido como o primeiro caso de homofobia no Brasil.

"Foram soldados franceses que mataram o Tybyra em São Luís do Maranhão, não é?", diz Nyn.

Em cartaz no Sesc Avenida Paulista, a peça conta a história do indígena preso à boca de um canhão após ser acusado de práticas sexuais consideradas imorais na época.

O espetáculo foi idealizado por Nyn, também autor da dramaturgia. Ele está em cena ao lado de Clara Potiguara, criadora da trilha sonora. Os dois são dirigidos por Renato Carrera e, antes da estreia, fizeram apresentações em aldeias indígenas em São Paulo.

A história de Tybyra do Maranhão foi resgatada pelo sociólogo e antropólogo Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia. Ele relatou em livro a execução do personagem histórico, o que estimulou a pesquisa de Nyn.

No palco, os artistas mostram o resultado de um processo de resgate do tupi-potiguara, língua de ancestrais que eles não dominavam. A peça é falada no idioma dos povos originários, o que exigiu concentração em dobro.

As legendas aparecem apenas em alguns momentos, para facilitar a continuidade da narrativa.

"Queremos fazer com que o espectador viva outra experiência do teatro. Mais sinestésica, menos cerebral", afirma Nyn.

Quando incorpora o indígena que foi assassinado, Nyn sente o tupi voltando para o seu corpo. "De alguma maneira é uma forma de dançar e cantar. Sinto que é uma metodologia de resgate da língua", afirma o artista.

Juão Nyn acredita que, ao verem o tupi-potiguara em uma obra de arte, os jovens indígenas vão se interessar, tentarão aprender e terão orgulho das suas origens.

Clara Potiguara, nascida na terra indígena de Baía da Traição, na Paraíba, aprendeu tupi na escola, mas também vive um resgate ao lidar com a língua em sua rotina atual de artista. Antes, a língua não fazia parte de seu cotidiano.

Ao mesmo tempo que faz esse resgate, a cantora vive o choque cultural ao passar, pela primeira vez, uma temporada em São Paulo, cidade que não conhecia.

"Saí do interior da Paraíba e vim fazer muitas coisas novas, descobrir coisas novas. Tem sido incrível. Tudo tem sido marcante", afirma a artista.

Ela foi convidada por Nyn para o espetáculo e enxerga a presença no palco do Sesc Avenida Paulista como uma ocupação de novos espaços e expansão de sua música.

A peça começou a ser idealizada em 2019, quando Nyn, artista indígena do Rio Grande do Norte, teve vontade de fazer um monólogo. Ele se lembrou dos relatos orais sobre a história de Tybyra e começou uma pesquisa que deu origem à sua dramaturgia de estreia, publicada em livro e chamada de teatro de retomada.

"O teatro foi a primeira linguagem artística a colonizar o país. Foi utilizada como ferramenta para ensinar o português, o cristianismo", afirma. "Entendi que eu deveria usar o teatro para o contrário —uma ferramenta para devolver a dignidade às línguas, aos corpos e às culturas indígenas."

Tybyra – Uma Tragédia Indígena Brasileira
ONDE Sesc Avenida Paulista - av. Paulista, 119, São Paulo. **QUANDO** Até 6 de abril. **QUANTO** De R$ 12 a R$ 50

CAIXA
APRESENTA
SE VOCÊ TEM ENTRE 15 E 21 ANOS E MORA NO JARDIM ÂNGELA E REGIÃO, INSCREVA-SE JÁ EM UMA DE NOSSAS OFICINAS GRATUITAS!!!
MESTRES DO FUTURO
JARDIM ÂNGELA
mestresdofuturojdangela.com.br
mestresdofuturojardimangela
kavantan
CAIXA
BRASIL

Escritor Didier Eribon faz ensaio de dor e de beleza profunda sobre a velhice de sua mãe

LIVROS
Vida, Velhice e Morte de uma Mulher do Povo
★★★★★
Autor: Didier Eribon. Trad.: Luzmara Curcino. Ed.: Âyiné. R$ 119,90 (320 págs.)

Ronaldo Vitor da Silva

Didier Eribon e os irmãos decidem internar sua mãe em uma clínica de repouso para idosos. A decisão foi tomada frente à crescente debilidade física dela, mas contra seu desejo de seguir em Reims, vilarejo francês onde vivia.

A decisão foi tomada diante dos custos do envelhecimento, que impediam a mãe de ficar só, e da impossibilidade de os filhos se dedicarem integralmente ao cuidado dela. É esse o impasse apresentado no ensaio "Vida, Velhice e Morte de uma Mulher do Povo".

Eribon cria um texto híbrido, que conecta biografia, sociologia, literatura e filosofia. A partir do drama real de um filho que vê a sua mãe definhar, o autor francês abre as conexões que reconstituem a dificuldade de ser idoso numa sociedade pautada pelo louvor à jovialidade do corpo.

Para além da trama da mãe, que tem como porta-voz Eribon, lidamos com a complexidade dos sentimentos vividos pelo escritor, como a angústia e a vergonha.

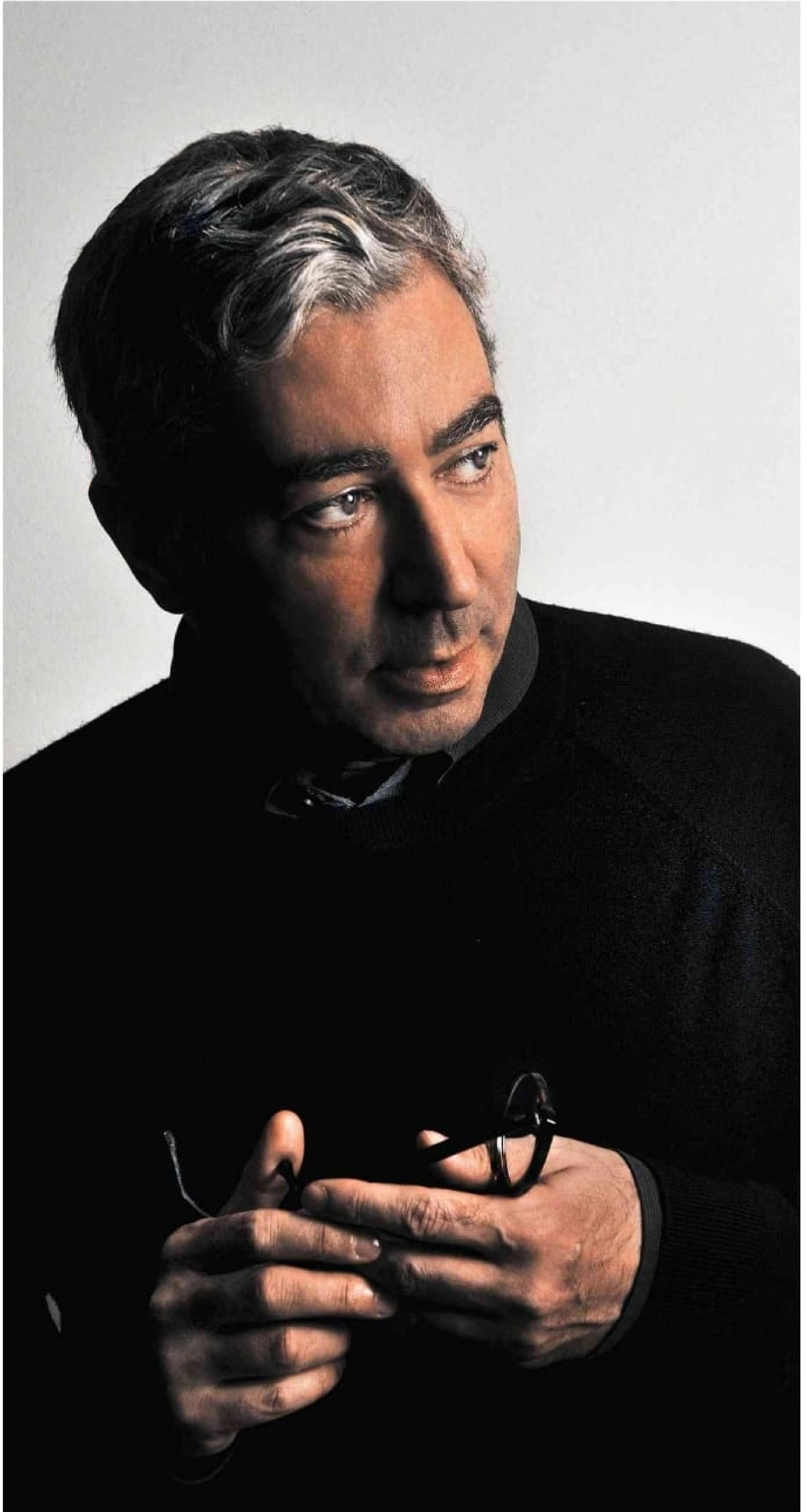
O trabalho do autor —prestigiado sociólogo conhecido por sua biografia de Michel Foucault— cria uma rica análise social, cuja mediação pela literatura permite caminhos incomuns para obras de caráter mais acadêmico.

Sua personagem-título não tem o nome revelado. Essa "mulher do povo" é uma metáfora do banimento social e das representações negativas a que estão expostos os idosos e as classes trabalhadoras. A mudança para a casa de repouso tira a mulher de sua antiga morada, a afasta de seus objetos pessoais e força o início de uma nova etapa em sua vida.

"Quem é levado para esse lugar de repente se encontra desenraizado do seu mundo familiar", escreve Eribon. Daí emerge um turbilhão de emoções, nas quais se destacam o desenraizamento, a desvinculação e o abandono.

Tais sentimentos recrudescem a identidade pessoal da mãe, isto é, diminuem o que é tratado como "território do eu". Se a identidade é construída pelo acúmulo das experiências plurais, no texto de Eribon vemos o contrário — com a internação, há uma perda das referências que permitem a um sujeito se distinguir de outro.

O retrato é dolorido porque confirma o fim da autonomia e da liberdade. Simultaneamente, o ensaio introspectivo não se esquece da realidade imediata e tece críticas aos sistemas públicos e privados de saúde e à precariedade das relações de trabalho.


O escritor e filósofo francês Didier Eribon, autor do livro 'Vida, Velhice e Morte de uma Mulher do Povo' Divulgação



A escritora belga Amélie Nothomb, que transforma o luto pela morte de seu pai em livro Joel Saget/AFP

Amélie Nothomb, autora belga, se despede do pai lembrando a sua história em livro

LIVROS
Primeiro Sangue
★★★★★
Autora: Amélie Nothomb.
Trad.: Daniel Moreira. Ed.: Paris de Histórias. R$ 67,90 (152 págs.)

Vanessa Oliveira

Entendendo um luto mal resolvido, a escritora belga Amélie Nothomb devolveu à vida as cordas vocais do pai. No romance "Primeiro Sangue", Patrick Nothomb é quem conta em primeira pessoa as aventuras de sua infância e seu início de carreira como funcionário diplomático da Bélgica.

Morto na pandemia de coronavírus, ele não se despediu da família. O luto de Nothomb foi escrever. O que lemos nas primeiras páginas é, segundo a autora, o primeiro encontro dele com a morte.

Esse primeiro encontro, que abre o livro e confere à história um ar misterioso, aconteceu em 1964, no Congo, poucos anos depois de o território conquistar a sua independência dos belgas.

O pedaço da história no qual somos inseridos é a tomada de mais de 1.500 reféns brancos em um hotel de Stanleyville. Por meses, os rebeldes pressionavam os governos do Ocidente pelo reconhecimento de sua soberania.

Patrick Nothomb estava lá, foi um dos sobreviventes e escreveu um livro a respeito. Segundo a própria escritora, é um livro que deu errado do ponto de vista literário, já que se detém em detalhes técnicos e políticos e se nega a explorar aspectos humanos da experiência em terras congolesas.

A geopolítica complexa que abre e fecha o livro, porém, não é o foco da obra. Nothomb está em franco reencontro com o pai. Com a versão criança dele, principalmente —uma busca correlata à infância da própria autora.

Desde que nasceu, Nothomb era comparada ao pai pela semelhança física. Às vezes era apresentada pelo nome dele em encontros sociais, algo que tende a criar muita confusão na cabeça de uma criança que ainda precisa se reconhecer como indivíduo.

O trabalho dela nessas páginas é muito mais do que um romance histórico. Sua narrativa clara e cheia de referências, que passam por autores como Dostoiévski, Rimbaud e Baudelaire, é cativante e leva os olhos a percorrerem rapidamente as poucas páginas.

As tensões no Congo são uma moldura. E embora elas sejam pano de fundo, em alguma medida, o intuito de Nothomb é desvendar os medos mais singelos do pai, entender sua sensibilidade fora do comum, pescar detalhes da veia literária da família e apresentar o universo burguês no qual está inserida, que se equilibra entre a negação da decadência e o prestígio que atravessa gerações.

Eufrázio

Aurélio, que festeja 50 anos, se tornou sinônimo de dicionário

Volume foi lançado com grande festa de intelectuais e alcançou imenso apelo popular antes de sucumbir ao mundo da gratuidade da internet

Sérgio Rodrigues

RIO DE JANEIRO O Aurélio, que está completando meio século, não só virou sinônimo brasileiro de dicionário como carrega o orgulho de ter, nas suas variadas edições, vendido nada menos de 15 milhões de exemplares até o fim do contrato com a editora Nova Fronteira, em 2003. Em geral, só a Bíblia atinge esses patamares.

No período desde então, porém —quase metade da sua vida—, o jogo mudou por completo. O parabéns para você entoado na festa dos 50 anos soa meio desenxabido diante da constatação de que os dias de glória passaram.

Não é que o Aurélio, lexicograficamente e editorialmente desafiado em 2001 pelo dicionário Houaiss, tenha perdido espaço. Todos perderam. O mundo agora é outro.

Aquele mundo em que começaram a circular os 18 mil exemplares da tiragem inicial do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, do lexicógrafo alagoano Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, aguardava ansiosamente sua chegada. Notas periódicas na imprensa vinham atiçando expectativas pelo tijolo de 1.536 páginas e 120 mil verbetes. Era março de 1975, início do ano letivo.

A festa de lançamento, na livraria carioca Cobra Norato, de Carlos Lacerda —também dono da Nova Fronteira—, ficou para quatro meses depois, mas confirmou que o novo dicionário nascia popular. Aurélio Ferreira era bem relacionado, e seus amigos estavam todos lá —inclusive os mais avessos a eventos sociais, como o poeta Carlos Drummond de Andrade.

Até o fim do século, o dicionário não pararia mais de vender. A relativa simplicidade de suas definições e abonações literárias —colhidas mais de autores brasileiros recentes do que de velhos clássicos— contribuiu para que a publicação caísse no gosto do público, que nunca deu ouvidos aos rumores eventuais de falta de rigor lexicográfico que circulavam nos meios especializados.

À parte os méritos do produto, a principal razão para o sucesso excepcional do Aurélio parece se inscrever no arco amplo da história da cultura brasileira.

Em 1975, o país achou que já passava da hora de ter o seu grande dicionário. Hoje isso pode soar estranho, mas há meio século a lexicografia nacional ainda não atingira a maioridade.

A língua não era o português? Que se importassem de além-mar nossos dicionários. O Brasil já era independente havia três décadas quando, em 1853, em tom de pedido de desculpas, o lexicógrafo Brás da Costa Rubim lançou o Vocabulário Brasileiro para Servir de Complemento aos Dicionários da Língua Portuguesa.

A mentalidade colonizada começou a mudar no início do século 20, mas o processo era lento. Não faltava ambição ao Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, de 1944, de Laudelino Freire, por exemplo, mas seu estilo era erudito demais. O Aurélio conversava com um novo país —um país que tinha mercado de massa e uma população cada vez mais urbana e educada.

Continua na pág. B9

Edição dos anos 2010 do dicionário Aurélio

Fabio Braga/Folhapress

Continuação da pág. B8

Quando morreu, aos 78 anos, em 1989, o homem por trás do mais famoso dicionário brasileiro não tinha motivo para duvidar da perenidade de sua obra. Mesmo a longa disputa judicial com seus antigos colaboradores, tendo à frente o jornalista Joaquim Campelo, estava apenas no início.

Há dez anos, o Supremo Tribunal Federal daria a vitória final aos herdeiros de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, mas vale lembrar a história de sua parceria apaixonada com Campelo.

Sem Campelo, intelectual maranhense da geração de José Sarney e Ferreira Gullar, muita gente acredita que nunca teria nascido o dicionário agora cinquentão. Era ele o disciplinado, o caxias que, numa empreitada de tanto fôlego, contrabalançava a charmosa inconstância boêmia de Aurélio Ferreira, com seus bolsos sempre cheios de papeizinhos em que anotava palavras e definições.

Aurélio Ferreira teve a felicidade de não ver as vendas de dicionários de papel despencarem, há mais de 20 anos. Além do fato de que buscar verbetes numa tela é incomparavelmente mais fácil e rápido, há a vantagem de que um acervo digital pode ser atualizado sempre.

Tinha chegado a hora de reinventar os grandes dicionários como produtos. O Oxford e outros passaram a fechar seu conteúdo para assinantes —não sem criar sites gratuitos e atraentes com "palavras do dia" e joguinhos. O Merriam-Webster e o Cambridge optaram pela gratuidade da consulta ampla de definições, exemplos e etimologia, reservando os recursos avançados aos pagantes.

O grupo Positivo, de Curitiba, que detém há 22 anos o passe do dicionário nascido carioca, sempre pareceu mais interessado em disponibilizar o Aurélio aos clientes de seus computadores e sua rede de ensino do que ao público em geral. A empresa não divulga números de vendas.

"Os aplicativos bancários substituem a ida ao banco, os aplicativos de comunicação substituem as ligações telefônicas. A consulta a um verbete, da mesma forma, pode ser realizada em um suporte digital simples e eficaz, em vez de em um dicionário impresso pesado e difícil de ser carregado", disse Sue Ellen Halmenschlager, editora responsável por dicionários na Positivo, em 2019.

Também pagos, acessos por aplicativo —e por um plug-in do Google Chrome chamado "Aureliar!", removido do navegador em 2022— não puderam evitar que, num mundo que adora a gratuidade, o Aurélio fosse encolhendo.

Como o Houaiss, que também tem modelo pago, o dicionário número um do mercado brasileiro acabou superado por buscas no Google ou, nos casos em que é preciso maior rigor, por modelos gratuitos como o do Dicio e o do Aulete. O português Priberam, outro que dispensa o pagamento, também cresceu no período.

Seja como for, o prestígio acumulado em sua primeira fase parece suficiente para manter, pelo menos por algum tempo ainda, o substantivo comum "aurélio" como um sinônimo de dicionário na língua brasileira das ruas.

Dicionários e as suas evoluções mostram como os idiomas são dinâmicos e mudam

Obras de referência lexical se transformaram através dos séculos e tiveram maior marco no Brasil com o lançamento do Aurélio há 50 anos

João Rabelo

SÃO PAULO O dicionário —do latim, repertório de frases ou palavras— tem origem no século 1º, quando os gregos criaram os primeiros léxicos que reuniam informações. Mas há indícios de precursores ainda mais antigos desse tipo de texto, como tábuas de argila dos povos sumérios com registros de termos em escrita cuneiforme na Mesopotâmia.

Essas obras de referência, porém, só começaram a ser difundidas após a invenção da imprensa de Gutenberg, no século 15, em um movimento relacionado à história social do conhecimento.

A partir dessa época, como escreveu o historiador britânico Peter Burke neste jornal em 2002, "a demanda por dicionários esteve ligada ao surgimento de práticas culturais que incentivavam seu uso regular, incluindo hábitos de leitura, como o costume de consultar livros em busca de itens específicos de informação, em vez de lê-los do começo ao fim".

De lá para cá, o trabalho dos lexicógrafos —profissionais que elaboram dicionários— foi se aprimorando, passando de uma abordagem geral para formatos mais especializados, diz Ieda Maria Alves, professora de lexicografia da Universidade de São Paulo.

"O nosso Aurélio é considerado o primeiro grande dicionário de referência da língua portuguesa, até por portugueses", afirma.

Alves afirma que a maior dificuldade na tarefa da lexicografia está em definir o termo em si, exigindo redação precisa e homogênea para cada classe de palavras.

Além disso, o trabalho requer cautela ao registrar usos potencialmente controversos, imorais ou ofensivos. Termos relacionados a etnias, grupos religiosos, identidades e comportamento exigem atenção, para garantir que não reforcem preconceitos.

Para se ter uma ideia, há alguns anos, em 2012, a definição do verbete "cigano", no dicionário Houaiss, ainda que identificada como pejorativa, resultou em uma ação do Ministério Público Federal, que pediu a retirada de referências preconceituosas da obra.

A dicionarização também expõe o dinamismo da língua e exige critérios para adições, como certa estabilidade de uso no cotidiano. Para Marco Lucchesi, presidente da Fundação Biblioteca Nacional e imortal da Academia Brasileira de Letras, o trabalho de quem recolhe palavras para o dicionário é inerentemente tardio.

"Os dicionaristas chegam tarde, o que lhes dá certa vantagem, uma vez que entendem quais palavras tendem a permanecer e quais são voláteis, mas ainda assim essenciais para compreender aquela quadra histórica", diz. "Quem legisla isso é a língua viva."

Nesse sentido é que funciona a seção "Novas Palavras", criada na ABL durante a presidência de Lucchesi. A iniciativa destaca termos e expressões recentes, refletindo necessidades do idioma.

Entre os verbetes, estão "aporofobia", a aversão a pessoas pobres ou desfavorecidas, e "dorama", obras audiovisuais de ficção asiáticas em formato de série.

O imortal ressalta sua admiração por esses livros de referência lexical. Especialmente o de latim-português de Raphael Bluteau, publicado no século 18, e que Lucchesi usou na tradução de obras de Umberto Eco como "A Ilha do Dia Anterior" e "Baudolino".

Mas, além dos registros do léxico, os dicionários passaram a apresentar outras categorias. Algumas de caráter prático, como o "Dicionário de Nomes e Lugares" de "Em Busca do Tempo Perdido", de Michel Erman, que auxilia a leitura de Marcel Proust.

Ou aqueles de intenção mais lúdica, como o "Dicionário de Lugares Imaginários", de Alberto Manguel e Gianni Guadalupi, que traz verbetes de locais da ficção tratados como se de fato existissem. Figuram nesse rol a abadia de "O Nome da Rosa", de Eco, o sítio do Picapau Amarelo, da obra de Monteiro Lobato, e a Pasárgada de Manuel Bandeira.

Foi também com essa intenção que o escritor Humberto Werneck criou o seu "O Pai dos Burros", de 2009. No livro, ele reúne frases feitas e lugares-comuns, como "ascensão meteórica", "dispensar apresentação", "rigoroso inquérito" e "anos de chumbo".

A intenção da coleção de clichês que Werneck foi anotando ao longo da carreira "como quem cata conchas na praia" não é a de censurar o uso, mas recomendar desconfiança de automatismos.

"Sempre achei que era preciso seduzir o leitor para ser lido", diz. "Minha santa padroeira é a Sherazade, de 'As Mil e Uma Noites', aquela que salvou o pescoço graças à maneira como contava suas histórias. Não existe contradição maior do que dar uma notícia nova com linguagem velha."



Gravura de Ivan Bilibin que ilustra a capa de 'O Pai dos Burros', de Humberto Werneck Reprodução

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



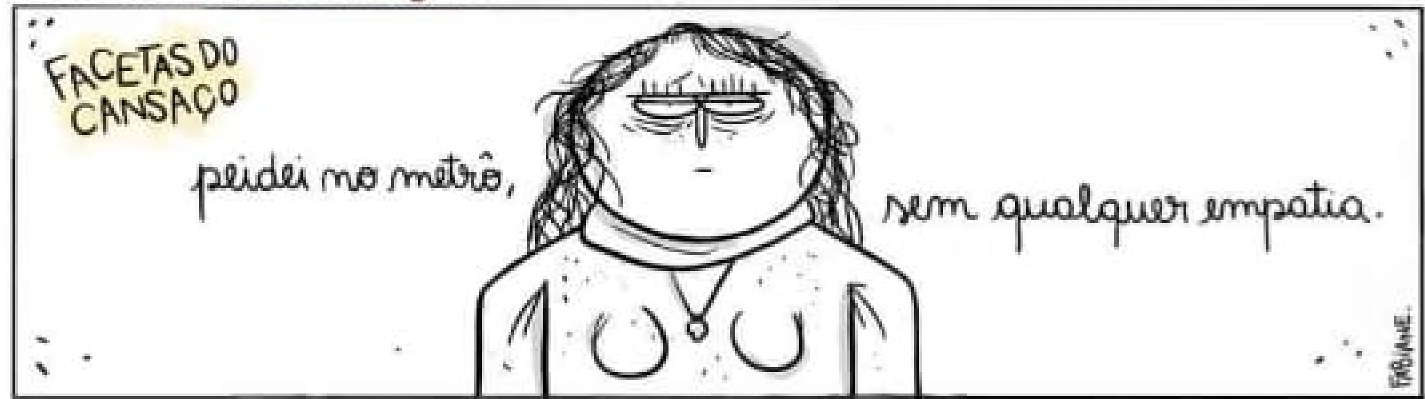
Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU texto.art.br/fsp

FÁCIL

		3	4	1				
9	4	5	2					
			9	6		5		4
3						8		
5	9	7			8	6		
2				5				3
		9	8	4				7
	2					1		5
	3	1			2	4		

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

8	6	3	4	1	5	7	2	9
9	4	5	2	8	7	3	1	6
1	7	2	9	6	3	5	8	4
3	1	4	6	7	9	8	5	2
5	9	7	3	2	8	6	4	1
2	8	6	1	5	4	9	7	3
6	5	9	8	4	1	2	3	7
4	2	8	7	3	6	1	9	5
7	3	1	5	9	2	4	6	8

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. O oposto de Fem / País banhado pelo Atlântico, faz fronteira com Togo, Costa do Marfim e Burkina Fasso **2.** Pequena quantidade indeterminada / O ponto obtido no futebol e no handebol **3.** Leandro Firmino, ator / Que tarda a fazer **4.** Da capital paraense **5.** O músico inglês de pop rock Brian / Cidade catarinense próxima a Rio do Sul **6.** Mesa de jogo **7.** Usada, gasta **8.** Assumir o compromisso matrimonial **9.** Áspero como o vinagre / Beth Carvalho (1946-2019), sambista carioca **10.** Necessidade de tomar água, limonada etc. / Viagem em avião **11.** Objeto construído **12.** Repreensão, descompostura / Fábrica alemã de automóveis **13.** Dois mil e um, em algarismos romanos / Língua especial de um grupo social ou profissional.

VERTICAIS

1. Espécie de uva da França, com as quais são produzidos vinhos muito apreciados / Escola Paulista de Medicina **2.** Cidade mineira do Sul do estado / Desta maneira **3.** O símbolo químico do seabórgio / Famosa marca de chuveiros **4.** A parte mais elevada / Antigo título cortesão e eclesiástico **5.** Uma capital sul-americana, banhada pelo rio da Prata **6.** Apto a exercer uma ação contrária / Reboque **7.** Que está apressada, afobada / Interjeição imitativa de golpe rápido **8.** Que nos pertence / Relativo a árvore **9.** Outro nome da babosa / Típico marsupial australiano.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1					■				
2						■			
3			■						
4									
5				■					■
6								■	■
7	■								■
8	■	■							■
9	■						■		
10	■					■			
11									
12					■				
13				■					

HORIZONTAIS: 1. Masc, Gana, **2.** Algum, Gol, **3.** LF, Moroso, **4.** Belenense, **5.** Eno, Taió, **6.** Carpeta, **7.** Servida, **8.** Noivar, **9.** Azedo, BC, **10.** Sede, Voo, **11.** Estrutura, **12.** Pito, Opel, **13.** MMI, Patoá. **VERTICAIS: 1.** Malbec, EPM, **2.** Alfenas, Assim, **3.** Sg, Lorenzetti, **4.** Cume, Proedro, **5.** Montevidéu, **6.** Reativo, Toa, **7.** Agoniada, Vupt, **8.** Nosso, Arbóreo, **9.** Aloé, Coala.

O ovo do pilantra

O presidente diz estar procurando o pilantra do ovo, mas é preciso cuidado com o espelho

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'A Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela USP

Você não quer saber quem é o pilantra que está tirando o direito do povo brasileiro comer ovo? Mais uma vez, o Lula revela quem é —um populista de esquerda.

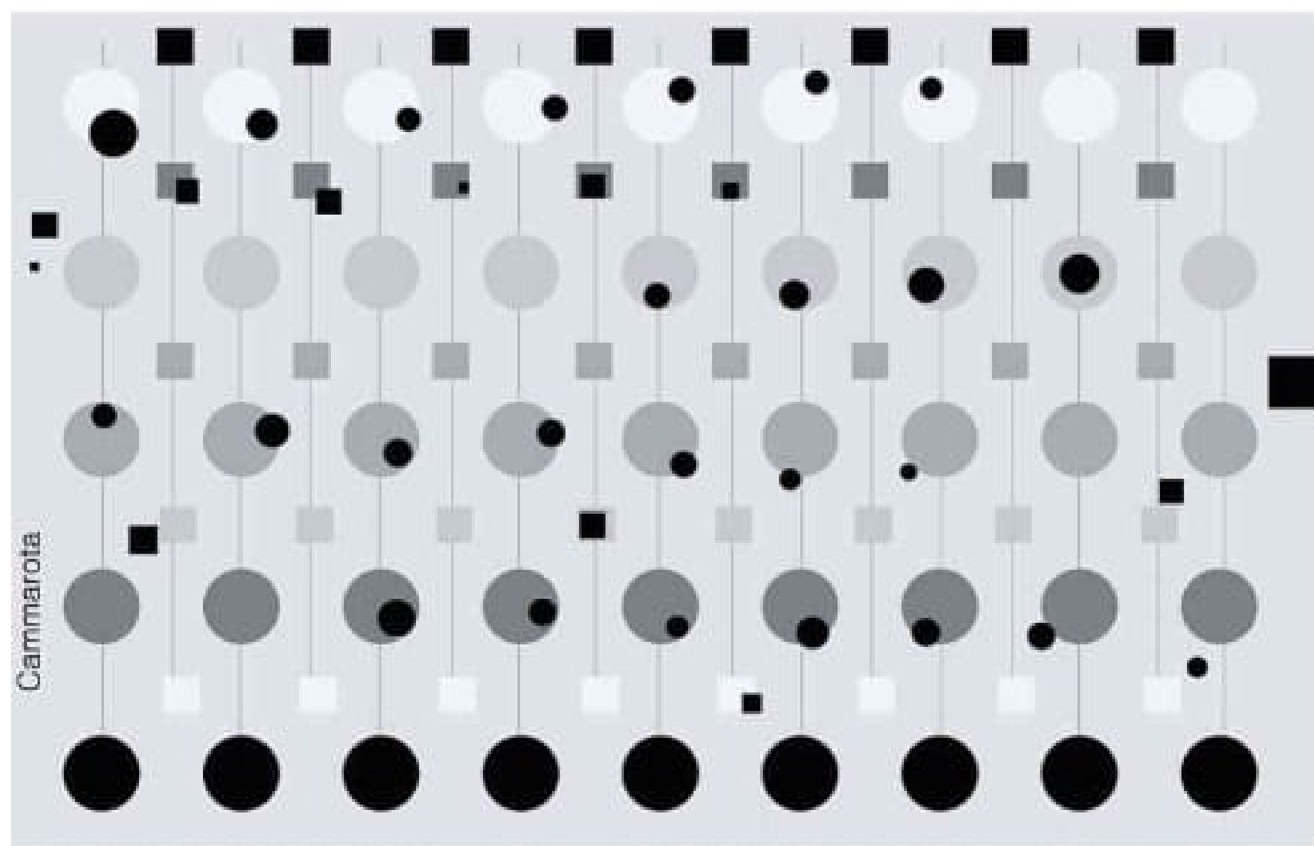
Também gostaria que comer fosse um direito, mas só um mentiroso usa esse fato como se fora de fato um fato. Comer não é um direito —marca da nossa miséria. E o Lula sabe muito bem disso, por isso mente.

A gestão populista da economia do PT derreterá o real, a única coisa que presta que foi feita pelo Brasil por um governo recente, e nosso brilhante primeiro mandatário dirá que é culpa de um pilantra na cadeia produtiva. Argumento petista comum, mas que tem forte apelo na população —tem um milionário roubando meu direito de comer ovo, e o Lula vai me salvar.

O Brasil é um país em que a imensa maioria de sua classe dirigente é feita de pilantras. E o presidente afirma estar procurando o pilantra do ovo? Cuidado com o espelho.

Mais alguns anos com esse perfil de políticos e do alto escalão do Judiciário, o país baterá nas rochas, culpando Trump, Musk, o capitalismo, enfim, qualquer um menos eles. Trata-se de uma tragédia específica que não podemos contar com a inteligência pública, quase toda vendida ao PT.

Impressionante ver como se deduz a inflação do ovo a partir do aquecimento global. Muito calor, pouco milho, produtor dá menos milho para a galinha, ela põe menos ovo, você paga mais caro pelo ovo. Como ficou fácil explicar tudo "cientificamente". Ninguém é responsável pelo que acontece, só o produtor e quem "não acredita no aquecimento global", como se "acreditar no aquecimento global" fizesse de você uma pessoa pura, pertencente ao clube dos santos. O século 21 deixou a inteligência burra.



Ricardo Cammarota

Como ficou fácil explicar tudo 'cientificamente'. Ninguém é responsável pelo que acontece, só o produtor e quem 'não acredita no aquecimento global', como se 'acreditar no aquecimento global' fizesse de você uma pessoa pura, do clube dos santos. O século 21 deixou a inteligência burra

A mesma coisa para o caos elétrico e os alagamentos em São Paulo. O descuido evidente de várias prefeituras com as árvores e as bocas de lobo, além da incapacidade dos responsáveis do setor privado pela rede elétrica de enfrentar a desordem crescente da cidade, não existem. O que o brilhante inteligentinho com PhD afirma é que tudo isso é causado pelo aquecimento global.

Não se trata de negá-lo. Trata-se de perceber como "aquecimento global" ou "crise climática" virou uma cifra para falar algo que parece fazer sentido, mas que são, na verdade, palavras vazias. Chove muito, aquecimento global, chove pouco, aquecimento global. A perda da soberania na Amazônia para o crime organizado, aquecimento global. Queda na popularidade do Lula, aquecimento global. Juros altos, aquecimento global. A pilantragem também tem PhD.

Apesar de todas as juras de amor ao planeta, todo mundo, inclusive o santo Lula que pode destruir o país, e ainda assim será santo, continuará perfurando e faturando. Nada segura o progresso. E os ricos europeus, com seu manto da santidade pós-Segunda Guerra, continuarão posando contra a matriz fóssil, por uma única razão —podem posar, têm grana, pelo menos por um tempo. Que os pobres paguem a conta do estrago.

O que a era Trump/Putin poderá provar é que a geopolítica e a política segundo a justiça foi uma balada de pilantras que começa a acabar e a geopolítica e a política voltam a ser o que sempre foram —a guerra por outros meios.

Há muito tempo que a filosofia avisa que o mundo do poder é um circo, mas aqueles que buscam o pilantra do ovo ou o ovo do pilantra juram não ser, claro, para seu próprio bem.

Que os bolsonaristas de plantão não venham com seu ressentimento dizer que "avisaram". Bolsonaro foi e é uma catástrofe, humilhou qualquer tentativa de ajudar o país e se livrar da gangue do PT, e continua humilhando e empatando a f... de quem quer construir alguma opção à tragédia que seria o PT levar 2026 para o seu saco e seu cofre.

A imensa maioria da classe política brasileira só está preocupada com a manutenção dos seus esquemas de corrupção. Trabalham para isso 24 horas por dia, sete dias por semana, mais do que que vão a Brasília e seu modo "TQQ" de operar —terça, quarta e quinta em Brasília, o resto na piscina de casa no seu estado de origem.

Uma catástrofe doída de ver é o alto escalão do Judiciário entrar na ciranda dos abusos de orçamento, assim como se afundar nas paixões políticas partidárias, destruindo a percepção do Estado de Direito no país, o que, por sua vez, reforça o niilismo político que existe entre nós.

É comum se referir ao filme de Ingmar Bergman "O Ovo da Serpente", de 1977, como o filme que descreve o início da tragédia nazista. Pois bem, o ovo do pilantra decanta o ovo da nossa serpente, a prática política que destruiu e insiste em destruir o nosso país.

SEG. Luiz Felipe Pondé **TER. João Pereira Coutinho** QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SAB. Mario Sergio Cont

MULTITELA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com

Filme que venceu Oscar mostra aliança de judeu com ativista palestino

Sem Chão
Para aluguel Prime Video e Apple, 14 anos
Recém-premiado com o Oscar de melhor documentário, "Sem Chão" foi filmado ao longo de cinco anos e acompanha a história de Basel Adra, um jovem ativista palestino, e Yuval Abraham, um jornalista israelense. Os dois formam uma aliança inusitada em Masafer Yatta, um conjunto de vilas palestinas na Cisjordânia que é destruída aos poucos, refletindo a realidade de quem cresceu em meio à guerra, sem estabilidade ou senso de segurança.

David Blaine: Magia Inesperada
Disney+, 14 anos
Na série produzida pela National Geographic, David Blaine explora diferentes culturas sob o olhar de um mágico. Ele conhece artistas de todos os tipos e aprende novos truques no Brasil, no sudeste asiático, na Índia, no Círculo Polar Ártico e no sul da África.





Roda Viva
TV Cultura, 22h, livre
No centro da roda nesta semana, o entrevistado é o cardiologista Roberto Kalil Filho, diretor do centro de cardiologia do hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, apresentador de TV e médico de dezenas de figuras públicas, entre eles o presidente Lula e a cantora Preta Gil

Cine Marcial
Combate, 19h30, livre
A minissérie documental resgata filmes clássicos de artes marciais —"Operação Dragão", "Rocky" et cetera— e mostra como eles impactaram a vida de grandes profissionais da luta, como Esquiva Falcão e Royce Gracie. Um episódio por dia, de segunda a sexta-feira.

Um Corpo que Cai
Telecine Cult, 22h, 14 anos
Alfred Hitchcock inovou o suspense em 1958 quando usou o efeito "vertigo" neste filme, em que a câmera e o zoom se movem ao mesmo tempo, acentuando a sensação de vertigem. É sobre um ex-detetive que se apaixona por uma mulher que parece estar possuída pelo espírito de uma antepassada sua.

One to One
Globoplay e Bis, 23h, 10 anos
O documentário "One to One: John & Yoko", que chega aos cinemas neste ano, retrata a turbulenta vida do casal em 1972 durante este show, o último de Lennon, que aconteceu no Madison Square Garden, em Nova York. "One to One" é beneficente e tem participações de Stevie Wonder e Eric Clapton.

Celebridade
Viva, 23h, 14 anos
A novela trata de ascensão social e alcoolismo no universo de pessoas famosas. O conflito principal acontece entre a invejosa Laura Prudente da Costa, personagem de Cláudia Abreu, e a empresária Maria Clara Diniz, a de Malu Mader. Conta com participações de Rita Lee, Gal Costa e Martinho da Vila, entre outros artistas.

MÚSICA

Juiz inocenta Mariah Carey em ação por hit natalino 'All I Want for Christmas Is You'

THE NEW YORK TIMES "All I Want for Christmas Is You", ou tudo o que eu quero para o Natal é você, o hit de Mariah Carey que se tornou um sucesso perene de Natal, não foi roubado de outros compositores, decidiu uma juíza federal em Los Angeles na semana passada.

Além de rejeitar o caso de direitos autorais, a juíza, Mónica Ramírez Almadani, ordenou que os dois compositores que entraram com o processo pagassem pelo menos parte dos honorários advocatícios de Mariah Carey e Walter Afanasieff, seu coautor e corréu.

O processo, movido pelos criadores de uma música de mesmo nome, exigia US$ 20 milhões, ou cerca de R$ 115 milhões, em indenizações.



Protesto contra as medidas da gestão Trump no Lincoln Memorial em Washington, no dia 7 deste mês Fotos Kent Nishimura/Reuters

Cortes do governo Trump na ciência atingem pesquisadores brasileiros

Redução de verbas espalha apreensão, com temores de perda de salário e fim de projetos de pesquisa voltados para questões de saúde e diversidade

Ana Bottallo

SÃO PAULO Os recentes cortes do governo Donald Trump no fomento à ciência também atingiram brasileiros que atuam nos Estados Unidos.

Em sua volta à Casa Branca, o republicano vem promovendo redução de verbas e de postos sob o argumento de racionalizar o governo, ideia propagada por seu aliado Elon Musk, à frente do Doge (Departamento de Eficiência Governamental).

As medidas vêm alcançando tanto agências, como a Noaa (Administração Nacional Oceânica e Atmosférica) e EPA (Agência de Proteção Ambiental), quanto universidades, a exemplo de Harvard e Columbia. Só na Universidade Johns Hopkins, centro de pesquisa importante na área médica global e de onde saíam boletins diários de novos casos e óbitos da Covid no mundo na pandemia, mais de 2.000 funcionários foram desligados.

No último dia 13, o físico Vitor Mori, 33, soube que uma pesquisa em andamento em seu laboratório sobre hesitação vacinal em adolescentes no Brasil foi cancelada pelo NIH (Instituto Nacional de Saúde, principal financiador de pesquisas em saúde nos EUA). Interrupções de outros estudos em andamento sobre saúde e vacinação foram relatados nas redes sociais.

Ele, que é professor assistente na Universidade de Vermont (em Vermont), não teve uma outra pesquisa sua, que busca entender a relação do tratamento de câncer de pulmão com intervenções medicamentosas, como imunoterapias, afetada no momento. Existe, entretanto, o temor de que isso possa ocorrer.



No Lincoln Memorial, manifestantes seguram cartazes contra os cortes do governo que resultaram em demissões em agências e universidades

"Estamos vendo as demissões em painéis de revisão, que são os avaliadores para dar os grants [bolsas de pesquisa], e isso pode afetar todo o planejamento do estudo. Existe a incerteza de conseguir manter as equipes de pesquisa nesse período", diz Mori.

O cenário de incerteza, a seu ver, pode ser especialmente preocupante para pesquisadores de fora, pois eles dependem da renovação dos projetos para a manutenção dos vistos de trabalho.

No caso da bióloga Adriana Moriguchi Jeckel, 36, a incerteza cerca seu salário. Ela é pesquisadora de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley.

O salário dela é atrelado ao financiamento do NIH à pesquisa de sua coordenadora. O estudo envolve toxinas e a evolução de defesa química em anfíbios e, segundo ela, não houve indício no momento de que possa ser interrompido. Contudo, isso só vai se confirmar mesmo em agosto, quando for feita a renovação.

Outros efeitos indiretos também preocupam. A administração Trump reduziu em mais de 40% a verba destinada a fins administrativos nas instituições, passando de 50% a 60% (a depender da instituição) para apenas 15%. Na prática, para cada US$ 1 investido, projetos do NIH recebem um adicional que pode chegar a 65% para custeio indireto, como manutenção de laboratório e pagamento de conta d'água e de equipamentos.

> **Estamos vendo as demissões em painéis de revisão, que são os avaliadores para dar os grant [bolsas de pesquisa], e isso pode afetar todo o planejamento do estudo. Existe a incerteza de conseguir manter as equipes nesse período**
>
> **Vitor Mori, 33**
> físico e professor assistente da Universidade de Vermont

> **Ficar em um país que não vai investir em ciência, sem oportunidades para minha carreira... é melhor voltar para o meu país, onde tenho direitos, não sou considerada imigrante**
>
> **Adriana Jeckel, 36**
> bióloga e pesquisadora associada de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley

"O meu salário de pesquisador é um custo direto da pesquisa, então não foi afetado. Mas os custos indiretos são importantes para manter a infraestrutura do laboratório rodando", afirma Rafael Lopes, 35, pesquisador de pós-doutorado associado na Universidade de Yale, no estado de Connecticut. "Se não tiver condições para fazer os experimentos práticos, eu que sou um pesquisador mais da área de análise de dados, vou ser afetado também."

"Neste momento, ele [Trump] se vê como um salvador da pátria que vai contra aqueles que ele acredita que foram injustos com ele no passado, e ele se justifica de modo a colocar isso como a vontade dos eleitores", critica o pesquisador.

Alice Kamphorst, 45, professora assistente de oncologia no Hospital Mount Sinai em Nova York e coordenadora do Kamphorst Lab do hospital, afirma que o clima é de apreensão nos corredores do hospital judaico.

Segundo ela, nesta época já deveriam receber os primeiros alunos para o curso de doutorado no Mount Sinai. No entanto, devido ao cenário de incerteza, ainda não fizeram nenhuma admissão.

"Acho que o fator principal foi a surpresa e a velocidade, com que tudo aconteceu, porque isso nunca foi visto antes na história dos Estados Unidos", diz ela. "Mesmo o NIH, ele sempre foi defendido por republicanos e democratas."

"Fomos orientados até a tirar a palavra 'vírus' de projetos, para evitar o cancelamento do financiamento", afirma a docente.

Outra brasileira no Hospital Mount Sinai também foi afetada pelos cortes do governo Trump. Ela, que pediu para não ter seu nome divulgado, foi informada que seu projeto submetido como parte de um edital de diversidade do NIH para aumentar a representação de latinos e outras minorias em instituições de pesquisa foi negado.

A bióloga Adriana Jeckel esteve no último dia 7 em uma manifestação de cientistas na Universidade da Califórnia. Ela vê um paralelo entre esse ato e a Marcha pela Ciência no Brasil, em 2019, da qual também participou. À época, Jair Bolsonaro (PL), admirador de Trump, era presidente.

Na ocasião, pesquisadores brasileiros defendiam a manutenção do investimento na ciência e criticavam os cortes no orçamento do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). Na passeata californiana, o ato também era em apoio ao financiamento público à pesquisa, além da crítica a gestão Trump.

Diante do cenário nos EUA, os cientistas não descartam a possibilidade de retornar ao Brasil.

"Não sei se voltaria para o país, pois continua muito aquém no investimento em pesquisa, mas é um dos lugares onde me formei cientista e gostaria de voltar a contribuir", afirma Lopes.

"Ficar em um país que não vai investir em ciência, sem oportunidades para minha carreira... é melhor voltar para o meu país, onde tenho direitos, não sou considerada imigrante", diz Adriana Jeckel, pensando também no futuro de sua filha de cinco meses.

Enxame de satélites de Musk aflige astronomia

Starlink multiplica objetos em órbita que atrapalham telescópios

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

A cada enxadada, uma minhoca. Basta voltar atenção a qualquer coisa bolada por Elon Musk para topar com coisa ruim. Além de exterminar o serviço público nos EUA, o Doge de Trump também está no encalço da astronomia.

Neste caso é o empresário, e não o mandachuva sul-africano não eleito, que põe em risco todo um setor de pesquisa. Sua empresa Starlink pôs em órbita uma muvuca de satélites que prejudica a visão dos maiores telescópios do mundo.

O enxame de artefatos em torno da Terra teve crescimento exponencial em cinco anos, chegando a 11 mil. Desses, 7.000 abastecem com terabits as pequenas antenas da Starlink, que levam cobertura a lugares remotos como a amazônia. A firma de Musk e outras têm planos para lançar dezenas de milhares de satélites. Toda tecnologia benéfica tem efeitos não pretendidos. Conexão à internet é uma dádiva para comunidades indígenas ou ribeirinhas isoladas, mas também facilita a vida de garimpeiros, madeireiros, traficantes e grileiros.

Os satélites da Starlink e outras empresas riscam o céu noturno com quantidade crescente de pontos mais, ou menos, brilhantes, a depender de tamanho, formato e distância. Em 2017, o reflexo de um fragmento de satélite foi confundido com uma rajada de raios gama, informa Alexandra Witze na Nature.

Não é brincadeira: satélites obrigam astrônomos a monitorar seus percursos, de modo a evitar observações quando os objetos estão passando. Existem bancos de dados para mapear trajetórias, mas não são ultraprecisos, porque elas podem mudar pelo atrito com a atmosfera ou por manobras de posicionamento.

Além de refletirem luz, alguns artefatos emitem radiação eletromagnética que atrapalha estudos por radiotelescópios. A interferência tende a piorar com o advento de satélites que se comunicam direto com celulares

Um dos focos de preocupação está no topo de uma montanha no Chile, o Observatório Vera C. Rubin. Dotado de telescópio com espelho de 8,4 m, pode registrar um milhar de instantâneos detalhados por noite, para compor um levantamento do céu austral em dez anos e, por exemplo, captar asteroides na rota da Terra.

Nesse período, estima-se que até 40 mil satélites poderão estar circulando sobre o Rubin. Caso isso se concretize, cerca de um décimo das imagens geradas flagrarão a passagem de pelo menos um desses aparelhos.

O desenvolvimento das tecnologias de telecomunicação pode criar outros problemas. Novas versões de satélites precisarão ser lançadas, e os obsoletos passarão a integrar o lixo espacial em órbita.

Há mais. Além de refletirem luz, alguns artefatos emitem radiação eletromagnética que atrapalha estudos por radiotelescópios. A interferência tende a piorar com o advento de satélites que se comunicam direto com celulares, como fazem antenas em terra.

Não bastasse, a explosão populacional de satélites também gera poluição química, não só radiante. Além do monóxido de carbono e do CO_2 emitidos em sua produção e por foguetes de lançamento, a reentrada dos aparatos aposentados pulveriza e espalha um monte de compostos pela atmosfera, como metais.

Mais uma razão para regular internacionalmente o lançamento de satélites. Só que não: estamos em pleno retrocesso na concertação de esforços para resolver problema muito mais grave, a crise do clima. Se não mantemos nem a casa terrena limpa, é vão esperar disciplina do capitalismo da porta para fora —no espaço.

DOM. Reinaldo José Lopes SEG. Marcelo Leite, Mensageiro Sideral
TER. Álvaro Machado Dias QUA. Marcelo Viana
SEX. Suzana Herculano-Houzel SAB. Marcia Castro



A iguana-de-crista-de-Fiji (Brachylophus vitiensis), 1 das 4 espécies do lagarto que habitam Fiji Nicholas Hess

Ancestral de iguana flutuou por 8.000 quilômetros da América do Norte até Fiji

Viagem descrita em pesquisa é a mais longa dispersão transoceânica de uma espécie de vertebrado não voadora e não humana, diz estudo

Ana Bottallo

SÃO PAULO Conhecidas por sua cauda longa e crista de escamas nas costas, as iguanas parecem ter alcançado o posto de maiores deslocadores não voadores e não humanos entre os vertebrados: mais de 8.000 quilômetros flutuando no oceano Pacífico, da América do Norte até Fiji, possivelmente em cima de um pedaço de pau ou de uma vegetação.

O ato surpreendente, que se estima que tenha ocorrido entre 34 e 30 milhões de anos atrás com um ancestral da iguana do deserto da América do Norte (*Dipsosaurus dorsalis*), levou à evolução de um conjunto de espécies insulares, incluindo a iguana-de-crista-de-Fiji (*Brachylophus vitiensis*), uma das quatro espécies do grupo a habitar Fiji, no Pacífico.

A longuíssima viagem foi possível porque esses animais conseguem ficar sem se alimentar, e por aguentarem o calor e a exposição solar por um longo período.

Essa é a mais longa dispersão transoceânica documentada em vertebrados terrestres, segundo estudo publicado no último dia 17 na revista especializada PNAS (Proceedings of the National Academy of Sciences). O achado pode ajudar a compreender aspectos biogeográficos importantes da diversificação do grupo.

Tudo começou a partir de um projeto maior com o objetivo de estudar as relações evolutivas dos lagartos do grupo Iguania, do qual fazem parte as iguanas e camaleões, entre outros.

Simon Scarpetta, professor assistente da Universidade de São Francisco e primeiro autor do estudo, realizava seu pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, quando se deparou com uma relação próxima das iguanas do deserto (gênero *Dipsosaurus*) com a espécie de Fiji (gênero *Brachylophus*).

"Após essa descoberta inicial, eu quis investigar esse quebra-cabeça biogeográfico", disse à Folha, fazendo referência ao fato de as duas espécies estarem mais de 8.000 quilômetros distantes entre si.

Ele se juntou a Jim McGuire, seu então orientador no pós-doutorado em Berkeley, e Robert Fisher, um entusiasta do grupo e pesquisador do Serviço Geológico dos Estados Unidos. O trio decidiu seguir com um projeto à parte, que recebeu apoio do órgão federal de ciência, o NSF, só para desvendar esse nó.

Os cientistas analisaram mais de 4.000 áreas do genoma de representantes dos 14 gêneros de iguanas existentes no mundo, incluindo 150 genes-alvo presentes apenas no clado Pleurodonta (do qual fazem parte as iguanas).

"Expandimos o conjunto de dados para esse estudo, e eles foram centrais para encontrar uma evidência sólida a favor da relação de parentesco entre *Brachylophus* e *Dipsosaurus*", afirma Scarpetta.

4.000

áreas do genoma de indivíduos dos 14 gêneros de iguanas existentes no mundo, incluindo 150 genes-alvo presentes só no clado Pleurodonta (do qual fazem parte as iguanas), foram analisadas no estudo

O próximo passo era tentar elucidar o tempo de divergência (separação) entre as espécies, chegando a uma idade provável do ancestral viajante a partir de material fóssil ancestral de iguanas na América do Norte.

Isso porque há diversos registros de fósseis considerados como iguanas primitivas nos EUA e no México, mas não há registro para o sudeste asiático ou para Fiji e Tonga, o que indica que a espécie ancestral aportou nas ilhas oceânicas em algum momento após o surgimento do grupo no continente americano.

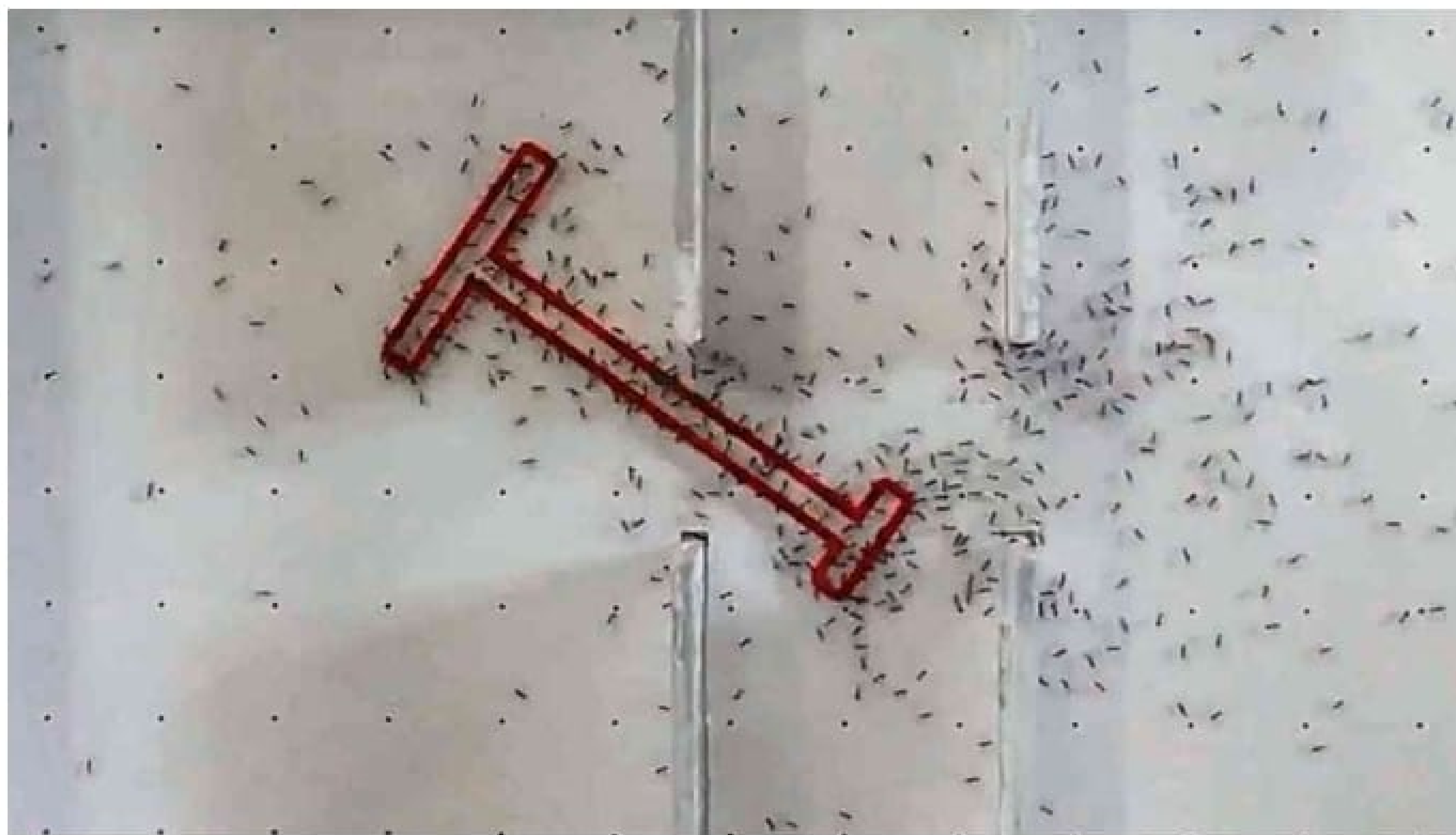
Novamente, os dados corroboraram a origem a partir de um ancestral dos lagartos pelo oceano Pacífico até a região insular.

"Uma hipótese antiga era que ancestrais de iguanas estavam presentes no hemisfério oriental, e algumas das dispersões alternativas incluem uma rota terrestre via estreito de Bering ou uma rota sul através da América do Sul e Austrália e/ou Antártida, mas não há nenhuma evidência que favoreça essas hipóteses", diz.

Segundo Scarpetta, os dados genéticos, a idade e os modelos biogeográficos propostos reforçam uma origem comum de *Brachylophus* e *Dipsosaurus* a partir de um ancestral entre 34 e 30 milhões de anos atrás, próximo ou logo após a origem do arquipélago.

"Nossa pesquisa mostra o que é possível na biogeografia de vertebrados não voadores e não humanos, isto é, dispersões pelos oceanos por pelo menos 8.000 quilômetros", diz Scarpetta.

Eufrázio





Grupos grandes de formigas (acima) e de humanos resolvendo o problema apresentado Fotos Instituto Weizmann de Ciência/Pnas

Quem resolve melhor um problema, grupos de humanos ou de formigas?

Pesquisa diz que, em média, os solucionadores da nossa espécie tiveram um desempenho melhor; porém, trabalho das formigas melhora em equipe

Phillippe Watanabe

BOGOTÁ Um problema; duas espécies na tentativa de resolução. Quem levará a melhor? Poderia ser um novo reality show, mas é só um estudo comparando a capacidade para resolução coletiva de problemas de formigas e seres humanos. O resultado: um ótimo trabalho em conjunto desses frenéticos artrópodes e, para nós, dificuldades de trabalho coletivo, especialmente se não há comunicação —algo que quem já teve viagens desagradáveis em grupo pode atestar.

A pesquisa com os resultados foi publicada no fim do ano passado na revista científica PNAS. Os cientistas são do Instituto Weizmann de Ciência e da Universidade de Haifa, em Israel. O experimento contou com 1.251 participantes humanos e cinco colônias de formigas.

O grupo pôs frente a frente, por assim dizer, o *Homo sapiens* e a *Paratrechina longicornis* —conhecida pelo curioso nome de Longhorn crazy ant, ou algo como formiga-louca-de-chifre-longo. O objetivo das duas espécies era manobrar um objeto através de espaços que não comportariam uma passagem direta. As performances foram observadas olhando, por exemplo, tentativas bem-sucedidas e distância percorrida pelos caminhos tentados.

Os cientistas colocaram uma única formiga para tentar levar o objeto através dos obstáculos e fizeram o mesmo com uma única pessoa. Vale destacar que há várias possibilidades de solução para o problema.

Neste primeiro caso, somente uma formiga era permitida no recinto do experimento. Se outra entrasse, era jogada para fora pelo sopro do/da cientista realizando a experiência.

Os cientistas determinaram que, para grupos de formigas, se o transporte do objeto não fosse feito em 30 minutos, a tentativa seria considerada não concretizada. Para uma formiga solitária, a tarefa se mostrou um desafio e tanto. Elas não conseguiam carregar o objeto por distâncias significativas no recinto do experimento nessa meia hora. Os cientistas, então, deixaram que elas movessem o objeto por horas.

1.251
pessoas participaram da pesquisa

5
colônias de formigas *Paratrechina longicornis* participaram

30
minutos era o tempo disponível, tanto para humanos como para formigas, para resolução do problema

Dois dos três experimentos com uma formiga chegaram a dias.

Durante muito tempo na experiência individual com formigas, o recinto ficava vazio, porque era permitido o trânsito livre do bichinhos, que constantemente tentavam ir recrutar mais parceiros.

Na experiência com humanos, todos os problemas foram resolvidos e nenhum excedeu os 30 minutos. Ponto para nós!

Talvez você esteja se perguntando. Como convenceram formigas a participarem do estudo? Bom, basicamente, fizeram um objeto que parecia comida para que elas quisessem levá-lo para casa —o cômodo final tinha abertura para o formigueiro.

Para as pessoas os cientistas somente instruíram o que fazer.

Além da versão individual, os cientistas também fizeram o experimento em grupos pequenos (em média, 7 formigas; e de 6 a 9 pessoas) e em grandes (em média 80 formigas; e 16 a 26 pessoas).

Com humanos, houve uma subdivisão a mais: parte tinha possibilidade de comunicação ilimitada; e a outra tinha grandes restrições —as pessoas não podiam falar ou usar gestos, além de utilizar máscaras e óculos escuros.

Na média, os solucionadores humanos tiveram um desempenho melhor do que as formigas. Mas as melhores formigas solucionadoras superaram os piores desempenhos humanos.

Em grupos maiores, as formigas tiveram desempenhos significativamente melhores do que as solitárias ou menores aglomerados. Isso ocorre, segundo a pesquisa, por uma persistência de movimento, que leva o objeto carregado a ser deslizado pelas barreiras.

Os cientistas dizem que a persistência citada é traduzida em certa memória coletiva de curto prazo, que armazena a direção do movimento temporariamente.

"A memória permite que a carga maior se mova de maneira mais determinística do que a menor e exiba um movimento sistemático que possibilita transições eficientes ao longo das diferentes regiões do quebra-cabeça", dizem os pesquisadores.

Os cientistas dizem que são raros os exemplos de habilidades cognitivas adquiridas mediante agrupamentos, um deles é o de peixes que expandem o alcance sensorial ao se agruparem.

A memória emergente dos grupos grandes de formigas permite uma varredura quase determinística e persistente das paredes do quebra-cabeça.

"Memória, movimento direcionado, busca sistemática e o uso de heurísticas são características dos solucionadores humanos. Assim, a expansão de sua caixa de ferramentas cognitivas permite que grandes grupos de formigas enfrentem o enigma de maneiras que se assemelham aos solucionadores humanos", dizem os pesquisadores.

No caso humano, o maior número de indivíduos não melhora a performance, pelo contrário. E com comunicação livre? Nesse caso, a situação muda e há um desempenho melhor —marginalmente, porém— em relação a um único indivíduo humano.

Eufrázio

ciência

MENSAGEIRO SIDERAL

A projeção do destino do Universo

Estudo de três anos faz balançar o modelo cosmológico padrão

Salvador Nogueira
salvadornogueira@gmail.com

Após observar o céu por três anos, registrando nada menos que 15 milhões de galáxias espalhadas pelo cosmos, e combinar esses resultados a dados de outras iniciativas, o projeto internacional Desi sugere que a energia responsável pela acelerada expansão do Universo pode variar com o tempo.

Estamos falando do misterioso ente que os astrônomos chamam de "energia escura", por falta de um nome melhor. Ninguém sabe o que ela é, mas, desde sua descoberta, nos anos 1990, a melhor forma de encaixá-la no modelo cosmológico padrão foi tratá-la como uma constante cosmológica (ideia emprestada de Albert Einstein, que introduziu esse elemento em sua teoria da relatividade geral em 1916, pelos motivos errados). Ou seja, presumia que a densidade de energia escura no espaço permanecia constante ao longo do tempo, mesmo diante da expansão cósmica.

Até agora, essa noção permitiu descrever de forma aproximadamente correta, consistente com as observações, o que ocorreu no Universo desde o Big Bang, há cerca de 13,8 bilhões de anos. Com efeito, até mesmo os novos dados do Desi, sigla para instrumento espectroscópico de energia escura, resultado de três anos de operação em um telescópio no Observatório Nacional de Kitt Peak, nos EUA, ainda seguem compatíveis com esse modelo padrão.

Contudo, a coisa muda de figura quando esses resultados, que medem o deslocamento de milhões de galáxias às mais variadas distâncias, são combinados a outras medições, como as de supernovas, lentes gravitacionais fracas e radiação cósmica de fundo (o eco luminoso do Big Bang).

Juntando tudo, o quadro se desvia do modelo padrão e parece sugerir que a energia escura varia com o tempo. Segundo o grupo internacional de pesquisadores, que apresentou seus resultados em uma série de artigos no repositório arXiv e em uma reunião da APS (Sociedade Física Americana) na semana passada na Califórnia, a energia escura parece estar perdendo força com o tempo.

50 milhões
de galáxias; esse é o montante que se espera que o projeto internacional Desi registre dentro de cinco anos

Ainda não é conclusão segura. Normalmente, para físicos proclamarem uma descoberta, eles se obrigam a obter uma significância estatística de 5-sigma, ou seja, que a probabilidade de que o resultado possa ser fruto do acaso seja de 1 em 3,5 milhões. De acordo com os novos estudos, com diferentes combinações de dados adicionais somados ao Desi, eles chegaram a algo entre 2,8 a 4,2-sigma. Para efeito de comparação, uma significância estatística de 3-sigma equivale a uma chance de erro inferior a 0,3%. É pequena, mas não suficientemente perto de zero.

As consequências de uma energia escura que evolui com o tempo são importantíssimas. Não só obrigariam os cosmólogos a rever o modelo padrão (abandonando a ideia da constante cosmológica e, quem sabe, adotando outro conceito que ajude a esclarecer a natureza dessa misteriosa força), como a repensar o futuro distante do Universo. Pelo modelo padrão, o cosmos seguiria para sempre em sua expansão, diluindo-se até o infinito. Mas, se a energia escura estiver enfraquecendo com o passar do tempo, é possível que a gravidade volte a reinar no futuro, contendo a expansão e, talvez, levando a um Big Crunch.

O Desi segue trabalhando em sua missão de cinco anos, quando se espera que terá registrado cerca de 50 milhões de galáxias. Outros projetos, como o satélite Euclid, também trabalham em varreduras desse tipo, o que ajudará a aumentar a precisão estatística. Com isso, o modelo cosmológico padrão pode mesmo estar com os dias contados —o que, para a ciência, é maravilhoso.



Imagens de galáxias captadas pelo telescópio Euclid ESA/Euclid/Euclid Consortium/Nasa/AFP

Cientistas revelam novas imagens de projeto para criar atlas do Universo

Dados divulgados na última quarta-feira (19) correspondem a varredura de três regiões, que abrangem 26 milhões de galáxias

Will Dunham

REUTERS A Agência Espacial Europeia (ESA, na sigla em inglês) divulgou na última quarta-feira (19) seu primeiro pacote de dados da missão do telescópio espacial Euclid. O equipamento mapeia a estrutura do Universo, a fim de entender melhor os componentes cósmicos da energia escura e da matéria escura.

Cientistas revelaram as observações de três áreas do céu povoadas por uma variedade de galáxias, um passo em direção ao objetivo de criar um grande atlas do cosmos em detalhes, abrangendo mais de um terço do céu.

As áreas cujas imagens foram divulgadas semana passada representam meio por cento do objetivo total da missão.

Os dados se referem a uma semana de observações, com uma varredura de três regiões. Elas abrangem 26 milhões de galáxias a até 10,5 bilhões de anos-luz de distância —um ano-luz é a distância que a luz percorre em um ano, 9,5 trilhões de quilômetros.

Lançado da Flórida em 2023, para uma missão planejada para durar seis anos, o telescópio coleta dados sobre como o Universo se expandiu e como sua estrutura se formou ao longo do tempo.

O Big Bang, há cerca de 13,8 bilhões de anos, iniciou o Universo, que tem se expandido desde então. Matéria ordinária, bem como matéria escura e energia escura compõem o Universo.

A ordinária —estrelas, planetas, gás, poeira e todo o material familiar na Terra— representa talvez 5% do total. A matéria escura é a matéria invisível e pode compor cerca de 27% do cosmos. A energia escura, considerada responsável pela expansão acelerada do Universo, pode representar 68%.

As imagens recém-lançadas sugerem a organização em larga escala das galáxias no que é conhecido como a teia cósmica, essencialmente o esqueleto do Universo. Nessa teia, existem concentrações de galáxias com vazios de espaço entre elas, como se as galáxias estivessem sobre vastas bolhas vazias.

A estrutura da teia cósmica oferece pistas sobre a matéria escura e a energia escura, afirmaram os pesquisadores.

"Agora entendemos cerca de 5% do Universo", disse a astrofísica Carole Mundell, diretora de ciência da ESA. "Os outros 95% são desconhecidos."

O telescópio mede as várias formas e a distribuição de galáxias com seu instrumento de imagem de alta resolução, enquanto seu instrumento de infravermelho determina distâncias e massas de galáxias. A expectativa é obter imagens de mais de 1,5 bilhão de galáxias.

5%
do Universo é composto de matéria ordinária, como estrelas, planetas, gás, poeira e todo o material familiar na Terra. O restante corresponde à matéria escura e à energia escura

"[Euclid] está explorando objetos mais distantes no Universo com uma quantidade maior de céu explorada do que qualquer pesquisa anterior para objetos tão distantes", afirmou o astrofísico Chris Duff, da Universidade de Lancaster, na Inglaterra. Ele é um dos cientistas envolvidos na pesquisa com as imagens coletadas pelo telescópio.

A parte da pesquisa de Duffy no projeto foca os objetos transitórios —aqueles que aparecem brevemente—, como explosões estelares chamadas supernovas.

Um primeiro catálogo detalhado de mais de 380 mil galáxias de várias formas e tamanhos, classificadas de acordo com características como braços espirais e barras centrais, bem como traços que indicam uma fusão galáctica, foi lançado na quarta-feira.

Isso representa "o primeiro pedaço do que será o maior catálogo já feito da aparência detalhada das galáxias", disse o astrofísico Mike Walmsley, da Universidade de Toronto, parte do projeto.

A luz viajando em direção à Terra de galáxias distantes é curvada e distorcida pela matéria normal e matéria escura em primeiro plano, em um efeito chamado lente gravitacional. É uma das ferramentas usadas pelo Euclid para estudar como a matéria escura está distribuída. Os pesquisadores têm analisado os dados do telescópio para identificar lentes gravitacionais fortes e identificaram cerca de 500 candidatas.

"A matéria escura invisível em galáxias massivas distorce o espaço, dobrando os raios de luz como uma lupa. Isso amplia e distorce as galáxias atrás delas em arcos e anéis, e medir a distorção nos permite medir a matéria escura invisível. Mas as galáxias devem estar muito precisamente alinhadas, então esse efeito de lente forte é muito raro", explicou Walmsley.

"O Euclid é o melhor instrumento já construído para encontrar essas lentes, porque pode tirar uma imagem excepcionalmente nítida de amplas áreas do céu, enquanto telescópios como Hubble e o James Webb são projetados para observar áreas muito menores", acrescentou Walmsley.

O próximo lançamento de dados do Euclid, planejado para outubro de 2026, cobrirá uma área 30 vezes maior do que a do lançamento da última quarta.